JUNTA DE PROVINCIA

Colecção do
Prof. Dr. Costa-Sacadura

ALGARVE

PP
3630

BOLETIM DA JUNTA DE PROVINCIA DO ALGARVE

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

COMPRA
208780
PP
3530

JUNTA DE PROVINCIA DO ALGARVE

PRETENDE a Junta de Província do Algarve, com a presente publicação, fixar, em imagens, tanto quanto possível duradoiras e características, e em alguns ensaios elucidativos, a memória da contribuïção algarvia no conjunto das patrióticas manifestações nacionais das festas centenárias.

Tentando desta maneira prolongar, como eco permanente a repercutir no tempo a recordação de um momento inesquecível da vida colectiva da Nação, tal como foi vivido nesta Província, propõe-se êste trabalho constituir o album-documentário, cujos curtos instantâneos sirvam, como os de todos os albuns, para ilustrar e fazer reviver acontecimentos e realizações que o lento ou rápido desfolhar dos dias foi tornando passados.

Folheá-los bastará para reanimar, na memória perdurável de quantos as viveram, horas e emoções inapagáveis; e, no cumprimento de uma outra intenção, aspira também a êste panorama gráfico a dar àquêles portugueses de outros pontos do mundo, que o compulsem, a sugestão que lhes compete, com o quadro algarvio, o conjunto inconfundível das grandes comemorações de 1940.

General António Oscar de Fragoso Carmona

ILUSTRE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Doutor António de Oliveira Salazar

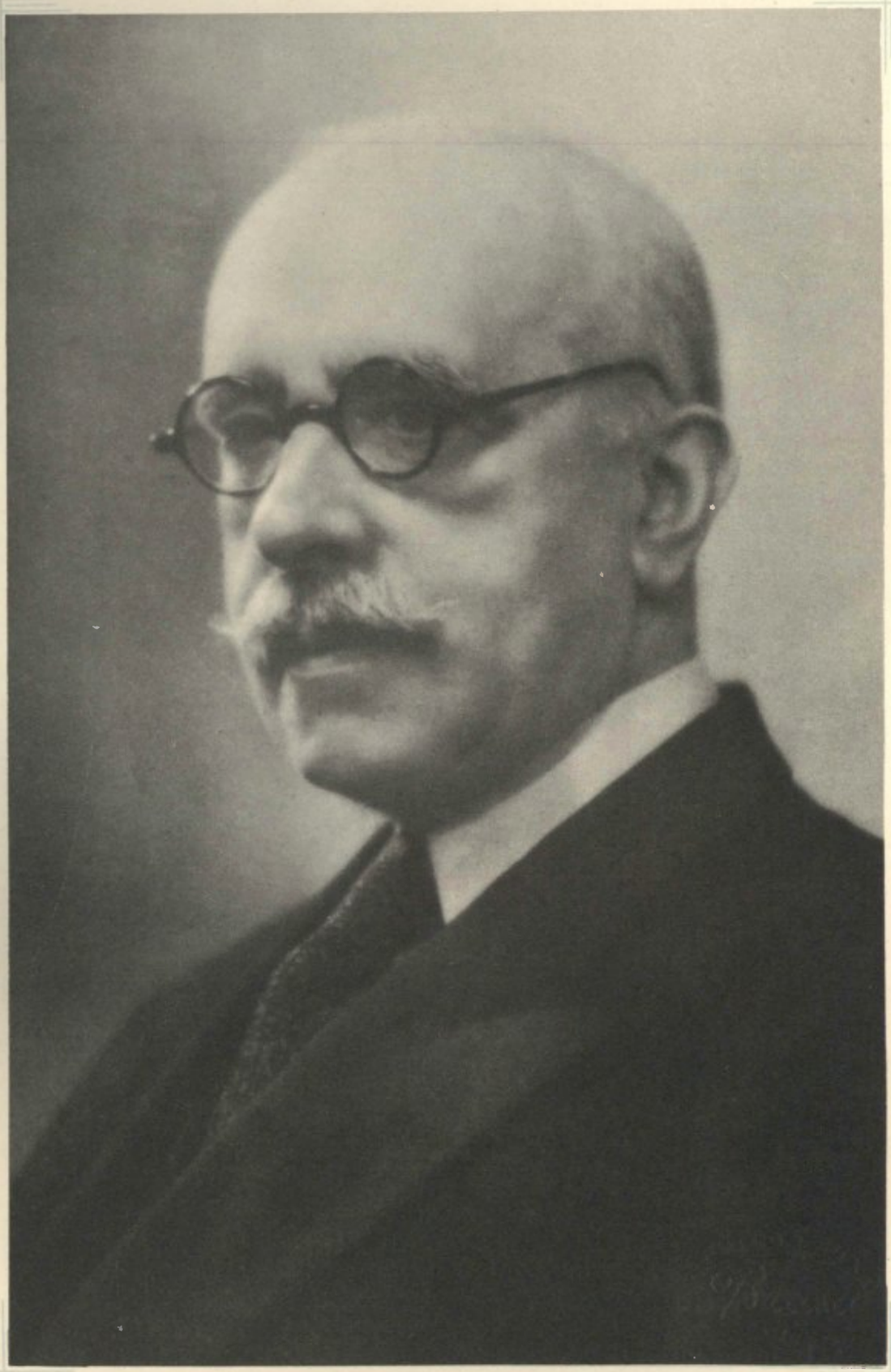
ILUSTRE CHEFE DO GOVÊRNO

Engenheiro Duarte Pacheco

MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
E ILUSTRE ALGARVIO
QUE REPRESENTOU O CHEFE DO ESTADO E O GOVÊRNO
NAS FESTAS CENTENÁRIAS REALIZADAS NO ALGARVE

Dr. Mário Pais de Sousa

ILUSTRE MINISTRO DO INTERIOR



Doutor Júlio Dantas

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA
DAS GRANDES COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS
E ILUSTRE ALGARVIO
QUE HONROU COM A SUA PRESENÇA
AS FESTAS REALIZADAS NESTA PROVÍNCIA

Major Armando Monteiro Leite

ILUSTRE GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO DE FARO,
QUE DESENVOLVEU NOTÁVEL ACÇÃO
NAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS NO ALGARVE

D. Marcelino António Maria Franco

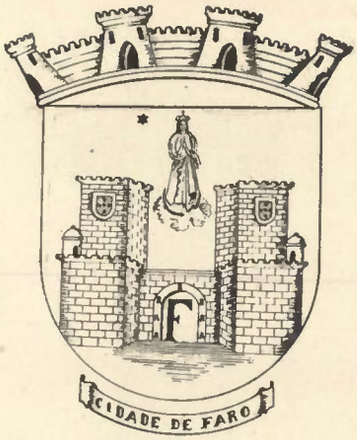
VENERANDO BISPO DO ALGARVE
E ILUSTRE FILHO DA MESMA PROVÍNCIA,
EM CUJAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS
DESEMPENHOU O PAPEL DE SUBIDO DESTAQUE

Dr. José Correia do Nascimento

PRESIDENTE DA JUNTA DE PROVÍNCIA
E DA COMISSÃO REGIONAL
DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS NO ALGARVE

SILVES
1232
GIL EANES
SAGRES
1443

ALGARVE
LOULÉ 1242
TAVIRA 1574
FARO-1249



O ALGARVE

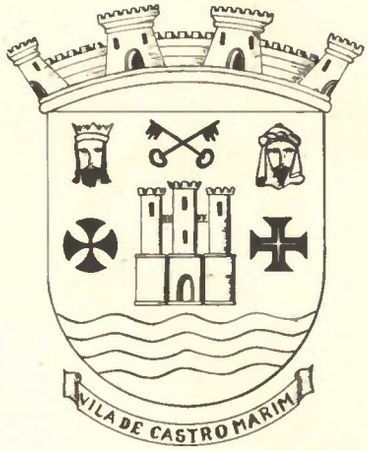
SÍNTESE HISTÓRICA

Dêste Algarve maravilhoso e quente, de que se recorda e perpectua nas páginas do presente «Boletim» a comparticipação entusiástica que deu às grandes comemorações do Ano Áureo de 40, proporcionando a essa comparticipação a história escrita que não tinha; dêste Algarve, autêntico «jardim estendido sôbre a costa» na expressão feliz de Oliveira Martins; «um dos mais lindos, originais e sugestivos rincões da terra portuguesa», no dizer perfeito de Raul Proença; dêste Algarve, cantado pelos poetas, reproduzido pelos pintores, investigado pelos arqueólogos, percorrido pelos turistas, difícil se torna dar em poucas linhas a evocação histórica que me pedem.

É que se perdem na noite dos tempos e em incertas conjecturas, os primórdios das civilizações que lhe assistiram.

E mesmo passando em claro o mistério da incógnita paleolítica, mesmo deixando pouco menos do que esquecido o muito que nos dizem os monumentos de Alcalar, a estabelecer a transição perfeita do período da pedra polida para a idade do bronze, os achados preciosos da Fonte Velha, em Bensafrim, já na idade do ferro, e milhentas coisas dêsse género que mereceram copioso estudo ao grande Estácio da Veiga e enriquecem as colecções dos museus, que poderemos dizer da fase heróica em que o Algarve era o Cinéticum, tinha as suas leis escritas em verso, passa por ser citado em Homero, nos aparece cantado por Avieno na «Ora Marítima», referido por Heródoto, Heródoro, Éforo, Estrabão, Mela e outros mais, em que Políbio o assinala como a parte mais rica de tôda a Lusitânia e Artemídoro de Efeso nos descreve o que era o Promontório Sacro em que vivia Saturno e vinham descansar os deuses após suas jornadas, onde nunca ninguém fôra de noite, havia um templo consagrado a Héracles e o sol era no ocaso cem vezes maior que em pleno dia?!...

Que poderemos dizer, assim de ânimo leve, das numerosas inscrições ibéricas que no Algarve se têm recolhido e mesmo, continuando a galgar os séculos nesta velocidade



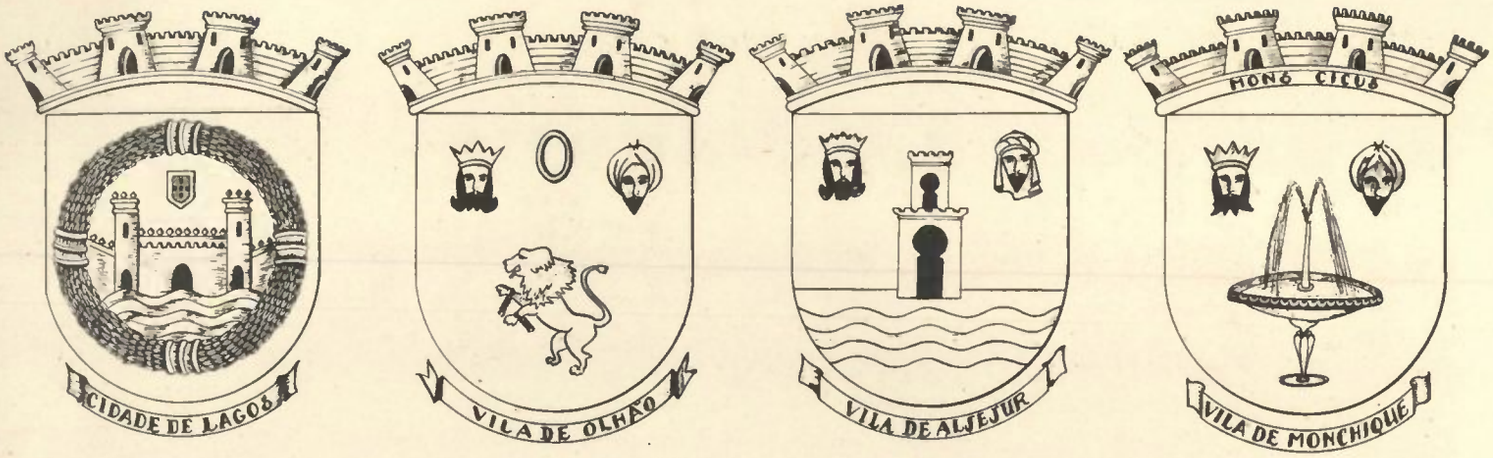
pouco menos que vertiginosa, que poderemos afirmar de Balsa, de Baesuris, de Portus Hannibalis e de Lacóbriga, onde presumir a situação da incerta Conistorgis, tôdas de fundação caracterìsticamente pré-romana, ou mesmo que invocar de Ossónoba, a que se atribue origem púnica, que veio a ser mais tarde, sob o domínio dos césares, uma das melhores cidades da sua época, cunhando moeda própria e usando o título de república, o primeiro local da Península onde passa por se ter feito ouvir a voz ainda balbuciante do Evangelho e que foi sede do Bispado, a pouco mais de 200 anos do aparecimento de Cristo sôbre a terra, mas sôbre cuja simples localização ha ainda hoje as mais profundas e bem arreigadas divergências?!...

Se dos romanos passarmos aos árabes, mesmo esquecendo a invasão dos bárbaros e os três séculos da obscura dominação dos godos, nós vemos que não resulta mais segura, a síntese histórica a fazer. Dêsse povo, cuja permanência nestas abençoadas terras do Sul se prolongou por mais tempo e mais se aproxima de nós, que por isso deixou nas tradições populares e na nossa maneira ingénita de ser mais fundamentadas raizes, que deu ao Algarve, desde o nome por que veio até aos nossos dias, uma infinidade de usos e costumes, nós sabemos, é certo, alguma coisa do que foi a divisão territorial; ouvimos falar de reis e de poetas, do principado e da grandeza de Silves cantada por Motámide, considerada por Herculano «um dos lugares mais importantes da Espanha muçulmana», onde, no dizer de Cazuine e de Dozy «quási todos os camponeses sabiam improvizar»; conhecemos a existência do efémero principado de Ibne-Hárune, a que Faro foi buscar o nome, e veio até nós a tradição de que o Chenchir era todo êle um infindável jardim, descendo em socalcos desde os contrafortes da serra até ao mar!

Mais do que tudo isto, ou pelo menos muitíssimo mais valioso para os nossos sentimentos católicos, é sabermos da existência de fervorosos núcleos cristãos, a que vinham piedosas romarias de todos os pontos da Península.

É dessa época, mesmo sob o domínio do crescente, a Santa Maria de Faro de que nos falam as «Cantigas» de Afonso, o Sábio, de Castela, e a formosa lenda da Igreja do Corvo e dos corvos algarvios que tendo acompanhado em guarda de honra o corpo do mártir S. Vicente desde o Cabo até Lisboa, ainda hoje figuram no escudo de armas da capital do País.

Entretanto, avançam a passos agigantados para o Sul, as hostes que conduzem as quinas e as cinco chagas de Cristo.



Efectuada em 1249 a plenitude continental do futuro Império, estabelecido o solar tradicional e maneirinho, dentro dos mesmos limites com que, por mercê de Deus, passados oito séculos ainda se mantém, é precisamente a conquista do Algarve, tão admiràvelmente descrita num dos mais valiosos espécimenes da primitiva prosa portuguesa e que teve também o seu poema, que oferece o primeiro dos títulos de honra que os rei de Portugal trouxeram até aos nossos dias, pois reis de Portugal e do Algarve se passaram a intitular, e, segundo a formosa ainda que parece não fundamentada tradição, são algarvios os castelos que começam a esmaltar as armas da própria nacionalidade.

Suponho que está ainda por fazer o estudo que permita avaliar a influência de cada região dentro da evolução histórica da grei.

É que começou a escrever-se pouco depois a epopeia de Sagres e, quando êsse estudo se faça, estou certo que surgirá em plena limpidez a certeza de que foi o Algarve que modificou os destinos nacionais, levando a trocar a política estritamente continental e peninsular dos nossos primeiros reis, pela política tentadora do Mar Atlântico, em que Portugal deu novos mundos ao mundo, escreveu algumas das mais belas páginas da história da humanidade e encontrou os justos motivos da sua grande razão de ser imperial.

Do Algarve se soltaram os tentáculos das primeiras rotas dos descobrimentos, quási exclusivamente de algarvios se constituiu a massa amorfa, mas indispensável, em que o Infante modelou os seus sonhos ultravisionários de grandeza.

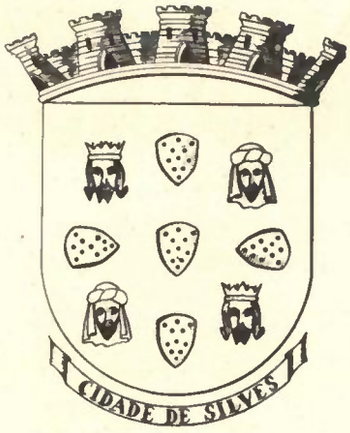
E enquanto se trata de expandir e quando se passa apenas a manter, a consolidar, a restaurar e a ressurgir, o Algarve vai continuando a dar que falar de si.

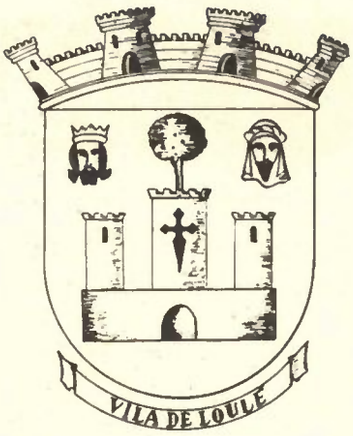
É dos portos do Sul, e pagos pelos fidalgos da província e pagos também em grande parte pelos fundos das confrarias dos mareantes algarvios, que saem sempre os primeiros socorros às praças ameaçadas do norte de África.

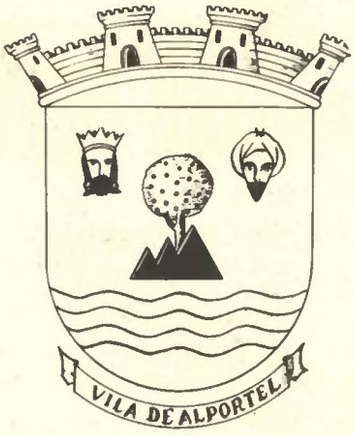
É o terço dos soldados voluntàriamente alistados nesta província, o único que procura resgatar com brio, com galhardia e espírito de sacrifício, alguns deslizes que contribuiram poderosamente para o desastre malaventurado de Quibir.

Cobrem-se de glória as tropas recrutadas no Algarve para as campanhas da Restauração.

É no Algarve que se solta um dos primeiros gritos que leva à expulsão dos franceses, cortando cerce as pretenções reais que sôbre







êle tivera o famoso Príncipe da Paz e é ainda desta província, da pitoresca Olhão, a do recorte cubista das brancas açoteias, que parte, guiando-se talvez apenas pelo sulco aberto pelas nossas caravelas, o frágil caique que vai levar à côrte portuguesa estabelecida no Brasil, a almejada notícia da libertação. Um distintivo especial passa, após a luta, a assinalar os seus soldados e, apenas algumas dezenas de anos decorridos, é ainda no Algarve que se leva até ao derradeiro extrêmo, saltando de terra em terra e de monte em monte, assumando nas cumeadas e espreitando nos desfiladeiros, o combate pelos princípios tradicionais, por aquilo que era legítimo, que era nosso, que era português e que arma o braço e carrega a escopeta dessa figura que pertence à História e que é o tão injustamente celebrado Remexido!

. . . . . .

A parte final da História, é história dos nossos dias!

Escrevem-na constantemente os pescadores na luta contra as tempestades; abrem-na a sulcos de arado e a golpes de enxada os punhos dos montanheiros; acertam-na ao ritmo das máquinas os corações dos operários.

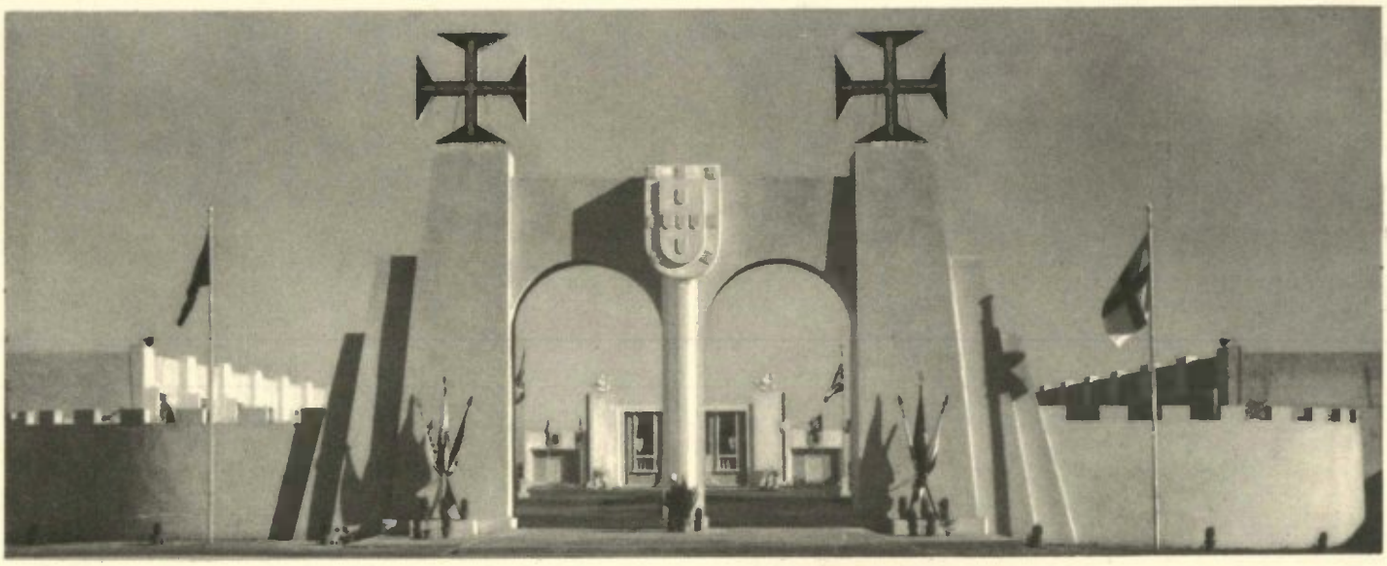
E é, por graça de Deus, com o mesmo fervor das outras eras!

Faro, Agosto de 1941, A. D.

Mário Lyster Franco

COMEMORAÇÕES CENTENARIAS

EXPOSIÇÃO REGIONAL DO ALGARVE

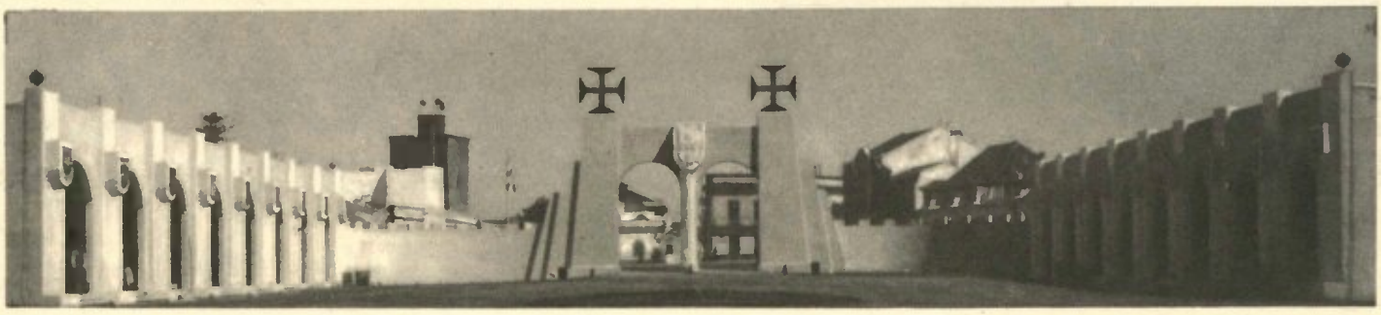


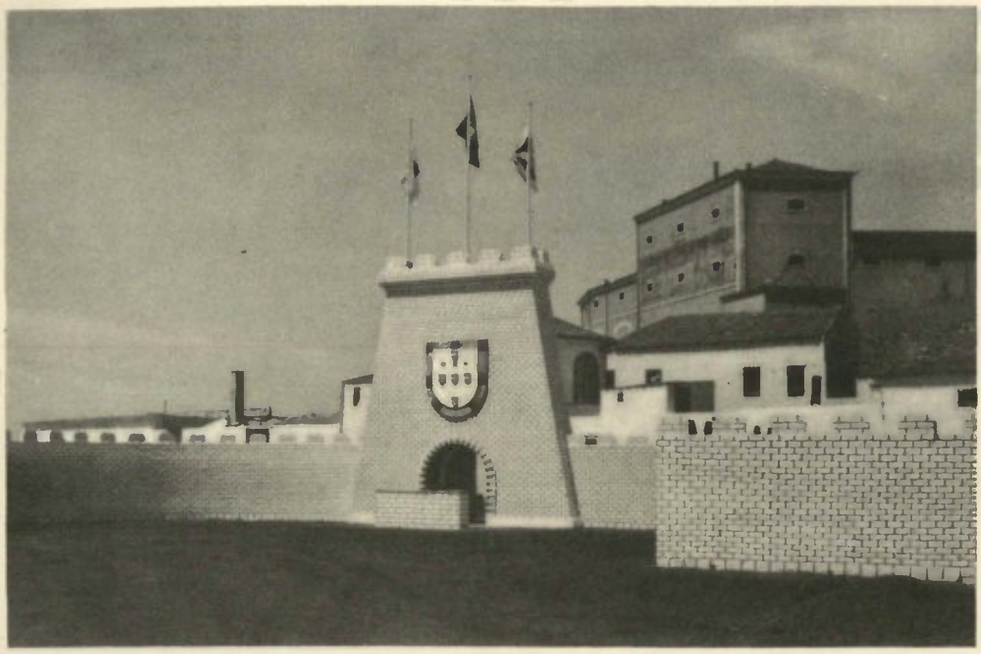
Comemorações Centenarias em FARO

Tiveram as manifestações realizadas nesta Província, dois objectivos essenciais: em primeiro lugar, o de se comemorarem condignamente, dentro do quadro histórico nacional, aquêles acontecimentos do passado, de que o Algarve foi teatro, na linha do desdobramento expansivo da Nação; e, em segundo lugar, o de se afirmar, numa demonstração viva e sintética, o valor das realidades actuais da vida provincial.

Pretendeu-se, assim, fundamentar na lembrança evocativa de um passado activo, a que se dedicaram dois dias de patrióticas solenidades, a importância e a vitalidade presentes da região, reveladas, como valores a contar dentro das realidades nacionais, numa magnífica exposição que se prolongou por algumas semanas.

E não é de estranhar que as festas comemorativas do esfôrço dos portugueses de ontem tenham

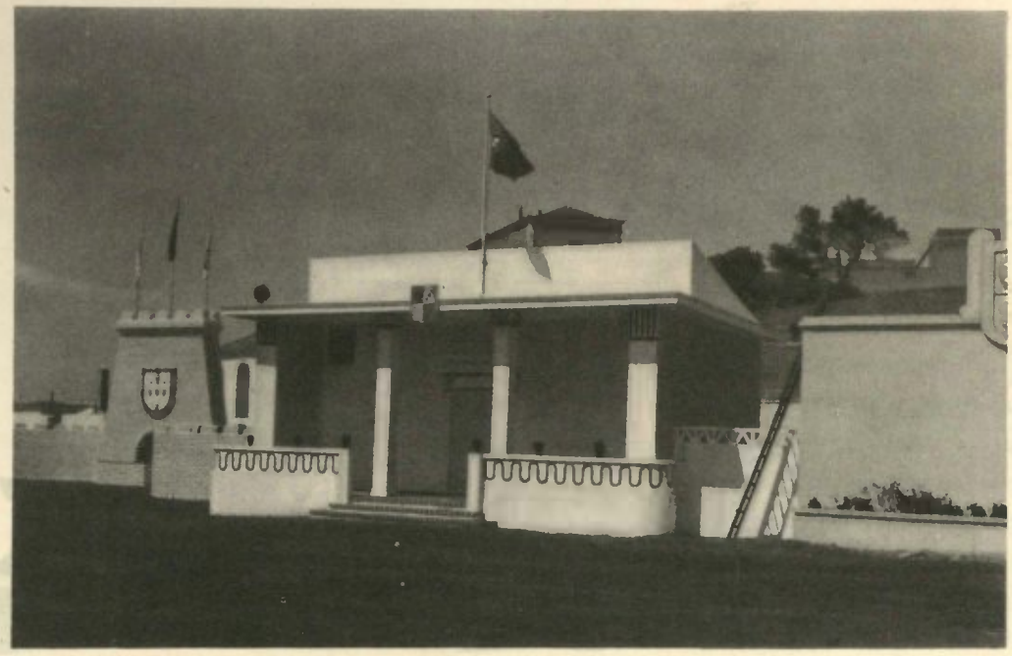




durado tão pouco tempo, emquanto que se dedicaram algumas semanas à exibição das diferentes actividades dos algarvios de hoje. A história representa-se-nos como exemplo vivido, experimentado e, portanto, como modêlo inspirador da vida; o que esta, porém, impõe de trabalho e persistência, *dura*, na realidade, para os vivos, cada segundo da sua existência. O presente tem, psicològicamente, maior *duração* que o passado.

Lógico foi que mais se tivessem prolongado as manifestações de vitalidade do presente do que as comemorações da história. Mau grado a respeitabilidade sagrada das grandes datas e dos feitos dos homens de antanho, que se recordaram em actos de tão emocionante simbolismo e grandiosidade, como nunca se haviam registado em Portugal, a vida impõe maior interêsse pela acção no presente do que pela exercida no passado.

E assim, a Exposição Regional, síntese de realidades actuais, serviu de natural complemento ao louvor dos maiores, mostrando a capacidade realizadora dos vivos digna da actividade dos antepassados.



Em campos de acção diferentes, em épocas tão diversas da mesma história, mostrou-se que o ano de *união nacional* de 1940 vale o 1140 da Fundação ou o 1640 da Restauração. A Vida continua a História.

* * *

Os actos históricos, celebrados em terras algarvias, distribuiram-se por dois dias, tendo-se ocupado o primeiro com as solenidades de Faro e o segundo com os de Lagos e Sagres.

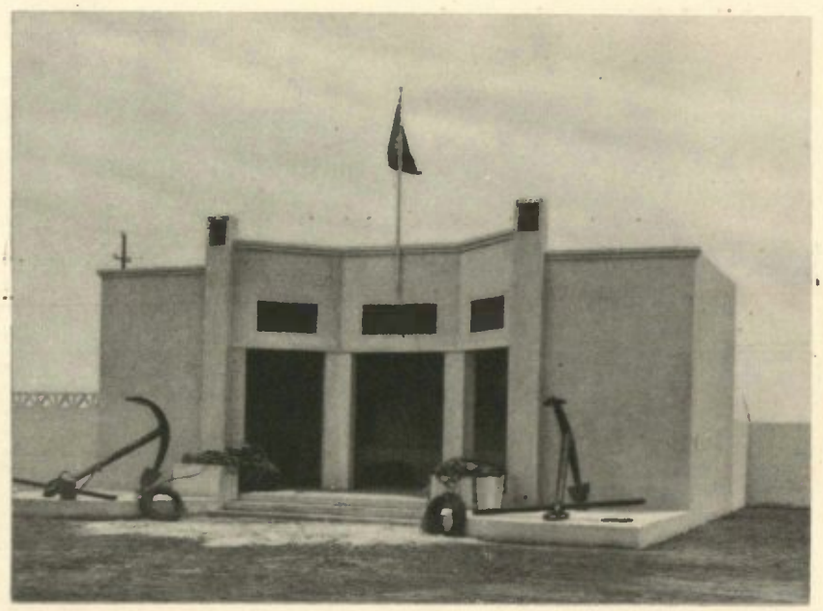
O descerramento da lápide comemorativa da elevação de Faro a cidade, a entrega simbólica das chaves ao representante ilustre do venerando Chefe do Estado, a inauguração da estátua do grande bispo D. Francisco Gomes, a abertura da admirável Exposição de Arte Sacra, tão reveladora sob todos os pontos de vista, as cerimónias junto do padrão comemorativo da conquista do Algarve, em que sobressaiu o discurso do insigne algarvio, que é o Dr. Júlio Dantas, marcaram os diferentes passos do primeiro dia, com uma elevação patriótica e uma vibração de fé, que orações magistrais registaram para a história.

Com as mesmas características se realizaram, em Lagos e em Sagres, no segundo dia, as restantes Comemorações da zona algarvia.

Nelas se vincou simbòlicamente a missão de pioneiro que coube a Portugal, na aurora dos tempos modernos, ao promover a deslocação, para o Atlântico, do centro de uma civilização e de uma cultura, que haviam nascido e florescido no Mediterrâneo.

* * *

A grande Exposição Regional, inaugurada em



Faro, no primeiro dia das comemorações no Algarve, inscreveu uma data nova no registo histórico das actividades regionais. O facto de ter sido a primeira que nesta Província se fez, a importância das realidades económicas e corporativas que nelas se representaram, a revelação do valor das possibilidades e da capacidade de realização de que foi uma amostra, são aspectos que, por si mesmo, isoladamente considerados, constituiriam motivo de valorização.

Todos os dezasseis concelhos algarvios apresentaram os elementos de indústria local, caseira e popular, recordações históricas, objectos de valor etnográfico, alfaias e productos agrícolas e industriais, que mais e melhor os caracterizam, de modo que, por si só, esta parte quási poderia considerar-se uma significativa exposição.

Os organismos corporativos encarregaram-se, por seu lado, da representação das actividades económicas: e, assim, em elegantes e harmoniosas construções, se puderam avaliar a importância e o valor da exportação de frutos, da indústria de conservas, da pesca do atum, da exploração da cortiça, do vinho, do arrôs, que servem de base característica ao trabalho e ao fomento do Algarve.

Registou-se também o êxito de algumas empresas particulares e, especialmente, o dos pavilhões do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e da Junta dos Portos, que, em gráficos extremamente sugestivos, muito ensinaram, aos numerosíssimos visitantes que os percorreram, sôbre os respectivos campos de acção.

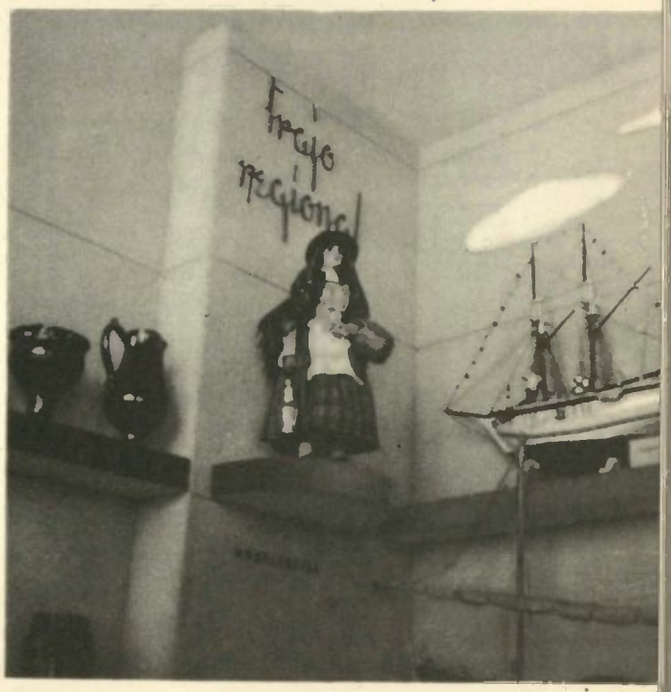
Não cabe, neste lugar, mais pormenorizado panorama do que foi e do que representou a exposição.

Mas muito incompleta ficaria esta parte introdutória, se não se fizesse especial e justificada referência ao belo Pavilhão de honra,

obra de modelar concepção, equilíbrio e execução. O seu corpo principal, o mais amplo, decorado sóbria e sugestivamente, tanto no interior como no exterior com os elementos evocativos e simbólicos da expansão portuguesa, primeiro para o sul do território metropolitano e depois no mundo, para além dos oceanos ignorados (cruz azul da fundação e cruz de Cristo) era, por assim dizer, o centro e a construção mais destacada de todo o conjunto da exposição. Aqui se realizaram algumas festas que se iniciaram com a recepção ao Ex.mo representante do Chefe do Estado, e a tôda a brilhantíssima comitiva que o acompanhou na visita inaugural.

Nos dois corpos laterais estavam expostos mostruários de produtos característicos algarvios. A imagem do conjunto dêste pavilhão, ao fundo do terreno, em frente à entrada, ficará gravada para sempre na

memória de quantos percorreram a exposicão de 1940. E mais e melhor do que ninguém pôde o sr. Ministro das Obras Públicas, no dia de abertura e no acto inaugural, apreciar, como técnico sabedor que é, a arte decorativa, o sóbrio e elegante bom gôsto e as dinâmicas qualidades de realizador de que deu provas o sr. Carlos Porfírio, infatigável Comissário Geral da Exposição, que, em pouquíssimo tempo e com reduzidos meios de acção, concebeu e ergueu o admirável conjunto. Sem a activa direcção dêste culto artista algarvio, pouco antes regressado de Paris, não teria tido a Exposição a harmoniosa perspectiva que a consagrou.

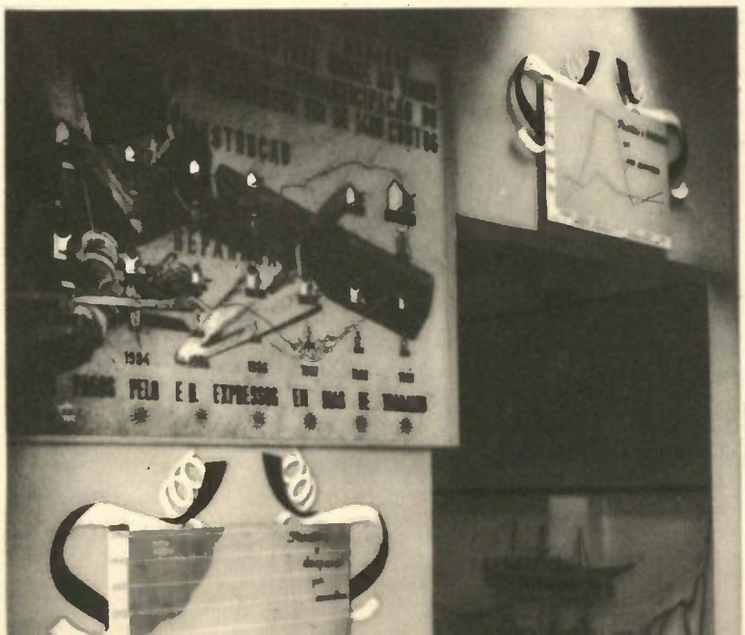


A história esteve também presente nesta grande manifestação da vitalidade actual das presentes realidades e possibilidades de desenvolvimento da província. E assim, nos pavilhões laterais da entrada, destinados às representações dos concelhos, topavam-se a cada passo as provas documentais dessa *presença* da história. Forais, reproduções de monumentos, evocações de factos e acontecimentos, estiveram patentes para marcar o relêvo de um passado honroso, de que os vivos se orgulham, ao lado dos elementos etnográficos diferentes e característicos de cada município, em que se fundamentam, por vezes, as actividades económicas e industriais que distinguem uns dos outros os diferentes concelhos do Algarve.

Silves e Albufeira, por exemplo, souberam simultâneamente evocar o tempo de ontem e mostrar em síntese o que valem no de hoje.

Por seu lado, Loulé e Olhão expuseram os elementos inconfundíveis da sua forte e vincada personalidade no panorama económico da província; uma, com a bela e modernista apresentação de tudo quanto se relaciona com a pesca e indústrias de conserva, a outra, expondo os artigos artísticos da sua indústria local ou popular de olaria, trabalhos de caldeireiro em cobre e «arame», etc.

Os outros concelhos, tanto os da beira-mar como os da serra, tanto aquêles que têem sede em cidades, como os que a têem em vilas souberam



expor o que possuem de mais característico e mais pitoresco. Mas nem esta breve apresentação é um itinerário retrospectivo dos pavilhões concelhios, nem as pálidas palavras de ainda mais pálida descrição enumerativa poderiam evocar a sugestão de confôrto moral que se colheu na contemplação de todo êste esfôrço colectivo de uma população trabalhadora, de cuja actividade as representações municipais souberam vincar a importância local e a diferenciação característica que deu a esta parte da exposição o aspecto variado de um panorama miniatural e sintético de tôda uma grande província de Portugal.

Ao concluir esta apresentação, a Junta de Província felicita-se por poder deixar, nêste trabalho gráfico, um pouco da exaltação patriótica que todos os portugueses do Algarve viveram e em que comungaram na obra colectiva de união nacional do ano de 1940.

COMISSÃO EXECUTIVA D
NO ALG

José de Sousa Uva Júnior
Vice-Presidente da Junta de Província

Padre José António Pinheiro e Rosa
Vogal da Junta de Província e representante do Rev.mo Sr. Bispo do Algarve

Dr. Mário Lyster Franco

Capitão Matias de Freitas Guimarães

Dr. José Joaquim Monteiro Simões
Reitor do Liceu João de Deus

Dr. João Emiliano Cruz de Matos Parreira
Vogal da Junta de Província

AS FESTAS CENTENÁRIAS
ARVE

Dr. Eduardo Gomes Calado

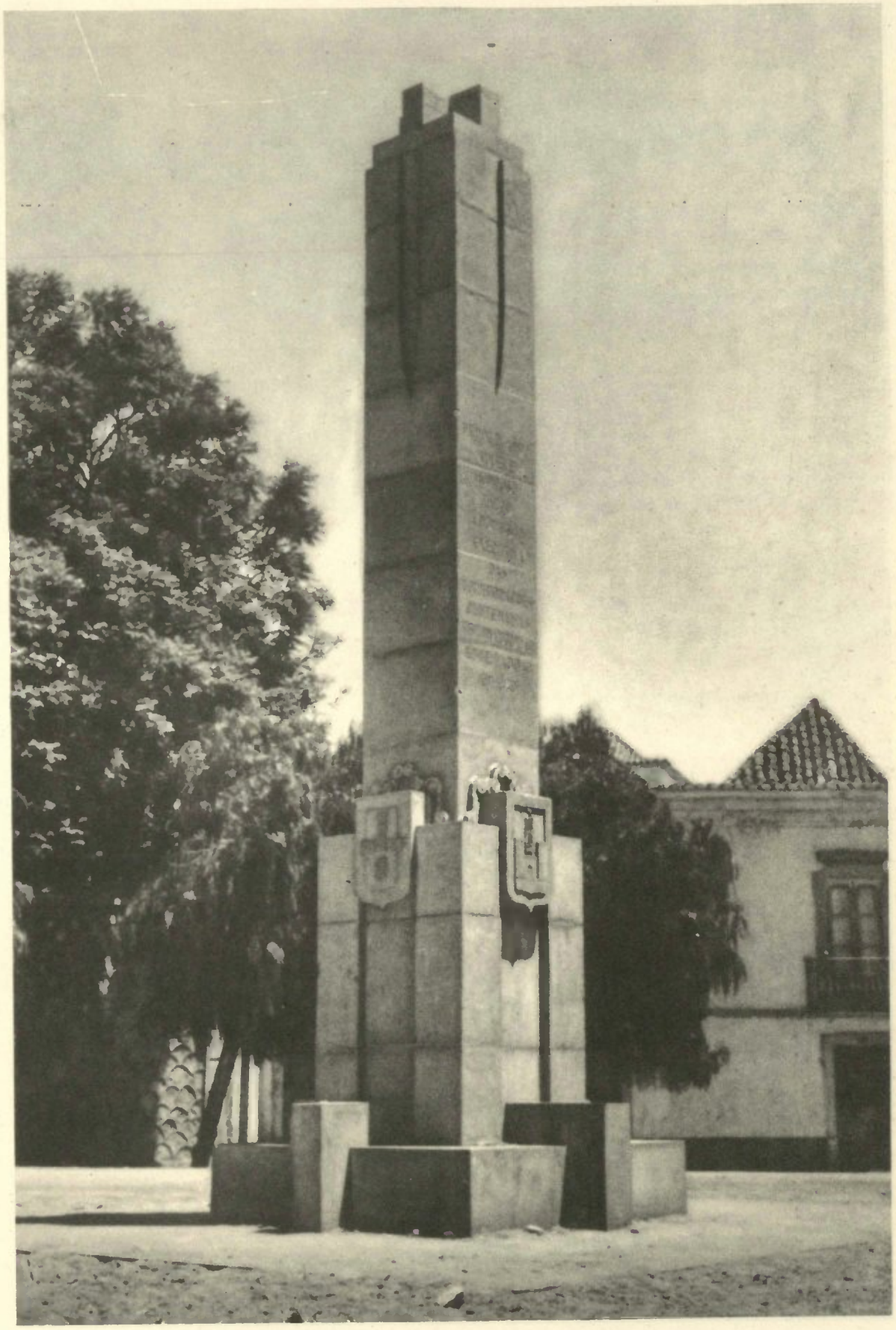
Francisco Guerreiro Barros
Presidente da Câmara Municipal de Faro
por ocasião das Festas Centenárias

Engenheiro João Maria Cabral

Engenheiro João Barata Correia

Dr. António Joaquim Moreira Júnior
Vogal da Junta

Comemorações Centenárias no Algarve — Um aspecto das manifestações entusiásticas com que foi acolhido em Faro o Senhor Ministro das Obras Públicas e Comunicações.



Monumento comemorativo da Conquista do Algarve inaugurado em Faro no dia 14 de Junho de 1940, na Praça de D. Afonso III

Comemorações Centenárias no Algarve — O Senhor Ministro das Obras Públicas e Comunicações inaugura em Faro o Monumento ao Bispo D. Francisco Gomes do Avelar.

A chave simbólica da cidade de Faro e respectivo estojo, executados pelos alunos da Escola Industrial e Comercial da mesma cidade, sob desenho e direcção do pintor sr. Lyster Franco, professor do mesmo estabelecimento de ensino, e solenemente entregues ao representante do Chefe do Estado, a quando das Comemorações Centenárias no Algarve.

Comemorações Centenárias no Algarve — O Senhor ministro das Obras Públicas e Comunicações, acompanhado pelos membros da Embaixada Brasileira e outras individualidades, entra no recinto da Grande Exposição Regional realizada em Faro.

Comemorações Centenárias no Algarve — O Senhor Ministro das Obras Públicas e Comunicações assina o auto da inauguração do Monumento ao Bispo D. Francisco Gomes do Avelar.

Monumento ao Grande Bispo D. Francisco Gomes do Avelar,
da autoria do distinto escultor Raul Xavier,
cuja inauguração em Faro foi um dos mais importantes numeros das
Comemorações Centenárias realizadas no Algarve.

Quadro em azulejo existente no antigo palácio episcopal, representando a Fé sagrada pela Prudência e pela Esperança.

A hoje histórica Custódia de Vila do Bispo que serviu para dar a benção do Mar e do Império na imponente festa de Sagres, em 1940

Exposição de Arte Sacra

No programa das Comemorações Centenárias no Algarve, incluira-se a inauguração da estátua de D. Francisco Gomes, justa homenagem que a província prestava a quem tanto a beneficiou espiritual e materialmente.

Pensou-se depois que uma figura como a do egrégio Prelado requeria uma comemoração mais extensa, qualquer coisa como um pouco da sua personalidade a chegar até nós. Assim nasceu a idéia de uma exposição em que os seus escritos, os seus retratos e os objectos de seu uso pessoal quási nos pusessem na sua presença.

Como porém tal exposição seria necessàriamente reduzida e até porque a influência de D. Francisco Gomes se palpa ainda em muitas das obras de arte sacra espalhadas pela diocese, surgiu o projecto de se reünirem as principais dessas obras numa exposição que seria como que a moldura da homenagem ao Bispo Santo, Artista, Arquitecto, Protector da agricultura e da indústria e até Homem de Govêrno.

Resolvida definitivamente a exposição, foi encarregado dela o signatário destas linhas que, pela sua posição, era o membro da Comissão Regional mais indicado para isso.

Surgiu a questão do local. Resolveu-a o chamado «claustro das aulas» do Seminário, pouco antes entregue. Foi aí que se instalou a exposição.

Não se conseguiria talvez ambiente mais apropriado. Com as suas abóbadas, as suas colunas quadrangulares, os seus arcos e as janelas a darem alternadamente de um e outro lado uma luz discreta, tinha verdadeiramente o «ar claustral» que alguém lhe descobriu em primeira mão.

Aproveitou-se a nave central e tôdas as paredes para expor. As naves laterais ficaram reservadas à circulação do público, que, dando uma volta completa ao grande recinto, via, cómoda e ordenadamente, tôda a exposição.

Recanto do Carmo de Faro

Em frente da porta de entrada, um aglomerado de plantas ornamentais impedia que da rua se vissem os objectos expostos.

Logo à direita deparava-se a vitrina das custódias, onde, por conveniência, se expunham mais alguns objectos de ourivesaria.

As custódias existentes nas igrejas do Algarve formam uma verdadeira escala, desde a mais simples — a da Raposeira, quiçá a mais antiga também e a única datada — até à da Vila-do-Bispo — obra de arte digna de exame atento e demorado.

Paralela à custódia da Raposeira em simplicidade é a de Barão-de-S. Miguel. Mas esta tem o pé com cálix ao passo que a outra não.

Êstes dois tipos desenvolvem-se paralelamente. A custódia-cálix até à

Retratos de D. Francisco Gomes, paramentos de seu uso, mitra, báculo e estola que lhe pertenceram

Recanto de valiosos e antiquíssimos paramentos

O célebre e imponente lampadário de Monchique

Vista geral de uma das alas

A vitrine das custódias

de Olhão — a mais rica de tôdas. A custódia sem cálix até à de Estói—interessantíssima pelas suas estatuetas.

A de Vila-do-Bispo parece-nos ainda o desenvolvimento do primeiro tipo embora não tenha cálix (certamente pelo seu tamanho), mas desconcerta-nos pelo sol que circunda a lúnula. Ora encontramos duas custódias com o pé em cálix mas com o ostensório em sol. ¿Não serão a transição da custódia-cálix para a custódia-sol, mais moderna?

Se assim é, parece-nos o sol da custódia da Vila-do-Bispo uma justaposição posterior ao resto. Mas ¿não será ela a transição entre a custódia cálix-pórtico e a cálix-sol?

Respondam os entendidos.

Admiravam-se a seguir, noutras vitrinas, cálices, coroas e resplendores de imagens, devendo destacar-se o cálix de Portimão, belo trabalho de ourivesaria. Depois era a vitrina dos missais e outros objectos de altar, entre os quais se viam a estante e as sacras de madre-pérola pertencentes a Tavira, que reputamos das coisas mais interessantes que encerrava a exposição.

Começava aí também a exposição bibliográfica relativa a D. Francisco Gomes. E nas paredes, que até aí ostentavam alfaias litúrgicas, começava a ver-se a bem provida colecção iconográfica do emérito Prelado: o imponente retrato pertencente às Caldas de Monchique, a expressiva tela que pertenceu ao Cónego Veiga e que o Sr. Dr. Mário Lyster Franco reputa o mais perfeito de todos os retratos expostos, e os outros que nos mostram sempre a figura aprumada, austera mas bondosa, do Santo Bispo.

Era esta a parte reservada exclusivamente à sua memória. Apareciam-nos ali os seus escritos, a sua letra, as emendas feitas pela sua própria mão. Depois a mitra que Êle pusera, os báculos que empunhara, a estola que lhe pendera dos ombros, o cálix por onde celebrara missa e por onde o actual Venerando Prelado também celebrou na solene comemoração.

Era uma evocação viva da personalidade do ilustre Antístite. Era quási uma corporização da sua imortalidade.

Vimos umedecerem-se olhos ao contemplarem aquilo. E confessamos que os nossos fizeram causa comum com êles, apesar de certa insensibilidade que a organização material de tudo parece devia ter-nos inoculado.

Mas uma nova perspectiva se deparava ao visitante. Era o canto do Carmo de Faro, onde um interessante quadro do século XVI pontificava no meio das magníficas lanternas, do paramento rico, etc.

Seguiam-se mais vitrinas com outros utensílios de culto, navetas, castiçais, imagens, cruzes paroquiais, etc.

Naveta — da Sé de Faro, que mereceu as honras de ser desenhada pela Raínha Senhora D. Amélia.

E, lá do meio, a espaços, branquejava o marfim dos crucifixos, alguns de uma perfeição anatómica inacreditável, como os de Portimão.

As colunas do edifício tinham o condão de tornar mais interessante a exposição por esconderem parcialmente as diversas perspectivas que assim se descobriam repentina e inesperadamente.

Chegava-se agora junto do monumental lampadário de Monchique — oferta de um Vice-Rei da India.

E começava a parte reservada aos paramentos. Havia-os interessantíssimos. Lhamas com dourados preciosos, tecidos orientais talvez trazidos pelos companheiros dos nossos descobridores, veludos de côres peregrinas, bordados de uma delicadeza que recorda mãos de fada, figuras feitas em tecido que assombram pela expressão.

Procurou-se estabelecer uma gradação de interêsse crescente nesta parte da exposição que começava pelos paramentos antigos e vinha acabar, junto da saída, no esplendor do paramento pontifical vermelho da Sé de Faro.

Para que se pudessem apreciar em todos os pormenores, os pálios foram pendurados da abóbada. Ao passar por debaixo, podiam admirar-se os seus fundos magníficos.

A encher os espaços nús das paredes, uma colecção de quadros à pena representando a Vida

Crucifixo de pau-santo e marfim (Igreja de Portimão)

de S. Filipe Néri, fundador da Congregação do Oratório, a que D. Francisco Gomes pertencia e por Ele mandados fazer.

A exposição foi inaugurada pelo Ex.mo Sr. Engenheiro Duarte Pacheco, representando o Chefe do Estado, e acompanhado de tôdas as entidades oficiais presentes em Faro nessa ocasião.

¿Reünir-se-ia aqui *tudo* quanto no Algarve existe de arte sacra? Não. Por vários motivos, que não vale a pena citar, ainda ficou muita coisa por expor. ¡Que não seja só... no próximo centenário que uma exposição mais completa se realize!

Cremos ter dado, a traços largos, uma idéia do que foi a exposição de Arte Sacra. Para que essa idéia seja mais completa, resolvemos publicar o catálogo. Não temos a pretensão de apresentar um trabalho perfeito. Outro fim não buscamos senão o de estabelecer uma base para que outros mais competentes realizem um estudo mais profundo, mais ordenado e mais erudito.

Na exposição obedeceu-se a circunstâncias de conveniência, de arranjo estético e de... estratégia, procurando que se começasse no melhor e se acabasse no melhor.

No catálogo tínhamos de seguir outra ordem.

Dividimo-lo em duas partes: exposição relativa a D. Francisco Gomes e exposição de Arte Sacra.

A primeira parte subdividimo-la em três capítulos: bibliografia, iconografia e lembranças pessoais.

Na segunda, colocámo-nos no ponto de vista litúrgico e distribuímos os objectos expostos pelas rubricas em que os livros de liturgia costumam colocá-los. Estabelecemos pois os títulos: Utensílios de altar, utensílios do culto, vestes sagradas, roupas de altar, imagens e acessórios, outras alfaias e diversas, tendo inserido neste último título o que não cabia em qualquer dos outros.

EXPOSIÇÃO RELATIVA A D. FRANCISCO GOMES

I — BIBLIOGRAFIA

A) *Escritos de D. Francisco Gomes*

a) Pessoais:

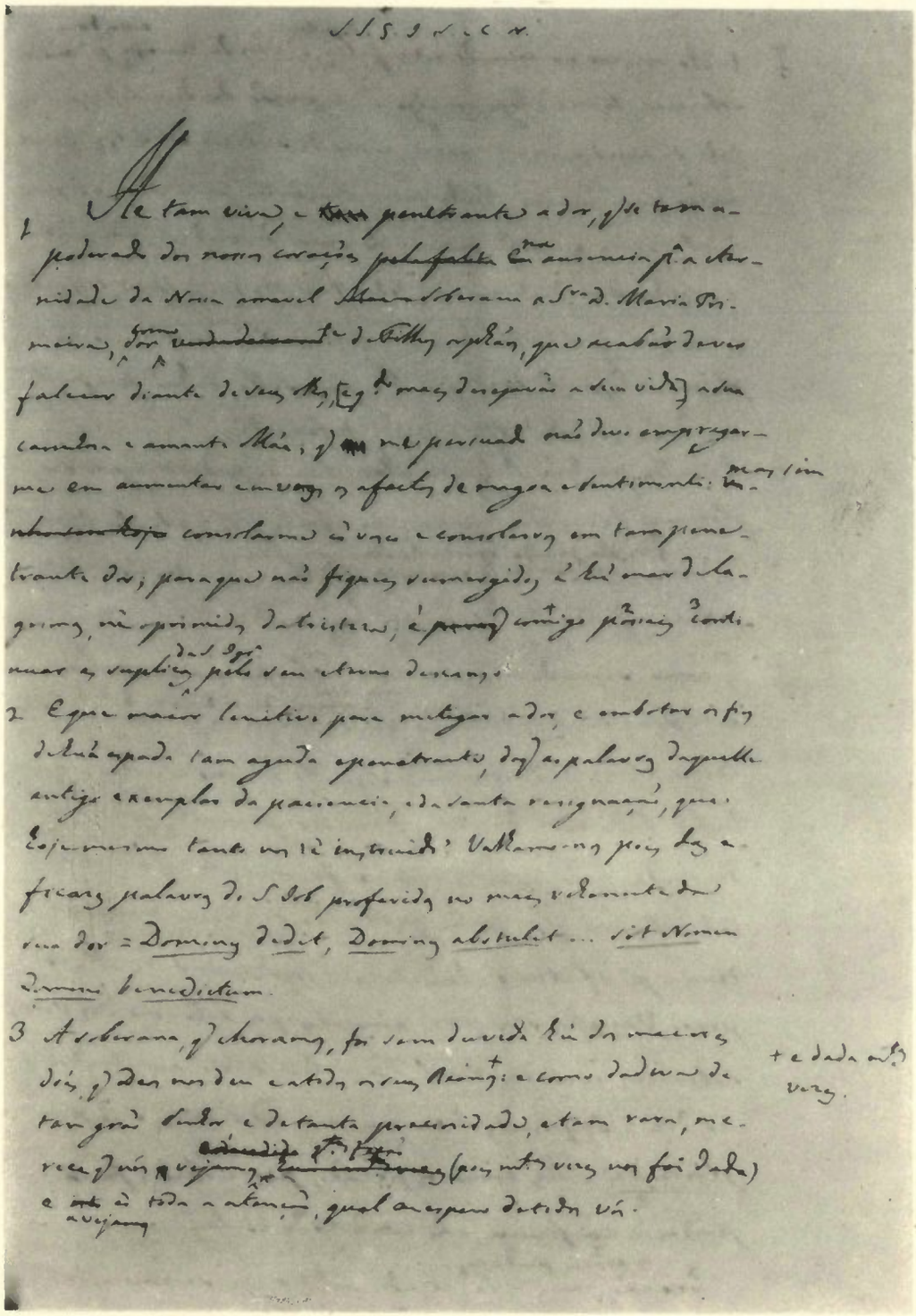
1 — Manuscrito de um Tratado de Física, em latim.
2 — Vida de S. Vicente — folheto impresso.
3 — Conclusões ou teses selectas de Frei Cipriano de S. José sôbre a Imaculada Conceição, com anotações autógrafas do P. Francisco Gomes do Avelar.

Livro da Fauta do Cabido da Sé de Faro

4 — Manuscrito da obra «Plano para dar sistema regular ao moderno espírito filosófico».
5 — Rascunho do Sermão prègado por D. Francisco Gomes nas exéquias solenes por alma de D. Maria I.
6 — Rascunhos de cartas para o Cabido.
7 — Carta ao Pároco de Salir sôbre o porte de um seminarista em férias.
8 — Plantas para o calcetamento de estradas.

b) Oficiais:

1 — Provisão em execução do Breve «Exponi Nobis» de S. S. Pio VI, de 11 de Dezembro de 1789.
2 — Provisão nomeando Inspectores da reconstrução da igreja de Cacela.
3 — Fôlha sôlta com a indicação dos rendimentos do trigo recolhido nos vários celeiros que a Mitra tinha no Algarve.
4 — Edital exortando à paz e a evitarem-se os boatos perturbadores.
5 — Pastoral exortando os diocesanos a darem graças a Deus por terem sido expulsos os franceses.
6 — Provisão ordenando que se cante «Te-Deum» e se dêem graças a Deus por ter regressado a Roma o Santo Padre Pio VII depois de ter sido prisioneiro de Napoleão.
7 — Pastoral sôbre a redenção dos cativos por ocasião de uma trégua assinada com o rei de Argel pela Côrte Portuguesa.
8 — Pastoral regulamentando as distribuïções das Missas de sufrágio.
9 — Compromisso da Confraria da Caridade que se instituíu na Ermida da SS. Trindade.
10 — Provisões ordenando preces públicas para pedir a cessação da invernia e a paz.
11 — Provisão executando o Breve «Ad Ecclesiarum» que impunha nas trinta Prebendas do Cabido da Sé a pensão anual de 4.000 réis para a Fábrica da mesma igreja.
12 — Pastorais sôbre Contas e Estatutos das Confrarias erectas nas igrejas das Ordens Militares (15-VII-1789, 15-IX-1802, 18-IX-1802).
13 — Provisão anunciando «um breve gyro» pela diocese para administrar o Crisma enquanto não podia continuar a Visitação Pastoral (1-III-1799).
14 — Provisão anunciando a morte de D. Maria I e ordenando sufrágios por alma da mesma Soberana (22-VI-1816).
15 — Pastoral exortando a dar graças a Deus por nos ter libertado do jugo dos franceses (3.ª invasão — 8-IV-1811).
16 — Pastoral sôbre a Deputação Portuguesa a França para cumprimentar Napoleão.
17 — Pastoral de exortação para que os povos se armem para repelir os Franceses que de novo ameaçavam invadir Portugal (15-XII-1808).
18 — Pastoral sôbre Dízimos e sustentação do Clero (24-X-1811).
19 — Colecção das Pastorais de D. Francisco Gomes (1802).
20 — Pastoral para a execução do Breve de Pio VI «Quantum Pastoralis sollicitudinis» (extinção dos seis Meios-Canonicatos da Sé).
21 — Provisão estabelecendo algumas regras disci-



Fac-simile da caligrafia de D. Francisco Gomes (rascunho do sermão prègado nas exéquias de D. Maria I)

plinares para os alunos do Seminário Episcopal.

22 — Regras do Seminário.

23 — Provisão para a sagração da igreja de S. Brás-de-Alportel.

24 — Carta escrita como Governador interino das Armas.

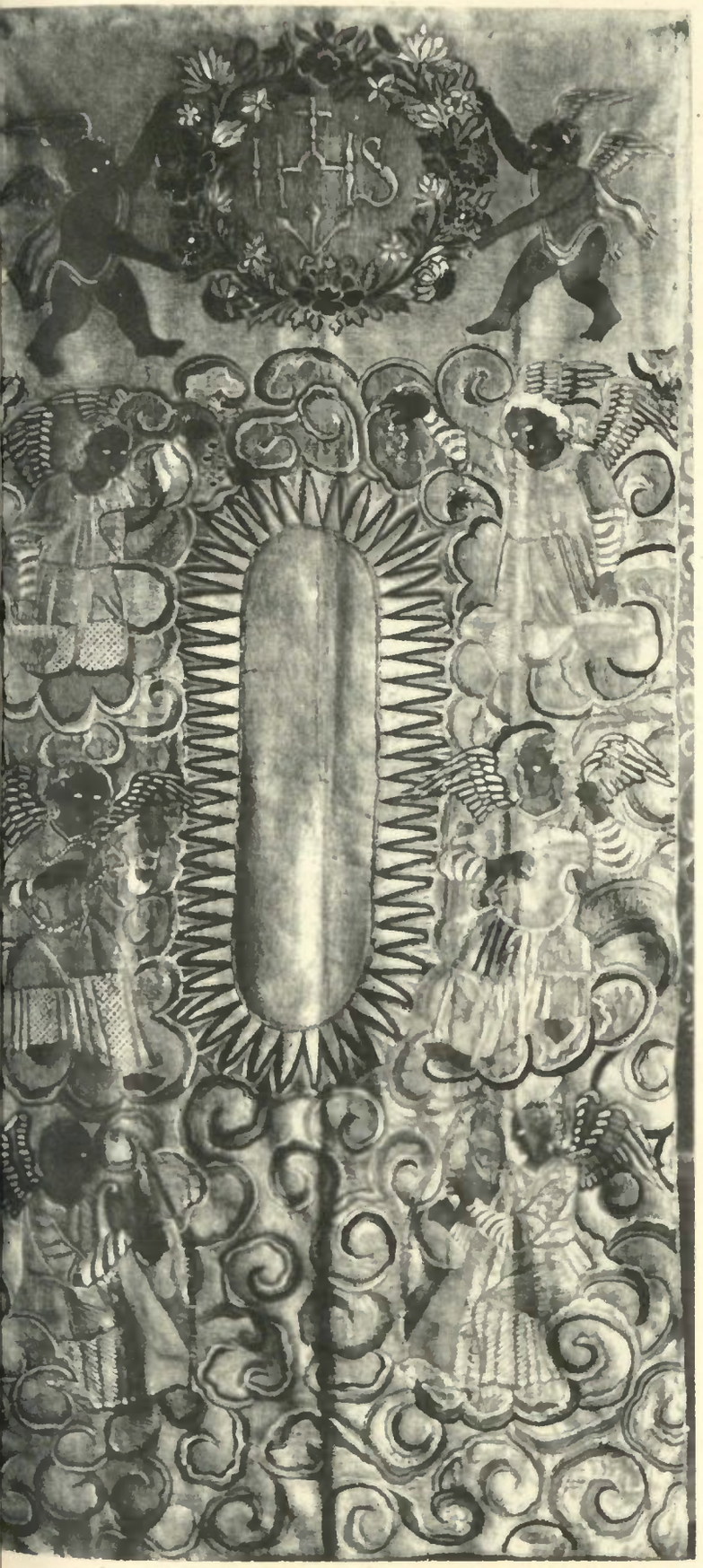
B) *Escritos dirigidos a D. Francisco Gomes*

1 — Cartas de Giuseppe Fontanieri para valer a um caso de miséria nas quais se refere à sua caridade que transpunha os limites da Diocese e chegava até Roma.

2 — Cartas de Fernando Careno.

3 — Ofícios da Côrte a respeito da restauração da calçada que conduzia à barca de passagem para Portimão sôbre o rio Arade.

4 — Carta da Rainha D. Maria I sôbre a instrução religiosa dos povos do Algarve (9-X-1789).



«Pano de respeito» (Século XVI ?), Portimão

C) *Escritos sôbre D. Francisco Gomes*

1 — Oração fúnebre nas exéquias (impressa).
2 — Volume do «Panorama» com um artigo sôbre D. F. Gomes.
3 — Número 17 de «O Algarve Ilustrado» (artigo sôbre D. F. Gomes).
4 — Número 316 de «O Heraldo» (artigo sôbre D. F. Gomes).
5 — Memória do primeiro Congresso das Obras Católicas do Algarve.
6 — O primeiro Centenário de D. Francisco Gomes (opúsculo impresso).
7 — Números do «Bazar», suplemento literário de «A Voz», sôbre a iconografia de D. Francisco Gomes, pelo Dr. Mário Lyster Franco.
8 — Documentos vários sôbre uma questão local com os judeus.

II — ICONOGRAFIA

1 — Retrato a óleo (tamanho natural) com moldura de mogno maciço, pertencente ao Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique.
2 — Retrato a óleo pertencente ao Prior Joaquim Vieira.
3 — Retrato, por Vicente Micolta, p. à igreja de S. Clemente de Loulé.
4 — Retrato a óleo, p. aos herdeiros do Cónego J. B. da Veiga.
5 — Retrato por Micolta, p. à Câmara Eclesiástica do Algarve.
6 — Retrato pertencente ao Museu de Faro.
7 — Outro retrato pertencente ao mesmo Museu.
8 — Retrato com a assinatura e monograma do Prelado.
9 — Retrato p. ao Sr. Dr. Apolinário José Leal.
10 — Retrato p. ao Museu de Faro, pintado por Rasquinho e datado de 1816.
11 — Retrato p. ao Sr. Bispo do Algarve.
12 — Pequeno retrato a «crayon» pelo pintor Lyster Franco, p. ao Dr. M. Lyster Franco.
13 — Fotografia ampliada de retrato.
14 — Outra diferente.
15 — Retrato a «crayon» p. ao Pôsto Meteorológico de Faro.
16 — Pequena fotografia de retrato p. ao autor destas linhas.
17 — Outra fotografia p. ao pintor Lyster Franco.
18 — Postal com a gravura da estátua de Raúl Xavier.

III — LEMBRANÇAS PESSOAIS

1 — Mitra preciosa.
2 — Báculo pastoral — talha dourada.

Custódia da Sé de Faro
(altura 0,m775)

3 — Báculo pastoral — menos rico.
4 — Estola bordada a ouro em relêvo.
5 — Paramento rôxo — do uso do Prelado.
6 — Paramento rôxo — outro também do uso do Prelado.
7 — Paramento verde — tecido persa.
8 — Cálix — tem no fundo as armas do Prelado.
9 — Relicário do Santo Lenho em seu estôjo de coiro lavrado.
10 — Quadro com o alçado do Seminário.
11 — Quadro com a planta do Seminário.
12 — Vista da cidade de Coimbra — oferecida a D. Francisco Gomes.

EXPOSIÇÃO DE ARTE SACRA

I — UTENSÍLIOS DE ALTAR

1 — Crucifixo de pau-santo e marfim — pertencente à freguesia de Portimão.
2 — Outro crucifixo de pau-santo e marfim — pertencente à mesma freguesia.
3 — Crucifixo de pau-santo e marfim — pertencente à Misericórdia de Faro.
4 — Crucifixo com o Cristo de marfim, pertencente à igreja de Odiáxere. Notável pelo seu ar primitivo que denota grande antigüidade.
5 — Castiçais de metal amarelo, pertencentes à freguesia de Monchique.
6 — Jarras de altar — com as armas da Ordem do Carmelo. Pertencentes ao Ex.mo e Rev.mo Sr. D. Marcelino Franco.
7 — Relicários — de madeira entalhada, p. à freguesia de Almansil.
8 — Relicário — de prata, em forma de cruz — p. à freguesia de Portimão.
9 — Relicário — com osso de S. Basílio — p. ao Seminário.
10 — Relicário — em forma de medalhão (Santo Lenho?) — p. ao Seminário.
11 — Relicário com o Santo Lenho, notável pelo tamanho do fragmento da Cruz do Salvador, p. à Sé de Faro.
12 — Cálix — de prata — copa larga e pé curto. P. à freguesia de Querença.
13 — Cálix — de prata dourada, mandado vir por D. Francisco Gomes. P. à freguesia de Martinlongo.
14 — Cálix — de prata dourada — com o brasão dos Franciscanos. Pertenceu ao Convento de Monchique. P. hoje à igreja paroquial da mesma freguesia.
15 — Cálix — pertencente à igreja do Carmo de Tavira.
Forma um pouco diferente da habitual.
16 — Cálix — de ouro com notável trabalho de relêvo. P. à freguesia de Portimão.
17 — Píxide — com trabalho semelhante ao do cálix anterior. P. à freguesia de Portimão.
18 — Custódia da igreja da Raposeira.
Pequena. Datada de 1561. Talvez a mais antiga. Não tem cálix. Em forma de pórtico.
19 — Custódia-cálix, de Barão-de-S. Miguel.
É inteiramente lisa.
20 — Custódia-cálix da freguesia de Boliqueime.
Prata dourada lavrada.
21 — Custódia-cálix da igreja da Guia.
No mesmo gôsto da de Boliqueime mas maior.
22 — Custódia-cálix da freguesia de Martim-Longo.
No género das precedentes mas mais ornada.
23 — Custódia-cálix da igreja de Monchique.
Maior e mais ornada que as precedentes.
24 — Custódia-cálix da igreja da Luz-de-Tavira.
No gôsto das precedentes mas com desenho diferente nos ornatos.

«Rosas de Santa Maria» Ramo de ouro e prata oferecido pelas Colónias e que serviu na representação do Auto em Sagres

25 — Custódia-cálix da freguesia de Giões.
Tamanho médio. Campainhas pendentes do ostensório

26 — Custódia-cálix da freguesia da Mexilhoeira-Grande.
No gôsto da precedente mas maior.

27 — Custódia-cálix da igreja de Olhão.
Grande. Com colunatas retorcidas aos lados do ostensório.

28 — Custódia da Vila-do-Bispo.
O pé já não forma cálix. O ostensório tem colunatas retorcidas. É de prata dourada. Parece ter tido campainhas. O trabalho de ourivesaria é interessantíssimo. Pesa 9 quilos e meio. No meio das colunatas do ostensório a lúnula aparece ao centro de um disco com raios. Comparando o dourado desta parte com o da restante, tem-se a impressão de que é posterior. Teria sido ali sobreposta?
Esta custódia é hoje histórica, visto ter servido para dar a bênção ao Mar e ao Império, na imponente festa de Sagres, número das Comemorações Centenárias de 1940

29 — Custódia da igreja do Ameixial.
Ostensório em forma de pórtico, mas sem cálix no pé.

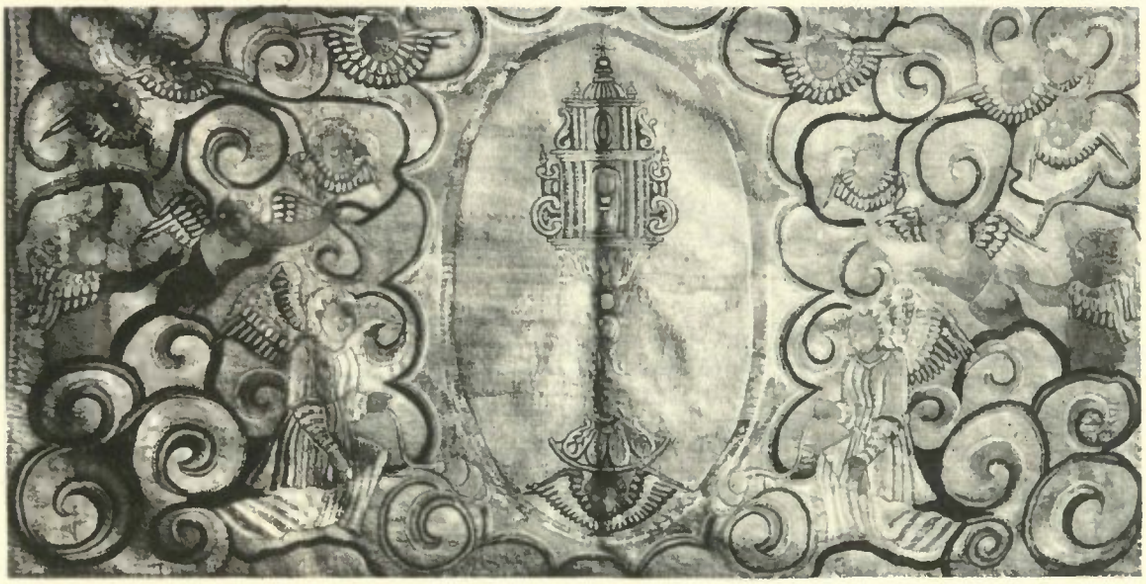
30 — Custódia da igreja da Conceição-de-Tavira.
Tipo da anterior, mas encimada por uma cruz, com duas campainhas pendentes do ostensório e uma gavetinha para guardar a cruz, quando desmontada.

31 — Custódia — da igreja de Estói.
Do tipo das anteriores mas encimada por três estatuetas.

32 — Custódia-cálix — da igreja de Alte.
O ostensório não é em forma de pórtico, mas de sol.

33 — Custódia-cálix—da igreja do Hospital de Tavira.
Do tipo da antecedente.

34 — Custódia da Sé de Faro.



Veu de Ombros
(século XVI ?)
Portimão

De prata dourada. Elegante, bem lançada. Ostensório em forma de sol, assente sôbre um feixe de espigas.

35 — Custódia de S. Francisco de Faro.
Do tipo antecedente. Mais baixa. Ostensório com pedrarias de várias côres. É tradição que veio de um dos conventos de Tavira.

36 — Custódia da igreja de Budens.
De prata. Tipo anterior, mas com duas asas no pé.

37 — Custódia da igreja de Moncarapacho.
Do tipo anterior mas pequena. Proporções interessantes.

38 — Custódia da igreja do Carmo de Faro.
De prata Ostensório em sol.

39 — Custódia da igreja do Carmo de Faro.
De madeira. Grandes proporções. Em vez de lúnula tem uma caixa onde se encerrava o Santíssimo na Quinta-feira Santa.

40 — Cofre para guarda do Santíssimo Sacramento.
De madeira, forrada de seda com guarnições e fechos de prata. P. à igreja do Algoz.

41 — Cofre para guarda do SS. Sacramento — igreja de Olhão.
De prata com belo trabalho de gravação.

42 — Cofre para guarda do SS. Sacramento. — De prata lavrada.
P. à igreja do Hospital de Tavira.

43 — Cofre para guarda do SS. Sacramento — da igreja de S. Pedro de Faro.
De madeira, forrada de sêda, com fechadura de prata.

44 — Cofre para guarda do SS. Sracamento — da igreja de Portimão.
De âmbar com guarnições e fechos de prata.

45 — Cofre para guarda do SS. Sacramento — da Sé de Faro.
De prata dourada, com belo trabalho de relêvo.

46 — Galhetas de prata da igreja do Carmo de Tavira.

47 — Jôgo de sacras de altar.
Molduras de madre-pérola, representando cenas da vida de Cristo. P. à igreja do Carmo de Tavira.

48 — Missal — da igreja do Carmo de Faro.
Forrado de veludo vermelho com fechos e guarnições de prata.

49 — Missal — da igreja do Algoz.
Com placas e fechos de prata. Menos antigo que o anterior.

50 — Missal que pertenceu ao Bispo D. Carlos Cristóvão Genuez Pereira.
Encadernação em carneira. Fecho de prata com pedrarias.

51 — Cochim para missal — da Sé de Faro.
De lhama vermelha, bordada a ouro.

52 — Estante de missal — da igreja de Santa Maria de Tavira.
Com embutidos de madre-pérola.

53 — Campainha, pertencente ao Seminário.
Coberta com um lindo arrendado de prata.

54 — Turíbulo — da igreja de Barão-de-S. Miguel.
De prata. Forma globular.

55 — Naveta — da mesma igreja.
Em forma de nau.

56 — Naveta — de Alcantarilha.
No gôsto da anterior mas maior.

57 — Naveta — da Sé de Faro.
De ouro e madre-pérola. Representa dois pés de avestruz, encimados por uma espécie de ôvo de madre-pérola, à frente do qual há um rosto humano ladeado por duas asas de ave. Foi desenhada pela Rainha Senhora D. Amélia e esteve exposta em Lisboa.

II — UTENSÍLIOS DO CULTO

1 — Baldaquino — para pôr o Sacramento quando vai aos enfermos.
Em forma de livro, quando fechado. P. à freguesia da Sé de Faro.

2 — Baldaquino — pertencente a S. Pedro de Faro.
No gôsto do precedente.

3 — Campânula de defuntos.
Servia para tocar adiante dos defuntos, quando os traziam para a aldeia. P. à freguesia de Estói.

4 — Campânula — P. à Sé de Faro.
Coberta com arrendado metálico. Era tocada na procissão do Senhor-aos-Enfermos.

5 — Vara do Juiz da Confraria do SS. da Sé de Faro. Prata lavrada.

6 — Vara do Compromisso Marítimo de Olhão. Prata lavrada.

7 — Vara do Juiz da Confraria do SS. de S. Pedro de Faro. Prata lavrada.

8— Livro da «Fauta» do Cabido. P. à Sé de Faro.
De madeira com cantos, charneiras, fecho, corrente e estilete de prata. Ao lado da lista dos Cónegos e Beneficiados um espaço encerado, onde cada furo do estilete indicava uma falta ao Côro.

9 — Livro de canto-chão feito expressamente para a Sé de Silves em 1830.
A notação é correctíssima. Tem duas gravuras à pena interessantes. Uma representa N. Senhora da Conceição, cercada de doze anjos. A outra a adoração dos pastores.
Contém os ofícios e missas do Nascimento de Nosso Senhor e da Imaculada Conceição.

10 — Lampadário — da igreja paroquial de Monchique.
Oferecido pelo Vice-Rei da Índia Pero da Silva ao convento de Nossa Senhora do Destêrro, que ficava sobranceiro àquela vila.
De latão. Proporções monumentais.

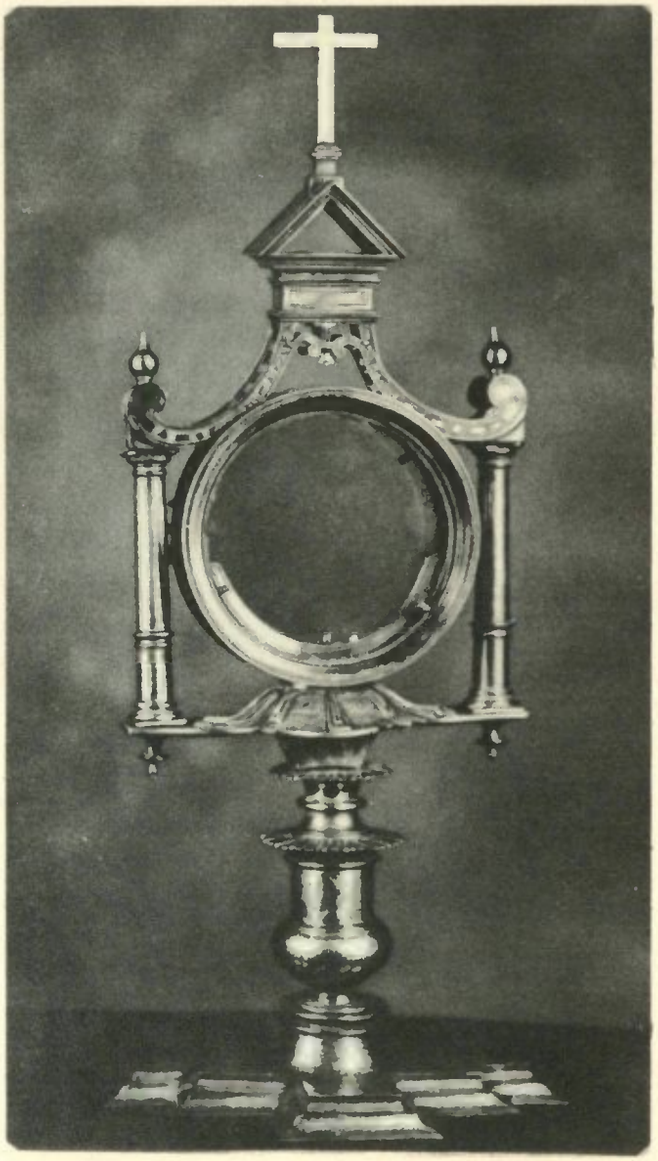
11 — Pia de água benta — de louça antiga.
Pert. a S. Ex.ª Rev.ª o Sr. D. Marcelino Franco.

12 — Cruz processional de Nossa Senhora do Rosário de Olhão.
De prata. Por baixo da cruz, numa espécie de nicho, a imagem de N. Senhora do Rosário.

13 — Base de cruz processional da Confraria das Almas, de Estói.
Semelhante à anterior. Falta-lhe a cruz. Em vez da imagem de N. Senhora, tem algumas figuras representando almas no meio de chamas.

14 — Cruz paroquial de Giões.
De prata lavrada. Antiga.

15 — Cruz paroquial de Martim-Longo.
De prata lavrada. Antiga.



Custódia da igreja da Raposeira. Datada de 1561. (altura 0,m40)

16 — Lanternas da igreja do Carmo de Faro.
Com magnífica obra de talha no gôsto da igreja.

17 — Cabeceira do esquife do Senhor-Morto. — Carmo de Faro.
Talha e bordados a ouro sôbre tecido roxo.

18 — Pálio roxo — da freguesia de Estói.
De damasco com ramos dourados.

19 — Pálio branco — da igreja de Marmelete.
Antiqüíssimo. Deve ter sido de qualquer convento extinto em 1834.

20 — Pálio branco — da igreja de Martim-Longo.
Uma colcha da Índia a que aplicaram sanefas, formando assim o pálio.

21 — Pálio roxo — de S. Francisco de Faro.
Ricamente bordado a ouro em relêvo.

22 — Pano de púlpito — da Sé de Faro.
De lhama vermelha, bordada a ouro em relêvo. Faz parte do jôgo de paramentos e alfaias vermelhas para Pontifical.

23 — Pano de estante — da Sé de Faro.
De lhama vermelha bordada a ouro em relêvo.
24 — Pano de estante da igreja de Albufeira.
25 — Bandeira do Compromisso Marítimo de Olhão.

III — VESTES SAGRADAS

1 — Paramento completo para Pontifical — de lhama vermelha bordada a ouro em relêvo. Composto de: casula, estolas, manípulos, dalmáticas, pluvial episcopal, véu de ombros, gremial e bôlsa de corporais.
Pert. à Sé Catedral de Faro.

2 — Paramento para missa cantada — tecido persa, antiqüíssimo.
Composto de: casula, dalmáticas com suas estolas e manípulos. O fundo do tecido é branco
Pert. à igreja de S. Pedro de Faro.

3 — Paramento para missa cantada — veludo vermelho, com bordados a ouro em relêvo, combinados com aplicações de tecido de diferentes côres formando imagens, algumas das quais chegam a ter expressão. Composto de casula, dalmáticas e pluvial com as estolas e manípulos respectivos. Pert. à igreja de S. Pedro de Faro.

Custódia-cális, da Igreja do Hospital de Tavira (altura 0,m61)

4 — Casula de sêda branca com bordados a matiz.
Antiga. Pertence à igreja de S. Pedro de Faro.

5 — Pluvial episcopal — de lhama roxa com bordados a ouro em relêvo.
Pertence à Sé Catedral de Faro.

6 — Paramento para missa cantada — de damasco roxo bordado a ouro em canutilhos.
Composto de: casula, casulas plicadas, respectivas estolas e manípulos, pluvial, véu de ombros e bôlsa de corporais.
Pertence à Misericórdia de Faro.

7 — Paramento para missa cantada — de veludo vermelho com trabalho de pirogravura. Notável pela tonalidade do vermelho.
Composto de: casula, dalmáticas e respectivas estolas e manípulos.
Pertence à Sé de Silves.

8 — Paramento para missa cantada — tecido persa com fundo branco. Muito antigo. Composto de: casula, dalmáticas, pluvial, estolas e manípulos, bôlsa de corporais. Pertence à igreja de Giões.

9 — Véu de ombros — de lhama branca, com aplicações de lhama de outras côres e bordados a ouro, feitos há cêrca de um século na própria freguesia de Giões, a que pertence.

10 — Paramento para missa cantada — damasco branco com grandes orlas de aplicações de veludo recamado de ouro. Antiqüíssimo.
Composto de casula e dalmáticas. P. a Santa Maria de Tavira.

11 — Casula de brocado de prata sôbre fundo de um formoso rosáceo.
Pertence à freguesia de Martim-Longo.

12 — Dalmática — de damasco branco com aplicações de bordado a matiz com admirável perfeição.
Pertence à igreja de Alte.

13 — Casula — tecido persa.
Pert. a Santiago de Tavira.

14 — Paramento — de lhama branca bordada a ouro em relêvo. É tradição que foi oferecido pelo Cardeal D. José Pereira de Lacerda à igreja de Nossa Senhora do Carmo, à qual pertence.

15 — Paramento de damasco branco bordado a matiz.
Pert. à igreja de Vila-Real-de-Santo-António.

16 — Dois pluviais antiqüíssimos, um verde e outro vermelho.
Pertencentes à igreja de S. Brás-de-Alportel.

17 — Paramento para missa cantada — tecido persa com fundo branco.
Composto de: casula e dalmáticas com suas estolas e manípulos.
Pertence à igreja de Olhão.

18 — Dalmática — de grandes proporções, com aplicações de tecido oriental.
Pertence à igreja de Cacela.

19 — Alva episcopal pertencente à igreja de Olhão.

20 — Véu de ombros — (século XVI?).
Pertence à igreja de Portimão.

21 — Três casulas antiqüíssimas, uma das quais bordada a lãs de várias côres.
Pertencentes à Ex.ma Família Fialho.

22 — Estola que pertenceu ao convento das Freiras Clarissas da Praça Afonso III. Pertence ao autor destas linhas.

IV — ROUPAS DE ALTAR

1 — Frontal — de lhama vermelha recamada de ouro.
Pert. à Sé de Faro.
2 — Frontal — de lhama branca recamada de ouro. Pert. à Sé de Faro.
3 — Rendas de altar. Malheiros antigos. P. à igreja da Fuseta.
4 — Frontal vermelho. Tecido oriental. P. à igreja de Olhão.
5 — Frontal de sêda branca com minúculos bordados a matiz de uma notável perfeição. Pert. à igreja de S. Brás-de-Alportel.
6 — Frontal vermelho com trabalho de bordado semelhante ao do anterior.
Pertence à igreja de S. Brás-de-Alportel.
7 — Frontal branco. Tecido oriental. Pert. à freguesia de Giões.
8 — Frontal de damasco branco com aplicações de veludo vermelho recamado de ornatos a ouro. Pertence à freguesia de Pera.

V — IMAGENS E ACESSÓRIOS

1 — Emblema do Coração de Jesus. P. à igreja de Boliqueime.
2 — Emblemas dos Corações de Jesus e de Maria. P. à igreja de Estômbar.
3 — Imagem de Nossa Senhora da Conceição.
De marfim. Com um relicário contendo um fragmento de véu da Santíssima Virgem (?). Pert. ao Seminário de Faro.
4 — Imagem de S. Francisco Xavier. Marfim.
Pert. ao Ex.mo e Rev.mo Sr. D. Marcelino Franco.
5 — Imagem de Santo António. Marfim e madeira.
Pertence ao Seminário de Faro.
6 — Imagem de N. Senhora do Rosário. Marfim.
Pertencente à Ex.ma Sr.a D. Adosinda Gama Pinto.
7 — Coroa de Nossa Senhora. Prata e pedrarias.
Pertence à Ordem Terceira do Carmo de Faro.
8 — Resplendor da imagem do Senhor dos Passos. Prata. Notável pelas suas proporções. P. à freguesia de Estói.
9 — Resplendor de imagem. Prata com pedrarias.
Pertence ao Carmo de Faro.
10 — Imagem de Nossa Senhora da Conceição. Marfim. Oferecida pelo Visconde de Alte à igreja desta freguesia.
11 — Crucifixo — de metal filigranado, pertencente à Ex.ma Sr.a D. Teresa Magallanes de Ramalho Ortigão.
12 — Vestidos e mantos de imagens pertencentes à igreja do Hospital de Tavira.

VI — OUTRAS ALFAIAS

1 — Pano de respeito (servia de fundo ao trono do Santíssimo nas exposições solenes) Século XVI (?).
Pertence à Confraria do Santíssimo de Portimão.
2 — Sanefas de andores. Lhama roxa recamada de ouro.
Pert. à igreja de S. Francisco de Faro.
3 — Panos e sanefas de um antigo pálio que pertenceu ao convento das Clarissas do Largo Afonso III. Tecido persa.
Pert. à Sé de Faro.

VII — DIVERSAS

1 — «ROSAS DE SANTA MARIA» — de ouro e prata — que serviram na representação do Auto em Sagres e foram oferecidas pelas Colónias portuguesas. Colocadas no altar de Nossa Senhora de Guadalupe pelo Senhor Bispo do Algarve.
Teem as seguintes legendas:
Numa placa:
Vimos buscar do Indo a grã corrente
Por onde a lei divina se acrecente

(*Lus.* VII — 25)

Nas fôlhas:
Rosa da Terra de Angola e por ela oferecidas.
À Pátria Mãe a Colónia de Moçambique.
Dos Portugueses de Cabo Verde.
De S. Tomé e Príncipe.
Da Guiné a Portugal.
Dos Portugueses de Macau à Terra Mãe.
Da remota Timor à Pátria sempre presente.
Tôdas têem a data de 15-VI-1940.
2 — Bula de agregação da Confraria do SS. Sacramento de *Salir*. Pergaminho do século XVI com iluminuras.
3 — Sumário da Bula da Cruzada impresso em sêda. Pertence ao Ex.mo e Rev.mo Sr. D. Marcelino Franco.
4 — Quadro pintado em tábua, assinado por Cristoval Gomez e datado de 1595. Pertence à igreja do Carmo de Faro.

P. JOSÉ ANTÓNIO PINHEIRO E ROSA

Discurso de Júlio Dantas em Faro

(PRONUNCIADO NO DIA 14 DE JUNHO DE 1940 AO INAUGURAR-SE, NA PRAÇA AFONSO III, O MONUMENTO COMEMORATIVO DA CONQUISTA DO ALGARVE E DA UNIDADE TERRITORIAL DA NAÇÃO)

Excelências:
Excelências Reverendíssimas:
Minhas Senhoras e meus Senhores:

George Rodenbach disse um dia, a propósito de Mistral: «Felizes os poetas e os escritores que trazem a sua província no coração!»

Não é apenas o presidente da Comissão dos Centenários que se encontra aqui, neste momento, para comemorar um facto de superior relêvo na história da formação da nacionalidade; é o filho pródigo do Algarve, que as contingências da vida e as tendências do espírito afastaram da terra em que nasceu, mas que na hora própria regressa, cumpre fielmente os seus deveres de algarvio, — porque, embora distante, nunca esqueceu a sua província maravilhosa; porque — na expressão feliz de Rodenbach — tem o Algarve no coração.

Mas, se os motivos que me levaram a usar da palavra nesta solenidade (acedendo, aliás, ao honroso convite) são de ordem sobretudo sentimental, é também no exercício da função em que me encontro investido que venho, perante os meus comprovíncianos ilustres e perante o povo de Faro — povo de marinheiros em cujas veias corre generoso sangue de fenício, romano e árabe — justificar as razões porque se construiu êste monumento, que hoje inauguramos.

Na jornada triunfal da primeira época das Comemorações — jornada simbólica da própria marcha da Nação no tempo e no espaço, desde o castelo de Mumadona, berço da Monarquia, até ao rochedo de Sagres, berço do Império — temos celebrado tôdas as datas fundamentais da Fundação e da Reconquista. Com efeito, em 1128, a Província portugalense separou-se para sempre da Galiza do norte, constituíndo o núcleo de formação da nacionalidade futura. Comemorámos êsse facto de Guimarãis. Em 1139, depois do grande fossado no coração da terra sarracena, que o «Chronicon Lamecense» é o primeiro a assinalar, os barões, obedecendo à tradição visigótica, elegem o seu rei. Celebrámos êsse facto em Ourique. Em 1141 dá-se o combate, torneio ou bofordo da Veiga da Matança ou da Portela do Extrêmo, e, como conseqüência da acção militar cuja vitória coube aos portugueses, assina-se o instrumento da paz entre Leão e Portugal; duas espadas reais cruzam-se pacìficamente diante do Evangelho bizantino da Sé de Zamora; e o suzerano, Afonso VII, reconhece o rei e o reino. Comemorámos êsse facto em Valdevez. Em 1147, pela conquista de Lisboa, base geográfico-marítima, capital histórica de Portugal, lavra-se, na expressão de um historiador, «a acta do nosso nascimento político»; em 1179, a bula do Papa Alexandre III confirma a posse do território e o título real à estirpe dinástica de Borgonha. Celebrámos êsses factos na capital. Que vimos agora fazer aqui? Que segnifica êste monumento, perante o qual todos os corações algarvios palpitam de justificado orgulho? Significa que em 1249, pela conquista do Algarve, realizámos a unidade territorial da Nação. E tão sòlidamente, tão perduràvelmente, com tão fortes raízes tradicionais essa unidade se constituíu, que resistiu a tôdas as vicissitudes da história — e dura há setecentos anos.

Meus Senhores, a terra algarvia é tão bela, que não podia deixar de ser portuguesa. Desde o anfiteatro de montanhas, ao norte, coroado de carvalhos e de castanheiros patriarcais, até às ondulacões verdes e fecundas do barrocal; desde as peneplanícies da sub-serra até à doçura vergiliana do Litoral magnífico — o cálido Chenchir da toponímia árabe, paraíso de vinhedos, de vergéis, de hortas, de pomares, doirada écloga, manto branco e rosado de amendoeiras em flor aos primeiros assomos da primavera —, que prodígio da Natureza, que Terra de Promissão, que presente de Deus! Glória aos homens que há sete séculos conquistaram êste precioso florão para

a coroa de Portugal! Glória aos barões, gigantes mitrados e cobertos de ferro, aos cavaleiros das Ordens, ao povo hirsuto e bárbaro dos concelhos, que se atirava para o fragor dos combates apenas com um peitoral de cortiça sôbre o coração; — glória também aos Cruzados frízios, dinamarqueses, saxões, normandos, alemãis, nossos companheiros de armas, nossos irmãos em Cristo, que com a sua cruz, as suas galés e a sua espada ajudaram o Algarve a ser português; É a memória de todos êsses heróis remotos que êsse monumento acorda para a nossa gratidão. Sem êles, talvez a Nação não tivesse chegado a adquirir a sua actual expressão geográfica. Sem êles, não seria porventura português aquêle venerável rochedo de Barlavento, onde há cinco séculos a águia imperial pousou para levantar o vôo e dominar o Mundo!

Santa Maria, chamaram os cristãos à velha Hárum, que nêste momento representa para nós o Algarve inteiro. Santa Maria dos cavaleiros, dos navegantes, dos pescadores; Santa Maria do Rei bolonhês, cuja tôrre se ergue ainda sôbre a galilé da Catedral; Santa Maria de Jerónimo Osório, do bispo Avelar, do poeta João de Deus, de todo o Algarve e de todos os algarvios, onde quer que êles nascessem, — dir-se-ia que tão alta invocação a salvou. Arruïnaram-na os terramotos, devastaram-na as tempestades, assolaram-na os homens; por instantes, pareceu pesar sôbre ela a mesma fatalidade que destruíra a Ossónoba fenícia ou romana; e entretanto, como uma criança aconchegada no regaço da Virgem — *Mater admirabilis* — Faro permaneceu. Nada puderam, contra êsse amparo divino, as guerras e as catástrofes. Na história de Santa Maria de Faro, na sua paisagem risonha, há reminiscências de Legenda Aurea, qualquer coisa que nos recorda a graça eterna das Natividades cristãs. Durante o século XVI, três reis magos da Renascença vieram trazer-lhes as suas oferendas: D. Manuel concede-lhe foral novo; D. João III, em 1540 — há precisamente quatro séculos — dá-lhe foros de cidade do reino; D. Sebastião, antes de partir para a morte, coloca-lhe na pedra de armas a mitra e o báculo episcopal. Pois bem: agora, que se completam quatrocentos anos sôbre a elevação de Faro a cidade, que lhe trazemos nós, portugueses de 1940? Êste monumento. Êste padrão votivo, que recorda, a um tempo, a cristianização da cidade e a unidade indestrutível do território português.

Completou-se aqui, é certo, o esfôrço da Reconquista. Mas não é êsse o único título de glória do Algarve. Se alguma coisa de heróico terminou além, para leste, no castelo de Albufeira — a obra da unidade territorial —, alguma coisa de mais glorioso ainda começou a oeste, na costa de Lagos e no rochedo de Sagres: a obra da expansão ultramarina. O Algarve reüne, num abraço refulgente, o fim de uma epopeia ao princípio de outra. Foi aqui, debruçado nos ásperos promontórios onde a Europa acaba, que um português, príncipe taciturno — o mesmo que nós vêmos nas tábuas de Nuno Gonçalves e iluminura do códice de Azurara — sentiu, como nenhum outro homem do seu tempo, que Portugal possuía uma alma grande de mais para viver num corpo tão pequeno. A carta de Marino Sanuto e o portulano laurenciano mostravam a África cercada de mar: demonstrá-lo pràticamente, atingir as Índias, abrir uma nova estrada marítima ao comércio universal, — eis o pensamento do Infante, eis a idéa-fôrça que determinou e conduziu, já antes de D. João II, as navegações progressivas do ciclo henriquino. Onde encontrou êsse homem singular os ânimos ousados, os braços robustos capazes de realizar a sua obra? Além, em Lagos, berço de Gil Eanes, de Lançarote, de Estêvão Afonso, de Vicente Dias, de tantos outros, meus remotos patrícios, que desfizeram a lenda do Mar Tenebroso, que lançaram aos pés do Infante Navegador as rosas de Santa Maria, que foram os percursores da grande revolução geográfica operada no fim do século XV pelo génio e pela ciência náutica portuguesa. Todos êles nos ouvem; todos comnosco a esta hora; vejo-os entre o povo que me escuta; reconheço os seus olhos profundos, as suas faces de bronze queimadas do sol e do mar; e já não sei destinguir entre os heróis das duas epopeias algarvias — a dos cavaleiros e a dos navegadores —, de tal modo êles se confundem, tão ìntimamente o nosso espírito os une no mesmo sentimento de orgulho e de gratidão.

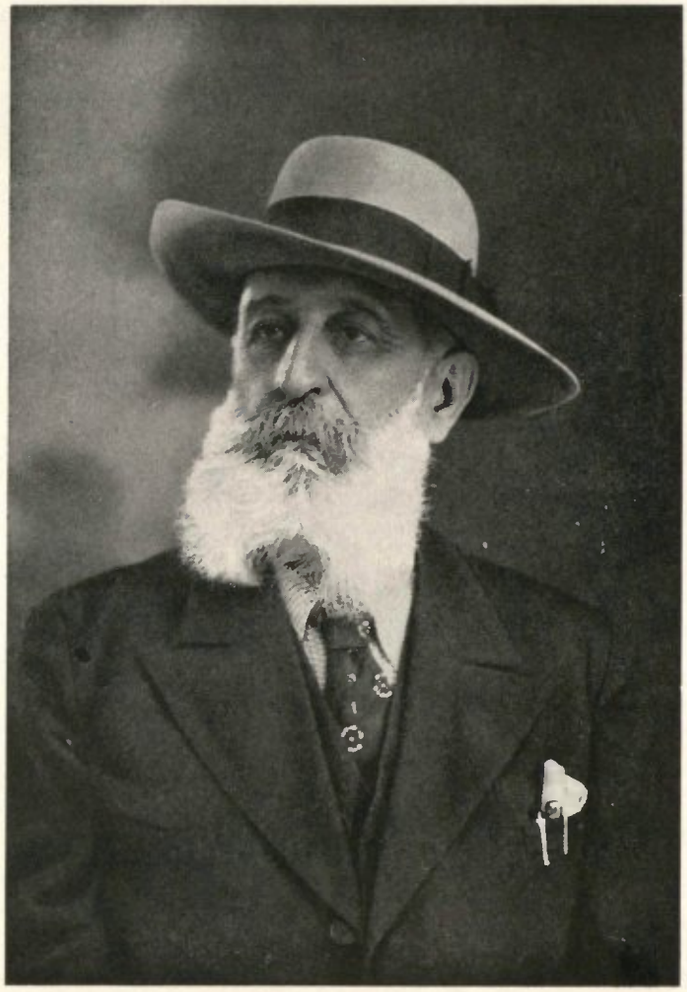
Algarvios! Eis o padrão comemorativo dos sete séculos do Algarve português. Monumento austero e simples, todo o seu valor reside no passado que consagra e nas memórias que pertetua. Estimai-o e conservai-o. Mal das Pátrias em cuja consciência colectiva não vive, sagrado e palpitante, o culto da sua história, porque os povos que se esquecem de si mesmo são povos destinados a desaparecer. É o Futuro que estimula a energia das Nações; mas é o Passado que assegura a sua unidade, que fortalece a sua armadura moral, que nelas mantém o sentimento profundo da própria personalidade. Celebrando a unidade geográfica e política da Nação, que se completou aqui há quási setecentos anos, Portugal afirma o seu direito à vida, e pratica, na hora dramática que o Mundo atravessa, um acto de serenidade e de fé, — não apenas nos seus destinos, mas nos destinos da Civilização latino-cristã. Neste momento, não é só o Algarve que todos nós, algarvios, temos no coração; é o grande lar português; é a Nação, na sua realidade integral e na sua continuïdade histórica; é a herança que recebemos dos nossos pais e que legaremos intacta aos nossos filhos; é a Pátria, — é Portugal!

CÂNDIDO GUERREIRO

AUTO DAS ROSAS DE SANTA MARIA

REPRESENTADO PELA PRIMEIRA VEZ NO ROCHEDO DE SAGRES, EM 15 DE JUNHO DE 1940, COMO FECHO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS NO ALGARVE

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA



Cândido Guerreiro

A Júlio Dantas,

filho de Lagos, como Gil Eanes,
e, como Gil Eanes,
glória da sua linda terra.

A Mário Lyster Franco,

á sua devoção pelo
nosso Algarve bem amado.

Representação do Auto no Rochedo de Sagres

Colaboração de Scena

Infante D. Henrique . . . . . **Clemente Pinto**
Mãe de Gil Eanes . . . . . **Luz Veloso**
Gil Eanes. . . . . **Jorge Gentil**
Escudeiro Velho . . . . . **Carlos Sousa**
Escudeiro Novo. . . . . **Manuel Guerra**
Cosmógrafo . . . . . **João Guerra**
Mareantes; pescadores e mulheres da região.

Enscenação e Direcção de MESTRE CARLOS SANTOS

Comentário musical do DR. F. FERNANDES LOPES

LOCAL E ÉPOCA DA ACÇÃO—SAGRES—1434

"E PORQUE, SENHOR, DISSE GIL EANNES, ME PARECEU QUE DEVIA TRAZER ALGUM SINAL DE TERRA, POIS QUE ELA SAHIA, APANHEI ESTAS ERVAS QUE AQUI APRESENTO A VOSSA MERCÊ, AS QUAIS NÓS EM ÊSTE REGNO CHAMAMOS ROSAS DE SANTA MARIA."

AZURARA — Crónica do Descobrimento da Guiné (Cap. IX; pág. 59)

Do rochedo de Sagres, a mãe de Gil Eanes olha o mar ansiosa e longamente.
Depois dum curto silêncio:

Ondas do mar azul,
Vagas de oiro e cristal, ondas de anil,
Não fostes vós, de certo,
Mas o Mar Tenebroso, o mar deserto,
Perpétua lama fétida e paúl,
Que tragou o meu Gil.

(Entra o Infante D. Henrique. A mãe de Gil Eanes, voltada para o mar, não dá pela presença dêle, que a vê apenas de perfil e estaca a ouvi-la)

Há quantos meses, quantos! se embarcou
Em tão má hora,
E nunca mais voltou!
Para a minha saüdade há mais de mil;
Porém na scisma do Senhor Infante,
Na chama da loucura que o devora,
Talvez tenha partido há um instante...
E não lhe dói
Que eu chore e me atormente e me consuma...
Bem podia o meu filho — era um herói! —
Expirar entre lanças num combate,
Envolto pela túnica escarlate
Do próprio sangue, mas em glória suma...
Ou, marinheiro audaz, tivesse êle antes
A morte que convém aos navegantes,
E, amortalhado num lençol de espuma,
Os funerais soberbos dum naufrágio!
E tivesse os relâmpagos por tochas,
Os responsos rezados pelo vento
E a piedosa velada destas rochas!
Mas uma voz, cá dentro, de presságio,
O grito das gaivotas, agoirento,
O reboar profundo das cavernas
Bem me anunciam que ficou sepulto
Nessas longínquas solidões eternas...
Oh, não podia, não! ficar inulto
Êsse pecado horrendo — pretender
Devassar o que Deus quis esconder
Ao miserável, pobre olhar humano
E para sempre ficará oculto
Na cortina de brumas do oceano,
Além das quais, se alguma vida existe,
É sòmente a de monstros infernais!
Ai de mim! ai de mim! ai, sina triste!
Nunca mais, oh meu filho, nunca mais
Beijarei tua face juvenil
E nem posso florir-te a sepultura!
— Filhas de Lagos, desoladas mães
Dos leais companheiros do meu Gil,
Chorai comigo a grande desventura!

O INFANTE, *aproximando-se, reconhecendo a mãe, e dirigindo-se ao cosmógrafo e um escudeiro velho, que entram neste instante:*

A mãe de Gil Eanes...

Á mãe com severidade:

A que vens?

A MÃE, *enleada:*

A buscar o meu filho...

O INFANTE, *com ironia:*

O devorado
Dos monstros de que tu falaste há pouco?

A MÃE, *com humildade:*

Meu Senhor, perdoai, se vos enfado...
É que tive esta noite um sonho lindo...

O INFANTE, *sombrio:*

E por causa dum sonho, por ventura
Insensato, estivemos nós ouvindo
Más palavras e acusas-me de louco...
Sê-lo-ei, na verdade, que a loucura
É labareda, às vezes, e alumia
A sombra formidável da lonjura,
E é uma voz sagrada, — é profecia...
Mas conta-nos o sonho.

A MÃE, *que pouco a pouco se anima:*

Da minha alta açoteia, que domina
A baía de Lagos majestosa,
Sonhei que via um temporal medonho
Rugindo ao largo, em cólera assassina...
Porém, cortando a mancha tenebrosa
Do enorme turbilhão, que mais avisto?
— O vulto airoso duma caravela,
E, rútila, a sangrar em cada vela,
E a derramar à volta tons vermelhos
A cruz de Cristo!
— Senhora! Mãe de Deus! Salvè, Rainha,
Mãe de misericórdia! oh vida minha!
— Era o meu Gil o Mestre dêsse barco! —
Senhora das Angústias! de joelhos
E de mãos postas, eu rezei o têrço...

O INFANTE, *interessado:*

E depois? e depois?

A MÃE, *num enlêvo, alheada:*

Súbito, um arco
De sete côres refulgiu no ar...
Era um sinal de paz e de bonança:
Desfêz-se a tempestade em chuva mansa...

O INFANTE, *ansiosamente:*

E a caravela?

A MÃE, *sorrindo em êxtase:*

Transformou-se em berço
Que a Virgem-Mãe desceu a embalar...
Vinha deitado nêle uma criança
— O meu filho, tal qual, em pequenino, —
E, num prodígio do poder divino,
O berço veio aqui parar, e Sagres
Ficou marcada então para o mais alto,
O mais famoso e singular destino
E foi sagrada terra de milagres...

O INFANTE:

E depois?

A MÃE:

Acordei num sobressalto,
E logo, sacudida de alvorôço,
Pulei do catre e, mal vestida, presta,
Porque vinha esperar o meu menino,
Meu Gil Eanes tão gentil e moço,
Vim para a rua. O coração em festa,
Não sofrendo incertezas ou demoras,
Nem sequer reparei que era de noite
E que as portas da vila àquelas horas
Estariam fechadas e guardadas...
Mas por acaso há mãe que não se afoite
A romper cadeados e ferrolhos
Pelo seu filho? Uma aflição materna
Derriba até muralhas ameadas...
Reduplicada em mim a luz dos olhos
Naquela escuridão, fui à poterna.
Para não alarmar as sentinelas,
Cautelosa e subtil, passei descalça
Aquela porta falsa
Chamada da Traição...
Sob o esplendor das lívidas estrêlas
E de ânimo viril, intemerato,
Sem medo a lôbo, nem a javali,
Sempre a direito, vim cortando o mato.
Quando cheguei a Guadalupe, vi
Uma estrêla voar pela amplidão
E envolver a ermidinha num clarão...
Ajoelhei e descansei ali
O tempo escasso de rezar um credo.
E, ensangüentando os pés até aqui,
Aqui me encontro desde manhã cedo. .
Ai de mim! ai de mim! Foi tudo em vão!...
Foi um sonho falaz e malfazejo...

O INFANTE:

Sonhaste um sonho tão formoso e ledo:
Porque duvidas, coração ingrato?

A MÃE, *num desânimo:*

Senhor, se eu ólho o mar, e nada vejo —
É que o sonho o gerou o meu desejo...

O INFANTE, *com segurança:*

O teu sonho não foi tão insensato
Como, antes de o contares, o supus.
Sonho-revelação, sonho de luz,
Aprouve a Deus dizer por tua bôca
Que abençoa e sorri à minha emprêsa
De espalhar o Seu nome pelo mundo,
Pronunciado em língua portuguesa!

O VELHO ESCUDEIRO, *que tem ouvido o diálogo, sombrio:*

Emprêsa inútil, temerária e louca,
Não a domina a fé, porque no fundo,
O que a move, Senhor, é a avareza,
É a cobiça com a garra adunca
Fingindo acarinhar. É o ladrão
Que se disfarça em hábito de monge...

O INFANTE, *repreensivo:*

Os anos deram-te ousadia à língua...

O ESCUDEIRO:

Mais do que os anos, a afeição que nunca
Andou tão desvairada, no receio
Por vós, Senhor...

O INFANTE:

Por mim? Por que razão?

O ESCUDEIRO:

Superstição talvez; porém, à míngua

(apontando para o «Livro de Marco Polo»)

Dêsse livro de fábulas, eu leio
No vôo dos corvos crocitando ao longe,
No círculo que traça
Sôbre as névoas translúcidas a lua,
Na sombra que rasteja pelo solo,
Quando uma núvem nas alturas passa...

O INFANTE, *interrompendo, irónico:*

Livro mais certo que o de Marco Polo...
E que lês nessa bíblia? Continua...

O ESCUDEIRO:

Leio sòmente para vós — desgraça...

O INFANTE:

Temor dum velho de cabeça tonta...

O ESCUDEIRO, *com intenção:*

Também sonhei...

O INFANTE:

E o que sonhaste? Conta...

O ESCUDEIRO, *convicto:*

Pois sonhei que num cárcere nefando,
Entre infiéis, um príncipe cristão
Havia de morrer, e, por afronta,
Por sacrílego insulto, abandonado
De justiça, de amor, de compaixão,
Sem vísceras, chagado e miserando,
Seria o seu cadáver pendurado
De entre as ameias dum castelo moiro...

O INFANTE, *ante a suspensão do escudeiro:*

Quem era, dize, o malaventurado?...

O ESCUDEIRO, *olhando fixamente o Infante:*

Êsse mártir seria o vosso irmão,
Sua Mercê o Infante D. Fernando...

O INFANTE, *num sobressalto, benzendo-se:*

Que para longe vá o teu agoiro!

A MÃE, *num terror:*

Dois sonhos! Qual será o verdadeiro?

O INFANTE, *irritado:*

E a que vem uma tal figuração
Dêsse martírio e dêsse cativeiro
E umas coisas assim tão descabidas?

O ESCUDEIRO, *com firmeza:*

A prevenir maiores desventuras
E a pedir-vos que ouçais os meus conselhos.
Podeis poupar ainda muitas vidas...
Olhai que vos suplicam de joelhos
Mães, irmãs e noivas doloridas...
Vêde que preparais aos portugueses,
Com as navegações em que sonhais,
Novos desassossêgos e revezes...
E, para mais,
Podeis exercitar vossas façanhas,
Expulsando a Mafoma das Espanhas.
Se quereis propagar a fé cristã,
Tendes o moiro de Granada à porta...
Para que teima tal e tal afã
Em mandar gente e barcos para o Sul?
É fraudar-nos em homens e fazenda,
Pois que, além do horizonte, o mar azul
Transmuda-se num charco ou terra morta...

O INFANTE:

E acreditas, oh velho, numa lenda
Boa para crianças? Tu sonhaste...
Tiveste um pesadêlo. Deus afaste
De nós teu sonho mau!
Mas eu também sonhei e sonho agora...
Sonho que Portugal é uma nau
Com bandeiras de púrpura nos mastros,
Ligeira, empavezada, mar em fora,
Que doma as águas, que namora os astros,
E navega à conquista dum império!
— *África Portentosa*! o teu mistério
É dêste povo e fá-lo-á gigante,
Morram embora príncipes, embora!
Por um pouco de argila transitória,
A eternidade duma Pátria ovante,
Radiosa, magnífica de glória,
Egrégia e triunfal!
África Portentosa, és Portugal!
Começámos em Ceuta: ávante! ávante!

O ESCUDEIRO, *à parte:*

É um verbo profético ou delira?

O INFANTE:

Dizes que o mar acaba além num charco...
Velha mania, estúpida mentira!
O mar criou-o Deus, mas para o barco.
Líquida estrada, vai de polo a polo,
E é um seio materno e é uma lira!
Embala os continentes no seu colo
E canta, por milénios, o bendito,
E ensina-te a rezar,
Com o sagrado cântico soturno...

A MÃE, *à parte e comovida:*

Jesus! Santa Maria! eu acredito
No Infante bruxo e grande taciturno!
— Gil Eanes, Senhor! há-de voltar!

O INFANTE, *para o escudeiro:*

Velho medroso, pássaro nocturno,
Tu não lhe entendes o trovão, o grito,
Não entendeste nunca a voz do mar,
A aliciante voz que nos convida
Ao frémito, à alegria
De o possuir, de o ter a palpitar,
Beber-lhe a fôrça, a exaltação da vida!

(Pausa)

A grande voz do mar! a sinfonia

Dessa orquestra em que as ondas são as harpas
(Para vós outros um rumor confuso,
Um bárbaro clamor tumultuário)
Eu só a entendi destas escarpas
E só a sei amar, — porque a traduzo, —
Nêste rochedo augusto e solitário!
É de aqui que uma sombra se projecta
Em noites de ardentia — violeta
E luar liquefeitos — e me assombra
E treme e flue no lucilante abismo...
— Cavaleiro sem mácula ou asceta,
Quem é o vulto que a desenha? Scismo,
E reconheço a minha própria sombra ..
Porém nas noites invernais e escuras
Ela sobe e converte-se em penumbra...
Depois é luz, dilata-se, deslumbra,
Alto farol de gerações futuras...

Dirigindo-se ao escudeiro:

Tu que tens numa núvem que se afasta
Rápida, inconsistente e casual,
No círculo da lua ou vôo das aves
Uma visão fatídica, nefasta
E vaticínios trágicos e graves,
O que verias tu neste sinal?

O ESCUDEIRO, *vencido:*

Um sinal de que Deus vai operar
Por vós, Senhor, e pelos algarvios
Grandes feitos na terra e sôbre o mar...

O INFANTE:

Tenho essa fé.

Dirigindo-se à mãe:

E tu tem confiança,
Que Gil Eanes voltará em breve.

A MÃE, *pondo as mãos e erguendo-as:*

Louvado seja Deus!

O INFANTE:

E aos mais navios
Que hão-de partir de aqui...

A MÃE, *interrompendo:*

Que Deus os leve
E traga em mar leal e de bonança!

O INFANTE:

Teu filho há-de ensinar as grandes rotas
De outras nações e o curso de outros rios...

UM COSMÓGRAFO:

Senhor, eu vos conjuro a que deis tréguas
Ao vosso imaginar... O mar avança,
Creio-o, sim, como vós, léguas e léguas,
Mas há nessas paragens tão remotas,
Monstros não digo, — temporais bravios...

O INFANTE:

Que sabeis vós de regiões ignotas?

O COSMÓGRAFO:

Quanto a cosmografia nos ensina:
Que o mundo é uma esfera, e, no equador,
Implacável, o sol morde e calcina,
Faz da terra um deserto, um areal
Sem sombra de palmeira ou uma flor
A dar sinal de bendição divina,
E põe no mar um férvido cachão
Maior que o do mais rijo vendaval.
Se sôbre a terra a vida não germina,
Sai das ondas tão cálido vapor
Que, formando a perpétua cerração
Dum nevoeiro insidioso e mole,
A luz devora, lívido e traidor.
Para que houvesse ali navegação,
Teríeis antes que apagar o sol.
Bem se diz: — «Quem passar o Cabo Não
Ou voltará ou não».
Que podemos dizer do Bojador?

O INFANTE:

Cosmógrafo! cessai; que tenho ouvido
Com surprêsa cair dos vossos lábios
Os êrros crassos do escudeiro velho,
Porém indignos do menor dos sábios
Que à minha volta tenho reünido
Para melhor, mais lúcido conselho.
Nenhum saber mais alto haveis colhido
Dos vossos venerandos alfarrábios?

O COSMÓGRAFO:

Que os barcos que ali vão ali se somem,
E sei que o mar Atlântico não é,
Como o Mediterrâneo, um doce lago...
Poder de Roma e génio de Cartago
Jamais se abalançaram a tamanhas
Aventuras...

O INFANTE, *apontando um livro dos Evangelhos:*

...«E disse Jesus: — Homem,
«Tivesses tu — como direi? — a fé,
«Tanta como um grãozinho de mostarda,
«E poderias remover montanhas...»
O Deus de Portugal, o Deus de Ourique
Tem Gil Eanes sob a sua guarda!

Apontando para a Mãe:

Nós ambos temos fé.

O COSMÓGRAFO:

E, sem embargo,
Eu nada enxergo nesta névoa parda,
Nada...

UM ESCUDEIRO MOÇO, *entrando alvoroçadamente:*

Senhor Infante D. Henrique,
Aproam velas, branquejando ao largo,
Com rumo a êste cabo...

(Olham todos ansiosamente o mar).

O INFANTE, *à Mãe:*

Olha!

O ESCUDEIRO VELHO, *encantado:*

É verdade!

O COSMÓGRAFO, *persistindo na dúvida:*

Barco talvez dalgum pirata moiro...

O INFANTE, *repelindo a sugestão:*

Impossível!

O ESCUDEIRO MOÇO, *com enlêvo:*

Parece a caravela...
E que linda que vem, na claridade
Desta manhã de Junho!

O INFANTE, *num grito de triunfo:*

É ela! é ela!

A MÃE, *chorando de alegria:*

Traz o meu filho... É êle! é êle!

O INFANTE:

É êle!

A MÃE, *caindo de joelhos e mãos postas:*

Graças, Jesus! Senhora da Piedade!

O ESCUDEIRO MOÇO:

Com êste vento de feição que a impele,
Olhai, não tarda aí, no ancoradoiro...

O INFANTE, *num transporte:*

Bendito seja Deus!

TODOS, *excepto o cosmógrafo, em côro:*

Bendito seja!

O INFANTE:

Oh mar profundo, oh meu irmão, troveja
Teu canto gigantesco e imorredoiro,
Rompendo desta nesga do Ocidente,
E acordem ecos na montanha e vale!
E vós, falésias, oh castelos de oiro,
Tôrres de lenda, oh épicas muralhas
Laivadas por um sangue de batalhas,
Estremecei de júbilo fremente,
No frenético orgulho omnipotente
Da transfiguração de Portugal!
Marinheiro, soldado e missionário,
De aqui vai abalar, e em tôda a parte
Êle há-de erguer em cada baluarte,
A mesma cruz que encima o campanário
Da aldeia pequenina que deixou...
Há-de cravá-la ao pé de cada fonte,
Há-de erguer uma ermida em cada monte,
E em tôda a acrópole — uma catedral!
— Porque a cruz é a signa imperial
Sangrando no seu rútilo estandarte!

Dirigindo-se ao cosmógrafo:

Haveis falado em Roma: ela passou...
Falastes em Cartago: destruída...
Não passa Portugal, porque marcou,
Porque traçou no seu pendão a cruz,
E a cruz é o lábaro da vida,
E é Portugal agora que a conduz,
Não em suplício, ao Gólgota, nos ombros,
Mas em triunfo, a derramar assombros,
Desde esta hora semeador de luz,
Portugal! Portugal! meu Portugal!
Levantam-se das tumbas os avós
Nesta manhã genésica e imortal...
Os mortos mandam: oiço-lhes a voz
Na voz do mar... — Oh mortos, sossegai
Na paz dos vossos túmulos, que nós
Hemos de vos honrar!

A MÃE, *como que extasiada:*

Mas reparai:
O ar encheu-se dum aroma e brilho
Que parece que vem Nossa Senhora
Com êles para terra!

O INFANTE, *convicto:*

E vem, de certo!

A MÃE, *pondo as mãos, como que sentindo a presença real da Virgem:*

Rosa mística, luz consoladora,
Avè, Maria, cheia sois de graça!
E, oh suave madrinha do meu filho,
Do filho amado que já sinto perto

E há tantos meses, tantos! não me abraça,
Perante vós eu me prosterno e humilho:
Senhora, fôstes vós que mo trouxestes!
Por vós o mar foi um suave trilho
E os vossos olhos maternais, celestes
Foram luar pacífico de neve
E foram resplendor da estrêla de alva!
Por vós, Senhora, ùnicamente salva,
A caravela deslizou mais leve,
De sol vestida sôbre as ondas calmas,
Com sol a bordo para as nossas almas,
Avè, Maria! Tôrre de Marfim!

(Vendo Gil Eanes, que surge à frente dos MAREANTES, *seus companheiros, e de vários pescadores e mulheres da região, que naturalmente acorreram a assistir ao desembarque, corre para êle e abraça-o)*

Filho!

GIL EANES:

Senhora Mãe!

A MÃE:

Meu filho!

O INFANTE:

Enfim!

A MÃE, *acariciando Gil Eanes:*

Filho! meu filho!

O INFANTE, *impaciente e com intimativa:*

Gil! Gil!

GIL EANES:

Meu Senhor!

O INFANTE, *numa ansiedade:*

Então?

GIL EANES, *com alegria:*

Dobrei o cabo Bojador!

O INFANTE:

E viste...

GIL EANES:

O mar... o mar... E continua
E banha a terra, não árida e nua,
Mas fecunda, com árvores tamanhas
Que parecem de séculos... Montanhas
Azulam-se nos longes, silenciosas...

O INFANTE:

Não encontraste algum vestígio humano?

GIL EANES:

Nem rasto de gazela fugidia.
Nem aves que cantassem descuidosas.
Não vi pègada de homem. Todavia
E porque existe a vida e tumultua
Em seivas, em rosais de todo o ano,
E em cada planta, vitoriosa, estua,
Senhor, para memória dêste dia,
Trago-vos estas ervas, — tão viçosas
Como se eu acabasse de colhê-las...
Que lindo nome têem! *Santa Maria...*
Dignai-vos, meu Senhor, de recebê-las.

O INFANTE, *tomando-as e aspirando-lhes o perfume:*

Rosas! com tal aroma! Rosas! «Rosas!
«Bem me falavam ondas rumorosas,
«Bem mo dizíeis vós, altas estrêlas!...

«Rosas de além do mar esplendorosas!
«Ide a Santa Maria, ide oferecê-las,
«E — *Talent de bien faire*! — entretecê-las
«Nas suas sete espadas dolorosas...

«Um Portugal Maior! — Santa Maria!
«Sirva o teu nome de pendão e guia
«De glórias, de façanhas e aventuras!

«Seja o teu nome a letra inicial
«Do vindouro e lusíada missal,
«E as rosas servirão de iluminuras...»

Vão saindo lentamente, enquanto, fóra, se ouve, na toada melancólica e grave da região, o coro da SALVÊ-RAINHA.

PANO

O Algarve e o Infante D. Henrique

por

Francisco Fernandes Lopes

ADVERTÊNCIA

Êste breve trabalho, meramente alinhavando elementos dispersos, não visou mais do que a dar uma resenha cronológica fiel da actividade do Infante D. Henrique nas suas relações com o Algarve.

Perdoar-se-lhe-á, assim, o que tem de deficiente a todos os respeitos, pelo que de innovação possa representar.

Em futura oportunidade, mais favorável — de paciência e de erudição — o autor o corrigirá e ampliará.

Olhão, Outubro/Novembro de 1941.

FRANCISCO FERNANDES LOPES.

«No ano do Senhor, de 1460, o Senhor Infante D. Henrique adoeceu numa vila sua que está no Cabo de S. Vicente, do que morreu a 13 de Novembro do dito ano, numa quinta-feira. E naquela noite em que morreu, levaram-no para a igreja de Santa Maria em Lagos, onde foi sepultado honrosamente. E o rei Afonso estava então na cidade de Évora: e ficou muito triste, com o seu povo, pela morte de tão grande senhor; porque todos os rendimentos que tinha, e tudo o que provinha da Guiné, gastava em guerra e em contínua armada no mar contra os sarracenos, pela fé cristã. No fim do ano o rei Afonso mandou-me chamar, pois contìnuamente eu ficara, por mandado do rei, em Lagos, junto do corpo do Infante, dando o que era necessário aos sacerdotes que se empregavam em contínuas vigílias e no ofício divino e mandou que eu visse e examinasse se o corpo do Infante estava putrefacto porque queria trasladar os ossos dêle para o mosteiro, realmente formosíssimo, que se chama Santa Maria da Batalha, que seu pai o rei João I.º edificara com frades da ordem dos prègadores. Eu, com efeito, chegando ao corpo do defunto, descobri-o e encontrei-o sêco e íntegro, excepto a ponta do nariz. E encontrei-o cingido por cilício áspero de sêdas de cavalo; pois bem canta a Igreja: *non dabis sanctum tuum videre corruptionem* (não permitirás que o teu santo sofra corrupção). O qual Senhor Infante até à morte permaneceu virgem, e fêz em sua vida muitos benefícios que seria prolixo contar. Então, o rei mandou ir o seu irmão Senhor Infante D. Fernando, duque de Beja, e bispos e condes, a-fim-de levarem o corpo até ao mosteiro da Batalha supradito, onde o rei esperava o corpo do defunto. E foi pôsto o corpo do Infante na capela formosíssima e grande que o seu próprio pai, o rei João, fizera, onde o mesmo rei jaz com sua mulher D. Filipa, mãe dêle, e cinco irmãos do mesmo, dos quais todos louvável memória haverá até à eternidade. E descansam em santa paz. Amen.»

Segundo êste irrecusável testemunho do fidedigno Diogo Gomes, no relato que fêz, embora uns vinte anos depois, ao cavaleiro alemão Martinho de Boémia e que êste redigiu no latim que Valentim Fernandes arquivou no seu célebre «manuscrito de Munique», o Infante D. Henrique teria pois falecido na sua vila do Cabo de S. Vicente (*in quadam villa sua, quae est in Cabo Sancti Vincenti*). Evidentemente porém, Diogo Gomes falava em sentido lato, porque sabemos hoje bem, fora de tôda a dúvida fundada, que a dita vila não estava *no cabo de S. Vicente*, isto é, em nenhuma das três pontas do cabo pròpriamente de S. Vicente (ponta do farol, pontal dos corvos, pontal gordo), mas sim *em Sagres*, e precisamente na actual *ponta de Sagres* que na região globalmente designada por *cabo de Sagres* é a ponta ou cabo a que tradicionalmente ficara o nome de *Terçanabal*, deturpação manifesta do nome *Tarfanabal* (ou *Tarf Hanabal*) dado pelos árabes ao *cabo de Hanibal* dos cartagineses, junto do qual se conservara o pôrto a que os romanos chamaram *Portus Hanibalis*, — o pôrto da actual angra de Sagres onde fica a praia chamada da *Mareta*, pôrto de acesso e desembarque da povoação de Sagres.

Faleceu pois o infante na sua *Vila de Terçanabal*, que o próprio Infante, por fim, chamava também *Vila do Infante*, ou *Vila de Vila do Infante*, ou simplesmente *Minha Vila*. E faleceu ali em 13 de Novembro de 1460, tendo-se aí recolhido, ao sentir-se doente ou ao pressentir o fim, «dous ou três meses pouco mais ou menos antes da sua morte» (segundo outra crível informação, embora tardia de um século), — portanto desde, pelo menos, começos de Setembro. «E sem entender em outra algũa, despendeo todo esse tempo em cousas que pertencião a seu descargo. E em fazer alforge para caminhar pera a gloria»

O facto de o Infante ter falecido na sua Vila depois de ter aí estado doente alguns dias não implicaria por si só que tivesse aí residência própria,

pois bem poderia o infeliz sucesso ter-se dado em casa alheia, por ocasião de qualquer ida ali, acidentalmente. Porém o facto de ali se ter recolhido propositadamente, desde dois ou três meses antes, no intuito evidente de aí fazer as últimas disposições da sua vontade e aguardar a terminação dos seus dias, não pode deixar de implicar, razoàvelmente,

SAGRES — O «palácio» do Infante D. Henrique, segundo a tradição.
(Fig. 1)

alojamento próprio e condigno em todos os sentidos, e expressamente preparado desde antes.

É verdade que dentro da actual praça de Sagres, à esquerda de quem olha para a frente da pequena igreja, se encontram umas casas que a tradição refere como tendo sido habitação ou «palácio» do Infante (fig. 1). Vaga parece porém esta tradição, e tão incaracterístico decerto é o aspecto da moradia modesta que, à primeira vista, se repudiaria a asserção. Tratando-se porém de casa alta, com escada exterior, não é impossível que, sob outra arquitectura, tivesse sido ali o modesto palácio; ou, mais presumìvelmente, talvez que no próprio torreão grande da fortaleza o Infante não deixasse de ter o aposento próprio para quando ali ia ou lá permanecia algum tempo. Vários documentos existem, com efeito, datados da sua Vila, em datas diversas, como veremos.

Se, decerto, tinha pois o Infante habitação própria na sua Vila, — fôsse onde fôsse — só a poderia ter tido, depois ou desde a fundação desta, ou seja nunca antes de 27 de Outubro de 1443, em que o regente D. Pedro, seu irmão, o autorizou a «fazer certa poboraçam ou poborações cercadas ao Cabo de Trasfalmenar», ou nem mesmo antes de 2 de Setembro de 1448, em que a dita autorização lhe é confirmada por D. Afonso V, então já pessoalmente no govêrno do reino... Talvez nem ainda em 1451, quando a *Vila de Terçanabal* já aparece mencionada no documento régio de 10 de Abril em que, a pedido do Infante, o degredado João Freire, «por ser pescador», é transferido de Castro-Marim para «a dita Vila do Infante»; mas talvez que já em 1452, quando por carta régia de 24 de Janeiro o degredado Álvaro Eanes, mudado para a Vila do Infante, é mandado apresentar «pessoalmente em a dita Vila perante o dito Infante» que, assim, ali teria residência já...

Seja como for, o caso é que, anos antes desta data, — e positivamente em 1446, — tinha o Infante no lugar da *Raposeira* «pousadas onde pousava»; e na mesma aldeia se encontrava em 25 de Outubro de 1452... E é verdade que na própria aldeia da Raposeira existem umas casas que ainda hoje são conhecidas como «*os Paços do Infante*» (figs. 2 e 4). Pequeno prédio, moderno de aspecto, não é impossível que corresponda à tradição, sendo casa de primeiro andar, com uma escadaria exterior de degraus certamente vetustíssimos (fig. 3). A tradição viva pretende que uma pedra furada, embebida na parede desta escada sôbre a rua, e certamente muito pulida pelo uso, tenha sido a pedra mesmo onde o Infante prendia o cavalo... É positivo também que o Infante se encontrava morando na Raposeira, quando em Agôsto de 1454, Luís de Cadamosto, arribado a Sagres pela nortada, em viagem de Veneza para Flandres, se foi avistar com êle. Mas das próprias palavras de Cadamosto alguma indicação mais precisa se deduziria... «*E encontrando-me, por tempos contrários, estar com as ditas galés no cabo de S. Vicente, que assim é chamado, sucedeu, por fortuna, não muito longe daquele lugar estar alojado o dito Infante D. Henrique numa vila vizinha chamada Raposeira, na qual, por ser remota dos tumultos das gentes e apta para a contemplação dos seus estudos, êle habitava muito de vontade*». É que não seria na povoação pròpriamente da Raposeira, (onde, nos referidos «paços» habitaria no inverno), que plausìvelmente o Infante veranearia... Uma outra habitação se encontra correspondendo, à maravilha, à indicação de Cadamosto: a *Quinta da Senhora de Guadalupe* (fig. 5) que para leste da povoação existia, entre esta e a aldeia da Figueira, num alto a nordeste da ermida da Senhora de Guadalupe — ermida romano-gótica com cujo estilo se coaduna o dos restos romano-góticos que subsistem incorporados na actual casa da dita Quinta (figs. 6 a 9), também chamada *Quinta da Raposeira*. Sítio êrmo, lavado, de bons ares, com a ermida na base, decerto o Infante o teria preferido à própria povoação, pelo menos para passar a estação calmosa. Aí teria pois ficado hospedado Cadamosto os quantos meses que levou a preparação, em Lagos, da caravela em que teve por patrão Vicente Dias.

Nem só porém na sua *Vila do Infante* e na Raposeira, aldeia e quinta, teria o Infante tido morada própria, ou pousada habitual ou preferida. Em Lagos, há notícia da sua presença desde fins de 1443;

e durante os anos de 1444 e 1445 ali residiu, por certo... Sabe-se também que, além de possíveis alojamentos no palácio dos governadores (fig. 10), tinha casas de sua propriedade, que D. Afonso V em 4 de Julho de 1464 doou a João Baldaia, dedicado servidor do defunto Infante.

Nenhuma dúvida pode restar pois de que o Infante passou no Algarve parte da sua vida e teve moradia própria pelo menos nos três ou quatro sítios referidos: a sua Vila do Infante, a aldeia da Raposeira, a Quinta de Guadalupe e a vila de Lagos.

O problema das relações da actividade do Infante D. Henrique com o Algarve não se circunscreve, porém, evidentemente, a êstes dados basilares, mas requere ser esclarecido dum ponto de vista mais vasto e ao mesmo tempo mais estricto.

É sabido como, durante o domínio muçulmano do Algarve, a população cristã submetida, *mosarabe*, continuara, através vicissitudes várias, fazendo a sua vida de todos os dias...

Pôsto fim a êsse domínio político-religioso com a tomada de Faro na primavera de 1249, não cessaram todavia com êle as relações dos cristãos, nem com os moiros que aqui ficaram submetidos, *mudéjares*, nem sobretudo com os que, expulsos, se refugiaram além do mar, em Marrocos, entre os seus irmãos de raça ou de crença.

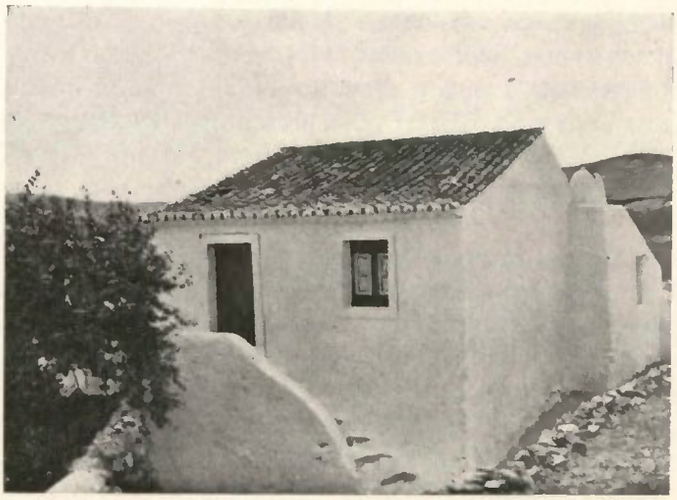
A pirataria constante, de que os mares do Algarve continuaram a ser teatro, deveria então, em represália ou desforra, ter-se tornado intensíssima por parte da raça despojada, demais correspondendo-lhe, em defesa e ofensiva ainda, a pirataria de cá...

Sabemos como em 1415 a brilhante acção da tomada de Ceuta se interpôs, e como ela mais suscitou a contra-ofensiva marroquina...

Todavia, sob êste ambiente belicoso, e por mais extraordinário que o facto pareça, uma comercial actividade pacífica se prosseguia, que decerto dataria de longe, se mesmo é que, com a tomada de Faro, sofrera alguma interrupção... Convém efectivamente assinalar o que, relativamente ao ano de 1418, Azurara nos conta (na sua *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, cap. 91): que sendo as «valedias», moeda mourisca, «a moeda de oiro que se mais corria nestes reinos», «isto era porquanto *quasi em todolos tempos dos reis passados*, sempre os mouros de alem trautaram em estos reinos de mercadoria comprando pela maior parte *todolos anos a fruita do Algarve*, a qual não pagavam senão em oiro», oiro amoedado em Tunis, em Prazida, em Segilmença, e noutras cidades marroquinas, oiro «de que este reino foi assaz fornecido especialmente os tesouros dos reis»... Assim (como bem faz notar Jaime Cortesão) «sempre ameaçados pelos piratas muçulmanos, que não deixavam de assaltar as nossas costas, éramos seus tributários em matéria de moeda»... E não esqueçamos nós, algarvios, a contribuïção que a fruta do nosso «reyno» representava para o caso...

Na repressão da pirataria marroquina que infestava as nossas costas, convém notar como o próprio Algarve se defendia. Nada mais eloqüente a êste respeito do que a fala que o douto Azurara põe na bôca do almoxarife de Lagos, Lançarote, dirigida ao Infante, solenemente, na presença dos juízes e alcaides e oficiais da vereação daquela vila, para o incitar a consentir na espécie de cruzada nacional que, em vingança da morte inglória de Gonçalo de Sintra, projectara à Guiné (*Crónica da Guiné*, cap XLIX): «Bem sabe a Vossa Alteza como os moradores desta nossa vila, depois que Ceuta foi tomada até ao presente, sempre serviram e servem com seus corpos e navios, na guerra dos Mouros, por serviço de Deus e d'el-Rei nosso senhor. E ainda *nos tempos dos outros Reis, quando a costa deste reino era seguida dos Mouros, os nossos navios eram os primeiros que armavam contra eles*, segundo se acha por escrituras, e por antigas memorias de homens de grandes idades».

Assim, se desde 1412, o Infante D. Henrique



RAPOSEIRA — «Os Paços do Infante», segundo a tradição local. (A janela ainda há alguns anos tinha ferros cruzados. Junto ao bordo da parede da escada vê-se a pedra furada onde, segundo a mesma tradição, o Infante prendia o cavalo).

(Fig. 2)

já trazia (?) armada sua no mar, em repressão da pirataria mourisca, e se depois de 1415 a teria trazido sempre, nada teria tido pròpriamente que ver esta sua actividade marítima com o lusitano Algarve daquém, pacífico traficante com o muçulmano Algarve dalém, e defendendo-se, por conta e esfôrço próprio, da sua pirataria tradicional... Desta activi-

dade algarvia, dos cristãos dominantes, como dos «mudéjares», não se dissociaria, por certo, a da pesca do mar alto, à costa atlântica de Marrocos, — pesca da cavala, da sarda, do ruivo, etc. — nos mares de Larache, de Safim, até mesmo ao Cabo Não ou mesmo até às Canárias, — como tradicionalmente depois e ainda hoje por vezes... E não só pesca; mas também comércio, em especial do Cabo Cantim ao Cabo Bojador, como se praticava, ao que parece, «dos nossos reinos», havendo sido abandonada, naturalmente, desde que a atenção do Infante visara ultrapassar êste último cabo. (*Alguns documentos do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo*, pág. 13).

Nesta faina piscatória iriam os pequenos barcos algarvios, de tôda a costa porventura, de Sagres a Montegordo — digamos genèricamente as *caravelas pescaresas* — até longe no Atlântico, ou espontâneamente ou por qualquer motivo, e tanto mais se tivermos em conta ainda a pesca da baleia, intensamente praticada no Algarve, desde pelo menos D. Afonso III... O Cabo Não e as Canárias fechariam naturalmente o âmbito extremo, do qual não haveria memória de haver passado ninguém que conseguisse voltar, não tanto por causa dos ventos, como por causa das correntes...

Convém frisar pois, embora sumàriamente, que antes de o Infante D. Henrique aqui ter assentado arraiais para as suas emprêsas marítimas, já o Algarve se encontrava de há muito, em relações navigatórias, comerciais e piscatórias, defensivas e ofensivas, lícitas e de contrabando, com os mares e as gentes de Marrocos, especialmente na sua costa atlântica até ao Cabo Não ou mais além. Poder-se-ia, assim, pretender mesmo — e não sem visos de verdade — que, se aqui acabara o Infante por instalar-se, fazendo do Algarve, e de Lagos em especial, o centro da sua actividade marítima multíplice, é porque foi aqui, e em especial em Lagos, que, além da maior proximidade de África, teria encontrado criado já o ambiente próprio e a gente tradicionalmente preparada, limitando-se pois apenas a aproveitá-los e desenvolvê-los noutro sentido.

...¿Mas desde quando é que D. Henrique teria dirigido a sua atenção para o Algarve?

O Algarve seguia na sua tradicional actividade marítima, própria e múltipla. Não era porem, naturalmente, actividade devassadora do mar ignorado, quer para o poente remoto, quer para além do Cabo Não ou das Canárias: era a habitual rotina, para fora como para dentro do Mediterrâneo, — comércio, pesca e... pirataria.

D. Henrique, nascido no Pôrto, é à sua cidade natal ou a Lisboa onde estava a côrte e tinha os seus «paços», que liga a sua actividade de adolescente... A armada, que desde 1412 traria (?) no mar, nada deveria por certo ao Algarve... Mesmo para Ceuta, em 1415, é no Pôrto que se aparelha...

Assim, quando no sábado 27 de Julho de 1415, pela tarde, a esquadra saída de Lisboa para Ceuta começa a dobrar o Cabo de S. Vicente e, a seguir, o de Sagres, chegando na mesma noite a Lagos, teria sido, esta, decerto, a primeira vez que D. Henrique tivera vista e tomara contacto com o Algarve onde viria acabar os seus dias... Desembarcados no dia seguinte, quatro dias ficam em Lagos, antes da partida para Faro, onde a falta de vento ocasiona a demora de uma semana, — até 7 de Agôsto em que levantam ferro para Ceuta... De volta, a 2 de Setembro, o rumo da frota é Faro, onde de facto chegam tôdas as galés, excepto a do rei, que errando a viagem, fôra dar a Castro-Marim. De Faro acorrem ali por terra D. Henrique e seus irmãos, vindo a saber que o rei se encontrava já em Tavira, onde D. Henrique recebeu os títulos de Duque de Viseu e Senhor da Covilhã, seguindo depois todos na frota para Lisboa...

Nada pois teria tido que ver com o Algarve a armada que, em 1415, depois de Ceuta certamente, vai às Canárias —(se não houve confusão de Diogo, Gomes) — sob o comando de D. João de Castro e «tomou à fôrça parte duma ilha chamada *Gran Canaria*», donde, voltando, encontrou as grandes correntes de mar, entre essas ilhas, além do cabo Não, que muito custou vencer; facto êste que anunciado ao Infante pelo dito capitão o teria incitado a mandar, no ano seguinte, 1416, «um cavaleiro nobre, de nome Gonçalo Velho, para além das Canárias, ao longo da beira-mar, desejando saber a causa de tão grande corrente»... — o primeiro elo da curiosidade infantista. Tão pouco se relacionaria com o Algarve a tentativa de Zarco e Teixeira, em que se lhes depara, após a tormenta, a ilha do Pôrto Santo, em 1418, e depois a da Madeira, em 1420, bem como a viagem colonizadora de Bartolomeu Perestrelo...

Mas em 1419 o Infante voltara a Ceuta, pelo 2.º cêrco pôsto à cidade: e, voltando do descêrco, teria começado a sua instalação no Algarve — (pretende-se, com Damião de Góis)... De erudição inglesa — (Prestage e *Enciclopédia Britânica*) — mas sem se indicar o fundamento, dá-se o Infante, desde 1418, nomeado por seu pai *governador do Algarve*... — o que não deixaria, por certo, de ter implicado a sua vinda ou estada com assiduïdade, desde então, nesta província.

Porém tudo se inclina e nada se opõe a que, por então e pelos anos seguintes, — em que Mestre Jaime de Maiorca teria entrado a seu serviço

(depois de 1420), os criados do Infante anualmente renovam as tentativas de dobrar o terrível Bojador (desde 1421 ou 1422), o Infante se preocupa com a conquista das Canárias (em 1424 ou 1425 a expedição de D. Fernando de Castro, com mais de 2.500 homens armados, e em 1427 a de António Gonçalves da Câmara...), e com o reconhecimento para ocidente das ilhas pintadas nos mapas italianos (desde 1427, pelo menos), — isto é, durante todo êste período que vai até à morte de seu pai (em 1433), a sua actividade marítima de propulsor dos descobrimentos e de colonizador e evangelizador se exercesse tendo por centro Lisboa, donde em 1431 ou 1432 os Açores começam a ser desvendados e povoados...

É preciso considerar, de resto, que desde 1418 D. Henrique é o *governador e administrador* (ou *regedor*) da Ordem de Cristo, então já com a sede em Tomar. E, protector da Universidade, doa-lhe em 12 de Outubro de 1431 umas casas que acabara de comprar em Lisboa... É de notar ainda que D. Henrique assistiu à morte de seu pai (14 de Agôsto de 1433) e à aclamação de D. Duarte (no dia seguinte), bem como à trasladação dos restos do pai para a Batalha (25 de Outubro). Gil Eanes, algarvio, de terras de sotavento (e, porventura, do actual concelho de Olhão, freguesia de Moncarapacho...) talvez que na sua infrutífera viagem de 1433 não tivesse partido senão de Lisboa, na primavera ou verão, como habitualmente...

RAPOSEIRA — A escada exterior de «Os Paços do Infante» (vendo-se nitidamente os degraus inteiriços muitíssimo gastos já, e na parede da rua a saliência da pedra furada onde prenderia o cavalo).

(Fig. 3)

Morto porém D. João I, posta em marcha a colonização e desenvolvimento dos Açores e da Madeira, mas fracassado Gil Eanes depois de tantos, teria sido então que para o Algarve, como terra mais próxima da África e como viveiro de mareantes conhecedores dos mares atlânticos costeiros — (e quem sabe se por sugestão do mesmo Gil Eanes...) — o Infante teria voltado a sua atenção e os seus olhos... Ainda o pai não ficara dormindo o último sono na Batalha, e já êle (em 25 de Setembro de 1433) arrancava ao novo rei, em Sintra, dois diplomas concedendo-lhe importantes privilégios no Algarve: a doação da dízima nova de todo o pescado que quaisquer pessoas pescarem no mar de Montegordo, e o exclusivo da pesca dos atuns em todo o mar do Algarve, com as suas rendas, exceptuada a sisa.

¿Não implicaria isto conhecimento ou estudo prévio dos rendimentos do Algarve e plano de acção em relação com êle?

¿Assim, a fala impressiva do Infante a Gil Eanes, em 1434, não teria sido já em Lagos, donde êle abalaria para a viagem decisivamente iniciadora do descobrimento da Guiné? ¿E não teria sido em Lagos que, na volta, o Infante recebera das mãos do mesmo Gil Eanes o barril com a planta das rosas de Santa Maria? ¿E não teria sido de Lagos igualmente que o Infante expedira em seguida Baldaia com o mesmo Eanes neste ano ainda (ou no seguinte), e Baldaia só, em 1436?

Quere dizer: ¿não se teriam feito já do Algarve a devassa fundamental do oceano para lá das Canárias e as primeiras progressões ao longo da costa além-Bojador?

Durante êstes dois a três anos capitais, ¿não estivera o Infante no Algarve, e especialmente em Lagos, ininterruptamente ou quási?

Nada, em verdade, abona qualquer destas hipóteses, verosímeis tôdas, no entanto.

Deve-se todavia notar que desde os fins de 1435 o Infante já não estaria no Algarve, porquanto não só o vemos na Côrte, a quando da consulta inicial que lhe faz D. Duarte acêrca do requerimento de seu irmão D. Fernando para a emprêsa em África, como em 7 de Março de 1436 perfilha o sobrinho D. Fernando, em Estremoz, onde a Côrte se encontrava; e a Côrte acompanha — nas suas mudanças de terra para terra, fugindo à peste que assolava o País — ocupando-se na preparação da emprêsa de Tânger, até à abalada, do Restelo, em 22/23 de Agôsto de 1437. Após o desastre, em Outubro, «esperou em Cepta cinquo meses, por ver a conclusam que no livramento do Ifante Dom Fernando se tomava» (Ruy de Pina — *Chronica d'El-Rei D. Duarte*, cap. XXXIX), — portanto até Março ou Abril de 1438; «e finalmente, depois que vio o caso padecer de necessidade alguuãs dilaçooens, se veeo ao Algarve», (*Id.*, *ib.*), talvez que desembarcando em Faro, onde estava em 21 de Abril, pois nesse dai escreve de

Faro a Diogo Álvares, vedor das taracenas d'El-Rei.

Ei-lo agora no Algarve durante alguns meses (provavelmente pela primeira vez...), ininterruptamente até Junho, em que por não ter ido ainda à Côrte, que estava então em Évora, D. Duarte «para isso lhe escrepvêo, encomendando-lhe que loguo fosse com elle; porque de veer sua pessoa tinha muyto desejo, e de seu conselho muyta necessidade. E o Ifante como tinha lealdade e obediência por principaaes virtudes, cuberto de doó se veeo loguo a Portel quatro legoas d'Evora, donde enviou pedir a ElRey por mercee que ho escuzasse d'entrar na sua Corte. Aa qual seu propostito era nom vir, atee que a ella nom trouxesse ho Ifante Dom Fernando seu irmaão, donde ho levára, pelo qual ElRei por lhe satisfazer se foy aforrado a Portel, onde se viram, e despois que falláram e praticáram sobre as cousas que lhes pareceram necessareas, o Ifante se tornou pera ho Algarve, e ElRei pera Evora», (Id. *ib.* cap. XLII). ¿Para onde no Algarve? «Tornou a Lagos e a Sagres, onde despois sempre esteve atee o fallecimento d'ElRei seu irmaão porque entam veeo aa Corte» (Id. *ib.*, cap. XXXIX), tendo partido do Algarve logo que «lá foy avysado da doença dElRei», (em começos de Setembro de 1438), e «em muy poucos dias chegou a Thomar, onde já achou ElRei fallecydo» (Id. *Chronica do senhor rei D. Afonso V*, cap. 4), — portanto depois de 9 do mesmo mês. E na Côrte se demora agora, pela questão do testamento e sucessão de D. Duarte e da regência do reino. . Por uma série de diplomas seus, além de outros documentos, se pode fazer idéia da sua estadia e deambulação: em 1438 ainda, ei-lo em Soure, que era comenda da sua Ordem de Cristo, e em Coimbra; em 1439, obtém, datada de Almada a 1 de Junho, da Rainha tutora e curadora de D. Afonso V e com acôrdo do Infante D. Pedro «defenssor por ell dos ditos regnos e senhorio», a carta que isentava de dízima e portagem os moradores do arquipélago da Madeira nas coisas que trouxessem para o País, e, datada de Lisboa a 2 de Julho, dos mesmos, a carta dando-lhe licença para povoar as sete ilhas dos Açores, onde já mandara lançar ovelhas. (Bem poderia, todavia D. Henrique estar então ausente de Lisboa, porquanto o primeiro dêstes diplomas tem o teor duma «graça e mercee» que lhe «querem» fazer, e o segundo declara: «nos envyou dizer»...). Em 1440, data de Santarém, a 8 de Maio, a carta dando a Tristão Teixeira parte da ilha da Madeira de que fôra um dos primeiros e mais activos povoadores; e ei-lo ainda em Viseu, e junto a Lamego, no mosteiro de S. João de Tarouca....

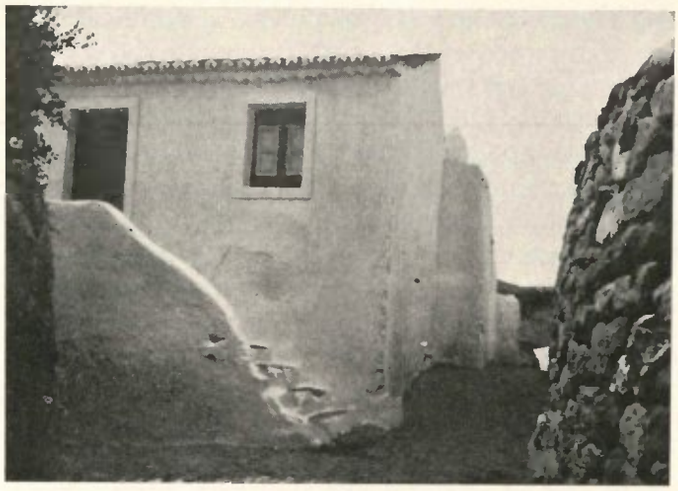
A tarefa das navegações para prosseguir nos descobrimentos, suspensa desde 1436, pelo motivo dos acontecimentos, — ou no dizer de «Azurara: «em estes anos (1437 a 1439) não foram navios além daquele Cabo (Bojador), pelas razões» já ditas — é retomada «no ano de quarenta» em que efectivamente «se armaram duas caravelas, afim de irem àquela terra; mas porque houveram aqueecimentos contrarios, não contamos mais de sua viagem», (*Crónica da Guiné*, cap. XI). ¿Teriam partido do Algarve estes dois barcos? Provàvelmente não, mas de Lisboa...

Em 1441, há notícia de D. Henrique na Beira... Mas «em aqueste ano de quatrocentos e quarenta e um, havendo já os feitos do reino algum asossego, ainda que grande não fôsse, fez o Infante armar um navio pequeno, no qual mandou por capitão um Antão Gonçalves seu guarda-roupa, homem assaz de nova idade»... ¿Viagem de descobrimento? Não! O «fim da viagem daqueste não era outro, quanto ao mandado do Senhor, senão de carregar aquêle navio de coirama e azeite daqueles lobos marinhos» que havia em abundância no Rio do Ouro, — as peles dos chamados *peixes de coiro* e o chamado *azeite quelme*, indústrias ainda existentes no Algarve, e que então deviam ter aplicações similares das de hoje... «Não é porém de duvidar (continua Azurara, *ib.*, cap. XII) que o Infante lhe não desse aquêle mesmo cargo que dava aos outros», isto é, o de avançar na costa quanto pudesse e colhêr tôda a espécie de informações acêrca da terra e da gente; simplesmente, como era mais novo, «tanto a encomenda seria de menos encargo», — o que não obstou, como é sabido, a que, espontâneamente Antão Gonçalves tentasse, além da «carga de tão fraca mercadoria» (as peles e o azeite dos lôbos marinhos) trazer, como de facto trouxe, os primeiros sêres humanos que apanhara — um azenegue e uma preta — e mais aquêles outros — entre os quais um chefe, Adahur, — da partilha que lhe coube na emprêsa combinada com Nuno Tristão que ali sobreviera, mandado que tinha sido, êste, logo após o moço guarda-roupa, com o encargo especial de prosseguir no descobrimento, para além da Pedra e Pôrto da Galé, — o limite que se atingira em 1436...

¿Donde teriam partido estas duas expedições de 1441? ¿De Lisboa ainda, ou já de Lagos?

Antão Gonçalves, com o seu carregamento de peles, azeite e... os primeiros cativos de além-Bojador, parece que teria chegado a Lisboa, donde provàvelmente partira; e o mesmo, Nuno Tristão, pouco depois, vindo de atingir o Cabo Branco. Tudo o que se segue, em 1442/1443, a estas novidades, mostra bem que era Lisboa o pôrto de armamento, partida e chegada. «Sabido como êstes dois capitãis descobriram terra, em que acharam gente com que se podia comunicar, ou fosse por via de paz, ou de guerra, donde o Infante dantes com vários juizos de diversas pessoas era per muitos modo reprehen-

dido de fazer tamanhos e tão demasiados custos, sem ter recolhido proveito algum, que se igualasse com tão grandes despesas, começou desde então a ser de todos muim louvado, dizendo-se que de um tal Principe, e tão prudente se não podia esperar coisa senão de que os reinos houvessem de receber proveito» (Damião de Góis — *Chronica do Principe*



RAPOSEIRA — Outro aspecto da casa conhecida tradicionalmente por "Os Paços do Infante".
(Fig. 4)

Dom Ioam, cap. VIII). É de Lisboa certamente que D. Henrique envia ao papa Eugénio IV, em 1442, «um honrado cavaleiro da Ordem de Cristo», de que era comendador-mor, Fernão Lopes de Azevedo, com a embaixada que se cifrou pela bula dada em Florença a 5 de Janeiro de 1443... E decerto não deixou o Infante de estar presente, em fins de Outubro à trasladação para a Batalha de seu irmão o Infante D. João, recentemente falecido em Alcácer do Sal.

É positivamente de Lisboa que em 1442 parte Antão Gonçalves, na nova viagem em que requere licença ao Infante para ir levar Adahur e dois moços nobres, com o fim de os resgatar e sobretudo de por êles e por outros saber novas notícias da terra: — quando o Infante, consentindo, lhe diz a frase célebre «que não sòmente daquela terra desejava de haver sabedoria, mas ainda das Índias e da terra do preste João, se ser pudesse» (Azurara, *ib.*, cap. XVI.) É Azurara quem explìcitamente diz que «começando fazer sua viagem, sobreveio tão grande tormenta que lhe foi necessário tornar outra vez *a Lisboa, donde partira*» (*Id. ib.*) — (a viagem interrompida que tanto maravilhou o gentilhomem alemão Baltasar, por seus feitos armado já cavaleiro em Ceuta e que precisamente realizara agora o seu sonho de apanhar uma grande tormenta para poder falar disso na sua terra àqueles que nunca a tinham visto...) — viagem que «tornaram outra vez a seguir», chegando em bem àquelas terras, onde Antão Gonçalves fêz o resgate projectado, e donde voltou ao reino, a Lisboa por certo sempre, com nova carga de negros cativos e «ouro em pó, ainda que pouco fôsse, e uma darga, e muitos ovos, de ema, em maneira que vieram um dia à mesa do Infante três iguarias dêles, tão frescos e tão bons como se foram de algumas outras aves domésticas» (Azurara, *ib.*) — o primeiro ouro que de África directamente cá se viu, e iguarias que (Azurara assim o diz...) «bem é de presumir que principe cristão» algum, nesta parte da cristandade «semelhantes iguarias em sua mesa tivesse»...

De Lisboa igualmente é que em 1443 teria partido a caravela em que novamente foi Nuno Tristão para prosseguir além do Cabo Branco, chegando agora ao arquipélago de Arguim, donde volta com grande prêsa de cativos, maior que a anterior. E a sua chegada teria sido ainda a Lisboa provàvelmente, em 1443 ainda...

Esta «terceira presa que trouxe Nuno Tristão, cobrada em tão breve tempo e com tão pequeno trabalho».. inflamou os ânimos, conforme Azurara nota. Aquêles que dantes, «os vulgares do povo», como «os outros maiores» murmuravam ou mesmo escarneciam, agora, louvavam o Infante como um «outro Alexandre», «E daí a cobiça começava-lhes de crescer»... (*Id. ib.*).

«Outrossim o Infante D. Pedro, que àquele tempo regia o Reino em nome del-Rei, deu ao Infante seu irmão carta por que houvesse todo o quinto que a el-Rei pertencia, e isto pelas grandes despesas que acêrca disto tinha feitas. E considerando como aquilo por êle sòmente fôra buscado e achado, não sem grandes trabalhos e despesas, lhe outorgou mais que nenhum não podesse lá ir sem sua licença e especial mandado», (*Id. ib.*, cap. XV). É a célebre e fundamental carta de 22 de Outubro de 1443, dada em Penela, relativa ao exclusivo da navegação para além do Bojador.

Documentos de 23 de Agôsto, 1 de Setembro e 13 de Outubro de 1443 implicam a sua estada, respectiva e sucessivamente, em Vilafranca, na Covilhã (?) e em Soure. Se em 22 de Outubro em Penela, como se viu, estaria em 27 em Leiria, onde seu irmão, o Regente, lhe passa a carta de autorização para a fundação da Vila na região de Sagres...

Assim, por tudo isto, seria de pensar, como disse, que Lisboa tivesse sido até então o pôrto de armamento, partida e chegada dos navios do Infante ou por êle consentidos...

Todavia Azurara, que não deveria andar mal informado, informa-nos que «depois da vinda de Tânger, o Infante *comunalmente sempre estava no reino do Algarve, por razão da sua vila, que então mandava fazer*», e acrescenta que «*as presas que aqueles traziam descarregavam em Lagos*» (*Id. ib.* cap.

XVIII). E algumas outras reflexões nos levam a conjecturar que, embora ausente do Algarve desde a morte de D. Duarte, como vimos, o Infante não deixaria de ter vindo aqui com freqüência, a Lagos, e positivamente então a S. Vicente e a Sagres, digressões em companhia plausìvelmente de seu irmão D. Pedro, das quais teria resultado, para êste a idéia de mandar construir em 1443 na ponta mesma de S. Vicente uma ermida a êste santo com um convento de frades franciscanos anexo, e para D. Henrique a idéia da fundação da sua Vila na região do cabo de Sagres, para o que nesse mesmo ano teve daquele a competente autorização... ¿Pois é porventura crível que decisões destas hajam sido tomadas por pessoas tais, sem o prévio e real conhecimento bem definido dos sítios do Promontório Sacro? ¿E quando, senão já depois que D. Pedro é Regente, portanto entre 1441 e 1443, tais digressões pelo Sacro Promontório poderiam, para ambos, ter tido lugar?

Não teria sido certamente um simples relance de olhos de turista, mas uma repetida experiência de quem freqüentemente divagava por ali, o que ao Infante inspirou as palavras memoráveis com que fundamentou a criação da sua Vila: «esguardando como ao *cabo de sagres* vinham e vêem muitas carracas, naaos, guallees e outros nauios pousar por nõ acharem tempo de uiagem onde aqueecia estarem por muitos dias sem acharem nenhua consolaçom de mantimentos e doutras coisas neçessarias nem hisso mesmo daguaa nada, tendo a poboraçã a huma legoa e mea donde jaziã...»

Seja porém como fôr, pode-se ter por certo que desde fins de 1443 D. Henrique estaria no Algarve, pelo menos para tratar da edificação da sua Vila, alojando-se em Lagos ou na Raposeira, — meio caminho entre Lagos e Sagres, — donde fàcilmente acudiria a qualquer dêstes pontos.

Em Lagos se encontra por certo antes de Maio ou Junho de 1444, quando Lançarote de Freitas que fôra «um escudeiro, criado de moço pequeno na câmara do Infante» e que era agora o novo almoxarife (desde 11 de Abril de 1443, nomeado em sucessão de seu sogro Soeiro da Costa, por D. Afonso V a quem a vila ainda então pertencia), tendo começado «de falar com alguns seus amigos, movendo-os para companhia daquele feito» — a célebre *Companhia de Lagos*, (pois excitados da dita cobiça haviam sido «os de Lagos os primeiros que moveram ao Infante de lhes dar licença de poder ir aquela terra donde vinham aqueles Mouros») — organiza a expedição de 6 caravelas com destino a Arguim, para captivar gente... — «de que o Infante foi mui ledo e mandou logo trazer suas bandeiras com a cruz da Ordem de Jesus Cristo, das quais mandou que levasse cada uma caravela sua» (Azurara, *ib.*, cap. XVIII).

Até que a expedição esteve de volta, nem sempre o Infante se conservou em Lagos, porquanto, quando as caravelas voltavam a Lagos (em 6 de Agôsto), chegara ali o Infante poucas horas antes, «doutras partes donde havia dias que andava» (Id., *ib.*, cap. XXIV.) Presente esteve em Lagos em 7, quando Lançarote lhe propõe mandar, no dia seguinte, tirar das caravelas os 230 e tantos cativos e levá-los «àquele campo que está além da porta da vila», onde fariam «dêles cinco partes, segundo o costume», e o Infante iria escolher «uma das partes, qual mais lhe prouver» (Id., *ib.*,); e presente o diz Azurara em 8, ali, no dito campo, «em cima dum poderoso cavalo, acompanhado de suas gentes», repartindo as «46 almas que aconteceram no seu quinto», «como homem que de sua parte queria fazer pequeno tesouro», apenas «considerando com grande prazer na salvação daquelas almas, que antes eram perdidas». (Id., *ib.*, cap. XXV).

Nenhuma notícia há de o Infante se haver ausentado do Algarve durante o resto dêsse ano. Pelo contrário, sabe-se positivamente que estava em Lagos, em 8 de Setembro, donde escreve uma carta ao almoxarife de Abrantes. Em 22 de Outubro concede licença «com certo preço» a uma certa *companhia de Lagos* para ir pescar além do Bojador, na Angra dos ruivos e mares próximos» (Id., *ib.*, cap. XCV). E em 5 e 6 de Dezembro, cartas suas

RAPOSEIRA (Quinta) — Vista geral. O prédio novo (à esquerda) foi construido no sítio doutro, arruinado mas que tinha "arcos à romana" (ogivas), segundo a informação do actual proprietário e dos vizinhos.
(Fig. 5)

daí, documentam a sua presença. De resto, ainda em 1444, «depois de algum tempo da vinda de Lançarote, fêz o Infante armar uma caravela, na qual mandou aquele Gonçalo de Sintra por capitão...» (Id., *ib.*, cap. XXVII). E ainda no mesmo ano, depois de se saber do desastre de Gonçalo de Sintra, se fêz, de Lagos por certo, a expedição de

três caravelas em que Antão Gonçalves «ia por mandado do Infante D. Pedro», o Regente, e Diogo Afonso com Gomes Pires pelo Infante D. Henrique, ao rio do Ouro, «para ver se poderiam trazer os Mouros daquela parte a tratos de mercadoria», escarmentados com o proceder de Gonçalo de Sintra em Arguim... — a expedição de que João Fernandes quis ficar em terra «para ver e trazer novas ao Infante, quando quer que se acertasse de tornar» (Id., *ib.*, cap. XXIX). Ainda de Lagos e nesse ano partiram, como é sabido, Nuno Tristão em uma caravela para Arguim, que porém resolveu ultrapassar, chegando ao Senegal, à terra dos negros... E nesse ano ainda parte, de Lagos também decerto, aquêle velho escudeiro, Dinis Dias que viera ao Infante pedir para ir àquela nova terra e a quem o Infante armou a caravela com que chegou além do rio Senegal, donde apanhou os primeiros quatro negros que directamente de lá vieram, e «seguiu mais adiante, até que chegou a um grande cabo, ao qual poseram o nome o *cabo Verde*» (Id., *ib.*, cap. XXXI).

De Lagos, onde ao que parece Antão Gonçalves falou ao Infante em fins de 1444 ou princípios de 1445, acêrca do seu desejo de ir procurar o João Fernandes que ficara, no ano anterior, no rio do Ouro, partiram, dentro em pouco as três caravelas (de Antão Gonçalves, Garcia Homem e Diogo Afonso)... Se o Infante teria estado presente à partida, por certo que não esteve à chegada delas, «directamente a Lisboa», com grande carregamento de cativos (que atraiu a curiosidade de Lisboa em pêso, e que pelo afluxo de povo houve dificuldade em levar para «uns paços do Infante, que são um grande pedaço afastados da ribeira»...), porquanto «o Infante era em terra de Viseu, donde mandou receber o seu quinto»..., sendo os outros vendidos na cidade... (Id. *ib.*, capítulo XXXVI). De Lisboa, igualmente é que teriam largado as três caravelas propriedade

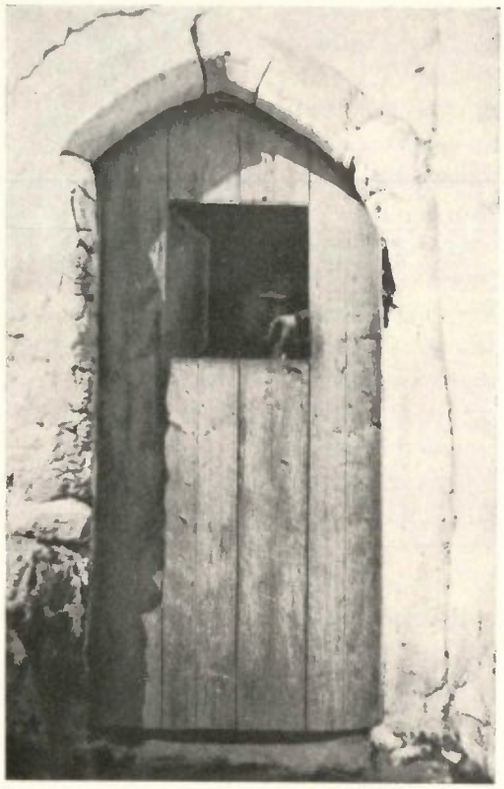
A parte velha da Quinta (em continuação do prédio novo, para a direita dêste na gravura anterior).
(Fig. 6)

O corpo direito do mesmo edifício, onde se vê a porta gótica simples. (Para a esquerda desta porta vê-se ainda o vestígio duma porta idêntica que foi entaipada, e mais para a esquerda um contraforte, por detrás do forno actual).
(Fig. 7)

de Gonçalo Pacheco «tesoureiro-mor das cousas de Ceuta» — o pai do autor do *Esmeraldo* — que para Viseu escrevera a pedir licença ao Infante, vendo-se «tamanha riqueza como traziam aquêles navios, ganhada em tão breve tempo e com tamanha segurança»... (cap. XXXVII).

Porém no comêço do verão dêste ano de 1445 o Infante teria vindo já para o Algarve, porque é em Lagos que Lançarote lhe pede licença, solenemente para organizar a grande expedição de carácter nacional, espécie de cruzada, em vingança da morte inglória de Gonçalo de Sintra... — as 14 caravelas e uma fusta que de Lagos desferraram em 10 de Agôsto e às quais se juntaram outras de Lisboa e da Madeira, num total de 26, e ainda depois, até 28 navios — a maior expedição à Guiné que ainda se vira. Não assistira porém D. Henrique à partida, porque antes disso fôra a Coimbra, a pedido de seu irmão, o Regente, armar cavaleiro D. Pedro, o filho dêste, em vésperas de partir para Castela (Id., *ib.*, caps. XLIX a LII e segs.). Nos últimos meses de 1445 deve ter regressado a Lagos o grosso da expedição de Lançarote; e talvez que o Infante aí estivesse, encontrando-se porém em Lisboa quando ali voltou Álvaro Fernandes, sobrinho de Zarco, (id. *ib.* cap. LXXV) que fôra na mesma expedição. Porém, se em 1445 ainda voltara ao Algarve, encontrava-se já em Lisboa em Janeiro de 1446, nas côrtes «geraes e solenes» em que D. Pedro, por causa das intrigas contra a sua regência, quis entregar o govêrno a D. Afonso V, e, três dias depois, ainda na reünião celebrada com os irmãos e da qual resultou pedir D. Afonso V ao tio que continuasse na regência, auxiliando-o... Em Lisboa por certo estava ainda em 3 de Fevereiro quando seu irmão o Regente lhe passa a carta concedendo-lhe

que não vão navios de Portugal às Canárias, sem licença de D. Henrique, espécie de complemento da de 22 de Outubro de 1443, relativa às terras de além-Bojador... Devia em seguida ter regressado ao Algarve, pois de 1446 data a infeliz expedição à Guiné em que sucumbiu Nuno Tristão com 20 companheiros, e da qual ràpidamente voltaram os restantes 7 à ventura, vindo parar a Lagos «donde se foram ao Infante contar-lhe o forte aqueecimento de sua viagem»; do que pela morte dos seus companheiros «houve grande desprazer», tendo depois «especial cuidado das mulheres e filhos daqueles» (Id., *ib.*, cap LXXXVI). «As novas da morte de Nuno Tristão», se atemorizaram muitos, decidiram, porém, muitos outros a servir o Infante, vendo como êste galardoava os seus serviçais; e por isto, «se moveram em êste ano — (1446) — certos capitães com nove caravelas, para irem àquela terra des Negros, dos quaes o primeiro foi Gil Eanes, cavaleiro morador na vila de Lagos»...; aos quais na Ilha da Madeira se juntaram dois outros navios, tendo regressado a Lagos os navios que daqui haviam partido. Ainda nesse mesmo ano abalaram as duas caravelas que o Infante preparara a Gomes Pires para voltar ao Rio do Ouro, as quais, se não partiram de Lagos (?), a Lagos voltaram todavia, em ocasião em que o Infante estava na Mexilhoeira (Id., *ib.*, caps. LXXXVIII e LXXXIX a XCII). Encontrando-se no Algarve, não deixaria por certo de visitar Sagres onde a sua vila se estava edificando... Em todo o caso é positivo que em 23 de Junho estava o Infante «no logo da Raposeira, nas pousadas onde pousava...» E (facto até agora parece que ignorado ou olvidado...), em 1 *de Novembro de* 1446, datava o Infante de «*a minha vila*» a carta de doação da Ilha de Pôrto Santo a Bartolomeu Perestrelo — o primeiro documento até agora conhecido, datado da sua Vila... (*Alguns documentos*... págs. 10/11). É provável que continuasse o resto do ano no Algarve, pois de Estômbar data em 21 de Janeiro de 1447 uma carta sua...



A mesma porta gótica simples, vendo-se bem a parte conservada ainda e a substituida.
(Fig. 8)

Neste novo ano porém, pela intriga contra a regência de D. Pedro, D. Henrique deixa o Algarve e vai a Lisboa falar a D. Afonso V que viera de Santarém onde estava a Côrte... Em seguida vai a Coimbra avistar-se com D. Pedro... Depois parte para Soure, comenda da sua Ordem, indo D. Pedro para Monte-Mor-o-Velho «que são lugares donde cada dia se podyam ver e avysar»... De Soure vem para Tomar... E por fim, quando D. Pedro o esperava em Penela, é avisado de que êle partira para Santarém onde estava o Rei com a Côrte, «de que o Ifante D. Pedro recebeo muyta torvaçam»... (Ruy de Pina—*Chronica de D. Afonso V*, cap. 99). Possìvelmente teria sido antes da partida do Algarve que o Infante se ocupara das 3 expedições de que há notícia certa nesse ano de 1447 — expedições de uma caravela cada uma, e não à Guiné pròpriamente, para continuar o descobrimento mas de puro intuito comercial ou político, «considerando o Infante como os Mouros não queriam no rio do Ouro entrar em trauto» (pelas extorsões de Gomes Pires e de outros anteriormente), e querendo «provar se porventura se poderia isto melhor aviar, trautando por aquele lugar que se chama Meça», para cá do Bojador, entre êle e o cabo Cantim...: — a caravela de Diogo Gil que faz um simples frete a um espanhol, recebendo em compensação alguns negros guinéus em troca dos mouros da sua carga, mas trazendo ao Infante, como novidade, o leão que êle depois mandou a um seu servidor na Irlanda, onde sabia que nunca semelhante animal fôra visto; a caravela de Antão Gonçalves, tentando, em vão e com perigo grande, no rio do Ouro «encaminhar os mouros que tornassem ao trauto»; e, por fim, a de outro criado do Infante, Jorge Gonçalves, ao mesmo rio do Ouro, mas donde trouxeram apenas «muito azeite e peles de lobos marinhos»... (Azurara, *ib.*, cap. XCIII). A desastrosa expedição em que foi o escandinavo Vallarte, — neste ano ainda ao que parece, ou em princípios do seguinte, e a derradeira desta época, — ter-se-ia realizado a partir de Lisboa, e não do Algarve onde o Infante não teria voltado mais nesse ano nem no seguinte... Com efeito, em 9 de Março de 1448 data de Évora a sua carta em que declara ter tomado de renda a Maciote a ilha canária de Lançarote que defenderá se por fôrça ou direito alguém tentar tomá-la... (*Alguns docum.*, págs. 12/13), e em 25 do mesmo Março data de Vilafranca outra carta subsidiando a cadeira de prima de Teologia, com certas obrigações ao lente respectivo .. E, por

certo não se despega da Côrte, em que D. Afonso V governa agora pessoalmente, visto que em Lisboa, em 2 de Setembro lhe confirma o rei a carta que em 27 de Outubro de 1443 o Regente lhe dera, autorizando-o a fundar a sua Vila...

Em 25 de Fevereiro de 1449 estaria em Santarém onde D. Afonso V lhe passa a carta de doação dos direitos sôbre as mercadorias trazidas das terras entre o cabo Cantim e o Cabo Bojador, — o trecho da costa donde vimos que, ùltimamente, pela recusa dos Mouros do Rio do Ouro, tentara encaminhar o comércio para Portugal, depois de abandonado há mais de trinta anos, conforme, no teor desta carta se declara (*Alguns docum.* págs. 13/14); e em Santarém ainda estava, pouco antes do caso de Alfarrobeira, tendo, por sinal, num conselho, perante o rei, terçado «um pouco em favor do Yfante seu irmaaõ...», mas não o bastante para que os «prudentes e pessoas de autoridade» não tivessem considerado que «o Yfante Dom Henrique nestes dias faleceo ao Yfante Dom Pedro com aquele verdadeiro amor, favor e ajuda que como a irmaõ e amigo lhe devia» (Ruy de Pina, *ib.*, cap. 106). Em 20 de Maio, no recontro trágico de Alfarrobeira, D. Henrique encontrava-se presente, na falange do rei,—talvez (quem sabe?) para assistir ao encontro do irmão com o sobrinho, e tentar uma derradeira conciliação...

Em 1450 veio D. Henrique, decerto, ao Algarve, porquanto data de Silves uma carta sua, de 21 de Março... Mas depois ei-lo em Vilafranca, e, em 1 de Novembro em Tomar «minha vila», donde data outra carta.

De 10 de Abril de 1451 é a carta de D. Afonso V que o dá como presente em Santarém, pedindo-lhe a mudança do degredado João Freire, por «ser pescador», de Castro-Marim para «a sua villa de Terçanaball», mudando-lhe de facto o rei os quatro anos ainda a cumprir «pera a dicta villa de Iffante» e dando-lhe o prazo de dois meses e três dias para se apresentar «perssoalmente em a dicta villa de Terçanaball perante aquell que per mandado do Iffante desto carrego tever»... (in *Arquivo Histórico da Marinha*, n.º 2, págs. 168/169). Assim, já a Vila do Infante estaria habitável em 1451, mas, em Junho, ainda o Infante não contava encontrar-se lá. De facto, em princípios de Junho achava-se em Tomar; e foi precisamente num dêstes dias que, saindo de Tomar, topou inesperadamente na estrada com o cortejo fúnebre que conduzia à Batalha o coração do pobre mártir de Fez... Acompanhando-o, ali assiste em 9 à missa que por alma do infeliz irmão manda rezar... Em meados de Outubro, ei-lo porém em Lisboa, assistindo e colaborando nas festas do enlace de sua sobrinha D. Leonor com o imperador Frederico III, até à partida da noiva em 25. E em 23 de Novembro ainda continuava em Lisboa, quando D. Afonso V lhe confirma a perfilhação do Infante D. Fernando.

De 10 de Janeiro de 1452 é datada uma carta sua de Benavente; mas em 24 do mesmo mês teria já vindo para o Algarve, para a sua Vila, porquanto dessa data é a carta régia que, mudando para ali o degredado Álvaro Eanes, o manda apresentar-se «pessoalmente em a dita vila perante o dito Infante»... Parece que neste ano de 1452 não saíu do Algarve, encontrando-se, positivamente, na Raposeira em 25 de Outubro, donde data uma carta, e achando-se em Tavira com o rei e a Côrte em fins do ano e começos do seguinte quando ansiosamente aguardavam o retôrno do Infante D. Fernando que, mal-humorado com o rei seu irmão, secretamente se ausentara em 28 de Dezembro, para Ceuta donde não conseguiam convencê-lo a voltar, mas donde finalmente regressou, chegando em 7 de Fevereiro a Castro-Marim onde o seu pai adoptivo, o Infante D. Henrique, o recebeu com grande alegria, promovendo festejos em sua honra, e demorando-se aí com êle oito dias... D. Henrique ficou no Algarve enquanto D. Fernando subiu o Guadiana até Mértola e daí seguiu a Beja, donde o rei com a Côrte se adiantou a recebê-lo...

Arco ogival duma porta de comunicação na parede do fundo (à direita, entrando-se na casa pela porta da fig. 7)
(Fig. 9)

Não consta que D. Henrique saísse do Algarve até ao ano seguinte, 1454, em que, datadas de Olalhas (perto de Tomar), aparecem duas cartas suas, de 12 e 14 de Fevereiro... Mas de novo se encontrava no Algarve, no verão dêste ano, na Raposeira — e provàvelmente na *Quinta* junto à ermida da Senhora de Guadalupe — quando Cadamosto arribou a Sagres, em viagem para a Flandres, de Veneza donde partira a 8 de Agôsto... Sabe-se como Cadamosto

ficou hóspede do Infante enquanto êste lhe fazia preparar em Lagos a caravela em que com Vicente Dias partiu, em 22 de Março de 1455, a fim de prosseguir no comércio e no descobrimento da costa da Guiné, suspenso desde 1446 em que a caravela de Álvaro Fernandes fôra «mais longe este ano que todalas outras», até «além do Cabo Verde CX leguas» (Azurara, *ib.*, cap. LXXXVII)... Naturalmente durante os sete meses da sua estada junto do Infante, não teria Cadamosto deixado de o acompanhar nas freqüentes digressões dêste a Sagres, pela edificação da Vila, e a Lagos pelos preparativos... Mas à partida de Cadamosto, não pôde provàvelmente o Infante assistir, ausente que estava em Tomar, em 19 de Março, decerto por assuntos da sua Ordem... E em Lisboa teria ficado em seguida, por motivo da trasladação do cadáver do Regente, de Abrantes para o Mosteiro da Trindade em Lisboa e daí para o de Santo Eloi, e finalmente para a Batalha, tendo o cargo desta última «trallaçam e acompanhamento da dita ossada» ficado «ao Ifante Dom Anrrique»...

É sabido como Cadamosto teria regressado em Dezembro dêsse ano ou em começos do seguinte. O Infante, se não estava no Algarve, por certo ali teria acudido... Todavia em 6 e 14 de Março dêste ano de 1456, ei-lo de novo em Tomar, atestam-no cartas suas destas datas... ¿Porém teria voltado a Lagos, à partida da nova expedição de Cadamosto — 3 caravelas, das quais uma exclusivamente do próprio Infante e com gente sua — «no princípio do mês de Maio»? ¿E durante o resto do ano teria permanecido no Algarve?

Parece ter sido, com efeito, neste ano de 1456 — (em todo o caso depois da 2.ª expedição do veneziano) — que, estando em Lagos, o Infante teria feito armar as 3 caravelas em que foram Diogo Gomes, João Gonçalves Ribeiro e Nuno Fernandes de Baya, — a expedição de que Diogo Gomes deixou um largo relato, no qual sobressai a nota interessante daquele feroz rei Nomimans que trucidara Nuno Tristão e os seus companheiros, mas com quem Gomes conseguiu fazer pazes e chegar a tão boa inteligência que o rei renegou espontâneamente a religião de Maomé e se converteu à fé cristã, com todo o seu povo, pedindo a Gomes que o baptizasse; ao que êste lhe respondera que «não tinha poderes do Sumo Pontífice», «mas, se quisesse, eu diria ao Senhor Infante, o qual lhe mandaria um sacerdote que os baptizasse. E êle imediatamente escreveu ao Senhor Infante para que lhe mandasse o sacerdote e um fidalgo que o informassem da fé, e que lhe mandasse um açor, ave para caçar, porque ficara muito admirado quando eu lhe dissera que os cristãos traziam na mão uma ave que apanhava as outras aves, e que lhe mandasse, mais, dois carneiros e ovelhas e patos, machos e fêmeas, e um porco; e além disto que lhe mandasse dois homens que soubessem fazer casas e cercar de taipa a sua cidade. O que eu tudo lhe prometi que o Senhor Infante tudo satisfaria. E à minha partida chorava êle com todos os seus, por causa da muito grande amizade feita entre mim e êle».

Tendo mandado uma das caravelas directamente para Portugal, Diogo Gomes, com as outras duas, ainda foi «até Cabo Verde»... «E depois navegámos para Portugal, e chegámos ao Algarve, à vila de nome Lagos, onde estava então o Senhor Infante que muito alegre ficou da nossa chegada», — em 1456 ainda, ou talvez em 1457 já, pois, como Gomes faz notar, «aconteceu que durante dois anos — (decerto 1457 e 1458) — ninguém voltou à Guiné» por causa da expedição a Alcácer, «motivo porque o Senhor Infante, com esta ocupação, não tratava da Guiné», e assim não atendeu logo ao pedido

LAGOS — Ruinas do palácio dos governadores.
(Fig. 10)

do rei Nomimans, pedido que Gomes, como declara, depois lhe relembrou, conforme se verá...

¿Em 1457, D. Henrique, tendo tido por carta régia de 15 de Janeiro a alcaidaria de Silves, não iria em seguida visitar esta cidade? Só temos dêste ano uma notícia: a da sua presença em «Tomar, minha villa», donde data uma carta em 26 de Dezembro...

Porém em Janeiro de 1458, encontrava-se novamente no Algarve: duas cartas suas, de 19 e 21, marcam-lhe a presença em Bençafrim, perto de Lagos. Mas em 10 de Fevereiro, ei-lo em Almada, donde data uma carta ou alvará... Fôra naturalmente a Lisboa, por motivo da expedição que se preparava contra Alcácer-Ceguer, voltando pouco depois ao Algarve, donde, em 30 de Março, data uma carta da «minha villa», — a sua Vila em Sagres. A vila de Lagos fôra-lhe doada no entretanto, porque é em «a minha villa de Lagos» que em 17 de Maio dêsse ano de 1458 êle passa a carta de confirmação da compra da ilha de Pôrto Santo por Pedro Correia, genro de Bartolomeu Perestrelo, ao filho dêste,

Bartolomeu... Entre Lagos e Sagres levaria o resto do ano até 3 de Outubro, em que aguarda em Sagres, na sua Vila, a armada real que nesse dia dobrava o cabo de S. Vicente e o tomou ali a bordo, indo com D. Afonso V para Lagos, onde chegam nesse mesmo dia e permanecem quási quinze dias esperando o resto da frota, pois só em 17 levantam ferro os 280 navios, levando a bordo os 25.000 homens de peleja... Curta é a ausência, porque a façanha de Alcácer, em que D. Henrique, apesar dos seus 54 anos, evidencia ainda uma energia indomável, é uma campanha-relâmpago — de 21 a 29 apenas —; e porque, de resto, perante o novo cêrco pôsto pelo rei de Fez, D. Afonso, reconhecendo-se impotente, decide regressar, logo em princípios de Novembro... Desembarcando em Faro, com D. Afonso V que segue para Évora, a preparar o socorro a Alcácer, D. Henrique fica entretanto no Algarve, donde em Novembro ainda ou em Dezembro — porque «isto foi no ano de 1458» — envia a sua última expedição, a generosa obra, puramente religiosa e civilizadora, que Diogo Gomes nos relata assim: «Depois da chegada do Senhor Infante, na armada com o rei Afonso, recordei ao Senhor Infante o que me dissera o rei Nomimans, que lhe mandasse tudo o que êle pedira. E o Infante tudo fêz e mandou para lá um certo sacerdote parente consangüíneo do abade de Soto de Cassa, para que ficasse com aquêle rei e o instruísse na fé. E mandou mais com êle um moço da sua câmara, chamado João Delgado».

Não há notícia, desde então, de D. Henrique ter saído mais do Algarve. Em 20 de Fevereiro de 1459 data duas cartas, uma de «minha vila» e outra de «minha Vila de Terçanaball» — (a 1.ª que data desta forma). Provàvelmente entre Sagres e Lagos divide ainda a sua actividade, ocupando-se sobretudo da edificação e aumento da sua Vila predilecta...

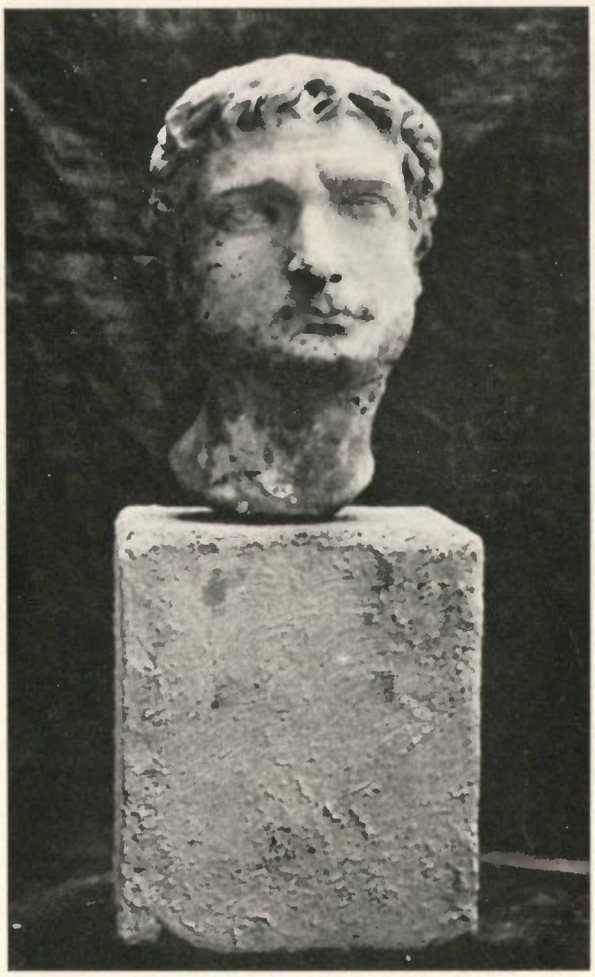
Em 12 de Junho de 1460, data ainda uma carta: da «minha vila de Lagos»... Mas em 10 de Agôsto a carta datada de «minha Vila» mostra-o já em Sagres, e desde então parece que definitivamente... Com efeito, seguem-se a esta: uma carta em 20, da «minha Vila de Vila do Infante»; outra de 22, da «minha vila», doando as ilhas de Jesus Cristo e Graciosa a D. Fernando, para as povoar; seis de 18 de Setembro, da «minha vila», doando a temporalidade de algumas ilhas dos Açores e Cabo Verde a D. Afonso V e a espiritualidade destas e das do arquipélago madeirense à Ordem de Cristo, ou dispondo missas em várias dessas ou doutras ilhas por sua alma; em 19, a carta célebre doando a espiritualidade da sua Vila à Ordem de Cristo, carta em que declara as piedosas razões que o tinham movido à fundação da mesma vila, donde está escrevendo, — «*a minha villa de Villa do Iffante*»; neste mesmo dia ainda, ao que parece, outra carta datada simplesmente de «minha vila»; em 22, três cartas da «minha vila de Vila do Infante»; outras duas, idênticamente, em 30; outra datada do mesmo modo em 9 de Outubro; e em 13 de Outubro o «escripto», sôbre «as capelanias que mando cantar» e outras disposições testamentárias, «fecto na *villa do Iffante*», o qual apensou ao seu testamento «ffeito na *villa do Iffante* a vinte e oito dias doutubro. Era mill e quatrocentos e sesenta».

Nenhum documento seu se conhece mais, desde então até 13 de Novembro em que rendeu o espírito; sendo todavia indubitável que da sua Vila no actual Cabo ou Ponta de Sagres não saíra mais, — verdadeiro *solitário de Sagres* —, senão, dormindo o sono eterno, para a igreja de Santa Maria em Lagos e daí para o Mosteiro da Batalha, conforme no comêço dêste estudo ficou dito.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Além das fontes citadas no texto, vejam-se, para o detalhe de tôda a informação documentária: os dois trabalhos do Dr. Jordão de Freitas — *A Vila e Fortaleza de Sagres nos Séculos XV a XVIII* (Coimbra, 1938) e *O Infante D. Henrique no Promontorio Sacro* (in *Revista de Arqueologia*, de J. M. Cordeiro de Sousa, fasc. VIII) —, e ainda o do Comandante Fontoura da Costa — *Vila do Iinfante, antes Terça Nabal e Sagres depois* (in *Arquivo Histórico da Marinha*, 1933, n.os 1 e 2), bem como a série de artigos sôbre *Sagres e a Vila do Infante* que publiquei no *Diário do Algarve* (n.º 127 e n.º 128 e seus seis suplementos, de 4 de Março a 16 de Abril de 1933) e no *Diario Liberal* sôbre o mesmo assunto (desde 4 de Julho a 13 de Dezembro do mesmo ano). Ainda para outras informações recorri ao estudo do Dr. Vieira Guimarães — *Marrocos e Três Mestres da Ordem de Cristo*, (Lisboa, 1916), e, para a história geral portuguesa, aos livros do Dr. Fortunato de Almeida e à publicação da *Portucalense Editora L.da* de Barcelos.

As traduções que dou, do latim quanto a Diogo Gomes, e do italiano quanto a Cadamosto, fi-las directamente dos textos publicados: pela *Academia Portuguesa da História* (in *O manuscrito de Valentim Fernandes*, Lisboa, 1940) e pelo Dr. Rinaldo Caddeo (in *Le navigazioni atlantiche di Alvise da Ca'da Mosto...*, Milano 1928), confrontando-as todavia com as conhecidas traduções, respectivamente de Gabriel Pereira e de Sebastião Trigoso



Um dos mais preciosos achados feitos no Milreu. A formosa cabeça de mármore há anos depositada no Museu Regional de Santo António de Lagos

AS RUÍNAS ROMANAS DO MILREU

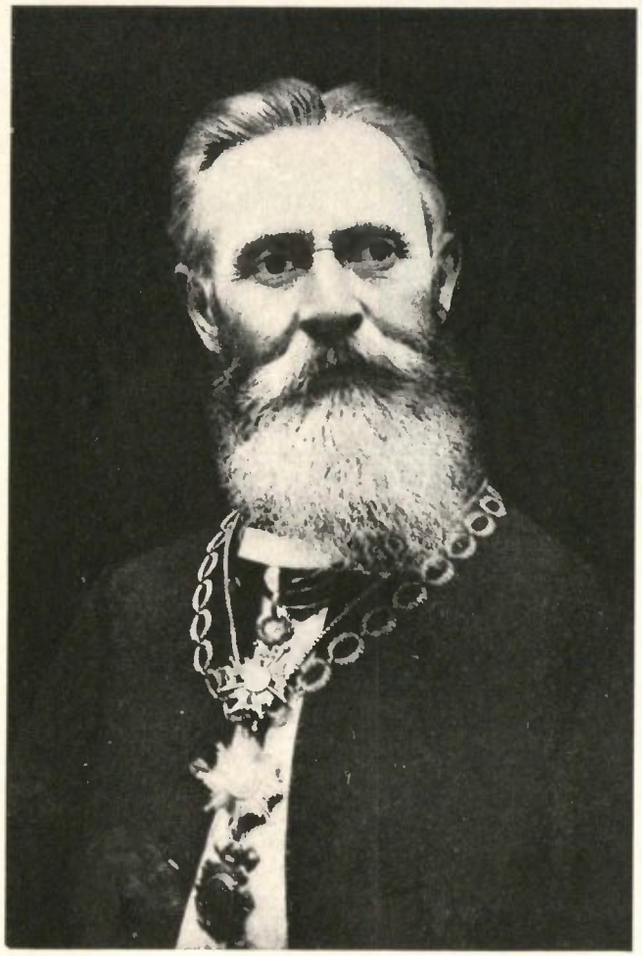
e os últimos trabalhos nelas realizados

por Mário Lyster Franco

Cêrca de 9 quilómetros percorridos de Faro, através de uma magnífica planura cultivada com o tradicional esmero dos campos algarvios, surge-nos, numa volta da estrada sôbre a direita, já no ramal que conduz a Estoi, a estação romana do sítio do Milreu.

Vestígios da velha Ossónoba, como pretendem vários escritores, ou simples restos de qualquer mansão de luxo e de prazer edificada nos arrabaldes da vetusta cidade algarvia, como é corrente mais modernamente estabelecida, não é êsse o problema que neste momento nos interessa. Êle nos levaria para um âmbito que está fora do nosso intuito, pois que apenas ao campo restrito das ruínas, à descrição sucinta do que lá ùltimamente se fêz e do que lá se encontra, nos queremos cingir agora.

Foi Estácio da Veiga, o grande arqueólogo al-



O grande arqueólogo Estácio da Veiga

Monsenhor Cónego Pereira Boto

garvio, quem, em 1877, realizou nas ruínas do Milreu a primeira exploração metòdicamente organizada.

Ainda que se lhe deva o ter pôsto a descoberto muitíssimo do que lá está, o levantamento da melhor planta que ainda hoje existe das ruínas e terrenos circunvizinhos, planta essa que em 1880 deu à estampa no seu livro *A tabula de bronze de Aljustrel*, e mesmo, segundo suponho, a classificação de balneário e templo com que vieram até nossos dias e nada nos autoriza a modificar, não foi êste notabilíssimo arqueólogo e proficiente investigador quem, ao contrário do que é lícito depreender-se daquilo que por vezes aparece escrito, delas nos deu inicial notícia. Fr. Vicente Salgado, por exemplo, escrevendo antes de 1786, faz-lhes copiosa referência no único volume publicado das suas *Memórias Ecclesiasticas do Reino do Algarve* e no *Catálogo dos Bispos do Bispado do Algarve* que acompanha as *Constituições Synodaes* da Diocese publicadas em 1674, ao tratar-se da pretensa cidade catedral de Ossónoba, já se fala, citando-se a opinião de D. Francisco Cano que devia escrever cêrca de um século antes, das «muytas ruinas, canos & columnas» que existiam no lugar de Estoi. E várias outras referências comprovativas do que fica dito, poderiamos deixar aqui.

Vinte anos depois das investigações levadas a efeito por Estácio, explorou também o local o erudito fundador do Museu Arqueológico de Faro, monsenhor Cónego Pereira Boto. Deve-se-lhe, sobretudo, a publicação de uma *Ichnographia parcial das construcções luso-romanas de Milreu*, trabalho de reconstituïção muito curioso, ainda que a planta que o acompanha, abrangendo área mais limitada do que a explorada por Estácio, só às ruínas se circunscreva e deixe mesmo nestas de assinalar vários detalhes que êste já registava e vieram até nossos dias.

Certamente que um e outro, abandonaram seus trabalhos sem os ter dado por findos. Só assim podem compreender-se algumas importantes omissões que em ambos se registam, o facto de terem deixado grossas camadas de entulho de onde seria natural tê-las mandado retirar e mesmo o desconhecimento que revelam de alguns curiosos pormenores que pela primeira vez se esclarecem agora.

Seja porém como fôr. Descontada, como é óbvio, a acção cruelmente devastadora do tempo e dos vândalos que nelas exerceram, consciente ou inconscientemente, as mais caprichosas tropelias em

quarenta e tantos anos de deplorável abandôno, foi tal como Estácio e Boto as deixaram, que as ruínas do Milreu vieram até nossos dias. Classificadas há muito como Monumento Nacional, nada impediu que o desleixo e a destruïção continuassem. Os ofícios enviados por quem e a quem de direito, as dezenas de artigos publicados, dir-se-ia que não eram lidos. As promessas ficavam por cumprir e muito menos escutados eram os protestos e os clamores.

O *apodyterium*, vendo-se os restos das *sediliae* e do mosaico que lhe revestia o pavimento

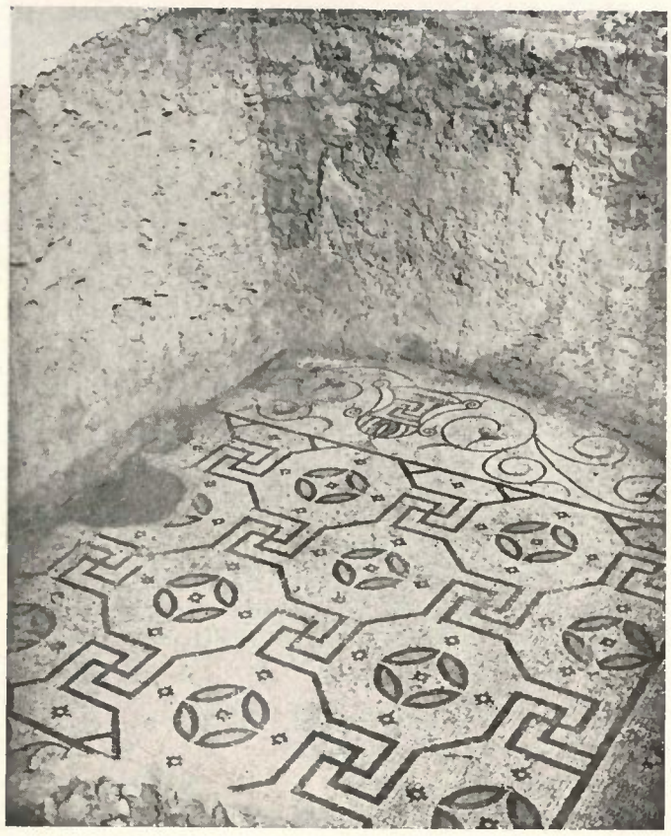
Os trabalhos realizados em 1941, por intermédio da benemérita Direcção dos Monumentos Nacionais, e nunca o adjectivo «benemérita» teve uma tam justa aplicação, mais do que um intuito de explorar, para que seriam escassos os conhecimentos de quem os dirigiu, tiveram um propósito de resguardo, de limpeza e de consolidação. Nesse sentido se orientou principalmente tôda a actividade, o que aliás não impediu que muitíssimos elementos novos tivessem, por virtude dela, chegado ao nosso conhecimento.

Realizados há 40 ou 50 anos, os trabalhos de agora teriam feito das ruínas do balneário do Milreu, uma das mais notáveis estações romanas da Península. Levados a efeito nesta altura, após tantos anos de devastação, êles permitiram realizar, é certo, alguns descobrimentos interessantes, que são a principal razão de ser da presente notícia, e permitiram, sobretudo, defender convenientemente o muito que ainda lá se encontrava e que era, só por si, digno do maior aprêço. Foi isto, o que de mais meritório êles tiveram E visto que, mercê do inexcedível zêlo e boa vontade do ilustre director dos referidos Monumentos, o sr. arquitecto Baltazar de Castro, novas campanhas se levarão a efeito, estamos certos que as ruínas do balneário romano do Milreu, melhoradas no que já possuem e alargadas na área dos 5.600 metros quadrados que hoje aproximadamente ocupam, voltarão a ter na carta arqueológica do nosso país, o lugar de merecido relêvo de onde a acção devastadora dos homens e do tempo as tinha feito sair.

Outro aspecto do *apodyterium*, vendo-se o acesso ao *tepidarium* que foi agora completamente desentulhado

Passemos agora a dar a prometida notícia daquilo que de mais valioso lá se fêz e de mais curioso lá se encontra.

Por ser, de tôdas as construções, a que mais fàcilmente atrai a atenção de quem chega, principiemos por falar do *templum*, cuja parte interior, a *cella*, de forma quadrangular terminada em *absis* e totalmente construída em *opus latericium*, na sua característica aplicação de revestimentos exteriores,

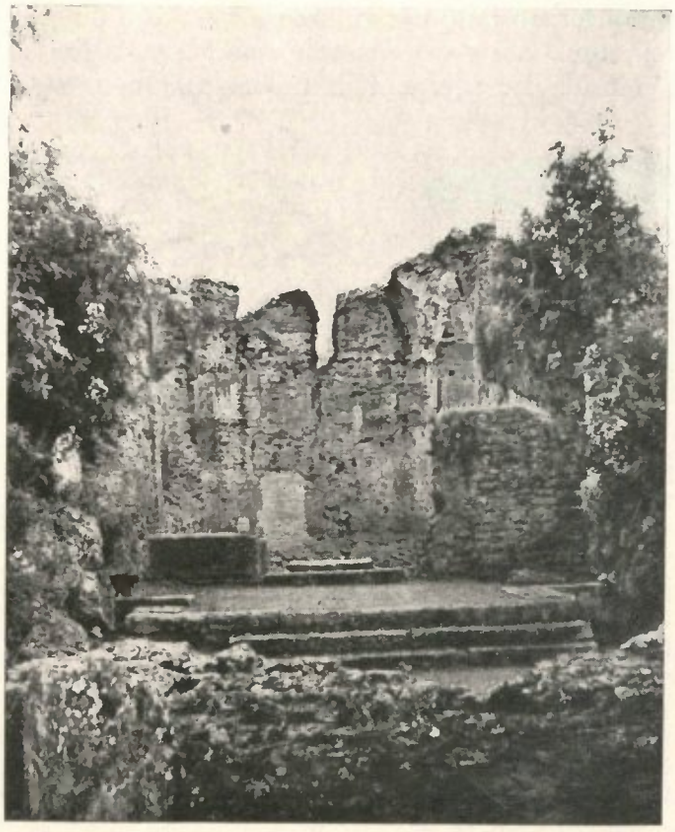


Um trôço do mosaico que reveste o compartimento agora descoberto

diamicton, em primeiro lugar nos salta à vista. Reparemos que foi o *lydius*, o tejolo cozido, *later coctus*, de menores dimensões, o mais utilizado em tôda a construção, ainda que fieiras de outro maior, *pentadoron*, se assinalem de espaço a espaço (1). Fácil se torna reconhecer ainda os rompimentos da cúpula que cobria a parte absidal do edifício, no exterior os *denticuli* do modesto entablamento e caídas algumas *colliciae* por onde escorria a água do telhado.

Em tôda a volta, dois corpos, cujas paredes se nos mostram levantadas no mesmo *pseudisodomum* da quási totalidade das restantes construções da estância, aumentam a linha graciosa do perímetro. No primeiro, o interior, não é difícil pressupor o *porticus*, não na acepção vulgar da palavra portuguesa semelhante, mas da espécie de passeio que lá se encontra, cuja cobertura era sustentada por colunas de mármore, que ainda se vêem em parte derrubadas. Elas dariam ao *templum* a característica *periptera* já por Boto assinalada e, com elegante balaüstrada, *cancelli*, também de mármore, cujo feitio se conhece, debruçar-se-iam sôbre o recinto de fora, colocado em nível inferior e a que chamaremos *crypta*, usando também esta palavra não no significado que hoje geralmente tem, mas no que tinha em outros tempos, espécie de galeria coberta, construída ao nível do solo e sôbre que dava, vulgarmente, a colunata do *porticus*. As paredes exteriores dêste, cujo chão devia correr à altura a que elas ainda hoje se encontram e em que mostram as pedras com nítidos vestígios de terem servido de assento a colunas e balaüstrada, eram totalmente revestidas de *opus vermiculatum*, o conhecido mosaico de pedrinhas em que tôda a estância foi e ainda é bastante rica. Os curiosos desenhos dêle ainda em tôda a volta se vislumbram e mesmo um trôço completo, junto à escadaria de que adiante falaremos e todo ornamentado a peixes, foi agora pôsto a descoberto.

Em ambos aquêles recintos, *porticus* e *crypta*, assinalaram Estácio da Veiga e Pereira Boto, a existência de sepulturas. Outras se encontraram agora. Algumas, na *crypta*, com os restos ainda conservados dos que nelas foram inhumados e lá se deixaram ficar, interrompendo o menos possível o descanso que desejaram eterno, e ainda mais três no *porticus*, com os ossos já desfeitos e cujas pequenas paredes ficaram a descoberto para melhor apreciação. Foi até êste o motivo por que o pavimento do recinto não foi deixado à altura a que devia estar primitivamente. Em duas destas últimas



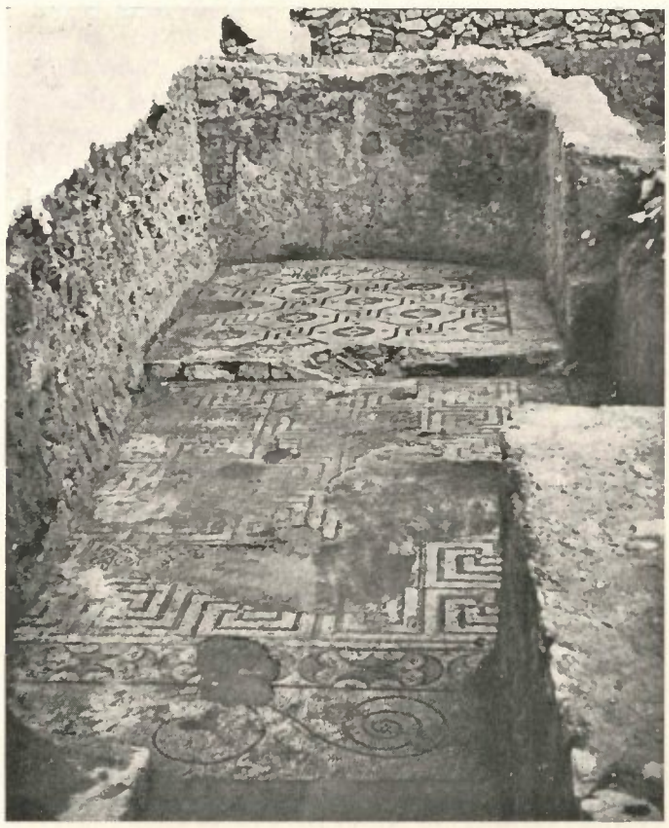
O *templum* visto do lado norte

(1) Com uns e outros, recolhidos ao abandôno em tôda a estância, se tapou agora uma janela que há muito fôra aberta na parede semi-circular do fundo. Os restos já abandonados de uma tôsca edificação que, junto a essa mesma parede, se construíra pelo exterior e que as anteriores explorações lá deixaram ficar, foram também das primeiras coisas a desaparecer.

sepulturas, encontraram-se vasilhas de barro que foram removidas para o Museu Arqueológico de Faro. A forma rectangular que as sepulturas apresentam, o lugar onde se encontraram, que não fôra certamente destinado a recinto sepulcral, e até mesmo o barro grosseiro e a forma simples das *lagoenae* recolhidas, permitem-nos poder classificá-las como visigóticas e, portanto, de época posterior à revelada por tôdas as outras construções.

Na *crypta* merecem ainda assinalar-se os restos de uma pequena construção quadrada, no início da ala esquerda, talvez que simples recinto sepulcral, também posterior, mais sumptuosamente assinalado e onde havia um pequeno edículo que a Boto parece ter passado despercebido (1); a pequena porta, *janua*, que se encontra perto e foi agora também pela primeira vez assinalada e o minúsculo *lavacrum* da ala

(1) Por sôbre êste compartimento com edículo, por sôbre parte da parede semi-circular do fundo, por sôbre as sepulturas que se encontram no recinto, numa palavra, por sôbre tôda a ala esquerda da *crypta*, passava, desde tempos imemoriais, o velho caminho que dava acessso à estância e constituía a única serventia praticável aos carros da exploração agrícola da propriedade. Pode-se calcular o que teria sido e continuaria a ser o dano causado por êsse contínuo serviço. A abertura de um novo caminho mais acima e o encerramento absoluto que fizemos dêste, subindo até ligeiramente uma parede, e separando completamente as ruínas da propriedade, trabalho, como todos os outros, levado a efeito com a plena aquiescência dos proprietários da quinta, a quem deixo consignado aqui público elogio e os meus agradecimentos, foi, sem contestação, um dos melhores serviços agora levados a efeito. Outro, não inferior, foi ter-se dotado a estância de um guarda permanente, louvavelmente fornecido pela Comissão Municipal de Turismo de Faro.



Aspecto geral do compartimento que as plantas anteriores não registavam. O pressuposto *ninphaeum* agora descoberto.

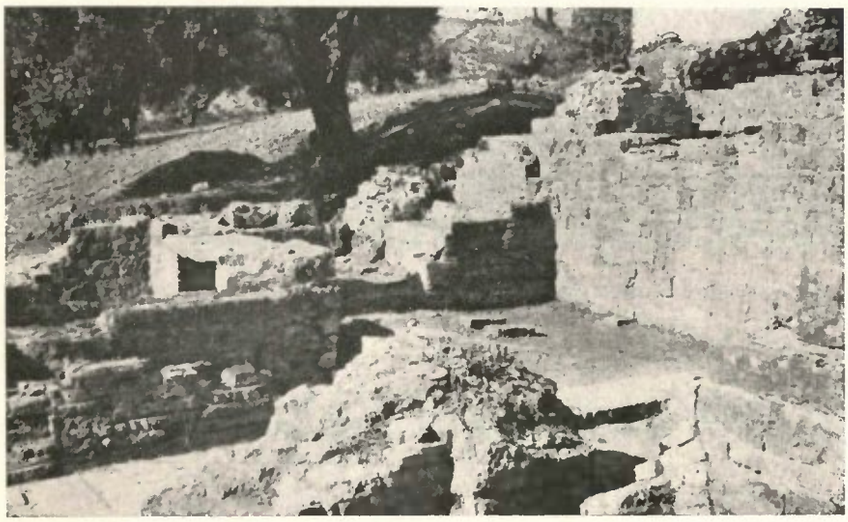
A parte exterior do *templum* vista do lado sul

direita, todo revestido de *opus signinum* e de que Boto se esqueceu também na planta que levou a efeito, ainda que Estácio já o tivesse registado e sempre o tivéssemos conhecido. Devia servir apenas para crianças ou para qualquer cerimónia muito especial, essa miniatura de piscina. Na verdade, não é fácil conceber a existência de pés de adulto que conseguissem equilibrar-se em tão estreitos degraus, nem corpo de gente grande que pudesse movimentar-se em abluções por tão pequeno recipiente!...

Abre o *templum* sôbre a *via*, cujo leito, o *agger viae*, ainda conserva em parte o *lithostrotum*, o revestimento inicial. E da entrada que ao *templum* dava acesso, uma cómoda escadaria, *gradus*, com os seus característicos três degraus que veem já dos templos gregos, nos conduzia ao *pronaus*, de onde o *ostium*, de que se descobriu agora o *limen inferius*, com os orifícios próprios do funcionamento dos *cardines*, directamente dava para a *cella*.

Em frente, do outro lado da *via*, estão, nìtidamente, os restos de uma *ara*. A sua localização diante do *templum*, local em que muitas vezes se encontra em construções semelhantes, os vestígios de certa sumptuosidade que ainda trouxe aos nossos dias, pois era revestida, interior e exteriormente, de *opus vermiculatum*, o orifício por onde se escapavam os restos das libações e ainda o facto do *labrum* ser geralmente de feitio diferente e ter sido encontrado por Boto na parte interior da *cella*, construído

Um *cella* do balneário. Os *hypocausis* estão agora devidamente assinalados.



Alguns compartimentos do balneário agora nìtidamente visíveis.

Uma vista parcial do balneário. No primeiro plano as divisórias que devem corresponder ao *gynaeceum*.

em mármore branco e alimentado pelo *immissarium* circular agora também pôsto a descoberto, não nos deixaram grandes dúvidas para esta classificação. Chama-lhe Boto, *lavacrum*! Sôbre não ser fácil, por sua contextura, o utilizá-lo como tal, nem lhe encontrassemos qualquer sítio por onde pudesse entrar a água, também nos não parece crível a sua localização naquele ponto, particularmente nobre em tôda a estância. Não. Ali devia estar um altar em que os crentes faziam as suas primeiras libações e sacrifícios à divindade tutelar que iam depois adorar no *templum*, ou talvez mesmo que um *sacellum* a qualquer outra divindade. E qual, preguntará o leitor que tem tido a coragem de acompanhar a matéria?! Os achados agora feitos, extremamente reduzidos em peças sôltas, como adiante veremos, limitando-se, no que ao caso poderia interessar, a uns restos de vestimenta de qualquer estátua de mármore de regulares dimensões, não permitem modificar a atribuïção que Boto, fundamentado em várias peças que conheceu e conhecemos (1), daquilo tudo faz à deusa Vénus!

Devia ser portanto esta, a «filha da espuma do mar», a «espôza de Vulcano, Anchizes e Marte», a «mãe de Enéas e Cupido», a «formosa rainha das Graças», como, «no dizer da mythologia», Boto se lhe refere, o alvo das preocupações votivas dos freqüentadores e das freqüentadoras do balneário! E, como recinto de luxo e de prazer que êles geralmente eram, temos de concordar que estava certo!...

Vamos percorrer agora, a parte pròpriamente balnear da estância.

Ainda que restos de várias edificações nìtidamente romanas, desconhecidos, ao que parece, por Estácio e Pereira Boto que os não assinalam nas suas plantas, tenham sido agora descobertos do lado Sul da *via* e para a direita do *templum*, foi no lado Norte que se realizaram os principais trabalhos e é para o lado Norte que, pelo menos por enquanto, se estendem tôdas as construções que ao balneário deviam indubitàvelmente pertencer.

Difícil se torna pôr na sua descrição, o mesmo método que procuramos imprimir à que fizemos do *templum*. Para isso, tornava-se indispensável fazer acompanhar a presente notícia de uma planta que corrigisse as que Estácio e Boto elaboraram e em

(1) Saliente-se, pelo seu valor artístico e mesmo por ser a primeira notícia que dela vem a público, uma preciosa *patera*, de barro arretino, ornamentada com figuras e primorosamente modelada, há muitos anos recolhida no Milreu e hoje propriedade do sr. engenheiro Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos, que a herdou de seu sogro, o benemérito coronel Aboim Ascensão. O decôro impede que descrevamos a cena que reproduz. Ainda que o licencioso da matéria não permita a sua exposição, se, como espero, der um dia entrada no Museu de Faro ficará constituindo nêle uma das peças mais curiosas.

que já estivesse registado tudo quanto se descobriu posteriormente. Reservado o levantamento dessa planta para a campanha do ano futuro, resta-nos chamar a atenção para alguns detalhes agora revelados que nos parecem de maior interêsse.

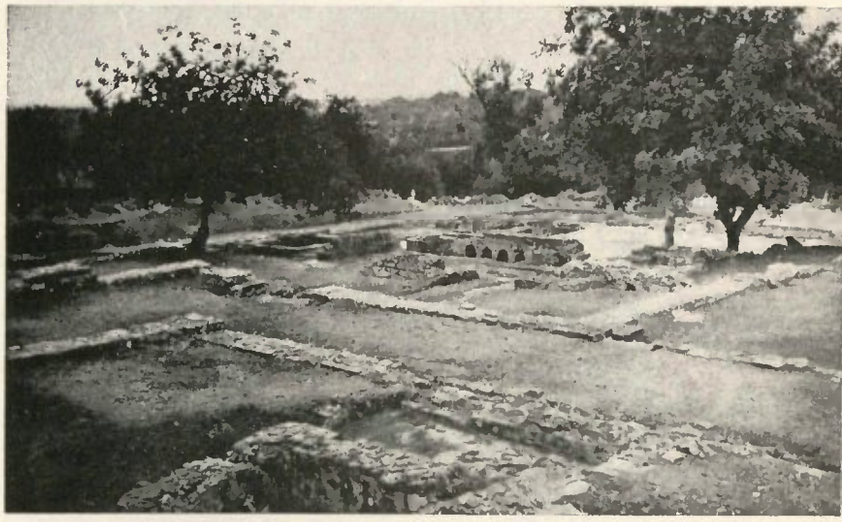
De tôdas as construções cuja existência é agora pela primeira vez noticiada, sobressai, pelo feitio, pela beleza do *pavimentum vermiculatum* que ostenta e até pelo estado de conservação em que êste chegou aos nossos dias, o curioso compartimento com entrada pelo *atrium* e que fica junto à casa existente na propriedade, cuja parede do lado Sul o encobre mesmo em boa parte.

Oculto sob o velho caminho que passava no local e inteiramente desconhecido das anteriores explorações, cujas plantas indicam ali divisórias diferentes, êle ficará como uma das mais curiosas edificações de todo o balneário, como o mais bem conservado fica sendo o mosaico quási intacto que lhe reveste o pavimento. Que jamais se remexera ali, no-lo comprova até o facto de ter sido êsse o sítio mais fértil em achados avulsos. Fragmentos da balaüstrada de mármore do *intercolumnium* do *atrium*, parecida mas não igual à que deveria ter existido e já assinalamos no *porticus;* um elegante ainda que singelo capitel, cujo diâmetro não se adapta ao das colunas que se conhecem, o que prova que outras deveriam ter existido; restos de vasos de vidro e de diferentes vasilhas de barro grosseiro e fino, algumas de carácter nìtidamente visigótico, e até duas moedas, pequenos bronzes de inscrição completamente obliterada, foram recolhidos no local.

No compartimento em questão, além de um degrau de mármore que ainda se conserva no interior e que separa uma parte arredondada que tem ao fundo, deveria ter existido uma espécie de guarda-vento com duas serventias a proteger o *ostium* de entrada. A sua graciosa configuração, o ar bem equilibrado e delicado que ressuma, o bem cuidado do pavimento e mesmo o facto de não aparecer em tôda a estância outro recinto a que melhor pudesse ser aplicado o nome, levou a classificá-lo de *nymphaeum*, designação esta que, com as naturais reservas, lhe deixâmos.

Repare-se que também o *atrium* foi agora notàvelmente melhorado. Além de se ter prolongado o seu desatêrro mais para o Norte, pondo dessa forma a descoberto uma bela porção do mosaico que lhe revestia o pavimento e mais três bases de colunas no seu primitivo lugar, de se ter assinalado melhor o *faux* que, junto ao poço, o velho *puteus* de que ainda se conserva uma das pedras mais características, estabelecia a ligação com a *area* onde está o *impluvium*, nivelou-se-lhe todo o chão descobrindo mais restos de mosaico em vários sítios e o *limen inferius* com os orifícios dos *cardines* das

Um recanto do *atrium*, vendo-se algumas bases das colunas que o circundavam.

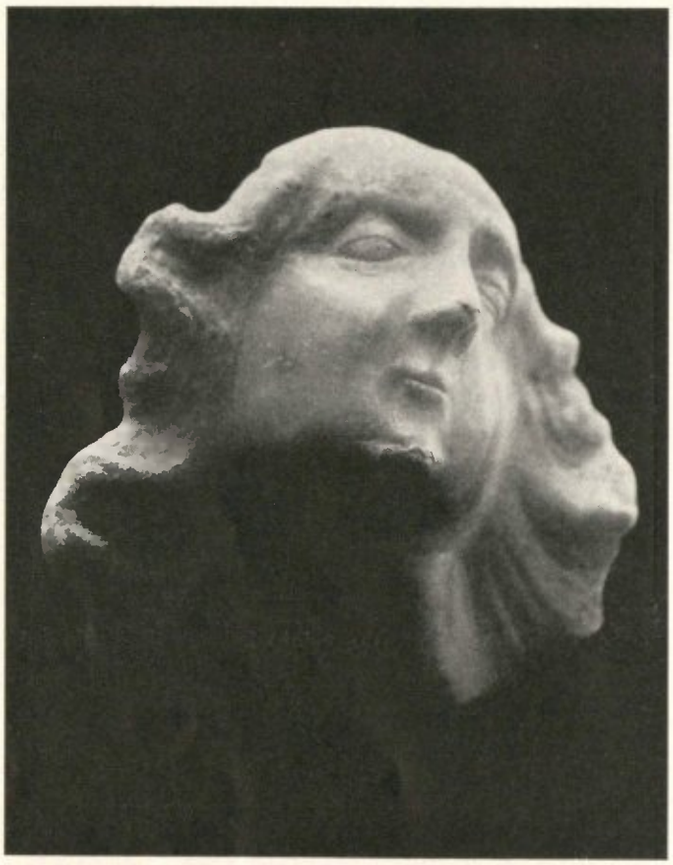


Um aspecto do recinto balnear tirado do lado norte.

O que resta de uma piscina circular, a *frigida lavatio*, que foi outrora revestiva de mármore branco.

várias portas que para êle abriam. Acrescente-se que eram em dórico romano as colunas que o revestiam, uma das quais está completa e será erguida, e que não deviam ser portanto dêle, mas do *porticus* do templo, a que já nos referimos, ou de qualquer outro local, os belos capitéis coríntios primorosamente trabalhados que, como provenientes do Milreu se encontram recolhidos nos Museus de Lagos e de Faro.

No *impluvium* nada se fêz. No entanto, ainda perto do pressuposto ninféu, até onde para Leste se pôde levar agora a escavação, construções de configuração diferente das registadas nas plantas se



A primorosa cabecinha de mármore proveniente do Milreu e recolhida no Museu de Faro.

puseram em parte a descoberto. Especialize-se um precioso recinto todo revestido de mármore branco, tendo ao centro os restos de uma espécie de *cippus* de forma quadrangular, e, um pouco mais abaixo, o pequeno *immissarium* ou *dividiculum* a que já se fêz referência e que as plantas não assinalam com rigor no seu verdadeiro lugar.

Sigamos agora um pouco em direcção ao vale, visto que da parte fronteira ao templo ainda quási não saímos. E visto que estávamos no *atrium*, desçamos os cómodos degraus que o ligam ao recinto a que Boto chama *sellaria* e dêste para o *apodyterium*, cujos assentos, *sedilia*, eram já nossos conhecidos e onde os restos do *opus albarium* que lhe revestia as *parietes* ainda nìtidamente podem ver-se num pequeno trôço à direita. Nada de novo temos que assinalar nestas divisórias. Apenas a limpeza e consolidação de alguns restos de mosaico nelas se levou a efeito, mas já o mesmo não podemos dizer do vasto compartimento que se lhes segue, que Boto denomina *oecus*, salão de entrada, de festas e conversa, e cujo *pavimentum vermiculatum* repousava sob camadas de entulho de mais de um metro de altura. O seu desatêrro permitiu pôr a descoberto o mosaico que restava, verificando-se que nos seus desenhos se encontram mais uma vez os peixes tão freqüentes em tôda a estância. Viu-se também que tinha alguns assentos em volta e que várias condutas de água ou simples esgotos lhe passavam no sub-solo, o que aliás era natural num compartimento que, fôsse o que fôsse, estava directamente ligado às *cellae* do balneário, *caldaria*, *sudatoria* e *frigidaria*, que Boto lhe assinala junto e que, salvo qualquer troca de nome, pois nem sempre estamos concordes com as suas classificações, são, certamente, algumas das divisórias que lá estão. Do *oecus*, continuemos, para maior comodidade, a chamar-lhe assim, por uma larga escadaria se desce para um vasto recinto de forma irregular, a que Boto chama *xysti*, dizendo-o «espaço ajardinado com assentos, estátuas, etc.». Dêle, apenas o *gradus*, com vestígios de ter sido revestido de mármore, estava em parte pôsto a descoberto. Tudo o mais desaparecia sob camadas de terra que vinham até ao nível superior, alguns metros acima, e que dali foram removidas nalgumas dezenas de carradas. Surgiu então a divisória que lá pode ver-se, mas a falta absoluta de acessos para o exterior, pois nem sequer se encontraram os vãos que indicariam a existência das portas que as velhas plantas erradamente assinalam, o facto das paredes e do pavimento serem revestidos de *opus signinum*, absolutamente contra-indicado para terreno de jardim..., e aquelas serem chanfradas nos ângulos, leva-nos a pôr de parte a denominação dada por Boto. Longe de ser o *xystus* que o distinto arqueólogo pretende, estava talvez ali a *frigida natatio* e o pretenso *oecus*, com os seus canos subjacentes e as *sediliae*, não seria mais que o próprio *tepidarium*, pois que também nem mesmo nesses tempos era crível que um «salão de entrada nobre» se prestasse para exibições de nudismo, por se encontrar localizado entre a sala de despir, o *apodyterium*, e as *cellae* em que se tomavam os banhos de vária espécie. De resto, Boto localiza perto um outro *xystus*, em que nenhuma exploração pôde efectuar-se agora, e até mesmo um outro *oecus*, em que apenas o nivelamento do chão houve necessidade de fazer. E se êste está de facto melhor situado, com ligação directa para o *atrium* e uma

espécie de *aquarium* de recreio ao fundo, abandonemos o primeiro, pois que já *xystus* e *oecus* nos parecem demais para tão pouco serviço.

Mas deixemos estas conjecturas. Se com elas chegâmos à conclusão de que as duas plantas existentes e a nomenclatura dada aos recintos carecem de ser inteiramente revistas à luz dos achados agora efectuados, não as fazemos por espírito de crítica, mas apenas, como prometemos, para chamar a atenção para os mais curiosos.

Resultou também proveitosa a limpeza efectuada nos compartimentos de que ainda nos falta falar. A piscina circular, *frigida lavatio*, outrora revestida a mármore branco de que ainda se vêem restos, desaparecia sob a verdura e adquiriu agora outra beleza, como outra curiosidade passaram a oferecer os *hypocausis*, de cuja existência apenas as plantas nos falavam, pois estavam totalmente ocultos sob entulho e vegetação Ficou visível o *praefurnium* de mais de uma *fornacula balnearum*, com vestígios insofismáveis do fogo que nelas se fêz, ficaram nítidos nalguns pontos os restos da *suspensura* que constituía o pavimento e até uma espécie de entrada de serviço com acesso directo à *via*, por onde passavam os escravos que tinham a seu cargo esta parte reservada e fundamental da estância, se pode considerar perfeitamente assinalada.

O *laconicum* e o *alveus* do *caldarium*, o *elaeothesium*, tão precioso e indispensável em estabelecimentos desta natureza, e mesmo todo o *gynaeceum*, ou seja a secção do balneário exclusivamente destinada às damas, não será difícil enquadrá-los nas divisórias que se encontram perto e onde apenas várias beneficiações se levaram a efeito agora.

Diferentes canos em *imbrex supinus*, restos de *fistulae* e esgotos, *emissaria*, de vária espécie, irradiam, como é natural, para muitos sítios, mais ou menos por tôda a estância. Quando sôbre os seus vários compartimentos se pretenda e possa dizer a última palavra, êles constituïrão um precioso auxiliar para a sua identificação. Recomendamos por isso e sempre, o máximo cuidado na sua conservação.

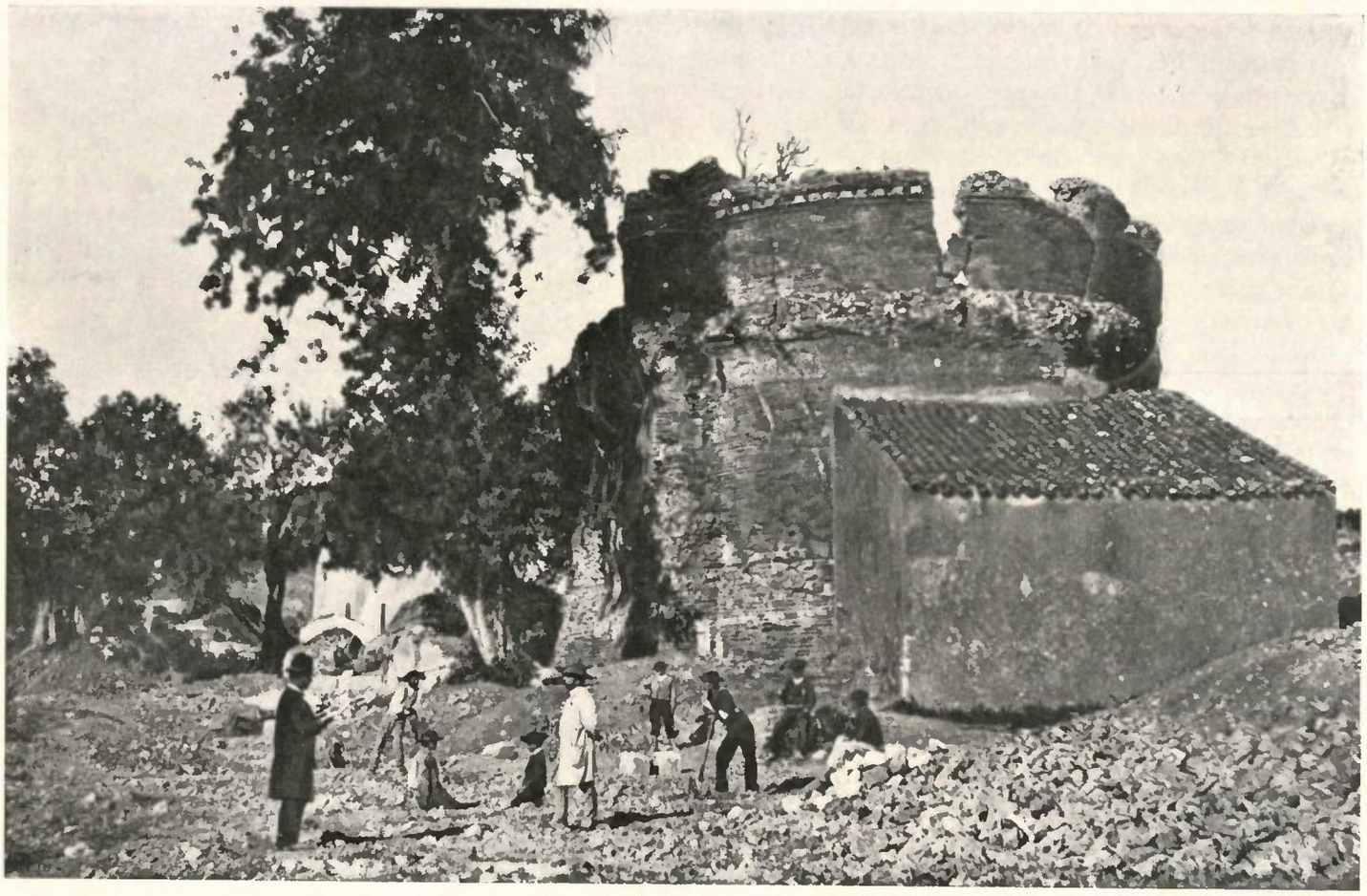
Também não queremos deixar de fazer uma merecida referência ao delicado ornato, espécie de estuque em relêvo, que se encontrou modelado em dois sítios do revestimento algo grosseiro da parede de um dos recantos do *prothyrum*, ou seja do corredor que serve a entrada aberta sôbre a *via*, poucos metros além da *ara* fronteira ao templo, e que a Boto se afigurou e, à falta de melhor, também se nos afigura, um dos principais acessos do balneário. A preciosa decoração com desenhos em feitio de lira, espécie de delicado baixo relêvo aberto no estuque, talvez que uma modalidade daquilo a que o romanos chamavam *antefixa*, é fàcilmente visível a quem se encaminhe para o *atrium* e nada até então havia sido descoberto em tôda a estância que se lhe pudesse semelhar.

Não foram férteis em achados avulsos, os trabalhos agora realizados. Se exceptuarmos a exploração do ninfeu, onde, como já acentuámos, se via bem que jamais alguém mexera, tudo o mais fôra

Trôço de um baixo relêvo em mármore encontrado no Milreu e existente no Museu Regional de Lagos.

nìtidamente basculhado já. Os fragmentos já referidos da vestimenta e das balaüstradas; restos de capitéis, de pilastras e de outros ornatos de pedra; algumas *tegulae* e *imbrices*, muitos tejolos de várias dimensões e feitios, alguns até, dos mais pequenos, tendo bem nítida a conhecida marca figulina do fabricante (1), e outros, pequeno número, em forma de quarto de círculo, para formarem, como é sabido, fustes de colunas e outras superfícies circulares; muitos bocados de mármore de variadíssimas côres e vários troços de mosaico com desenhos ainda visíveis e assentes em locais onde nada fazia prever

(1) A legenda circular VER FRONTANIANI, tendo ao centro um losango atravessado por um traço e *hederae distinguentes* separando o I do V, como já Boto e Santos Rocha registaram.



As explorações nas ruínas do Milreu, em 1897

(Reprodução de uma fotografia antiga)

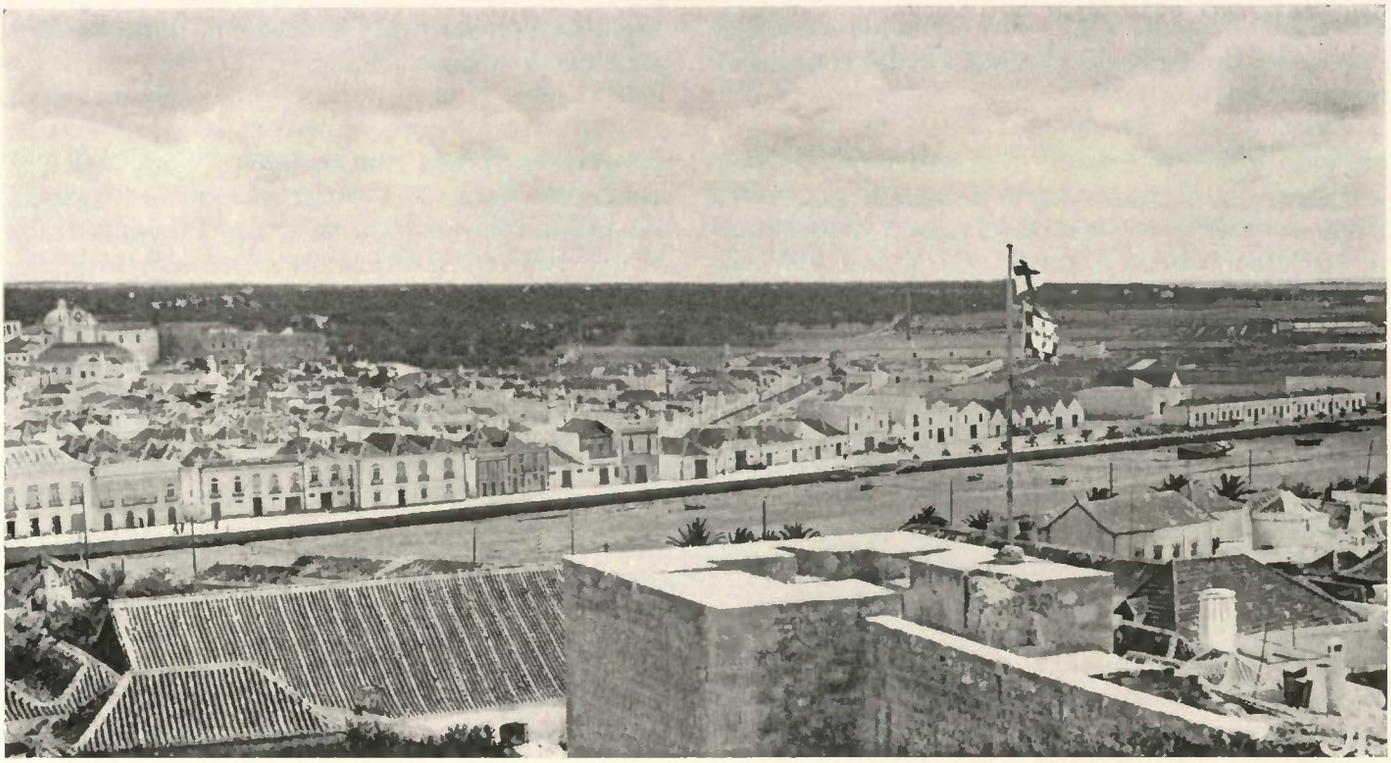
a sua existência, alguns restos de vasilhas de barro grosseiro e... quanto a moedas, uma pobreza franciscana! Apenas 4 ou 5 pequenos bronzes muitíssimo deteriorados, alguns ceitis e até vários 5 réis de D. João, príncipe regente, cunhados em 1812... Nada, portanto, que se equipare à formosíssima cabeça de estátua e ao baixo-relêvo que se encontram no Museu de Lagos, ou à pequena cabeça de mulher exposta no Museu de Faro, peças reproduzidas nas gravuras que ilustram o presente artigo; nada que se aproxime da mutilada figurinha de um Amor, existente no Museu Etnológico de Lisboa e de que Leite de Vasconcelos nos fala nas suas *Religiões da Lusitania*, ou que de longe rivalize com o vaso jaspóide, propriedade dos herdeiros do industrial Júdice Fialho, ou com a preciosa estatueta da qual se diz, suponho que erradamente, representar Platão e que, como o outro valioso objecto que já deixamos referido, pertence ao sr. engenheiro Manuel de Sande Lemos. Nenhuma inscrição também apareceu agora, para juntar à única que, proveniente do Milreu, há poucos anos entrou no Museu de Faro. Esperâmos que a nova campanha, levando certamente a alargar o âmbito da estância para sítios ainda não explorados, pois tudo indica que ela se estende em várias direcções, como já Estácio assinala, resulte neste capítulo mais interessante e proveitosa.

Mas mesmo que não resulte. Também a de 1941 prestou incontestáveis serviços e só noutros achados foi notável. E essa, destinada, como a anterior, a valorizar um Monumento Nacional que é, no seu género, das coisas mais importantes do nosso país e para o Algarve um dos locais de maior interêsse, não poderá deixar de ser também grata ao patriotismo, ao coração e à inteligência de todos os algarvios.

Que ela se inicie breve e em boa hora se faça!

Faro, Abril de 1942. — A. D.

(Comunicação apresentada ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, reünido no Pôrto em 1942.



Vista parcial de Tavira, vendo-se no 1.º plano a Alcáçova e ao fundo o Asilo Distrital de «Esperança Freire»

Tavira

Tavira, a antiqüíssima Talabriga, tomada aos mouros a 11 de Junho de 1242, foi nos tempos idos, burgo famoso pelos serviços relevantes que seus habitantes prestaram nas navegações e descobertas, nas expedições a Marrocos e em todos os feitos gloriosos da nossa história.

Não menos famoso foi o comércio do seu pôrto, em que vinham navios de várias nações fazer carregamentos de produtos regionais, e as suas pescarias de coral, baleia e atum, que remontam de D. Dinis, e de que ainda são documentos vivos o Compromisso Marítimo, um dos mais antigos do país, e as quatro armações de atum, que ainda lança ao mar.

Tanto florescia o comércio nesta terra, elevada a cidade por D. Manuel, em 1520, que o Cardeal-Rei D. Henrique lhe concedeu uma feira franca nos meses de Setembro a Novembro, e anteriormente. D. João III, ao conceder-lhe o Regimento dos Misteres, diz, no alvará, *«lh'o concedo por ser a mais principal do Reino do Algarve»*.

De heróicas e nobres tradições guerreiras, teve sempre esta cidade a dentro dos seus muros guarnição militar, que a ennobrecia, desde os primitivos bèsteiros do conto à sede da Capitania General do Algarve à sede de uma divisão, até que com o advento do constitucionalismo, viu a sua guarnição militar reduzida a um regimento de infantaria, que há anos perdeu, sendo hoje uma das suas aspirações recuperar uma unidade militar permanente.

Várias vezes foi visitada pelos nossos Reis, que aqui se demoraram, especialmente D. João II, que permaneceu com tôda a côrte por espaço de dois meses, e D. Manuel I, que aqui esteve com mais de 20.000 soldados, para partir em socorro de Arzila, cercada por um poderoso exército de marroquinos.

Muitos e valiosos privilégios, regalias e isenções lhe conferiram os nossos monarcas, reconhecendo por essa forma o valor e esfôrço dos antigos e prestimosos habitantes de Tavira, que tão alto levantaram o nome da sua terra em todos os ramos da

actividade humana, sem esquecer o da caridade, pois que a fundação do Hospital Civil é contemporânea de D. Afonso V.

Teve cinco conventos de frades e um de freiras, sendo o de S. Francisco o mais antigo do Algarve; e no da Graça funcionaram aulas de gramática, latim, retórica e teologia dogmática e moral, que se tornaram célebres, como não menos célebres foram as aulas de matemática e engenharia que houve no regimento de infantaria 14, aqui então aquartelado, e as de anatomia e cirurgia no Hospital Militar, estas últimas as únicas criadas no Algarve, por D. Maria I.

Após as invasões francesas, Tavira decaíu imenso, sendo presentemente uma sombra do passado.

Mas Tavira tem ainda hoje que ver, restos do seu antigo esplendor, nos seus monumentos arquitectónicos e históricos, que merecem a atenção do turista, além das belezas naturais da cidade e arredores.

Merecem menção especial: o edifício da *Câmara*, com a sua arcaria medieval, as armas da cidade, e no cunhal esquerdo a máscara do conquistador de Tavira, Paio Peres Correia, mas sem fundamento sério.

Em frente, o Arco da Misericórdia, uma das antigas portas da cidade, encimado pelas armas manuelinas.

Igreja da Misericórdia: lindo portal com as imagens de pedra dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, e no meio a imagem de pedra de N. Senhora coroada e coberta com seu manto e êste aberto e debaixo do manto cinco rogantes, e ladeada pela corôa real e as armas da cidade. No interior, de três naves, colunas coríntias com frisos de folhagens e figuras, no geito espanhol, é o melhor exemplar da Renascença em todo o Algarve. Bela obra de talha doirada, em especial no altar-mor; belos painéis de azulejos da fábrica do Rato, com a data de 1760, representando as obras da misericórdia, revestem a igreja tôda. Os painéis pintados a óleo, que figuravam na procissão de Quinta-Feira de Endoenças, também são dignos de se ver.

Pórtico da Igreja da Misericórdia de Tavira

O célebre arquitecto alemão Albert Haupt, considerou êste templo o melhor de todo o Algarve e de lavor «deveras magistral».

Santa Maria do Castelo: monumento nacional, construído sôbre o local da antiga mesquita árabe, de que não restam vestígios. Destruída em grande parte pelo terramoto de 1755, conserva ainda em estilo gótico o pórtico principal e algumas capelas artezoadas. O interior, de três naves, é bastante sumptuoso, e na capela-mor encontram-se do lado do Evangelho, o túmulo de D. Paio Peres Correia, e do lado da Epístola o dos sete cavaleiros que morreram na tomada da cidade aos moiros. Na igreja existem magníficos azulejos, valiosos paramentos e alguns quadros de valor. Entres êstes, merecem menção especial, uma Ascensão da Virgem, de autor desconhecido, existente no baptistério, e uma Ceia do Senhor, que encima a porta lateral.

No corpo da igreja salientam-se a capela do Senhor dos Passos, manuelina, forrada de azulejos policromos; os arcos que sustentam a abóbada são artísticos e nas juntas florões com a cruz de Cristo e Santiago e o brasão dos Melos. A capela do Santíssimo, coberta de cúpula, e revestida de alto a baixo por um belo azulejamento datado de 1728, representando a Ceia do Senhor, Lava-pés e as figuras de S. Dâmaso, S. Eusforiu, S. Agatão e S. Dionísio. Capela do Calvário, ou Senhor Morto, de estilo ogival e colocada ao fundo da nave esquerda. É notável esta capela pelas portas de ferro mostrando que era fechada. Capela de S. José, que se pode considerar igual à do Calvário.

Em frente à porta lateral desta igreja, um miradouro donde se desfruta um lindo panorama sôbre a cidade.

Santiago: pouco encerra de curioso; todavia é digno de ver-se o medalhão exterior que encima a

porta principal, e a capela do Sacramento merece a atenção por suas boas pinturas e douramento, tudo executado pelo pintor José Ferreira, de Lisboa. Levantando a ara dêste altar, vê-se um medalhão de pedra, com quatro cabeças, que parece representarem os evangelistas.

Ermida da Senhora da Consolação: tem curiosas telas da escola flamenga, e azulejos.

S. Sebastião: com boa obra de talha e as paredes revestidas de telas a óleo.

Santo António: encerrando de notável o célebre trânsito.

O trânsito da igreja de Santo António de Tavira, único no seu género em todo o país, compõe-se de três interessantíssimos grupos de figuras em tamanho quási natural, representando três passos da vida do taumaturgo português: a fôrça misteriosa com que obriga a ajoelhar o burro do herético, o poder sobrenatural com que salva o pai da fôrca, e a morte de Santo António.

Mas o que torna mais interessante e sobremaneira notável o trânsito, é o grupo do centro, a morte, ou transe de Santo António, porque é, sem dúvida, uma reprodução em figura do célebre quadro Os Funerais de Santo António, do paduano Girolano del Santo, que viveu entre 1480 e 1550. Numa grande tela, existente em Pádua, e que é de um magnífico desenho e excelente colorido, Santo António, morto, está deitado, as mãos cruzadas sôbre o ventre, cercado de frades que oram e choram. Ao longe vê-se Pádua, entre as colinas. Dois anjos seguram nos braços uma inscrição onde se lê a frase célebre: «Le morto el Santo». E o Santo morto dir-se-ia dormir tranqüilamente.

O grupo do centro do trânsito de Tavira, é, sem dúvida, uma cópia em barro colorido daquêle quadro célebre, e, portanto, de subido valor histórico e artístico, uma verdadeira obra de arte.

Convento das Freiras hoje transformado em fábrica de moagem, e no qual é digno de se ver o lindo pórtico manuelino.

S. Pedro Gonçalves Telmo: vulgo igreja das Ondas, de estilo D. João V, com valor artístico, e o Compromisso Marítimo com um magnífico estandarte de sêda vermelha, todo bordado a oiro e pedrarias e que constitui uma verdadeira preciosidade.

S. Francisco: tem hoje de notável a sacristia de estilo gótico com uma inscrição antiqüíssima, a casa dos andores, vulgarmente chamada Santuário: no antigo cemitério da Ordem, uma curiosa capela com interessante obra de barristas. No antigo cemitério público, duas interessantes capelas góticas e um cruzeiro com os doze Apóstolos, em relêvo, cada um dos quais está metido dentro de uma ogiva. Na sala do despacho, uma linda tábula a óleo, representando a Ceia, de autor desconhecido, e que merece ser estudada por mestre no assunto.

S. José: tendo de notável a primitiva capela artezcada do Hospital, três curiosas poltronas joaninas com dourados e couro lavrado. Na sala das sessões da Mesa do Hospital, um interessante quadro a óleo, de autor desconhecido, representando a Senhora da Conceição.

S. Paulo: notável pela obra de talha que reveste as suas capelas magnìficamente trabalhadas, pelos baixos relêvos de madeira policromada que enriquecem algumas delas, sendo em verdade primoroso a Ceia do Senhor. Da obra de talha das

Igreja de S. Maria do Castelo de Tavira

capelas, ressalta, sobretudo, a do terceiro altar da esquerda. São também apreciáveis as tábulas pintadas, na sacristia. Esta igreja, de estilo Renascença, é só por si um templo de arte.

Carmo: contendo de notável o altar-mor, de estilo século XVII: é de boa perspectiva, revestido de boa talha doirada e de grande efeito decorativo. Nas paredes tem algumas telas boas de Rasquinho. Possuia êste templo três sacras antigas, marchetadas de madrepérola, dignas de um museu. Ao lado o Asilo Distrital Esperança Freire, com uma linda imagem de mármore existente na casa do oratório, desfrutando-se da varanda do Asilo esplêndido panorama da cidade.

Merecem também ser vistas, sem que todavia encerrem qualquer notabilidade de relêvo, as ermidas da Senhora do Livramento, S. Brás, Santana, antiga capela do quartel-general, e a da Senhora da Piedade.

Na Travessa D. Brites, duas curiosas janelas manuelinas, que formam um interessante trecho arquitectónico de arco duplo, tendo como remate principal uma cabeça mitrada.

Na Rua das Oliveiras, uma linda janela de estilo Renascença, entaipada mas visível, vulgarmente conhecida por Janela do Mau Cabelo.

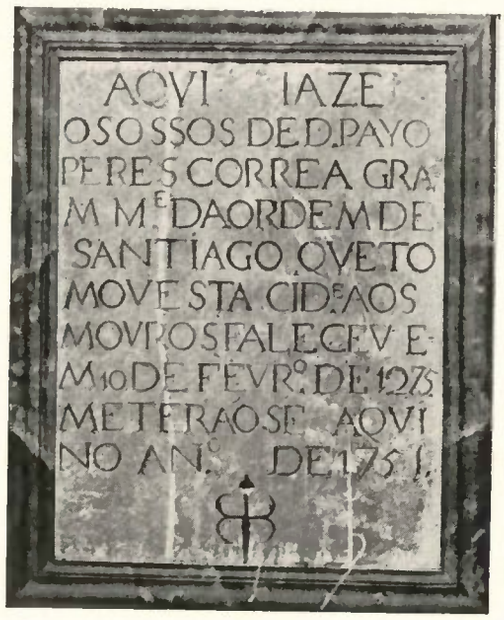
Nos arredores as ermidas do Calvário e de S. Pedro. No concelho são dignos de nota a igreja da Conceição, com o pórtico de estilo gótico. Na Luz a igreja matriz, com o pórtico Renascença encimado pela imagem da Senhora da Luz, de jaspe, e a formosa parte lateral, o mais belo exemplar algarvio do mesmo estilo.

E é êste o património artístico de Tavira, ainda opulento, e digno de ser visto pelo turista que se interesse por estudos de arte, no gôzo espiritual pelas obras do Passado.

Sob o ponto de vista económico, Tavira está lamentàvelmente decadente.

Com a saída do regimento e devido a maus anos agrícolas, o comércio e a indústria definham.

Mas tem condições de vida, de se valorizar de futuro, sendo coadjuvada pelo Estado e pela Junta de Província do Algarve.



Lápide tumular de D. Paio Peres Correia

Uma mina de oiro inexplorada, as águas da Fonte da Atalaia, que são águas termais: hipossalinas, bicarbonatadas, cálcicas e magnesianas, que têem sido usadas com manifesto proveito no tratamento de doenças da pele, reumatismos de vária espécie e afecções genecológicas. Para uso interno gozam fama de virtude nas dispepsias atónicas e em certos casos de amenorréa.

O actual e pequeno estabelecimento termal tem anexos vastos terrenos que permitiriam com facilidade a construção de bons hotéis, parque com campo de jogos, etc., importantíssima obra de valorização que seria notàvelmente compensada, não só pela excelência das águas e pitoresco da cidade em que se encontram, como também pelas facilidades de comunicação com todo o país e Sul de Espanha, transformando a cidade numa estação de cura e turismo, de Maio a Outubro.

Nesta obra, Tavira teria encontrado magnífica compensação da perda do regimento, saindo da decadência actual e voltando aos tempos áureos do passado.

Realizado isto, que parece imenso, e para o qual, afinal, basta a coadjuvação do Estado e da Junta de Província do Algarve, Tavira poderá tomar, na concorrência das terras progressivas, o lugar a que a sua categoria de cidade que quere viver, lhe dá direito.

E para terminar, citarei as palavras do Dr. António Ferreira Murtinho:

«Portugal, o país do mundo mais favorecido na distribuïção destas salubérrimas fontes, — (refere-se às águas termais portuguesas) — criadas pela Natureza para alívio e plena cura de milhares de sofrimentos, devia tirar do supremo dom proveitos enormes para o seu desenvolvimento. As nossas águas bastavam para enriquecer as localidades onde emergem, atraindo aos nossos centros e a todo o país milhares de estrangeiros e, com êles, luz, civilização, fortuna e progresso».

DAMIÃO DE VASCONCELLOS

OS ARQUIVOS MUNICIPAIS DO ALGARVE e a Restauração

Nótulas para a sua história e elementos para a historiografia local

POR ALBERTO IRIA
BIBLIOTECÁRIO-ARQUIVISTA DA ASSEMBLEA NACIONAL

Ao Ex. Senhor Dr. António Luís Gomes, ilustre Director Geral da Fazenda Pública

Remonta à última década do século XIV a primeira disposição legal que conhecemos relativa à conservação de um arquivo municipal. Queremo-nos referir ao Regimento feito em 1392 pelo corregedor da Côrte Johanne Mendes de Goes e ao arquivo da Câmara de Évora (1).

Mas, como é sabido, foi só nos finais do século XV que essa salutar obrigação dos munícipes se tornou genérica.

Com efeito, nas Côrtes de Lisboa de 1498, determinou el-rei D. Manuel, sob pena de dois mil réis de multa, que os oficiais das Câmaras de tôdas as cidades e vilas mandassem fazer um *cofre forte e bom* e uma *arca grande e boa*, onde fôssem arrecadados naquele, os documentos respeitantes às eleições municipais e, nesta, os de maior interêsse para a vida do município, como escrituras, cartas de privilégios, tombos, forais, etc.

Desde então para cá têm os arquivos municipais sofrido várias vicissitudes e merecido o maior ou menor interêsse dos poderes públicos, o que, evidentemente, não vamos aqui historiar.

Diremos tão sòmente que o tempo e outras circunstâncias, como incêndios, terramotos, epidemias, invasões, guerras e lutas civis, etc., além do condenável desleixo dos homens, tem ocasionado, infelizmente, o empobrecimento dêstes e outros arquivos, lamentáveis razões porque chegaram até nós bastante desfalcados.

Pelo que diz respeito aos do Algarve, sabemos que a varonil Rainha D. Luísa de Gusmão — que em carta de 30 de Agôsto de 1643 agradeceu à Câmara de Faro os parabéns enviados por lhe ter sido restituído o senhorio da cidade — não descurou esta matéria.

Com efeito, pouco depois da Restauração de 1640 representou a Câmara de Faro à legítima soberana *que tinha no seu arquivo documentos muito antigos e valiosos que em conseqüência da má guarda e tratamento estavam em via de desaparecer e, com êles, a perda de privilégios por falta de documentos comprovativos.*

Deferiu D. Luísa de Gusmão esta importante queixa e mandou que se organizasse um *livro bem encadernado, onde se copiassem todos os documentos valiosos ainda existentes e os que de futuro dessem entrada* no arquivo da Câmara.

Mais determinou a Rainha que as referidas cópias fôssem verificadas ou conferidas pelo escrivão da Câmara e um tabelião e autenticadas

(1) Cf. Gabriel Pereira, *Documentos históricos da cidade de Évora*, t. I, pág. 155.

com as assinaturas dos mesmos, a fim de se poderem extrair cópias com o valor de públicas formas.

O novo livro — recomenda ainda a soberana — deveria ser escrito *por pessoa de boa letra*, que não se esqueceria de fazer *um repertório* do seu conteúdo, e, feito o trabalho, deveria a Câmara comunicar à régia donatária da cidade *para se conceder o prémio que o mesmo merecesse*.

Eis como, em Maio de 1935, nos relata o achado dêste códice o nosso já falecido e saüdoso Amigo Capitão Vieira Branco:

«Permitiu um feliz acaso que meu genro, o Capitão de Infantaria Guerreiro Rebeca, então em serviço no Arquivo Histórico Militar, quando procurava na Biblioteca Municipal de Faro determinados esclarecimentos, deparasse num canto um muito velho e volumoso livro começado a escriturar há cêrca de 290 anos, cujo rótulo, muito posterior é: 1540 — *Traslados* — 1708».

E, mais adiante, dá-nos Vieira Branco os seguintes dados quanto à foliação do referido códice:

«Rasgadas, descoladas, restam do seu repertório 8 das 22 fôlhas que me parece ter contido, numeradas de 3 a... 2 (não se lê o algarismo que deve ter antecedido êste último). A fôlha que se lhe segue, também descolada, tinha o número 23 que, afigura-se-me pelo assunto de que trata, a petição dos oficiais da Câmara, deve ter sido a primeira do texto. Como o algarismo 2, do copista, se parece *sempre* com um 1, lê-se à primeira vista 13 em vez de 23.

«Seguidamente à 23, aparecem duas 24, 25 a 29, também repartida, voltando a encontrar-se a 25 para tornar a 22 e desta a 24 novamente, o que se deve, em parte, a terem sido coladas ao acaso fôlhas que teriam caído. Resolvi, por isso, desprezar os números e, a lápis, numerei onze fôlhas passando depois a aproveitar a última 24, ainda no lugar primitivo que se segue em devida ordem até à 365 passando, então, com falta das intermediárias a 370 a 373 — última fôlha das que restam».

Informa-nos ainda Vieira Branco que as cópias exaradas neste códice poderiam tão sòmente ser autenticadas pelo escrivão da Câmara, mas que nem êste assim procedeu, pelo que *atraiçoou o principal objectivo — o poderem extrair-se públicas formas*!

E Vieira Branco conclui, nos têrmos que se seguem, as suas impressões quanto à leitura do códice e àcêrca do autor ou autores das cópias nêle contidas:

«Da forma pouco cuidada, de então em diante, dos verdadeiros disparates que então surgem, de que são exemplo entre outros o que se lê a fôlhas 118 e v.º, 288, etc., e o tratamento do Rei de Portugal como Magestade Britânica, dos Reis de Inglaterra e Espanha como Sereníssimos, infiro que serviço que tantos cuidados demandára e para o qual a Rainha queria conferir *o prémio que merecesse*, passara a cargo de algum amanuense bronco... (1)

Mas, se do século XVII, apenas nos foi possível apurar agora o que fica exposto, relativamente aos arquivos municipais do Algarve, bem entendido, podemos, contudo, oferecer àcêrca dos mesmos mais copiosas notícias em referência ao século XVIII, o que, aliás, excederia os limites dêste trabalho.

Assim, em outro estudo, daremos o merecido desenvolvimento à colaboração prestada, a partir de 1721, à Academia Real da História Portuguesa não só pelos municípios algarvios, mas também pelas entidades eclesiásticas e particulares (2).

Vamos agora tão sòmente verificar que foram mais profícuos os esforços da Academia Real das Ciências, embora no período inicial da sua brilhante actividade, na valorização sistemática dos arquivos do reino, desde 1788 a 1794 (3).

Pelo que diz respeito aos cartórios do extremo Sul do País, já tivemos ensejo de utilizar a correspondência publicada pelo Sr. Dr. António Baião (4).

Completaremos aqui o estudo que a tal respeito fizemos em 1939, aditando-lhe, além de factos novos, alguns documentos até agora inéditos, relativos ao domínio Filipino e Restauração no Algarve e que foram pela primeira vez utilizados em duas comunicações por nós enviadas ao 4.º Congresso do Mundo Português (5).

Entre os ilustrados membros da comissão nomeada, em 1790, pela Academia Real das Ciências, a fim de se percorrer e inventariar os arquivos do reino, aparece-nos Fr. Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, religioso Graciano, que professara na Ordem de Santo Agostinho em 13 de Julho de 1783.

Nascera a 19 de Maio de 1767, na cidade de Tavira, e fôra baptizado, ali, na Colegiada da Igreja Matriz de Santa Maria Maior do Castelo. Era filho legítimo de José Xavier de Brito — natural de Tavira — e de D. Ana Escolástica Gertrudes Franca — natural da freguesia da Sé de Faro — neto paterno de José Francisco de Brito e de D. Francisca Josefa — ambos de Tavira — e materno de Francisco Pereira da Fonseca — natural da freguesia da

---

(1) O benemérito Capitão Vieira Branco fez um Índice analítico do mencionado códice, (cinco exemplares dactilografados e autógrafos). Servimo-nos do que amàvelmente nos foi oferecido, com outros documentos e notas históricas, pelo seu filho e nosso Amigo Tenente João Vieira Branco.

(2) *Os Arquivos Municipais do Algarve e a Academia Real da História Portuguesa (Subsídios para a historiografia local)*.

(3) Cf. António Baião, *A Infância da Academia*, Lisboa 1934.

(4) Cf. nossos artigos: *Os Arquivos do Algarve no Século XVIII*, insertos no Suplemento Literário das Novidades de 25-VI e 9-VII de 1939.

(5) Intitulam-se essas duas comunicações: *O Alagarve sob o Domínio dos Filipes* (1580-1640) e *O Algarve na Restauração* (1640-1668).

Sé de Faro — e de D. Brites de Lima Franca — baptizada na freguesia de Quelfes (1).

Estudava ainda no Colégio Universitário de N.ª S.ª da Graça, em Coimbra, quando a Academia o nomeou sócio correspondente, em sessão de 19 de Janeiro de 1790 (2).

Sabemos, porém, que já em 21 de Dezembro de 1789 Fr. Joaquim de Santo Agostinho agradecia ao Abade Correia da Serra, — braço direito do Duque de Lafões, o envio da «Carta de Correspondente do Numero da Academia Real das Sciencias» (3).

Nesta mesma ocasião anunciava Fr. Joaquim de Santo Agostinho desejar comunicar à Academia «huma antiquissima chronica da Conquista do Algarve athe hoje desconhecida dos nossos historiadores...» (4), crónica que êle havia encontrado no cartório da Câmara de Tavira, em Agôsto de 1788 e que foi depois publicada pela mesma Academia, precedida de um notável estudo crítico da autoria daquêle nosso erudito comprovinciano (5).

Licenciado em Teologia pela Universidade de Coimbra, em 1793, foi nomeado sócio livre da Academia, em 17 de Março de 1794, e sócio efectivo, na Classe de Literatura, em 13 de Janeiro de 1798 (6).

Em 22 de Agôsto dêste último ano foi dispensado, conforme requerera, de apresentar novas habilitações, a fim de ser aceite, como de facto foi, freire conventual da Ordem de S. Bento de Aviz (7).

No ano seguinte, informa Inocêncio, no seu *Dicionário Bibliográfico*, foi nomeado Abade de Lustosa, no Arcebispado de Braga, e, feito Deputado às Côrtes Ordinárias de 1822, foi agraciado com a comenda de Aviz no ano imediato.

Faleceu na referida Abadia em 5 de Janeiro de 1845 (8).

Fr. Joaquim de Santo Agostinho, autor de vários estudos, entre êles uma interessante *Memória sôbre os Códices e Cartório do Real Mosteiro de Alcobaça* (1), foi duas vezes ao Algarve no cumprimento da missão académica já referida.

A primeira vez foi em 28 de Julho de 1790 e a segunda em 26 de Maio de 1791.

Não vamos agora descrever as várias peripécias da sua peregrinação científica, a sua árdua tarefa nos cartórios das Câmaras Municipais do Algarve, os entusiasmos e desânimos do apaixonado investigador, etc., porquanto já o fizemos, como ficou dito, em outro lugar.

Vamos, sim, referirmo-nos aos resultados práticos de todo êsse infatigável labor, de que apresentaremos algumas provas documentais.

Foi numerosa e seleccionada a documentação mandada copiar por Fr. Joaquim de Santo Agostinho nos arquivos municipais da província que lhe foi bêrço.

Ao nosso bom Amigo Carlos Alberto Ferreira, antigo e prestimoso funcionário da Biblioteca da Ajuda e do Arquivo da Tôrre do Tombo, devemos o conhecimento da existência dos códices onde a Academia reüniu depois tôda essa documentação, os quais jamais vieram a público!

Referimo-nos aos três códices da Secção dos Manuscritos da Biblioteca da Academia das Ciências, n.os 402, 403 e 404 (azul), cujo Catálogo estamos presentemente a elaborar.

O Códice 402 é um volume de 0,360 mm.× ×0,230 mm., cartonado, com duas fôlhas de guarda no princípio e no fim, uma fôlha com o seguinte título: *Collecção / Dos / Documentos / Dos Cartorios do Algarve, Civis, e Ecclesiasticos, / Copiados / Por ordem / Da Academia Real das Sciencias / em / 1790 / Tomo 1. /* e mais 560 fôlhas numeradas.

O códice 403 é um volume de 0,358 mm.× ×0,228 mm., cartonado, com duas fôlhas de guarda no princípio e no fim, uma fôlha com o seguinte título: *Continuação / Dos Documentos / Dos Cartorios do Algarve, com.ca de Beja, Mostr.o de S. Vicente, e Annexos: / Copiados / Por ordem da Acad.R. das Sc.as / em* 1791 *e* 1792 / *Tomo* 2 / e mais 501 fôlhas numeradas.

O códice 404 é um volume de 0,359 mm.× ×0,229 mm., cartonado, com duas fôlhas de guarda no princípio e no fim, uma fôlha com o seguinte título: *Continuação / Dos Documentos / Dos Cartorios do Alg.e Com.ca de Beja,Mostr.o de S.Vic.te e Annexos / Copiados / Por ordem da Acad.R.das Sc.as / em* 1792, *e* 1793 / *Tomo* 3 / e mais 425 fôlhas numeradas.

Para seu uso elaborou Fr. Joaquim de Santo Agostinho, cuja rubrica aparece em tôdas as fôlhas

---

(1) Arq. da Univ. de Coimbra, *Liv.o das Certidões de idade de* 1772 *a* 1833, N.o 52.

(2) Arq. da Secretaria da Acad. das C. Nota de um verbete sem cota. Agradecemos aqui à Ex.ma Sr.a D. Leonor Vieira, Srs. Virgílio Nunes e Xavier de Brito o seu precioso auxílio nestas pesquisas.

(3) Cf. António Baião, op. cit., pág. 76.

(4) Cf. A. Baião, loc. cit.

(5) Cf. *Memórias de Literatura Portuguesa*, t. I, Lisboa, 1792.

(6) Arq. da Secretaria da Acad. das C. Nota de um verbete sem cota.

(7) Tôrre do Tombo, *Habilitações da Ordem de S. Bento de Aviz*, Maço 4, n.o 78.

(8) Estes últimos dados colhemos no citado Inocêncio que, por sua vez, declara tê-los ido colhêr ao *Elogio necrológico do Sr. Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão*, lido pelo académico Iacobrigense João Baptista da Silva Lopes, na sessão de 10 de Dezembro de 1845.

Afirma Inocêncio que êste *Elogio* existe, ainda inédito, na Secretaria da Academia. (*Dic. Bibliográfico*, Vol. IV, Lisboa 1860, pág. 57).

Remexendo no Arq. da Secretaria desta instituïção científica, não fomos capazes, nem os distintos funcionários que nos auxiliaram, de encontrar semelhante trabalho, embora tivessemos visto o processo de Silva Lopes.

(1) Cf. *Memórias de Literatura da Academia*, t. V, pág. 297-362.

de título dêstes três códices, um *Index* cronológico, que só o primeiro códice apresenta, além de um *Mappa Dos Documentos das Camaras do Reino do Algarve*, documentos compreendidos entre os anos de 1261 a 1791 (1).

Pertencem, pois, a esta importante colectânea os documentos que, sôbre o domínio Filipino e a Restauração no Algarve, informam êste estudo, documentos copiados, como vemos, nos cartórios municipais desta província, a expensas da supracitada e benemérita instituïção científica do século XVIII, que ainda hoje tão brilhantemente subsiste.

Mas, além desta valiosa e seleccionada documentação, pequena parte da qual aqui fica arquivada neste Boletim comemorativo do *Ano Áureo*, que surprêsas e que outros elementos de estudo não nos reservarão ainda os arquivos municipais do Algarve?

Dentro do capítulo das surprêsas, embora duvidemos da veracidade da notícia ou admitamos, pelo menos, um lapso cronológico do copista, não deixaremos em silêncio um manuscrito em letra do século XVIII que diz assim: *Illiada / do / Divino Homero / Passada em Lingoagem Por / tuguez, por D.Hyeronimo / Ossorio Bispo de Silves, / Copia antiga e fiel, de hum Ms.s. / que existia no Cartorio da mesma Cidade, no Algarve. / Anno / de* 1527 / (2).

Mas não se julgue que, a partir do século XVIII as entidades oficiais tenham completamente descurado a valorização dos cartórios das Câmaras Municipais.

Assim, por exemplo, a portaria de 8 de Novembro de 1847 estabeleceu que em tôdas as Câmaras houvesse «um livro especial com a denominação de *Anais do Município*, no qual anualmente se consignem os acontecimentos e os factos mais importantes que ocorrem, e cuja memória seja digna de conservar-se...»

Mas, por culpa única e exclusiva dos municípios, tão feliz iniciativa perdeu-se, por assim dizer, quási à nascença.

Já na actual situação mereceram também os arquivos municipais ou os das repartições que neles poderão um dia vir a incorporar-se, o interêsse dos poderes públicos, pois até por diversos Ministérios se têm expedido circulares tendentes a salvar a documentação existente.

Destacaremos, por exemplo, a circular expedida pela Direcção Geral da Fazenda Pública a todos os serviços dela dependentes, em 15 de Dezembro de 1939, por sabermos que nas Repartições de Finanças de Faro e de Tavira há ainda *papéis e livros de administração de Mosteiros extintos* (1).

Por seu turno, a acção desenvolvida pela Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, sobretudo a partir da publicação do Decreto n.º 19.952, de 27 de Junho de 1931, deu considerável incremento à criação dos Arquivos Distritais e tem permitido, assim, a valorização e utilização de muitos cartórios municipais.

Ainda mais recentemente, o novo *Código Administrativo* (artigo 313.º) veio impôr às Juntas de Província, entre outras atribuïções culturais de interêsse regional, a de deliberar sôbre a criação e manutenção de Arquivos Provinciais.

Ora verifica-se que o Algarve é das poucas províncias do País onde não existe ainda tão importante melhoramento.

É no entanto digna de registo a louvável iniciativa da Câmara Municipal de Faro, então presidida pelo nosso ilustre patrício e confrade Dr. Mário Lyster Franco, por ter feito aprovar uma *Proposta*, em 24 de Maio de 1937, na qual solicitava à Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, nos termos do Decreto supracitado, a criação de um Arquivo Distrital, à semelhança dos já existentes.

Cabe hoje essa honrosa iniciativa à Junta de Província do Algarve e estamos em crer que o seu actual Presidente, Dr. José Correia do Nascimento, algarvio como nós e amigo da sua terra como poucos, não deixará o seu mandato sem que, aliás dentro da sua missão de ilustre Professor Liceal e de verdadeiro patriota, dê à província que lhe foi berço mais êsse instrumento de cultura e, à Nação, mais um rico património.

Entretanto urge fazer desde já um *ROTEIRO DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DO ALGARVE*, na base, por exemplo, das *Instrucções provisórias para a elaboração dos Roteiros ou Indices Topográficos dos Arquivos ou Secções de Manuscritos das Bibliotecas*, conforme o determinou a Portaria n.º 7.588, de 30 de Maio de 1933, inserta no *Diário do Govêrno* da mesma data. 1.ª série, n.º 119.

Êste *ROTEIRO* facilitaria, até, a futura organização do *Arquivo Provincial do Algarve* e dar-nos-ia, em rápido *Inventário*, uma visão panorâmica da riqueza documental dos cartórios das câmaras municipais, sugestão já feita por nós, mas em outros termos, à actual Academia Portuguesa da História (2).

Para reforçar agora o nosso ponto de vista,

---

(1) Biblioteca da Acad. das C., Códice 254 (azul).
(2) Biblioteca Nac. de Lisboa, Ms. da cx. 10-I-7.

(1) Cf. Vicente Almeida de Eça, *Bibliotecas, Arquivos e Cartórios existentes no País*, in *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências*, vol. XIII (1920), pág. 860.
(2) Cf. nosso artigo *Os Arquivos do Algarve no século XVIII*, in *Suplem. lit. das Novidades* de 9-VII-39.

bastará dizer que o cartório da Câmara Municipal de Albufeira, já bastante desfalcado, sobretudo pelo terramoto de 1755 que, com a ermida e bairro de Santa Ana, lhe levou todos os núcleos documentais anteriores a essa data (1) e, mais tarde, pelos sangrentos episódios da Guerra Civil de 1833-1834, possui ainda, além de outros livros, 31 volumes de actas a partir de 1779.

O cartório da Câmara Municipal de Lagos, também consideràvelmente empobrecido, sobretudo por duas epidemias anteriores a 1721, perdendo assim, *muitos livros e papéis*, possìvelmente dos séculos XV e XVI, isto é, coevos do Infante de Sagres e da actividade marítima das descobertas e das conquistas, guardou até 1755 uma valiosa colecção de 51 pergaminhos.

Êstes, de incalculável interêsse local, foram postos em leitura nova pela Academia Real da História Portuguesa, em 1721, mas, quando em 1791 Fr. Joaquim de Santo Agostinho visitou Lagos, constatou que nem ao menos êsses pergaminhos da cidade o terramoto respeitára na sua insaciável voragem.

Mas, não obstante todos êstes cataclismos, aos quais se juntou depois o incêndio dos Paços do Concelho (2), o cartório da Câmara Municipal de Lagos conserva ainda, entre outros, 38 volumes de actas a partir de 1725 e o foral manuelino da cidade, (1504), encontrado recentemente pelo Sr. Dr. José Formosinho.

O cartório da Câmara Municipal de Loulé, que pode orgulhar-se de ser o mais rico do Algarve e, também, um dos que actualmente melhor organizado se nos apresenta — falamos por experiência própria — facto que honra sobremaneira êste município, possui, além de 60 volumes de actas desde 1422 e do foral manuelino (1504) e respectivo treslado (1780), 2 volumes de *Tombo* datados de 1767 e 1815, livros de *Coimas* desde 1680, livros de *Arrematações* desde 1674, de *Maneios* a partir de 1794 e *Vigia* desde 1750, sem falar da correspondência recebida desde 1831.

De Alcoutim, onde as campanhas da Restauração mais duramente se fizeram sentir no Algarve, sobretudo na de 1642, pelo constante duelo de artelharia com o castelo fronteiriço de S. Lucar do Guadiana, sabemos que, de 1833-1834, «as guerrilhas das lutas liberais inutilizaram, pelo incêndio, todos os arquivos existentes na sede dêste Concelho».

O cartório da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, embora sem o interêsse histórico dos das outras câmaras mais antigas, — o concelho foi criado, como se sabe, em 1 de Junho de 1914 — sofreu já as deploráveis conseqüências de um incêndio (1).

Outro incêndio destruíu também nesta vila a Biblioteca Móvel que transitára por Loulé e por Monchique, sinistro originado pelos tumultos populares nela ocorridos em 3 de Abril de 1916 (2).

O cartório da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, com a documentação coeva da reedificação da vila pelo Marquês de Pombal, teve também a sorte de um incêndio, em 10 de Junho de 1908, que destruíu, além do edifício pombalino dos Paços do Concelho, todo êsse fundo primitivo do referido cartório.

Isto para já não falarmos nos cartórios de Faro, de que se perderam os anteriores a 1596, no pavoroso incêndio desta cidade, levado a efeito, como se sabe, pelos piratas ingleses; nos de Silves, Castro Marim, etc.

Todo êste fundo morto ou histórico dos arquivos municipais ingressaria, portanto, no Arquivo Provincial, além de outros fundos provenientes dos cartórios eclesiásticos, mormente os da Sé de Faro, das Misericórdias, dos Compromissos Marítimos e de outras instituïções.

Facilitar-se-ia depois a acção descentralizadora últimamente seguida entre nós em matéria de arquivos, com a incorporação no futuro Arquivo Provincial de todos os núcleos documentais respeitantes a instituïções que nasceram e morreram no Algarve ou os de outras ainda representadas e cujos arquivos se fragmentaram.

Nestas condições solicitar-se-ia, por exemplo, ao Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, onde a falta de espaço é já hoje um problema, o arquivo da Câmara Eclesiástica de Faro, os númerosos livros dos registos paroquiais do Algarve que se guardam em S. Vicente de Fora, etc.

Escusado será encarecer a importância dêste melhoramento e o valor destas incorporações que, devidamente instaladas, inventariadas e catalogadas, ficariam, assim, ao alcance dos estudiosos da nossa província e do País.

Quanto aos resultados práticos a que poderíamos chegar em relação, por exemplo, a um melhor aproveitamento da riqueza arquivística dos actuais *Compromissos Marítimos do Algarve*, instituïções seculares que não devem jamais desaparecer, antes colaborar com as novas *Casas dos Pescadores*, já

---

(1) Bib. da Univ. de Coimbra, Códice 537 fls. 159-163 v.º Documento por nós publicado no *Jornal de Lagos* de 21-IX- a 9-XI-940.

(2) Cf. Paulo Rocha, *As fôrças militares de Lagos* (...) Pôrto, 1910, pág. 175.

(1) Bib. do Instit. de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, da Faculd. de Letras de Coimbra, *Subsídios para um roteiro dos Arquivos Municipais, apresentado pelo aluno António Augusto Ferreira Cruz.*

(2) Vicente de Almeida de Eça, loc. cit.

tivemos ocasião de o demonstrar num trabalho apresentado no Curso de Bibliotecário-Arquivista da Universidade de Coimbra (1).

É preciso não esquecermos que assistimos hoje a uma cuidadosa revisão do nosso passado e que as monografias regionais desempenham um papel altamente esclarecedor, precisamente porque são elaboradas à luz de uma aturada heurística e de uma séria hermenêutica.

Se assim é, compreender-se-á quanto ganharia a historiografia algarbiense com a criação do Arquivo Provincial do Algarve, porquanto, já o dissemos, *conhecer bem a vida dos agregados locais, é avaliar mais e melhor a vida da Nação* (1).

(1) *Relatório da Organização e Inventário do Cartório da «Confraria Real do Corpo Santo dos Mariantes e Caza do Compromisso» da Vila de Olhão da Restauração.*

(1) Cf. Alberto Iria J.or, *A Invasão de Junot no Algarve (Subsídios para a História da Guerra Peninsular*, 1808-1814), Lisboa, 1941, pág. XV.

ALGUNS DOCUMENTOS DOS ARQUIVOS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ALGARVE SÔBRE O DOMÍNIO FILIPINO E RESTAURAÇÃO DE 1640 NESTA PROVÍNCIA SEGUIDOS DAS CONCLUSÕES APRESENTADAS AO 4.º CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS PELO AUTOR DO PRESENTE ESTUDO

Doc. n.º 1

Dom Felipe pella graça de Deos Rey desPanha de Napoles Cecilia jeruzalem &.ª Magnificos e bem amados nossos pello que o Duque de Medina Sidonia meu primo Vos mandara dizer Emtendereis o poder e comição que lhe foy dado pera que reçeba de vos outros o juramento de fedelidade que me deveis dar como a Rey e Senhor natural que Deos ha querido que Seja dos Reynos e Senhorios dessa C(o)roa des o dia que elle foy Servido de levar para Sy ao Serenicimo Rey Dom Henrique meu Tio que esta em gloria como o deveis bem saber sendo tão notorio e asim vos emcarrego que cumprindo com vossa obrigação façais logo o que de minha parte se vos pedir aserca disto pello dito duque aquem Crereis como a mim mesmo pois de mais de ser o que cumpre a meu Serviço quietação prosperidade dessa Cidade e particulares dela me quedará em mimoria para vos fazer favor e merçe em tudo o que ouver lugar de Badajoz a onze de Junho de mil e quinhentos e outenta annos ElRey. (1)

Doc. n.º 2

Os guouernadores e defensores dos Reinos e snorios de portugual &.ª fazemos saber a uos Juiz Ureadores p.dor fidalguos Cauallejros omẽns bons da Cidade de Silues que há poucos dias que uos temos escrito como por os motins e aleuantamentos que ouue na uilla de Setubal nos foi nesesario sair della e uir a este Lugar dayamonte omde estamos e ora nelle achamos que há Recado de Sua mag.de pera uos ser notteficado de sua parte que a elle pertençem eses Reynos e que por ese Resp.to lhe emtregueis esa çidade e ho Conhecaes por Rey e Senhor Voso, e que elle he comtente de uos comçeder todos os preuelegios e Izenções omras e merçes que sempre prometeo e ora uos fas de nouo, e pello m.to cuidado q temos do que comuem ao bem Cumum deses Rejnos e Comtentamento grande de tudo lhe Suceder bem e com munto acreçentamento e pelo grande sentjmento q nos ficara de soçeder o comtrario uos quizemos escreuer esta carta pella qual uos emcomendamos mujto e mandamos que sendo uos dado algum Recado de Sua Mag.de facaes tudo o que de Sua parte uos for noteficado e mandado e trateis do bem e proueito que se siguira de asi o fazerdes e procureis comsertos e Izensões sendo como pedirdes justamente e se o asy não fizerdes entrara cõ armas de q se siguirão mortes Roubos forças escandallos desimquietações mujtos outros Imcomuenientes que D.ª não premita de que uos tereis em culpa se derdes a Isso a ocazião pois não pudeis fazer outra cõuza com justisa e por procurares.....

.....

Instançia comforme ao dezeio grande e obriguação q sempre tiuemos de uos uer postos e a ese Reyno em m.ta pás prosperidade e quietacão como foi sempre noso Imtento comformando nos com o que ElRey dom amrjque que D.ª tem tjnha emtendido e detreminado comsiderando tudo com sua prudençia grande uertude zello e amor q tinha a seus pouos. escrita em ayamõte a iiij de Julho de M.DLXXX — D. Jorge Mascarenhas Francisco de Sá; D.º Lopés de Souza (1).

Doc. n.º 3

Anno do naçim.to do nosso Senhor Jezus Xp.to de mil e quinhentos e outenta annos aos doze dias do mes de Julho do dito anno nesta Cidade de faro na Ermida do Espirito Santo que hora serve de Caza da mizericordia Estando hy gaspar de figueiredo Capp.am e Alcaide mor desta Cidade e os enleitos della contiudos no auto atras e os fidalgos Cavalleiros e escudeiros e pesoas da Governança desta dita Cidade e emlegidos dos mariantes e mais povo perante elles Estando na dita Caza foi vindo a ella o Senhor Francisco Valença Sustetuido do Senhor Duque

(1) Bib. da Academia das Ciências de Lisboa, Códice 403 (azul) fl. 272 *Cópia do Tomo 1.º do Registo da Câmara de Faro*, pág. 39.

(1) Id., *ib.*, fl. 419. *Cópia do Original da Câmara de Silves.*

de medina procurador bastante do Serenissimo Rey Dom felipe E logo pello dito gaspar de Figueiredo Capitão e alcayde mor foy dito que elle com os ditos Eleitos e com os fidalgos Cavaleiros e escudeiros pessoas da governança e emlegidos dos mariantes e o mais povo desta Cidade se entregaçe ao Serenissimo Rey Dom felipe e a elle como Sustituido do Senhor Duque de medina procurador bastante de Sua Magestade pellas cauzas e Rezoins que se comtem nos auttos atras que lhe fazião pregunta se estava elle prestes e aparelhado por virtude de seos poderes que ao diante vão tresladados de em nome do Serenissimo Rey Dom Felipe conceder a esta Cidade todos os previlegios que lhe forão conçedidos pellos Reis pasados e todos aqueles que o dito Senhor Rey Dom felipe Conçedia nas Cortes que se fizerão Em Almeyrim e todos os que em outra semilhante Entrega como esta se conçederão ha Cidade de Tavira e os mais que em nome desta Cidade se lhe pedirem com rezão e justiça.

E por elle foi dito e jurado em hum Livro dos Santos Evangelhos em que perante mim Escrivão por suas maos que elle fazia votto preito omenagem a Deos de todo o sobredito ter e manter e cumprir sem falta nem mingoamento algum em nome do dito Senhor Rey Dom felipe como Seo procurador Sustituído e com isto o dito Capitam mor e os sobreditos lhe entregarão e ouverão por entregue a posse e domínio desta Cidade como procurador Sustituido do Dito Serenissimo Rey Dom Fellipe e se obrigarão em Seo nome e de Seos Susesores asim o manter e cumprir e elle outro sy se obrigou a tudo o sobredito conceder guardar milhorar por todas as vias e modos q ser puder e de todo se fes este autto que o dito Senhor Francisco de Valençia sinou com o dito Capitam e alcaide mor e emleitos e mais pesoas asima ditas e logo os offeçiais desta Cidade entregarão seos ofiçios ao dito francisco de Valençia e elle em nome do dito Rey Dom Felipe lhos tornou a dar e de todo se fes este auto Jacome de faria Escrivão da Camera e o escrevy (1).

Doc. n.º 4

Juiz, Vereadores, e procuradores da Cidade de tavilla Eu ElRey vos emvio muito Saudar, Gil goncalves de brito, e o procurador que emviastes a mim me derom a vossa Carta, de vinta çinco de Julho passado com a dos governadores e do Duque de Medina Cidonia meu primo em Recomendação do que me escrevestes sobre as couzas que me pedis pera essa Cidade e pera alguus particulares della de que tudo tenho muita lembrança, pello que Sey de quam bem me servio, Mas como não tenho ainda entrado no Reyno nem são vindos os ministros com que se hão de despachar algumas cousas das que apontais, e ora se entende somente nos negoçios da quietação do Reino me pareçeo conveniente diffirir o despacho de semelhantes negoçios atee eu entrar nelle e serem juntas as pessoas com que he Rezão que se despachem e pera então podereis mandar Requerer o despacho e ter por çerto que em tudo o que ouver lugar folgarei sempre de fazer merçe e fauor a essa Cidade, e aos particulares della, Scripta em Badajoz a xiij de Agosto de M.D.LXXX.º Rey (2).

Doc. n.º 5

Muy Ill.os SS. Deo tanto bien a esa ciudad y a todo esse Reyno q tome por Particular interesse el regojizarme de ver el contentamyo y quietud con q Vs. ms. biven sirvase nro S.r de acrezentarle en todo que yo espero que asi sera y de ser mucha Parte para ello con su Mag.d que a su tiempo muy e la memoria tengo la promeza que dello hize a vs. ms. e yo la cumplire con bentaja. Escripto he a vs. ms. lo que inporta la quietud de esa Rep.a que es el vien con que se sustenta. aora lo torno acordar y q las personas q mostraren otra voluntad se castiguen como enemigos comunes de su patria e este con mucha diligencia y hagan vs ms poner toda la que mas fuere posible en aver a las mãs a don Ant.º y sus sequazes q con ello alcançaran vs ms la perficion de la buena voluntad con q an procurado sustentar essa ciudad y de lo q se la huviere Me mandaran auisar muy particularmente y sy en esta ciudad huviere alguna cosa de su particular gusto ya saven q el sera para mi cumplirlo N.º Señor las muy Ills.e Personas de Vs ms g.de y acreziente como dezean, de S. Lucar 29 de Sept. 1580. de Saa (1).

Doc. n.º 6

Juiz Vereadores e Procurador da Camara de Tavira, Eu ElRey vos envio muito Saudar, Do Gov.or desse Reino entendi o bem que achara dispostas, as cousas dessa Cidade, indo a ella, e a promptidão com que estaveis para meu Serviço, e posto que em Reposta de huma Carta Vossa que antes se havia Reçebido, Vos mandey escrever, Dizendo-vos quão conforme hera isto ào que ao de vos esperava, Me pareçeo q Volo devia tornar agradecer, por esta como faço encomendandovos muito que continueis no cuidado em que estais, procurando conservar o soccego publico e que as couzas de meu Serviço em que tiver havido Alteração se componhão e tornem ao estado, em que antes estavão, dispondo-se tudo na melhor forma possível; e concurrendo no que cumprir, com o Alcayde Mor Martim Correa da Sylva Escrita em Lx.a 29 de Out.º de 1637. Margarida — (2).

Doc. n.º 7

Juis Veriadores, e Procurador da Camara da Cidade de Tavira. Eu ElRey vos envio muito saudar. Ja havereis entendido a mercê que aprove a Deos nosso Senhor de me fazer na restituição da Coroa destes meus Reynos, e posto que todos os vassalos delles, e naturais, e particularmente dessa Cidade tenho por certo que em comformidade do que esta Cidade de Lisboa começou, me havereis aclamado e alevantado por vosso Rey e S.or natural, se por ventura se tiver dilatado esta solenidade, vos encomendo, e mando que logo a façais na forma costumada estando certos que todos meus dezejos e acções se hão de emcaminhar sempre a vos defender e governar á Justiça, e amor de Pay, sem perduar a trabalho, ou perigo algum que comvenha por a se conseguir este intẽto Escrita em Lisboa a 10 de Dezembro de 1640=Rey= (3).

Doc. n.º 8

Henrrique Correa da Silva do Concelho de Sua mag.de Coronel de hum dos tersos de ynfantaria da Cidade de Lx.a governador e Capp.am g.l deste Reyno do Algarve &.a faso saber aos Capitains mores das Cidades e v.as deste Reyno do Alg.ve e aos que en seu lugar servirem Corregid.ras Juizes e

---

(1) Id., *ib.*, fl. 275 v.º *Cópia do Toma* 1.º *da Reg.to da Câm. de Fara*, pág. 40 v.º.

(2) Id., Códice 402 (azul) fl. 230. *Cópia da Original da Câm. de Tavira.*

(1) Id., Códice 403 (azul) fl. 460. *Cópia da Original da Câm. de Silves.*

(2) Id., Códice 402 (azul) fl. 233. *Cópia do Original da Câm. de Tavira.*

(3) Id., *ib.*, fl. 318. *Cópia do Tamo Velho da Câm. de Tavira*, pág. 360 v.º.

Just.as Capitains de ynfantr.a e Cavalos e mais officiais e povo, como ontem q forão dose do pr.te mes nesta cidade de .lagos na igreja da misericordia della aclamey por Rey de portugal e dos Algr.ves a El Rey don João o quarto nosso Sñor por ligitimo Rey delles por me constar pr.o por Carta dos Sñres arcebispos de braga e Lx.a governadores deste Reynos q. a nobreza e povo de Lx.a o tinhão aclamado por Rey com aplauso de todos, e o tinhão Mandado Xamar Jorge de melo e p.o de m.ca q viesse tomar a posse como en effeito,Veyo; e estando naV.a de montemor o novo onze leguas já daquella cidade me escreveo en sinco do p.te q. o aclamasse neste Reyno como em effeito fis constandome ser Carta Sua e asinada de Sua R.l mão a qual Entregou a Ventr.a da Cunha dalburquerq p.a que ma trouxesse como em effecto fes em onse do dito mes as outo oras da noute e com estta me deu outra do Refferido Jorge de melo q. Bem Conheci com q. não podia duvidar ser delRey a que me derão por todas estas Razoins, e por mo elle mandar o aclamasse tanto q a Resebese, o fis na maneira q fica Referido e a mesma mando que Cumprão e guardem e facão em todas as Cidades e V.as e lugares deste Reyno do Algarve dando graças a d.e pella mercê q fes a esta Coroa de portugal con lhe dar Rey portugues com grandes certezas de que nolo Sustentara e ajudara particularm.te Se fara Saber o conteudo neste papel as Cameras das Cidades e V.as porq se faça com o Respeito q. se deve a ElRey nosso S.r e por hum do mais honrrados vasalos deste Seu Reyno de prudencia e Calidade p.a se lhe encarregarem as mayores cousas fis eleicão na pesoa de Estevão Rabello falcão fidalgo da Casa del Rey prouedor e feitor mor de Suas almadravas aquem se dará todo o Credito para bom effeito do q Sua mg.de me ordenasse... Sua carta Referida de q leva Copia p.a aprezentar nas Cameras dada nesta Cidade de Lagos aos treze dias do mes de dezembro de seis centos e quarenta=Henrique Correa da Silva. — (1).

Doc. n.º 9

Henrrique Correa da Silva Amigo Eu ElRey vos emvio m.to Saudar. Ja tereis entendido como d.e Noso S.r por Seus ocultos Juizos Comdohendose das aflicssoins e trabalhos q ha tantos annos esta padesendo este Reyno foy Servido q. eu fose aclamado e declarado Rey delle como se fes em Lx.a e nos mais povos. Em Sua grande clemencia e mysericordia Confiome a de asistir e ajudar neste novo trabalho de manr.a q se consigão os novos effectos q se pretendem, e porq convem m.to para asi ser q nesa cidade en que asistis e nos mais Lugares dese Reyno se aclame a minha Vos e Seja levantado por Rey, me pareceo Remetervos esta Carta com o Sarjento mor da comarca de Tavira ventura da Cunha de Albuquerq pesoa de m.a Confianca e que me á Servido nesta ocazião do Levantamento de Lx.a con toda satisfacão e emcomendarvos q con suma brevidade e sem perder hum mom.to de tempo fasais esta delig.a con tão bon modo como de vos Confio como tão Zelozo do bem Comum destes Reynos e o Sargento mor vos asistira e ajudara em tudo o que convier e vos dara noticia mais particular do estado em q. ficão as couzas e avisameys (*sic*) logo do que fordes fasendo neste negocio escripta en montemor o novo a sinco de dezembro de seis sentos e quarenta=Rey=p.a o governador do Algarve=henrique Correa da Silva= (2).

Doc. n.º 10

Juis Veriedores, e Procurador da Camara da Cidade de Faro. Eu ElRey uos emvio muito Saudar: Recebeuçe a vossa Carta de 17 do prezente e juntamente Copia do que o Marques de Aimonte uos Escreveo persuadindo vos ao contrario do que deueis, na ocazião da aclamação, e levantamento que ahi se me fes de Rey e Senhor natural destes meus Reynos, e folguei de entender por ella a fedelidade, e zello com q uos ouuestes em Couza tanto do meu Serviço, e por certo tenho que o continuareis, e de maneira que tenha eu que vos agradeçer: O que também dareis a entender de minha parte as peçoas, que juntamente concorrerão comvosco. escrita em Lisboa a 28 de Dbr.o de 1640=Rei= (1).

Doc. n.º 11

Juis Veriadores e Procurador da Camara da Cid.e de Faro. Eu ElRey vos emuio muito Saudar: Do que me escrevestes por Francisco de Brito de Carualho, Alferes dessa Cidade, e do que elle me reprezentou entendi os avisos q se uos derão das prevencoens de guerra que havia nos lugares de Castella vesinhos a esse Reyno de que fico advertido, e agradecido, e do animo, e zello com que me fezestes esta lembrança, e do que nesta ocazião mostrais para meu Serviço, e porque deste Reyno se tem emuiado a esse duas Caravellas com Armas, e muniçoens, eu tenho nomiado por Sussesor do Governador Hanrreque Correa da Silva ao Conde de Óbidos pessoa de qualidade e muita expiriençia da Guerra, e por mestre de Campo a Rodrigo de Miranda Hanrriques, que ficão de caminho, e serão ahi mais em breve que houver lugar, e com suachegada e com os mais Socorros que se hirão enviando espero que as coussas tocantes a fortificação, e defenção desse Reyno se ponhão na Ordem que convém e que vos concorrereis da vossa parte em tudo de maneira que tenha eu muito que vos agradecer. Escrita em Lisboa a 29 de Dezbr.o de 1640=Rey= (2).

Doc. n.º 12

Juiz Ueriadores e Procurador da Camr.a da Cidade de Silues. Eu ElRey uos enuio m.to saudar Da uosa Carta de dose do presente entendi o contentamento e alegria com q ahy fuj aclamado e leuantado per Rey e Senhor natural destes meus Reynos; e posto q assy o tenha per çerto de uos me pareçeo diseruos q de uosso zello e cuidado estou com a deuida satisfacão, e q sempre me sera prezente p.a uos mandar fazer merçe no que ouuer lugar escrita em Lix.a a 26 de Janeiro de 1641 Rey (3).

Doc. n.º 13

Eu ElRey Faco Saber aos que este Aluara virem que os Procuradores de Corte da Cidade de Silues que asestio nas que ora selebrey nesta Cidade me enuiárão a dizer por sua petiçam que nas Cadeias publicas e homenagens do Reyno do Algarue e nas Serras asperas delle estauão muitos culpados de diuersos crimes e cazos que não herão de ladrão senão ordinarios e serião mais de outo centos homens e não acudião a suas bandeiras por não serem prezos e fassão muita falta por serem grandes escopeteiros e que em muntas Cadeias se soltarão os prezos na minha feliça aclamação e todos estauão esperando a mesma merçe Pedindome ouuese por bem que os ditos culpados e prezos que não tiuessem parte (excepto os de cazos de ladroins) fosem soltos e pudesem pareser vista a neçecidade prezente para acudirem a melicia; e tendo a tudo respeito hey por bem e me prax de conceder saluo comduto por tempo de seis mezes a todos os

(1) Id., *ib.*, fl. 186. *Cópia do Original da Câm. de Tavira.*
(2) Id., *ib.*, fl. 186 v.º Idem.

(1) Id., *Códice* 403 (azul) fl. 99. *Cópia do Original da Câm. de Faro.*
(2) Id., *ib.*, fl. 100. Id.
(3) Id., *ib.*, fl. 414. *Cópia do Original da Câm. de Silves.*

prezos que estão nas Cadeias do dito Reyno do Algarue e homiziados que andarem nas Serras asperas delle pera que seyão soltos e possão pareser os que não tiuerem parte excepto os culpados, e prezos por cazos de ladrão de estradas com declaração que serão obrigados a seruir na guerra en castromarim e se registarão naquella villa dentro de quinze depois de soltos e aos homiziados lhes uier a noticia; e mando aos Corregedores das comarcas Juizes de fora e mais Justiças do dito Reyno cumprão e guardem este Aluara Inteiramente como nelle se contem Manoel Gomes o fes a treze de Mayo de mil e seis centos e quarenta e hum=João Pereira de Castello Branco o fis escreuer — Rey — (1).

Doc. n.º 14

Juiz Vereadores e Procurador da Camara da Cidade de Tavira. Eu ElRey vos envio Saudar. Segundo os avizos que por differentes vias me chegarão estes dias se tem entendido que ElRey de Castella se está prevenindo, e aprestando com intento de invadir neste Verão este Rn.º De que me pareçeo avizar-vos logo para o terdes entendido, e encomendar-vos que considerando a obrigação que vos corre do cuidado e esforço que deveis por não faltar em nada à defensa, e liberdade propria a este respeito trateis da prevencão necessaria para o que pode succeder como o fio e tenho por certo da lealdade, e fidelidade de tam bons, e leais Vassallos, e que neste cuid.º terão sempre prezente o que devem ao com que eu trato, e procuro sua defensão maior bem, e comservação. Escrita em Lx.ª 16 de Abril de 1643 Rey — (2).

Doc. n.º 15

Juiz, Vereadores, e Procurador da Cam.ra de Tavira: Eu a Rainha vos envio muito Saudar. Hontem, q. se contarão 6 do corrente, foy Deos Servido levar para Si a ElRey meu Sñor com tantas, e tão particulares demonstrações de piedade, que tenho por certo, está no Ceo, onde Será m.to bem defensor de Seus Reynos, e Vassallos. Nomeoume por Regente, e Governadora delles, emquanto dura a menoridade do principe meu filho, como vereis do Capitulo de Seu testamento, de q será a copia incluza nesta carta. Espero, que logo que a recebérdes, façais as demonstrações de Sentim.to costumadas em semelhantes ocasiões. O luto, q hão de trazer todos os Vassallos destes Reynos, hade ser capuzes de bayeta grossa havendoa, e quando a não haja, da outra virada do avesso, os que tiverem possibilidade, com Carapuças, e o mais a este respeito, e a esta semelhança as mulheres. Os pobres trarão pelo menos carapuças de bayeta, e as mulheres beatilhas tintas de negro, e os Capuzes se poderão abrir passados dous mezes; e não antes. O luto se aliviará passado hu ano, e durará aliviado outro ano mais. Espero de vossos animos vos unais, e conformeis no Sentim.to que deveis ter pela falta de tão grande Principe como perdestes, e vos disponhais a com toda a união me Servirdes, e ao Rn.º, em que naçestes de man.ra que façais nisto exemplo às mais Nações asim como vossos passados o fizerão sempre em tudo, particularm.te no amor, lealdade, e resolução de Seus Principes. — Escrita em Lx.ª a 7 de Nov.ro de 1656 Raynha (3).

Doc. n.º 16

Aos vinte e nove dias do mes de Novembro de mil e seis centos e sincoenta e seis annos os offeçiais da Camara desta Villa de Loule que erão o L.do Luis Pacheco de Mendonça juis de fora João Moreira Palença Vereador mais velho Sebastião de Brito de Aragão e Ruj de Brito de Mendonça Vereadores e An.to de freitas procurador do Conçelho fizerão as demonstraçois de Sentim.to pella morte del Rey Dom João o 4.º q D.ª tem na man.ra seguinte. Sahirão da Caza da Camera os ditos offeciais della muj emlutados com grandes Capuzes e por gorra lhe servião os Capelos dos mesmos Capuzes com que cobrião parte dos rostos e fazião asim o acto mais lacrimozo Logo a porta da Camara se pos em hum Cavalo preto o procurador do Conçelho e com o Capus cobria todo o Cavalo e levava em hua astea hu pendão de baeta arastando e nesta forma hia diante, seguiansse logo atras as pesoas nobres e da governança desta villa e os offeçiais de Justiça os mais delles com Capuzes e gorras e os de menos poçebelidades com hum luto muito honesto e ultimam.te hião o dito Juis de Fora e Vereadores e o Escrivão da Camara Manoel de Barros da Silva na forma asima dita; e o dito juis de fora levava hum escudo de peto tinto de negro com as Armas Reais em cor escura e os Vereadores Sebastião de Brito e Ruj de Brito cada hu seo escudo na mesma forma pelo vereador mais velho ter rezão de escuza e indo asim hu grande e onrrado acompanham.to com m.to sizo auturid.e e gravidade reprezentando o maior sentim.to q pudia ser na porta da Igreja Matris de S. Clemente em sima dos degraos tomando o juis de fora o escudo q levava com ambas as maos em sima da cabeça diçe em vos alta e triste chorai Nobres chorai povo pelo vosso Rey D. João o 4.º q governou duzaseis annos com muita justiça e amor porque ja morreo. E logo dando com o escudo em hum pau enlutado q. p.ª ese efeito lhe punha diante hu mosso emlutado o quebrava com o que cauzava m.tas lagrimas. Na mesma forma quebrou Sebastião de Britto o seu escudo nos degraos de N. S.ª dos pobres e Ruj de Brito o seo nos degraos do alpencdre da praça e dahi forão a Igreja Matris onde se fes officio sumptuozo missa cantada e muitas rezadas e sermão e no fim de tudo se levou o d.º pendão ao Castello com o mesmo pranto e o pendão se tirou a noite porque ao outro dia se levantou e aclamou ElRey Dom Affonco 6.º como se ve do autto que vay adiante. (1).

CONCLUSÕES

1.ª — O Algarve aceitou sem resistência armada o domínio castelhano, persuadido do conceito jurídico então invocado pelo monarca espanhol para demonstrar a sua, aliás, contestada legitimidade, como se verifica na simbólica entrega de Faro a Felipe II de Espanha, em 12 de Julho de 1580.

2.ª — Sob o domínio dos Felipes o Algarve como, afinal, todo o País, não conseguíu senão, além de reduzidos benefícios, que se traduziram, aqui, na administração da justiça, na agricultura, na construção e reedificação de fortalezas e de outras obras de menor vulto, e numa relativa melhoria do govêrno militar e eclesiástico, — não conseguíu senão — dizíamos — ver arruïnada a sua economia, em face de uma política de exigentes reformas fiscais, monopólios, etc. A propósito dêstes conheceu

(1) Id., Códice 402 (azul) fl. 131 v.º. *Cópia do Original da Câm. de Tavira.*
(2) Id., *ib.*, fl. 234 v.º. *Cópia do Original da Câm. de Tavira.*
(3) Id., *ib.*, fl. 230 v.º *Cópia do Original da Câm. de Tavira.*

(1) Id., Códice 403 (azul) fl. 226. *Cópia do Tomo Velho do Registo da Câm. de Loulé*, pág. 158 v.º.

o Algarve um, com o título de *Benefício do Bagaço* que na verdade algo deveria ter beneficiado a Fazenda de Felipe III.

3.ª — Embora as *Ordenações Felipinas* tenham, de certo modo, lisonjeado os moradores do Algarve, concedendo-lhes o privilégio de cavaleiros, ainda que fôssem peões e não tivessem cavalo (Título 60), o certo é que, àcêrca dos mesmos, pode dizer-se o que já Silva Lopes afirmara em 1841: — «Com o intruso govêrno dos reis espanhóis começou a entorpecer a energia dos habitantes do Algarve; foi a menos a sua população, que já se havia enfraquecido com a inconsiderada expedição dos Mouros, e Judeus, guerras em África, e colonização das terras novamente conquistadas. Decaíu a sua agricultura; definhou a sua indústria; e as mesmas pescarias, seu ramo o mais interessante, forão em progressivo abatimanto». (*Corografia do Reino do Algarve*, pág. 13).

4.ª — Reflectiram-se também no Algarve as conseqüências da política externa dos reis espanhóis, como o demonstram os repetidos ataques dos corsários ingleses, holandeses, turcos e argelinos, mas sobretudo dos piratas ingleses, aos quais se deve o pavoroso incêndio de Faro em 1596.

Nesta hecatombe perdeu o Algarve os seus mais antigos cartórios, incalculáveis fontes de heurística local, e, juntamente, a preciosa biblioteca que se guardava nos Paços do Bispo, composta por uma boa parte da escolhida livraria do douto prelado D. Jerónimo Osório.

5.ª — De mal a pior, a dominação felipina começa a sentir as primeiras reacções populares com os tumultos do Pôrto (1628) e de Lagos (1632), prelúdio das alterações de Évora, Tavira, Faro, Loulé e Albufeira (1637) e do movimento restauracionista de 1640 (1).

6.ª — Os tumultos de Lagos em 1632 e as alterações populares de Tavira, Faro, Loulé e Albufeira em 1637, em ligação íntima com a Revolução do Manuelinho de Évora nesse mesmo ano, abalaram profundamente no Algarve a autoridade de Felipe IV de Espanha e prepararam, assim, a fácil Restauração desta província, iniciada em Lagos pelo Governador e Capitão-Mor Henrique Correia da Silva, em 12 de Dezembro de 1640.

7.ª — Também no Algarve a Saüdade pela Independência da Pátria se manifestou pela crença messiânica do regresso do *Encoberto*. Provam-no as visões do lavrador de Silves, as profecias de Portimão e a que se encontrou numa sepultura romana no Cabo de S. Vicente.

8.ª — As guarnições castelhanas do Algarve, como as das fortalezas de Sagres e de S. Vicente, facilitaram, pela sua rendição sem resistência, a restauração desta parte do País, pois que, se se tivessem entendido com os exércitos do Marquês de Ayamonte e do Duque de Medina Sidónia, teriam, talvez, retardado, não sem luta, uma aclamação por elas próprias realizada a menos que, já então, como é sabido, aqueles dois titulares espanhóis projectassem levar a cabo a separação da Andaluzia do resto da Espanha.

9.ª — A organização da defesa militar do Algarve, a princípio bastante precária, mas cada vez mais eficiente, contribuíu de certo modo para conduzir a bom êxito os sucessos das armas portuguesas nos campos de batalha do Alentejo, onde as tropas algarvias levaram o seu melhor esfôrço e a sua melhor gente.

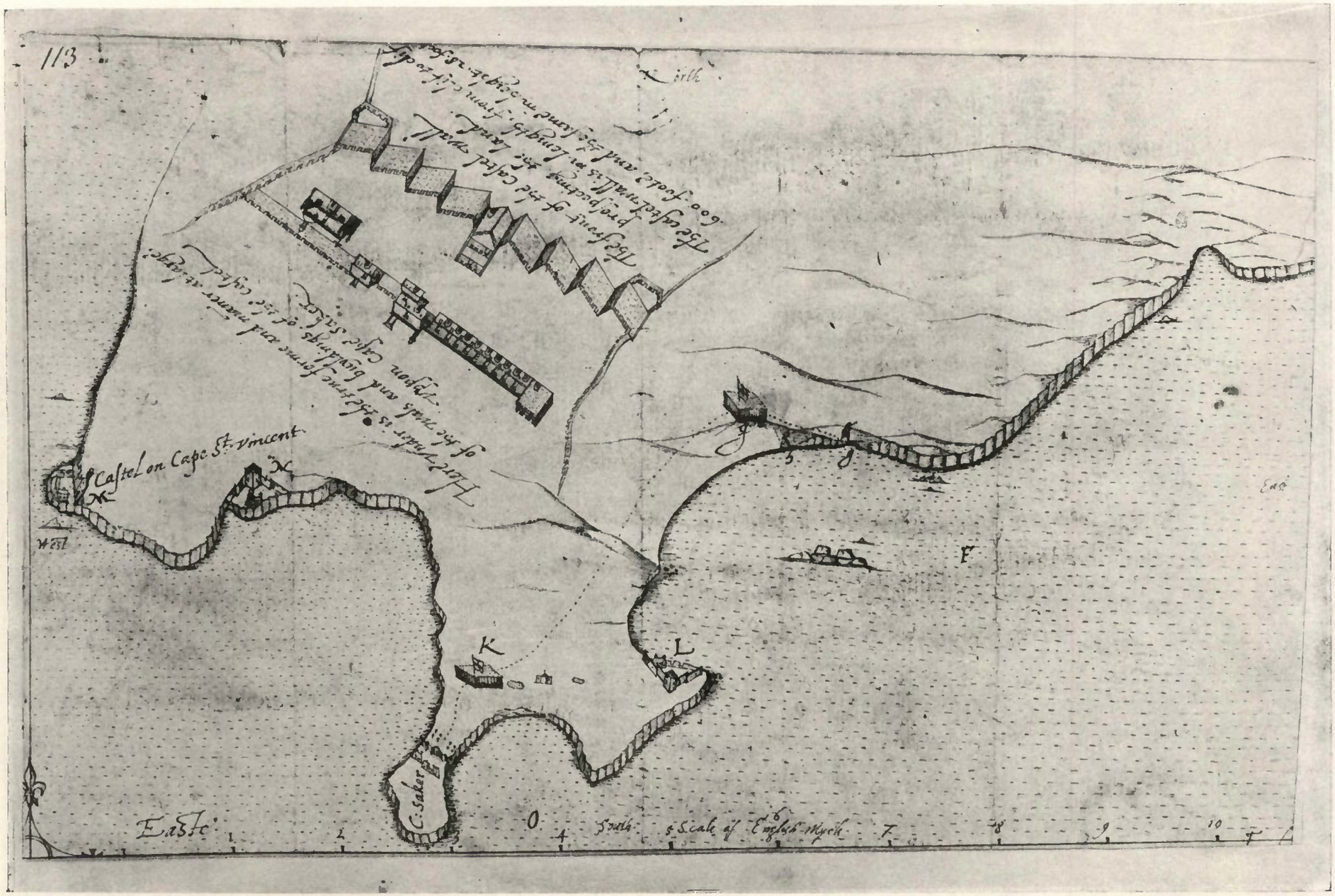
10.ª — A luta no Algarve gira em tôrno das praças fronteiriças de Alcoutim e Castro Marim, sobretudo na campanha de 1642. Mais tarde devido aos seus insucessos no Alentejo, os espanhóis tomam como derivativo, em 1666, o ataque ao Algarve por mar e por terra, mas não conseguem os seus objectivos e são rechaçados.

11.ª — Prova irrefragável do valor e heroísmo dos algarvios neste período crítico da História Pátria, são as numerosas mercês que lhes conferiram D. João IV e D. Afonso VI pelas suas acções e serviços praticados não só no Algarve mas também fora das suas fronteiras e que impossível se torna enumerá-las aqui (1).

---

(1) Cf. nossa comunicação apresentada ao 4.º Congresso do Mundo Português, intitulada: *O Algarve sob o domínio dos Felipes* (1580-1640).

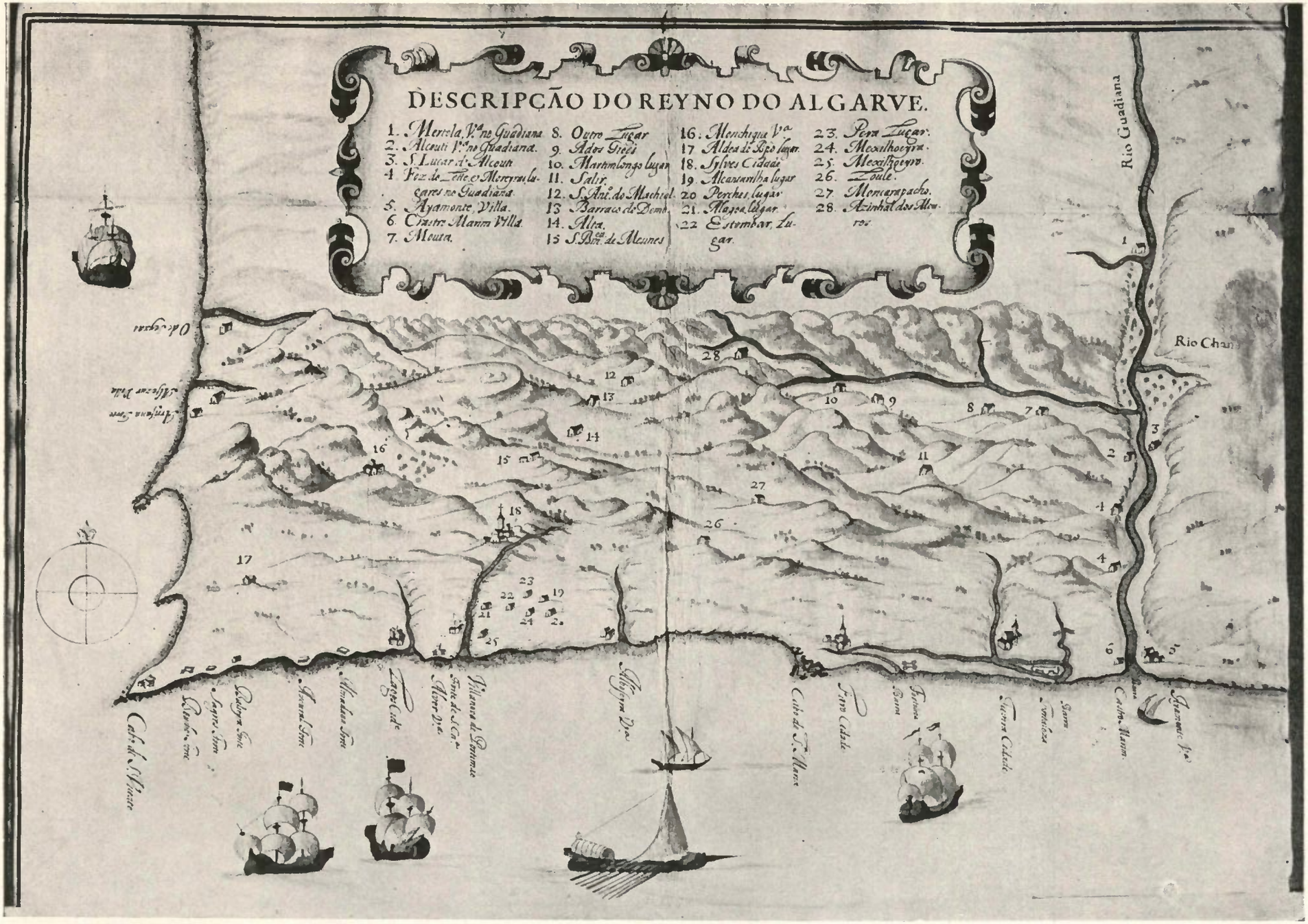
(1) Cf. nossa comunicação apresentada ao 4.º Congresso do Mundo Português, intitulada: *O Algarve na Restauração* (1640-1668).



CABOS DE SAGRES E S. VICENTE NOS FINS DO SÉCULO XVI

Desenho da costa ocidental do Algarve, existente em Londres no Museu Britânico, *Collecção Cotton*, ilustrativo do ataque feito em 1587, pelos piratas ingleses de Francisco Draque, às fortalezas de Sagres e de S. Vicente. Apresenta especialmente as construções e a forma da muralha quinhentista, — face voltada para a terra — da fortaleza de Sagres e suas dimensões.

(Reprodução da fotografia existente na Biblioteca da Ajuda)



MAPA DO ALGARVE DE 1663

BIBLIOTECA DA AJUDA — Livro das Praças de Portugal com suas fortificações. Desenhadas pellos Engenheiros de S. Mg.de Cosmander, Gilot, Langres, Santacolomba, & outros; Delineadas por Ioão Nunez Tinoco Architecto de S. Mg.de. Anno 1663. Este Livro mandou fazer o S.or Conde da Torre.

Ms. 46 — XIII — 10 fl. 83

O ALGARVE

SOB O PONTO DE VISTA PECUÁRIO

Falar de pecuária é falar de dinheiro, como a própria etimologia da palavra o indica, do latim *pecus*=gado, donde deriva *pecunia*=dinheiro.

Quando o homem surgiu sôbre a terra, segundo parece no princípio do período quaternário ou plistocénico, portanto na era cenozóica ou idade moderna, já nela existiam de há muito os outros sêres vivos, vegetais e animais, cujos vestígios datam da era primária, se bem que existindo então no estado selvagem e com características diferentes das actuais.

Decorridos anos e, graças ao instinto de sociabilidade comum ao homem e a algumas espécies animais, aquêle viu estas acercarem-se da sua habitação em procura de restos de comida e, também, impelidas pela curiosidade, factos que lhe permitiram notar nelas alguns atributos que lhe podiam vir a ser úteis.

Nasceu então no seu espírito o desejo de as trazer e ter sempre junto da sua habitação (*domus*==casa), isto é, de as domesticar.

Não trataremos aqui de tôdas as espécies domésticas, de tôdas aquelas em que os nossos remotos antepassados verificaram a existência de funções de utilidade mais ou menos directa e as habituaram a viver junto de si, mas ùnicamente das espécies pecuárias.

São estas em número de sete e constituem os quadrúpedes, que desempenham funções auxiliares e alimentares para o homem.

Não são as funções citadas outras senão as fisiológicas de que a natureza as dotou para a sua conservação e propagação e que o homem aproveitou em seu benefício, tornando-as económicas.

E, assim, elas desempenham hoje, mais do que no passado, um enorme papel na economia social, que o mesmo é dizer-se na economia Nacional.

É o Algarve uma província essencialmente agrícola e, como tal, porque não podia deixar de ser, tem a sua riqueza pecuária, pois esta faz parte integrante da exploração agrícola, sendo o gado um aproveitador e transformador dalguns dos produtos que por êle são transformados nos mais variados produtos de utilidade corrente.

Tal como a máquina industrial, o gado ou máquina animal, necessita, para aproveitar ao máximo as substâncias que transforma, isto é, de dar o maior rendimento, de cuidados desde a sua construção e alimentação até à conservação, pois está submetida, tal como aquela, às leis da Física (Mecânica Geral), da Química e da Economia e, ainda, as leis biológicas.

A máquina animal, portanto, como a industrial, tem um funcionamento que pode ser previsto e calculado.

Ora a Ciência que o homem criou para lhe permitir a exploração racional e económica dos animais e que hoje nos ensina a obtê-los, melhorá-los, conservá-los e utilizá-los do modo mais conveniente aos interêsses da Economia Agrícola e Social, é a Zootecnia, do grego *zoon*=animal, e *techné*=arte, e, dentro desta, modernamente, a Genética, de *genes*=factores de geração.

Graças a ela podem-se, por assim dizer, manusear as espécies domésticas à nossa vontade, salvo o devido respeito pelas leis naturais, criando ou modificando atributos de utilidade superior à daqueles de que a natureza as dotou.

Se não fôssem as directrizes impostas pelo homem, os animais criar-se-iam a êsmo e o proveito que dêles se podia tirar era mínimo, pois múltiplos são os factores naturais que incidem sôbre o organismo e o modificam.

É intuitiva a noção que todos nós possuimos

das diferenças existentes entre os vários indivíduos dos diferentes países, e, dentro de cada país, dos das várias regiões.

Muitos e em parte desconhecidos são os factores determinantes destas diferenças observadas, mas é fora de dúvida que o meio imprime o estigma da sua acção, que o homem pode corrigir e modificar dentro de certos limites.

Do meio fazem parte o solo, o clima, a alimentação, o habitat, a higiene, a gimnástica funcional dos órgãos e dos aparelhos, etc..., que dão aos indivíduos um cunho especial e característico, consoante as várias modalidades e a intensidade dêstes factores e a perfeita adaptação, por vezes secular, ao ambiente em que vivem.

É graças à adaptação aos mais variados meios, que o homem possui e goza hoje de animais que satisfazem às mais complexas exigências económicas.

Reportando-nos ao Algarve, verificamos que, se bem que esta província não possua condições para uma exploração pecuária intensiva, em virtude das suas características climáticas e da extrema divisão da propriedade, ela tem contudo espécies que desempenham papel de grande preponderância na sua balança económica, a qual seria maior ainda se fôssem postas em jôgo medidas atinentes ao seu melhoramento.

Disposições legais existem que têem por fim fomentar a exploração pecuária nesta província, como aliás em todo o País, e incansáveis têem sido os Serviços dependentes da Direcção Geral dos Serviços Pecuários mas, razões várias têem pôsto entrave e anulado mesmo, em parte, os esforços dispendidos.

Urge pois que, para bem da Economia Nacional, se eliminem tôdas as causas de emperramento à exploração pecuária racional e intensiva.

Se bem que a nossa província, como já anteriormente o dissemos, não possua tôdas as condições necessárias para uma exploração muito intensa da sua pecuária, ela tem contudo recursos que lhe permitem um maior desenvolvimento quantitativo e qualitativo do seu gado.

A falta de prados pode, em parte, ser suprida por algumas plantas alimentares cujo valor nutritivo é desconhecido pelos proprietários de modo que as deficiências forraginosas que por vezes se observam e impedem a intensificação da exploração pecuária podem ser, em parte, anuladas por aquelas.

Há, pois, uma necessidade imperiosa de se enveredar pelo caminho da exploração rendosa e científica do nosso armento, para que se acabe de vez com êste estado calamitoso e, designamo-lo assim, porque todos os esforços físicos, morais e monetários que possam ser dispendidos serão por êle anulados.

Não se pense que não têem sido indicadas as directrizes a seguir, pois seria falso se tal julgássemos, mas sòmente a causas remotas, a que não é estranha a falta de cultura do lavrador algarvio neste ramo da actividade humana, isso se deve.

Para se acabar de uma vez para sempre com o rotineirismo que ora observamos e que tantos prejuízos causa e tem causado à nossa riqueza armentosa, temos um óptimo meio ao nosso dispor e é a acção dos Grémios da Lavoura. São êstes, organismos de coordenação económica e, como tal, lhes cabe a incumbência de, por intermédio das suas secções pecuárias, reünir os seus associados para que ensinamentos lhes sejam ministrados pelos técnicos, além de poderem ainda remover obstáculos que, para cada um dos lavradores, são irremovíveis.

Seria longa e fastidiosa, além de descabida, por já ser do conhecimento de todos nós, a inumeração de tudo quanto em matéria agro-pecuária êstes organismos podem fazer.

Abeiremo-nos pois desta fonte de recursos e trabalhemos todos por um e um por todos.

Feitas estas considerações, que julgámos necessárias para melhor compreensão do assunto que nos propusemos tratar, vamos entrar pròpriamente neste.

Assim, passaremos a descrever por espécies o estado actual da pecuária algarvia, sem nos alongarmos em vastas considerações para não tornarmos monótona a nossa exposição e a destituirmos, portanto do cunho que deve ter e é tornar conhecida a matéria prima da nossa riqueza armental.

Seguidamente reüniremos todos os elementos que possuimos sôbre o valor pecuniário do gado e seus produtos, para bem se ajuïzar de quanto vale.

ESPÉCIE CAVALAR

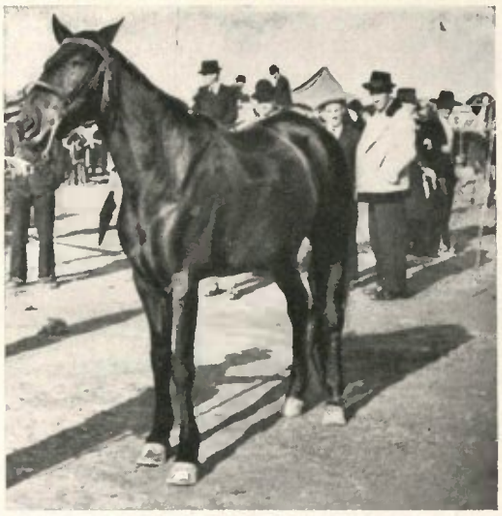
A espécie cavalar está actualmente num estado de bastardia muito grande, notando-se no efectivo eqüino tipos de duas raças distintas que, pelos hipólogos são consideradas indígenas, em virtude de cá existirem de há muito.

Um dêles é constituído por cavalos de pequena estatura, agarranados, desairosos, com uma compleição quási sempre fraca, possuindo contudo alguns vigor e fogosidade, talvez reminiscências da influência do cavalo árabe que por cá devia ter abundado; outro, mais esbelto e mais corpulento, com cujas fêmeas se faz a exploração mulateira.

Porque no âmbito dêste trabalho não cabem longas considerações técnicas e porque uma boa fotografia é, por vezes, mais elucidativa do que uma descrição, limitamo-nos ao exposto, relegando para

os especializados que isto lerem o juízo do valor zootécnico do cavalo existente nesta província.

Se relancearmos a vista sôbre a fotografia junta, faremos imediatamente o juízo do que é êste tipo de cavalo.



Cavalo de raça peninsular

Além de razões várias a que adiante nos referiremos quando tratarmos de outras espécies, o cavalo não tem no Algarve a importância que tem noutras províncias em virtude das condições mesológicas desta província.

Um outro factor do pouco merecimento em que é tida esta espécie reside no facto da tendência sempre crescente do lavrador algarvio de a substituir pelas muares.

A atestar o que afirmamos estão os vários arrolamentos e os documentos históricos.

Assim, já no tempo de El-Rei D. Duarte, tal se verificava, a ponto de êste monarca ter de promulgar o «Regulamento dos Coudeis», no qual ordenava que tôda a pessoa que no Algarve tivesse de bens, renda, censo ou contia de 16 a 20 marcos de prata, fôsse constrangida a ter cavalo de marca.

Nos nossos dias, para fomentar a indústria cavalar, tem o Estado enviado garanhões para esta província, sem se poupar a esforços vários, porém sem que tenha sido compreendido, pois sòmente uma escassa dúzia de indivíduos têem mandado beneficiar as suas éguas.

Pena é que tal suceda pois muito haveria a lucrar com a compreensão de tão sábia medida.

ESPÉCIE MUAR

Animais desta espécie, temo-los eguariços e esneiros, isto é, filhos de égua e jumento e de burra a cavalo.

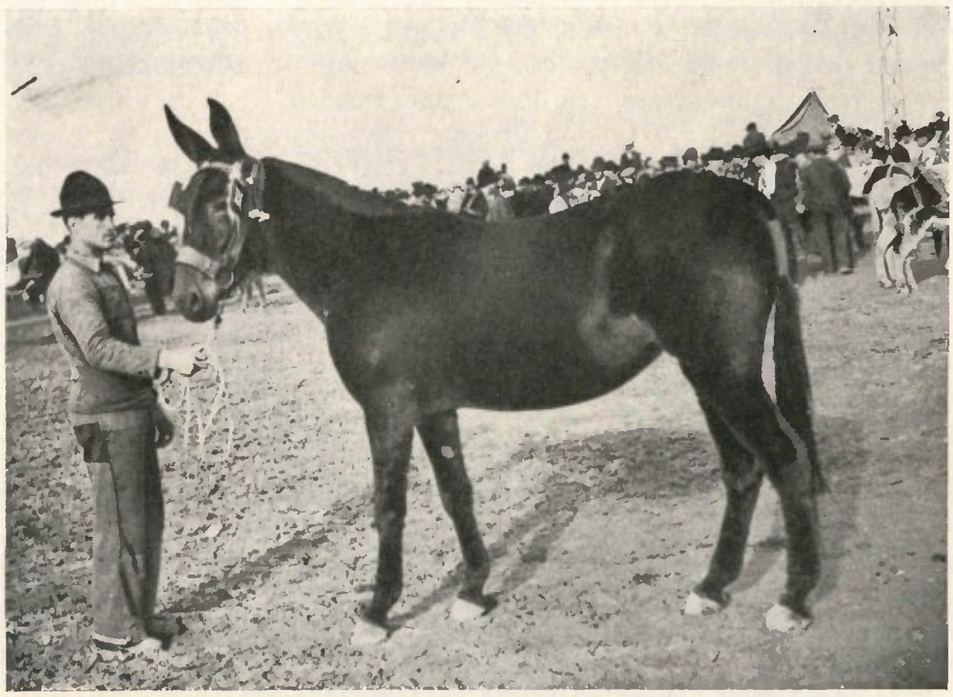
São aqueles, geralmente, mais airosos, mais corpulentos e fortes, sendo por isso os preferidos, quer no serviço de sela quer no de tracção, enquanto que êstes, por serem menos nobres, e menos robustos, são empregados no serviço de carga e tiro leve ordinário.

Para bem se ajuïzar das diferenças existentes entre êstes dois tipos de muares, vejamos as fotografias que acompanham êste trabalho.

Data de há muitos séculos a indústria mulateira no Algarve, tendo atingido grande incremento logo a seguir à conquista pelos romanos que, como é sabido, tinham pelas muares uma grande estima, em virtude dos predicados de que êstes animais são possuïdores, tais como a rigeeza, a sobriedade, o vigor e a robustez, suportando sem custo aparente os fortes calores do clima algarvio, algumas vezes com privação de água e comida.

Esta preferência às outras espécies ainda hoje se observa no nosso meio agrícola, onde é raríssimo encontrarem-se cavalos nos trabalhos do campo.

Já no tempo dos nossos reis isto se verificava, praticando-se mesmo desmandos, com manifesto prejuízo para a eqüicultura, tão importante na época



Muar eguariça

Muar cavalar ou asneira

das conquistas, pelo que algumas vezes, medidas foram adoptadas para os evitar, tal como as contidas na Lei de 7 de Agôsto de 1549, onde El-rei D. João III ordenava que, no então reino do Algarve — pessoa alguma lançasse égua a jumento, nem em tal consentisse, sob pena de os perder, se lhes pertencessem e, caso não fôssem sua propriedade, pagassem importância igual ao seu pêso e mais dez cruzados.

Se então se praticavam abusos, desprezando uma indústria da maior valia para a conquista e independência nacional, actualmente também não deixam de ser praticados, pois a exploração mulateira é feita, muitas vezes, sem que sejam tomados em consideração, pelos interessados, os requisitos necessários para a obtenção de bons productos.

É pois necessário que todos os indivíduos que a êste ramo de actividade se dedicam se compenetrem dos seus deveres, para que sejam auxiliados os Serviços técnicos que têem sob a sua responsabilidade a orientação desta indústria.

Porque nem sempre são tomados na devida consideração os ensinamentos ministrados e, porque, poucos são os bons reprodutores que possuimos, como veremos quando tratarmos dos asininos, é freqüentíssimo ver-se os lavradores irem em demanda das feiras que se efectuam no Baixo Alentejo, principalmente às de Almodôvar, Castro Verde, Garvão e Aljustrel, para fazerem a aquisição de boas muares, pagando-as a pêso de ouro, com manifesto prejuízo para a economia desta província.

Urge, portanto, que o lavrador algarvio olhe com mais cuidado e carinho para esta indústria.

Evidentemente que nem tôdas as muares que nesta província nascem são de inferior qualidade, pois há-as também boas, quási tão boas como as alentejanas, mas são em pequeno número.

A atestar a boa qualidade de algumas das nossas muares, temos o facto que se observa na feira da Guia, onde é freqüente verem-se negociantes de Baleizão, portanto alentejanos, conhecido pelos alquiladores por *baleizoeiros*, comprar algum dêste gado, que levam em seguida para o Alentejo, recriam e marcam, vendendo-as mais tarde nas feiras supracitadas como se fôssem alentejanas.

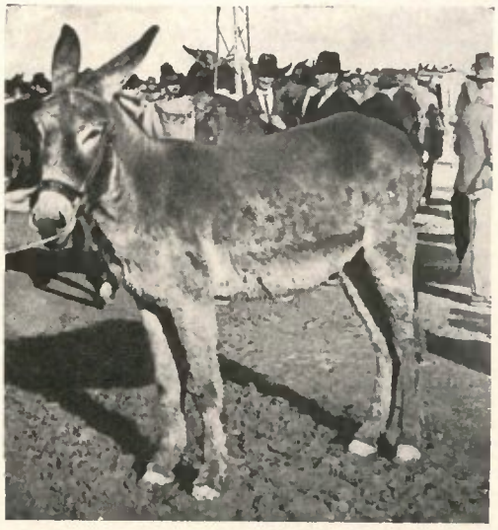
ESPÉCIE ASININA

Em virtude dos atributos de que o gado asnar é possuïdor e da história do Algarve, somos levados a acreditar que data de há muitos séculos a sua existência nesta província.

Por várias razões e, dentre elas, porque não têem sido dispensados os cuidados necessários à reprodução desta espécie, não possuimos um tipo definido, mas sim indivíduos com uma miscelânea de caracteres, que tanto são pertença do tronco africano, como do tronco europeu, isto é o tipo da população asinina do Algarve é verdadeiramente desastrado, não possuindo um cunho de diferenciação que nos permita inclui-lo neste ou naquele tronco de origem.

Assim, é freqüente verem-se animais dolicocéfalos com uma grande percentagem de caracteres do tipo europeu e, inversamente, braquicéfalos, com características do africano.

Se a dolicocefalia que observamos num grande número de indivíduos nos leva a admitir a existência de sangue do tronco africano, possìvelmente trazido pelos povos do Norte de África, nomeadamente os árabes, a braquicefalia que freqüentemente se encontra, também nos induz a crer na existência



Asinino do tronco europeu

Asinino de tronco africano

de sangue do tronco europeu. É para lastimar que os asininos algarvios tivessem chegado a êste estado, pois os prejuízos advindos da falta de cuidado na sua reprodução são enormes, fazendo-se notar principalmente na indústria mulateira, pois sem bons jumentos não podem ser obtidas boas muares.

Verdade seja que algumas muares possuímos, das produzidas na nossa província, que são tão boas como as alentejanas, como já o dissemos quando tratámos dêstes híbridos, mas, êste facto deve-se ou, à aquisição de asininos reprodutores no Alentejo, ou, ainda, à existência de jumentos com características mais puras, isto é, de melhores padreadores mulateiros.

Pelo exposto se depreende a necessidade urgente de olhar com carinho e boa vontade para o problema da criação de jumentos bons produtores de muares, para bem da economia do nosso Algarve.

ESPÉCIE BOVINA

Os bovinos existentes nesta província pertencem, na sua maioria, à raça transtagana, sub-raça algarvia, a qual por seu turno se sub-divide nas variedades litoral e serrana.

Além dêstes, existem ainda numa estreita faixa ao longo do rio Guadiana, desde o Azinhal, do concelho de Castro Marim, até à fronteira com o Baixo Alentejo, passando por Alcoutim, animais da sub-raça Mertolenga, assim denominados porque existem em grande número no concelho de Mértola.

Há ainda os bovinos turinos, que se encontram espalhados por tôda a parte, principalmente junto dos aglomerados populacionais, formando as bacias leiteiras abastecedoras dêsses centros.

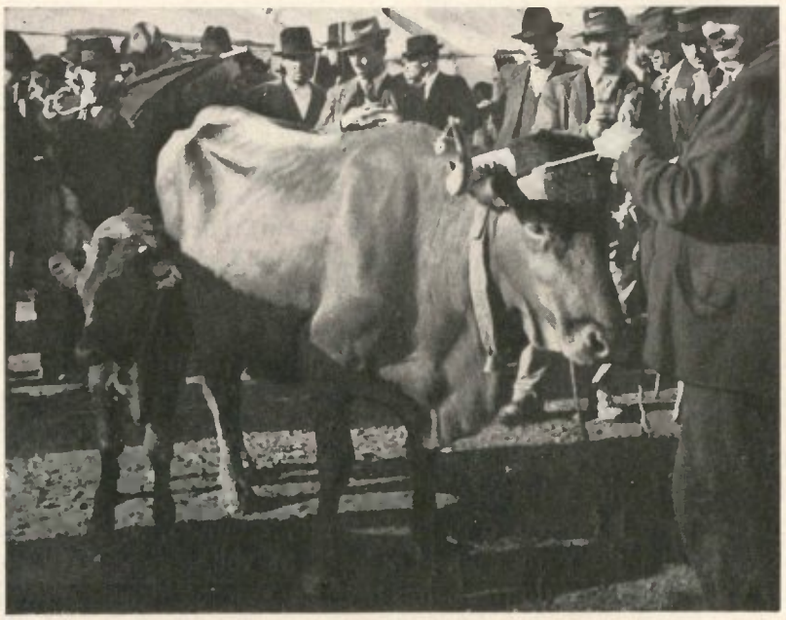
Passemos a descrever cada um dêstes tipos.

São os bovinos transtaganos algarvios animais dolicocéfalos, eumétricos, longilíneos e de perfil convexo, com uma conformação predominantemente dinâmica, diferindo dos alentejanos pela menor enseladura do dorso e por serem menos varudos.

Apesar de estas características serem as gerais, elas variam contudo da região litoral para a região serrana e, assim, nos animais vivendo no primeiro degrau do anfiteatro algarvio, porque lhes são dispensados mais cuidados alimentares e de abrigo, o seu desenvolvimento é maior, possuindo grande poder muscular, enquanto que os da região serrana são pior conformados, de menor corpulência e menos possantes, se bem que de maior rigeza de unha.

Na região litoral é onde se encontram os melhores exemplares, principalmente nos concelhos de Loulé, Silves, Lagoa e Lagos, tendo aqui uma conformação mais cúbica. Em virtude da curteza dos membros locomotores, são mais «prés de terre» do que os da região serrana, que são mais pernalteiros.

Porque êste armento possui aptidões dinamófora e cevatriz, podemos considerá-lo o mais importante para a economia desta província.



Vaca algarvia

Já lá vão longe os anos em que era freqüente verem-se jungidos à carreta possantes juntas arrastando vagarosa e pachorrentamente, pelas estradas, carretadas enormes dos mais variados produtos agrícolas, com 120, 150 e 200 arrobas.

O progresso, porém, destronou em parte esta máquina animal, como aliás quási tôdas as outras, relegando-a para outras funções que, longe de a fazer desmerecer, lhe aumentou o valor.

Não têem, todavia, sido dispensados aos animais desta espécie os cuidados necessários para os fins a que foi relegado, e, porque assim é, não possuimos hoje um armento bovino como o poderíamos ter.

Matéria prima não falta, mas sòmente um pouco de boa vontade e, ainda é tempo de se enveredar pelo caminho da exploração racional e mais rendosa da pécura bovina.

Lancemos pois mãos à obra, sem desmerecimentos, e confiantes, porque, se na nossa provínciano falta a matéria prima necessária, também não escasseiam técnicos competentes e de boa vontade.

Deixemos o rotineirismo em que se tem vivido, porque só acarreta prejuízos e não tem explicação na época em que vivemos.

Tracemos neste ramo da actividade humana novas directrizes, de modo a que, dentro de alguns anos, possamos orgulharmo-nos de ter feito alguma coisa de belo em prol do nosso Algarve.

Aqui fica, pois, o nosso apêlo.

Falámos da existência de indivíduos da sub-raça Mertolenga numa estreita faixa ao longo do Guadiana, resta-nos dizer que são animais de pequena corpuratura, vermelho-malhados ou salgados e que são muito apreciados pelas qualidades que possuem, já para os serviços agrícolas, já para a tauromaquia.

Como animais de tracção, na charrua ou no arado, são óptimos, pois têem, além da rigeza de unha, docilidade, poder muscular e vigor para agüentar as fadigas que lhes são exigidas no amanho das magras terras da serra.

Porque são dóceis, sóbrios e de unha rija, são muito apreciados também no meio tauromáquico para, com êles, se fazerem belos jogos de cabrestes.

Outrora, mais do que hoje, quando a arte dos Marialvas estava no apogeu, era freqüente verem-se proprietários de gado bravo descerem do Ribatejo até ao Algarve em procura dêstes animais, para com êles formarem os seus melhores jogos de cabrestes.

Dos bovinos turinos diremos sòmente que a sua principal função é a lactígena e, secundàriamente, quando para esta já não têem valimento, a criopoética, sendo raríssimas vezes empregados nos serviços agrícolas.

Trazidos para esta província nos fins do século passado, talvez da região ribatejana, logo que a sua fama de bons produtores de leite se espalhou pelo País, êstes bovinos, que nada mais são do que holandeses degenerados por influências várias, tais como o meio e a incúria do homem, são hoje os produtores de quási todo o leite de que nos alimentamos.

Porque, a maioria, de vacas leiteras só tem a forma e, mesmo esta, miserável, com tendência sempre crescente para se agravar, é de tôda a conveniência que se suste a degeneração que ora observamos e que se tem vindo a produzir desde a sua importação.

Para bem se avaliar até onde chegou a bastardia do nosso armento leiteiro, basta comparar a produção das vacas holandesas, seu tronco de origem, com a que as nossas turinas têem actualmente.

Assim, verifica-se que as vacas que possuímos dão, média geral, com poucas excepções, seis litros diários cada, ou seja aproximadamente um sexto da produção das da raça que as originaram.

Dêste modo, como vemos, não pode ser lucrativa a exploração do armento leiteiro, que deixa de ser subsidiário da agricultura, para ser parasitário da mesma.

Teremos nós possibilidade de modificar êste estado caótico da pécura bovina leiteira? Sim.

Basta-nos sòmente despertar da letargia em que temos vivido e enveredarmos pelo lúcido caminho que a Ciência e a prática nos abriram e puseram ao nosso dispor para, por êle, chegarmos ao fim desejado, o lucrativo.

É tempo de deixarmos a senda por onde, durante longos anos, temos caminhado, pois, por ela, seguimos erradamente, como estamos a verificar e, pode vir a ser tarde, quando quisermos retroceder.

Tem a Direcção Geral dos Serviços Pecuários planeados já os trabalhos necessários para o inquérito do estado de degenerescência dos bovinos leiteiros do nosso distrito a fim de, seguidamente, ordenar as medidas necessárias ao seu melhora-mento.

Que nenhum proprietário dêste gado deixe de cumprir com as obrigações que lhes são exigidas, são os nossos votos, para seu bem e do de todos nós em geral.

ESPÉCIE OVINA

São os ovinos existentes no Algarve, na sua maioria, animais do tipo bordaleiro, com tôdas as suas variedades, churro, feltroso e comum.

Concelhos há onde se encontram alguns merinos — Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António, talvez devido a serem vizinhos da Andaluzia.

Existem ainda, como é de prever, produtos do cruzamento dos indivíduos citados.

Os cuidados dispensados ao armento ovino não são os mesmos em tôda a província, pelo que se verifica haver concelhos onde são melhores do que noutros.

Assim, no concelho de Vila do Bispo, é onde se encontram os ovinos mais ordinários, sob todos os pontos de vista. A sua corpulência é fraca, tendo a fêmea, em média, 30 quilogramas de pêso e o macho 40 e o velo 2 quilogramas, em sujo.

Já em Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António se encontram os melhores ovinos bordaleiros do Algarve, o bordaleiro comum, com infiltração de sangue merino.

Nos concelhos de Silves, Loulé, Faro e parte do de Tavira, mas principalmente no de Loulé, porque o sistema de exploração é diferente, em pastagem e arribanas, e, porque não há infiltração de sangue merino, encontramos animais mais corpulentos, atingindo as fêmeas, de pêso vivo, 45 e 60 quilogramas e os machos 80 a 90. São indivíduos de notória função creatopoética, produzindo saborosíssima carne, sòmente servindo a lã para tapetes, colchões, mantas e estamenhas várias, tecidas nos teares regionais. A êstes ovinos dá-se a designação, quando andam a pasto junto das rezes bovinas e, então, andam-no em pequeninos grupos, de «caseiros».

Resumindo, nesta província existem ovinos de dois troncos, do tronco ibérico e do africano, quer no estado de pureza, quer no de infiltração.

A não ser na primavera, estação em que fornecemos parte do mercado de Lisboa, com animais de notável rendimento cárneo, não possuimos dêste armento que baste às necessidades alimentares regionais, pelo que temos de os ir buscar ao Alentejo e substitui-los mesmo, no corte, por caprinos.

Muito há que fazer, em matéria de ovinicultura, na nossa província, mas, felizmente, alguma coisa já começou a ser feito, graças à enorme fôrça de vontade e profundos conhecimentos do Chefe dos Serviços de Fomento da Direcção Geral dos Serviços Pecuários, Dr. Mário Morais.

É grandiosa a obra que êste digníssimo técnico empreendeu e pensa levar a cabo, mas é necessário que o auxiliemos com tôda a nossa fôrça de vontade e préstimo, pois só assim os seus esforços poderão ser coroados do bom êxito a que têem jús e nós, algarvios, obteremos os altos benefícios que advêem de tal empreendimento.

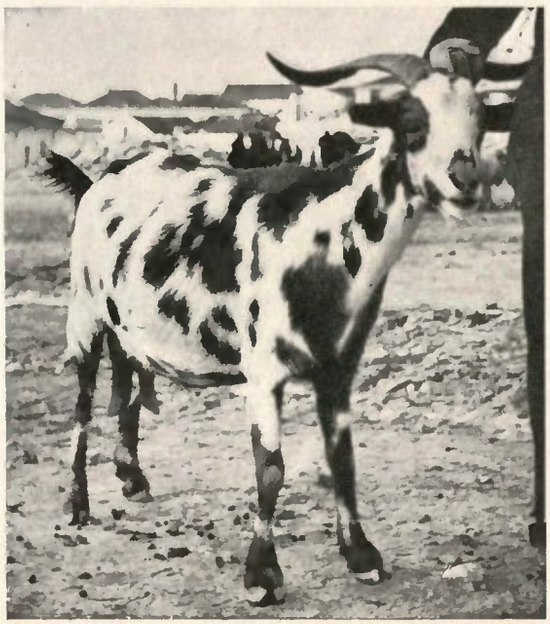
ESPÉCIE CAPRINA

Pertence a população caprina desta província ao tipo comum «raça charnequeira», encontrando-se também, se bem que em pequeno número, cabras Murcianas e os mestiços delas derivados, no concelho de Vila Real de Santo António.

Os caprinos charnequeiros são animais muito rústicos com os quais pouca ou nenhuma despesa se faz na alimentação, pois pode dizer-se, se limitam a aproveitar as espécies arbustivas da charneca algarvia e da serra

Tendo desempenhado papel preponderante na economia do Algarve, hoje, está muito longe de ter o valor de então, em virtude da acção danificadora do seu dente, que nada poupa e que determinou a adopção de medidas repressivas por parte dalgumas edilidades camarárias.

Porque assim é, tem sido relegado, por posturas camarárias mais ou menos impeditivas, da zona litoral para a serrana, com o que não só têem beneficiado os lavradores dos primeiros anfiteatros da



Cabra charnequeira

nossa província, pois as suas árvores são poupadas, como também os proprietários de gado bovino leiteiro, que tem aumentado o seu efectivo, para fazerem face às necessidades lácticas da população.

Julgamos porém que, apesar do dano que êste armento causa nas zonas muito arborizadas, tem havido excesso de zêlo da parte de algumas entidades camarárias, afastando-o em absoluto da área dos seus municípios, pois deve atender-se também à utilidade dêste gado. Assim, das charnecas incultas que nalguns dêsses concelhos existem, e que são ou estão improdutivas, poder-se-ia tirar algum proveito, transformando as plantas espontâneas que nelas nascem em carne e leite, o que só a cabra pode fazer.

Acresce ainda o facto de que os caprinos pro-

duzem óptimo leite, com o qual muitas vezes se preenche a falha de produção dos bovinos leiteiros.

Por tôdas estas razões, julgamos ser a cabra um mal necessário.

ESPÉCIE SUÍNA

A grande massa de indivíduos desta espécie pertence ao tipo românico ou napolitano de Sanson, havendo-os também dos tipos asiático e bízaro ou céltico e os respectivos mestiços.

Tal como na maioria das espécies armentais, aqui a procreação tem sido feita desordenadamente, o que deu como resultado a não existência de um tipo que satisfaça plenamente o desiderato em vista, produção de carne e gordura em abundância e com relativo pouco dispêndio, pelo que, de há anos a esta parte, têem vindo a ser explorados animais de raças exóticas, York e Berckshire, famosos pela sua precocidade e pela boa carne magra que produzem, mas de fraco poder adipogénico.

É para lastimar o abandono em que têem sido deixados os nossos suínos, pois estamos certos de que, se fôssem cuidados, satisfariam plenamente as nossas exigências, além de que, por serem autoctones, são mais rústicos e menos exigentes.

A forma como êstes animais são explorados é variável de região para região, sendo-o em regime de cativeiro, em pocilgas, na zona litoral e em semi-cativeiro na serrana, onde há soutos e pequenos montados de azinho e sôbro.

Constituem um capital pecuário de grande importância na balança económica do Algarve, como adiante veremos, o qual poderia ser maior ainda se houvesse cuidado na sua procriação e engorda.

Anualmente, e em média, a nossa província exporta para os mercados do Montijo, Setúbal e Lisboa, 6.000 cabeças em regular estado de engorda, das quais 35 a 40 % são rejeitadas por terem sido cevadas com peixe.

É para lastimar que tal suceda, pois o peixe constitui óptimo alimento para êstes animais, sòmente devendo ser tomado em consideração que, nos últimos meses da ceva, êle não deve ser administrado.

Urge, portanto, que sejam tomadas as medidas necessárias, para que termine tão nefasto costume que só acarreta prejuízos à nossa economia, além de desprestigiar uma das nossas fontes de riqueza.

Se atendermos a que, com excepção do Alentejo, a nossa província é um dos maiores fornecedores do mercado lisboeta, principalmente no período que vai de Junho a Setembro, compreender-se-ão os benefícios resultantes do afastamento do peixe da engorda dêstes animais no último período da mesma.

Felizmente que esta prática está circunscrita às freguesias da parte litoral dos concelhos de Olhão, Faro e Loulé, pelo que se torna mais fácil a adopção das medidas necessárias para se acabar com êste costume.

Descrito, ainda que sumàriamente, o valor zoo-

Porca algarvia

técnico da pecuária algarvia, vejamos qual a sua importância sob o ponto de vista pecuniário.

Lançando mão dos elementos obtidos no último Arrolamento, vemos que, afora os erros que sempre se observam quando se fazem estudos estatísticos, pois, por várias razões, a que não é estranho o temor infundado de êstes estudos terem a finalidade de aumento de tributos, êles são quási sempre falhos de verdade, o valor em milhares de escudos é de 98.410.000$00.

Para bem se ajuïzar da cota que a cada uma das espécies pecuárias cabe neste total, vejamos o quadro que se segue:

Espécies	N.º de cabeças	Valor em milhares de escudos
Cavalar	3.508	5.500.000$00
Muar	18.979	34.030.000$00
Asinina	22.423	6.750.000$00
Bovina	22.299	33.761.000$00
Ovina	90.954	4.986.000$00
Caprina	44.534	4.142.000$00
Suína	36.382	9.241.000$00
	Total	98.410.000$00

Se bem que estas cifras, como já o fizemos notar, não traduzam o valor absolutamente real da nossa pécura, elas dão-nos contudo uma idéia aproximada do mesmo.

Note-se, porém, que, êstes números representam simplesmente os valores dos animais em vivo, sem entrarmos em linha de conta com os seus produtos e sub-produtos.

Evidentemente que, e isto é intuitivo, qualquer animal, seja de que espécie fôr, fornece-nos vários produtos, representando cada um dêles um determinado número de escudos.

Assim, consoante a espécie, pode produzir trabalho, crias, leite, lã, estrumes, etc.

Seria nosso desejo reünir aqui tôdas as importâncias correspondentes aos diferentes produtos fornecidos pelos nossos animais, para bem se julgar do seu valor, mas, infelizmente, não o podemos fazer por falta de elementos estatísticos.

Não queremos, contudo, deixar de fazer referência a alguns dêles, para que se faça um leve juízo de quanto valem.

Assim, em matéria de trabalho, temos que o seu valor em milhares de escudos deve ser de 89.955.000$00, assim descriminados:

Espécies	Efectivos	N.º médio de dias de trabalho	Custo médio do dia de trabalho	Total em escudos
Cavalar	2.500	150	10$00	3.750.000$00
Muar.....	3.465	200	35$00	24.255.000$00
Asinina	20.000	300	5$00	30.000.000$00
Bovina	7.100	150	30$00	31.950.000$00
Total				89.955.000$00

Enquanto que em leite seria de 20 584.000$00, descriminados como segue:

Espécies	Efectivos em lactação	Produção anual aproximada	Total em escudos
Bovina leiteira	800	1 600.000	2.560.000$00
Ovina	8.200	1.456.000	2.912.000$00
Caprina	23.000	12.592.500	15.112.000$00
Total			20.584.000$00

E o valor das crias seria de 9.425.000$00, partindo de cálculo apresentado no quadro seguinte:

Espécies	N.º de crias	Valor aos 6 mêses	Total em escudos
Cavalar	600	700$00	420.000$00
Muar	2.200	900$00	1.080.000$00
Asinina	9.000	150$00	1.350.000$00
Bovina	4.000	800$00	3.200.000$00
Ovina	31.000	60$00	1.890.000$00
Caprina	12.500	30$00	375.000$00
Suína	18.500	60$00	1.110.000$00
Total			9.425.000$00

Além de tôdas estas importâncias, muitas outras teríamos que juntar mas não o fazemos não só porque não possuímos dados que nos mereçam confiança, mas também porque isso nos levaria muito longe e já vai longa a nossa exposição.

Porque, julgamos, já demos uma ligeira idéia do que interessa saber-se em matéria de valor da pecuária da nossa província, vamos terminar, não sem que nos fique muito e muito mais para dizer, mas temos que nos limitar nas nossas considerações, para que não caia em desmerecimento o fim que tivemos em vista.

Faro, 15 de Novembro de 1941.

EDUARDO GOMES CALADO

AS ESTRADAS ARCAICAS DO ALGARVE

Quando se fala de estradas organizadas com um plano de rêde sistemática de comunicações, e nos queremos referir às mais antigas vias de ligação comum, lembramo-nos logo das romanas.

É lícito porém preguntar: e antes destas? Não podemos certamente referi-las a um conjunto homogéneo. Mas também não podemos desembaraçar-nos do pensamento de que hão-de ter existido caminhos de comunicação entre as povoações pré-romanas, nem tenha havido formas primitivas de suprir as deficiências consoante as necessidades, por um lado, e os recursos, pelo outro.

Ao observar que a conquista romana, como tôdas as conquistas, ia ocupando ou destruindo as povoações do território, formando outras, que, para facilidade de ambas as partes, teriam de ser nas proximidades acessíveis e praticáveis, o que na maior parte dos casos se prova arqueològicamente para os povoados romanizados ou de criação romana, concluir-se-á que tais povoações seriam servidas de caminhos, que as pusessem em ligação.

As estradas romanas, que formaram a rêde definitiva dos roteiros, são da época imperial, e sobretudo vias militares, por conseqüência dentro das condições fundamentais do transporte militar de socorros, através de territórios, nem todos capazes de confiança. É justa a designação de estradas militares a tôdas essas vias de circulação nas províncias do Império. Ràpidamente permitiam o movimento das legiões de socorro ou de vigilância móvel, como se prestavam, por coincidência de serviços públicos, a outras necessárias transmissões oficiais, a saber as de ligação postal.

Os roteiros, o *Itinerário* de Antonino, a *Tábua de Peutinger*, derivaram da carta geral do Império, do tempo de Agripa, exposta no pórtico de Pola por ordem talvez de Caracala, com os percursos das rotas principais e suas legendas. Passaram pelas povoações de maior importância geral e local, mas entre elas ficavam muitos outros povoados de valor secundário para os interêsses políticos e militares do Império. Entre as estações dos itinerários, como o de Antonino, havia as que estão identificadas ou pelos menos provisòriamente identificadas, quer as grandes, com maiores vestígios e sinais de prova, quer as pequenas, de menores comprovações, e até, quantas vezes, como hoje e sempre, simples lugares de concentração económica ou acampamentos na origem, mantidos depois em aldeamentos de rurais e de colonos.

Êrro seria concluir que nem havia outros povoados, nem outras estradas. As vias gerais, as que envolviam tôda a terra romana, eram as comunicações de primeira importância político-estratégica. Delas saíam ramificações, e a elas iam servir caminhos vicinais de somenos para a totalidade, mas de importância para as regiões que serviam.

Olhemos, por exemplo, para a carta de Estácio da Veiga, «*com a designação das épocas anteriores à instituição da monarchia portugueza, em que varios povos deixaram comprovados vestigios da sua existencia*» (1878) (1). Refiro-me à *Carta Archeologica do Algarve*. Mostra vestígios pré-romanos, pré-históricos ou não, desde Castro-Marim, e costa abaixo, desde Manta-Rôta e Cacela, ao Nascente, a Portimão e Lagos; e para o interior ao longo de ribeiros, que vão ter ao Guadiana, ou directamente ao mar. Na maior parte dos casos, sobrepõem-se-lhes vestígios romanos, que vão até muito mais além para o interior, a Monchique, Messines, Ameixial, Martim-Longo, Cortes-Pereiras e Alcoutim, já na margem do Guadiana. Preguntemos: como se ligavam entre si e às estradas imperiais? O caminho de simples pista, a vereda (*trames* ou *callis*), o atalho (*compendiaria*), a que o uso dava consistência, e mais tarde os escravos dos senhores das «vilas» romanas maior compostura, estabeleciam com as vias de primeira importância a rêde geral com as ramificações possíveis e necessárias à vida de relação dos povos e dos senhores das terras, espalhadas no Império.

As estradas, que conhecemos, são as do Itinerário de Antonino: *Vetera Romanorum Itineraria sive Antonini Augusti Itinerarium* (2). No entanto, não quere isto dizer que estejam verificadas e identificadas, a não ser em pequenas extensões, tanto

em Espanha como em Portugal. Estudos interessantes têem sido feitos. Há uma bibliografia notável de trabalhos e tentativas de identificação. Não prevalecerá sempre talvez, no estudo mais profundo, por elementos modernos de interpretação e marcação dos textos, com os conhecimentos mais perfeitos dos restos romanos, ora dispersos ora acumulados, a identificação clássica.

A propósito do Algarve, o caso, que me prende agora, Estácio da Veiga procurou verificar o percurso da estrada, que entra por *Baesuris* (Castro-Marim) e vai até *Ossonoba*, na região de Faro: POVOS BALSENSES — *Sua Situação Geographico-Physica indicada por Dois Monumentos Romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares distante seis kilometros da Cidade de Tavira* (1866). É plausível a demonstração dos vestígios romanos, e por isso a probabilidade de por aí passar a estrada. Levou-o à pesquisa a falta de correspondência da distância directa de *Balsa*, na região de Tavira, a *Baesuris*, com a indicada no *Itinerário*. A estrada ligaria de preferência os lugares mais importantes, e tanto os achados arqueológicos como a atenção do percurso, pelo mapa, mostrarão a quási certeza de sua passagem ao longo da costa.

A cidade mais notável no Algarve foi *Ossonoba*, pouco interessando agora saber, decisivamente, se ficava em Estói, Milreu, ou mesmo em Faro, porque tôdas estas localizações têem sido defendidas. Anda empenhado em, por meio da epigrafia recentemente alcançada em Faro, provar que o centro de Ossonoba foi aqui, o Dr. Lyster Franco, enquanto Estácio da Veiga tomava Milreu por centro de gravidace urbana.

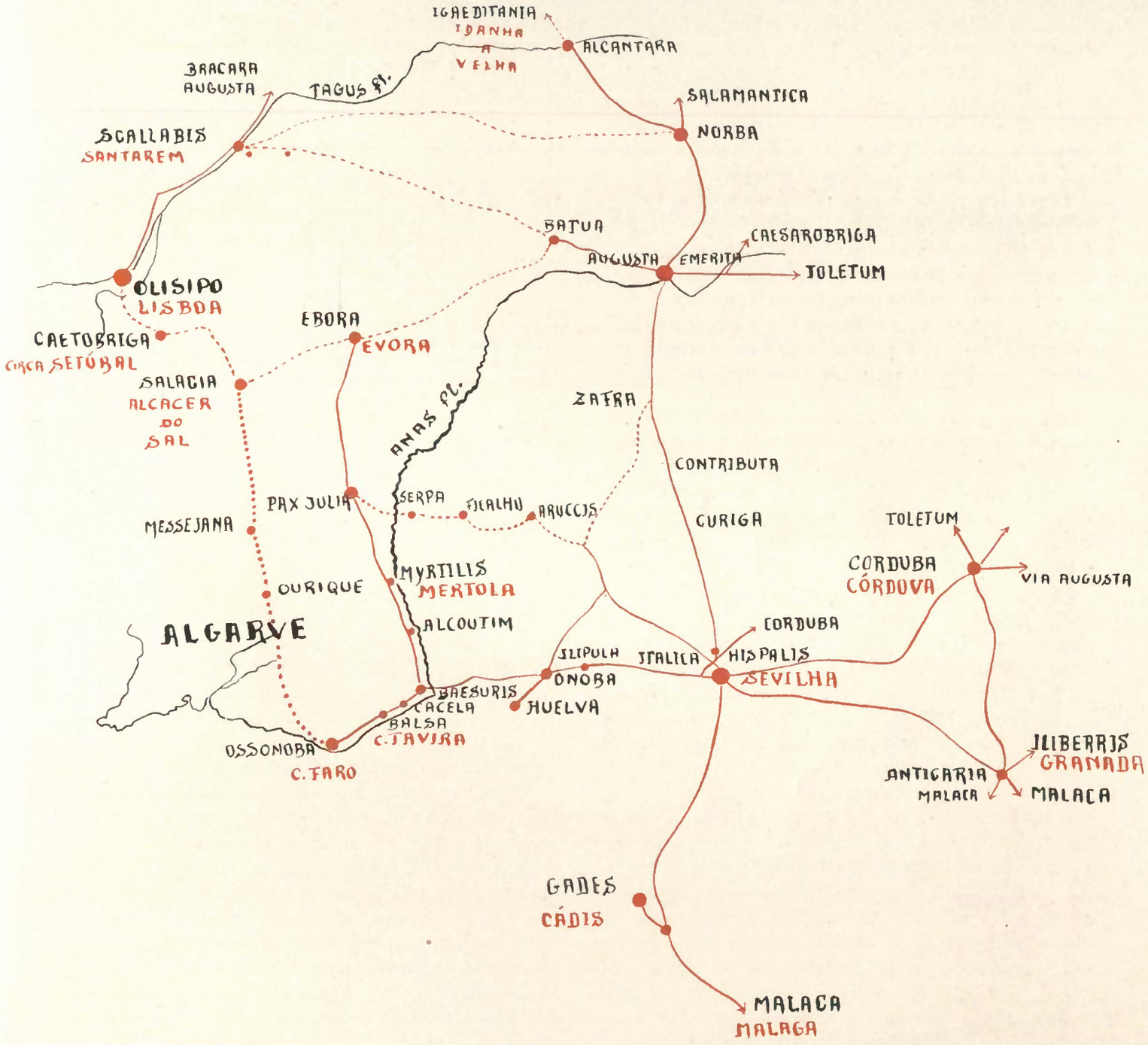
Fala dela Pompónio Mela, e coloca-a no Cabo de Santa Maria. Menciona-a Estrabão como cidade marítima, bem como a *Balsa*. Ora, se virmos o mapa do *Corpus Inscriptionum Latinarum* ([3]), de Hübner (vol. II, *Supplementum*), e ainda melhor o mapa geral da *Hispania* (vol. I), notaremos a marcha de uma estrada, que entra na Península pelo colo de Perthus, e vai até Tarragona, sensìvelmente ao longo da costa. Partia da estrada da Narbonense, — a *Via Domitia*, e seguia até Valência e Cartagena (Carthago-Nova). Saía própriamente da *Via Augusta*, a cortar diagonalmente o território. Ligava os portos mediterrânicos da *Hispania*. Alongava sensìvelmente a costa, paralela a ela, e afastava-se, para seguir quanto possível a linha recta, cortando pela base as penínsulas. De *Carthago Nova* entrava a formar a corda irregular da saliência SE. e dirigia-se por *Accis* (Guadix), *Lorca*, *Illiberris* (Granada) a *Anticaria* (Antequera), e descia daí a *Malaca* (Málaga), donde costeava de novo o mar até *Suel* (Fuengirola), *Carteia*, *Gades* (Cádis). Penetrava outra vez nas terras, para subir a *Hispalis* (Sevilha) por *Nabrissa* (Lebrija).

Se o percurso era longo, não era muito diferente o caminho por mar à vista do litoral. Os barcos podiam costear a península até atingirem *Ossonoba*. Os viajantes da *reda* ou da *carruca*, em que se podia dormir (*carruca dormitorium*), ou saissem dos portos notáveis, como *Carthago Nova*, *Gades*, *Malaca*, e de *Hispalis* se dirigissem pela estrada, que vinha de lá para o Guadiana (*Anas flumen*) e passava em *Illipula* (Niebla) e *Onoba* (Trigueroso), a *Baesuris*, *Balsa* e *Ossonoba*, ou viessem do interior da Península, por estrada que penetrava de *Tarraco* (Tarragona), passava a *Ilerda* (Lérida), ia a *Caesaraugusta* (Saragoça), descia a *Toletum* (Toledo) e vinha a *Emerita* (Mérida), atingiam o mesmo ponto: *Ossonoba*. Igual caminho conseguiam seguir as cargas da *plaustra* ou *plostra*, do *sarracum*, do *carrus*, a duas ou quatro rodas, atrelados a bois, burros ou mulas.

De Mérida podia descer-se a *Ossonoba* de duas formas: pela estrada, que ia a *Segeda* (Zafra), *Contributa* (Fuente de Cantos), *Curiga* (Monasterio), *Ilipa* (Alcalá del Rio), *Italica*, *Hispalis* (Sevilha), e desta cidade a *Baesuris*; ou pela estrada, que se internava no nosso Alto-Alentejo: Elvas, Vila-Boim, Vila-Viçosa, Bencatel ou Alandroal, a *Ebora*. De Évora, havia dois caminhos: um mais comprido, porque a volta por *Salacia*, na estrada transversal para *Olisipo* (Lisboa) — e *Salacia* era em Alcácer-do-Sal, — torneava muito o percurso; outro, mais directo, mas *per compendium*, a atalhar aquêle, por Beja (*Pax Julia*) a *Myrtilis* (Mértola), e desta cidade, à beira do Guadiana, pelo rio abaixo, até *Baesuris* (Castro-Marim).

Entre os muitos problemas da identificação das cidades está o de *Baesuris*, — *Aesuris* ou *Aesuri*, dos roteiros, — que o Dr. José Leite de Vasconcelos fixou, ([4]) pela versão do Ravenate e pelo aparecimento de uma moeda com a forma toponímica de *Baesuri*. A discussão é antiga, e tem identificado a cidade do itinerário com Castro-Marim, Ayamonte e Jerez de los Caballeros, pelo menos tudo parecendo, porém, militar a favor de Castro-Marim, principalmente pela lógica viária dêste percurso, apenas compreensível com Castro-Marim, isto é, *Baesuris*, na margem direita do rio. Daqui continuava a descida do rio, para costear depois até Balsa e Ossonoba.

De *Ossonoba* partia a estrada para *Ebora*, por *Myrtilis*. De *Ossonoba* partia outra estrada, que se dirigia a *Salacia*, atravessando diagonalmente o Baixo-Alentejo por pontos ainda indeterminados, embora alguns de provável tangência na direcção de *Salacia*, a procurar aproximar-se do Oceano, como acontece à estrada litoral por *Tarraco*, *Carthago Nova*, *Gades*; e ia acabar num pôrto fluvial do Tejo, em *Equabona* (Coina-de-Cima), defronte de


IGAEDITANIA
IDANHA
A
VELHA
ALCANTARA
BRACARA
AUGUSTA
TAGUS FL.
SALAMANTICA
NORBA
SCALLABIS
SANTAREM
BATUA
CAESAROBRIGA
AUGUSTA
EMERITA
TOLETUM
OLISIPO
LISBOA
EBORA
EVORA
CAETOBRIGA
CIRCA SETÚBAL
SALACIA
ALCACER
DO
SAL
ANAS FL.
ZATRA
CONTRIBUTA
PAX JULIA
SERPA
FILALHU
ARUCCIS
CURIGA
MESSEJANA
TOLETUM
CORDUBA
CÓRDOVA
VIA AUGUSTA
MYRTILIS
MERTOLA
OURIQUE
ALGARVE
ALCOUTIM
CORDUBA
ILIPULA
ITALICA
HISPALIS
ONOBA
SEVILHA
BAESURIS
CACELA
BALSA
C. TAVIRA
HUELVA
OSSONOBA
C. FARO
ILIBERRIS
GRANADA
ANTIGARIA
MALACA
MALACA
GADES
CÁDIS
MALACA
MALAGA

Lisboa. A extensa via começava em um pôrto fluvial, sôbre o Guadiana, e terminava em outro, sôbre o Tejo, descrevendo o arco de curva, que passava por *Ossonoba* e se internava depois.

Ainda, o mapa de G. Reimer, no *Suplementum* do *Corpus* (II), apresenta o traçado de estrada, que partiria de *Salacia* e, por Beja, sem dar portanto a volta por Évora, se dirigia a Serpa, Ficalho, *Aruccis* (Aroche), em Espanha, e chegava a Sevilha, depois de passar pelas Minas de Rio-Tinto. Cortava caminho, de *Salacia* (Alcácer-do-Sal) a Beja, e aqui entroncava na estrada, que descia de Évora a Mértola (*Myrtilis*), *Baesuris*, *Balsa*, *Ossonoba*.

Erros visíveis de notação de milhas, já notados por Wesserling, a propósito do percurso de *Salácia* a *Ossonoba*, estações de nomes trocados ou correspondentes a povoações do mesmo nome em posições diferentes, indeterminação de caminhos, que nos levam a atribuir ou deixar de atribuir nomes de estações, lugares e povoados de hoje, complicam o estudo das estradas romanas. Condições particulares do Sul prejudicam mais o estudo que no Norte, de materiais mais resistentes e de acidentação protectora das obras, pelo menor movimento das terras.

Só uma campanha científica, destinada a êsse fim, pode assentar em resultados seguros a leitura correcta do *Itinerário*. Um elemento de importância, por ventura capital, desapareceu com a perda da representação pictural do extremo Ocidente do Império, e na fôlha da *Tábua de Peutinger* que lhe correspondia.

LUÍS CHAVES

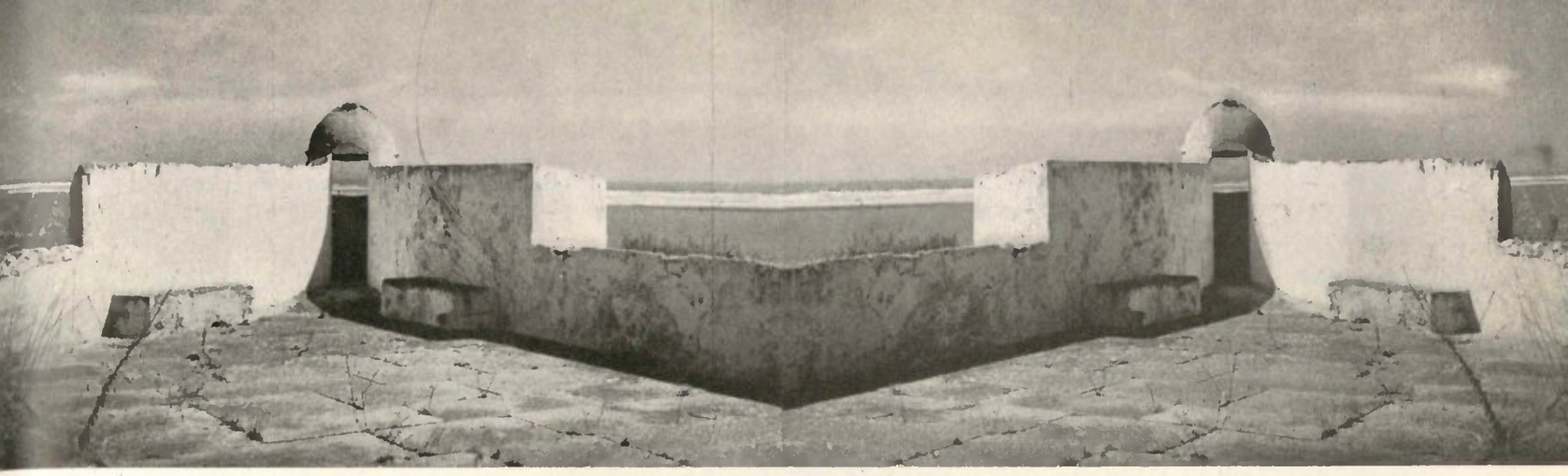
---

(1) *Collecção de Plantas e Desenhos dos Campos Explorados para o Reconhecimento das Antigüidades Monumentaes do Districto de Faro E para a comprovação Parcial da Carta Archeologica do Algarve Organisada em Virtude de Ordem do Governo por S. P. M. Estácio da Veiga*, 1877-1878. Contém os mapas originais, coloridos, e pertence ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos.

(2) *Corpus II: Viarum Romanarum tractus Super exploratos situsque locorum complurium in tabulis publici iuris factis desideratorum indicavit Franciscus Coello; por Georgium Reimerum (G. Reimer).*

(3) E mais: *Itinerarium Hierosilytanum et Hieroclis Grammatici Synecdemus*, ed. de Petro Wesselingio, Amsterdani, MDCCXXXV.

(4) Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. I, pág. 14 n. 3.



Castelos do Algarve

Guardemos carinhosamente êstes monumentos que são das mais gloriosas lembranças do nosso grandioso passado, não para adormecer à sombra das suas muralhas embriagados pela grandeza heróica dêsse passado distante, mas sim, para recobrarmos novas energias para os mais altos empreendimentos patrióticos que tenham por finalidade o engrandecimento da terra portuguesa... "Em defesa dos Castelos Portugueses" — por Jorge Larcher.

Numerosas fortificações militares, algumas delas desaparecidas ou das quais só restam apagados vestígios da sua existência, encontram-se disseminadas por esta opulenta província de tão interessantes características e de excepcionais belezas naturais, como que para evocar as nobilíssimas tradições históricas destas terras maravilhosas poetizadas pelas mais formosas lendas.

Todos êsses padrões militares, relíquias dum passado distante, recordações de feitos gloriosos, são significativos monumentos e esclarecedoras e preciosas iluminuras da grandiosa e admirável História de Portugal.

Não cabe, dentro dos acanhados limites dêste artigo, fazer mais larga referência a todos êsses veneráveis padrões militares, que temos o dever de defender da acção nefasta do tempo e da maldade dos homens; mas bem haja a deliberação da Junta desta Província, tomando a feliz iniciativa de tão louváveis intuitos patrióticos de dar em breve à publicidade, um mais desenvolvido estudo sôbre os Castelos do Algarve, para que todos possamos saber o papel que representaram no alargamento do território português, na reconquista cristã e na defesa da nossa terra, estas sentinelas vigilantes do solo sagrado da Pátria.

A quási tôdas essas fortalezas, que encontrareis hoje na sua maioria impiedosamente desmoronadas, estão ligadas interessantes lendas cheias de fantasia e de sonho, e factos históricos que orgulham e enaltecem a nossa raça, razões mais que suficientes, se outras não houvessem, para os conservar e manter como fontes de valiosos subsídios para o estudo da arqueologia, da arquitectura e da fortificação dessas remotas épocas.

Os castelos do Algarve trazem-nos à memória as incessantes lutas travadas desde o reinado do rei Povoador, para subjugar e expulsar os mouros desta província, que constituía o prolongamento natural do território português, que era indispensável ocupar para ali nos firmarmos afastando das nossas fronteiras tão irrequieta e prejudicial vizinhança.

Se bem que, uma das principais preocupações de D. Sancho I, fôsse o consolidar as muitas terras que lhe foram deixadas por seu pai; a conquista da província de Al-faghar ou Chenchir, que os mouros ainda ocupavam, foi uma das suas aspirações que procurou realizar, decorridos apenas 4 anos da sua subida ao trono de Portugal.

Aproveitando hàbilmente uma das armadas de cruzados, que partiam do mar do norte e pelas costas de Espanha e de Portugal faziam passagem, em demanda da Palestina, D. Sancho I partiu do Tejo em 1189, com os cruzados, em direcção ao sul, e depois de dobrarem o cabo de S. Vicente entraram na baía de Lagos, ao oriente da qual se erguia um dos mais fortes castelos Alvôr (Albur), do qual heròicamente se apossaram fazendo grande mortandade nos seus habitantes.

Destruída e assolada a povoação, com grandes perdas para os muçulmanos, os cruzados e a frota «D. Sancho I», abandonaram Albur, dirigindo-se os estrangeiros a caminho do Oriente, contentes

com os ricos despojos desta conquista, enquanto que os portugueses que os haviam acompanhado até ao estreito retrocederam, ao longo da costa, com alguns sarracenos captivos.

Foi pois Alvôr (Albur) o primeiro castelo do Algarve, que sofreu o assédio dos portugueses, feito êste, que parece ter constituído uma operação preparatória, para a luta que em breve se ia travar para a conquista da opulenta Chelb (Silves).

E o resultado desta feliz tentativa, segundo Herculano, redobrava a confiança de Sancho I para a sua nova emprêsa, pois neste mesmo ano de 1189, com os homens que voltaram da jornada de Alvôr e com o auxílio de nova armada de cruzados partiu para a conquista da maravilhosa e opulenta Silves, cujo fortíssimo castelo não pôde resistir aos violentos ataques dos portugueses e cruzados, sendo forçado a render-se.

A queda da capital do Al-faghar, foi motivo de espanto e de terror entre as hostes sarracenas contribuindo tão gloriosa vitória para que os infiéis abandonassem os vários castelos que ainda estavam na sua posse, mas logo em 1191, os sarracenos retomaram Silves, que tão heròicamente havia sido conquistada dois anos antes.

Mais tarde D. Sancho II conseguiu submeter ao jugo cristão Tavira e Cacela, mas o domínio português no Algarve só se alcança definitivamente no reinado de D. Afonso III com a acção rápida e fulgurante das fôrças portuguesas, iniciada em Março de 1249, e com êste heróico esfôrço da raça, expulsando os infiéis estava terminada a nossa coadjuvação na grande obra da Reconquista Cristã neste recanto da Península.

Mas não só os Castelos medievais tiveram importante papel na história do Algarve, as outras numerosas fortalezas que guarnecem e defendem a orla marítima desta província também muitas delas nos recordam alguns episódios e notáveis acções que a seu tempo serão relembrados.

Conservemos e guardemos todo êste rico espólio, herança dum passado glorioso, de tão evocativas recordações históricas, pois a todos os portugueses compete colaborar na obra verdadeiramente patriótica de protecção aos nossos monumentos.

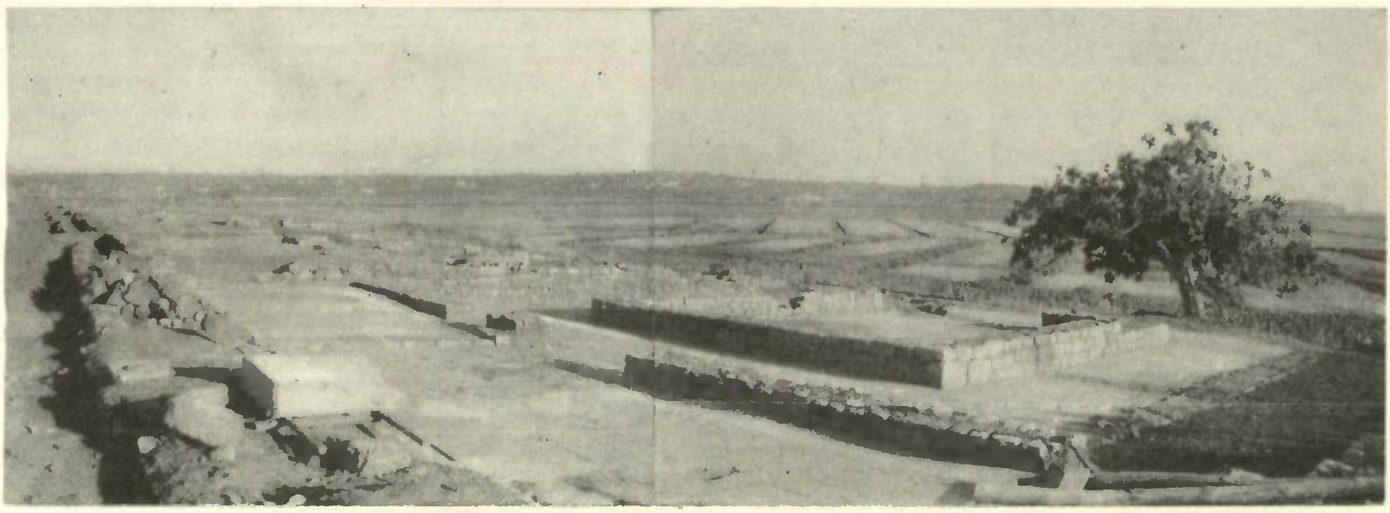
O *Diário do Govêrno* n.º 25, II série, de 30 de Janeiro findo, insere uma notável portaria que muito nos deve regozijar, pois dela faz parte integrante o plano das obras em Monumentos Nacionais, a realizar em 1941, e para as quais foi consignada a importante verba de 5.700.000$00 cabendo aos castelos a elevada verba de 2.000.000$00, não sendo esquecidos, neste plano, três castelos do Algarve: Silves, Tavira e Aljezur.

Êste documento é evidentemente, uma clara demonstração do alto interêsse das estações oficiais pelo valioso património histórico e artístico da Nação, que bem merece o aplauso de todos os portugueses patriotas.

Por nossa parte felizes, nos sentimos com a propaganda que temos feito pela palavra, rádio, imprensa e pelos livros em prol dos Castelos de Portugal.

Modesta e sem brilho, é certo, mas activa persistente e patriótica ela contribuíu, estamos certos, para despertar o patriotismo adormecido de muitos portugueses, para insuflar alento aos menos animosos, e para lembrar a todos os portugueses como criminosa era a sua indiferença, ante o abandono dêsses gloriosos padrões militares de tão evocativas recordações históricas.

JORGE LARCHER



Abicada

Interessante Estação Arqueológica da Epoca Romana

Não sabe ainda a Arqueologia, de positivo, o que encerra o local conhecido pelo nome de *Abicada*. Isto porque as escavações por mim iniciadas em Agôsto de 1938, foram suspensas. Vamos, porém, fazer uma resumida descrição do que até agora conseguimos pôr à vista, para que, pelo menos no Algarve, se não ignore que ali existiram curiosos vestígios da civilização romana, que já foram com justiça classificados Monumento Nacional.

A *Abicada* é uma propriedade particular situada na confluência de duas ribeiras que descem da serra de Monchique a desaguar na Ria de Alvôr: a ribeira do Farelo e a da Senhora do Verde. Dista de Portimão 7,5 quilómetros, e de Lagos 10 quilómetros e 800 metros.

Para mais facilitar aos que desejem contemplar o local, diremos que um pouco antes do Povo da Figueira (para quem vai de Lagos para Portimão) precisamente no sítio onde na estrada nacional se encontra o pequeno marco indicando que se passaram 800 metros após o quilómetro 10, aí mesmo ao lado direito, tem início uma estrada particular; seguindo-a até ao fim, vai dar-se ao Monte grande da propriedade da Abicada, em frente do qual, um pouco a Sul, se encontram as ruínas.

A planta das construções, que juntamos para melhor se compreender a nossa descrição, mostra ter sido um grande palácio, formado por três corpos distintos, mas conexos. Ao norte em linha recta corre uma parede comum com 54 metros, que de grossura deveria ter uns 70 centímetros; não há nesta parede vestígio algum de porta e em tôda a sua extensão no exterior vê-se um aqueduto que despejava para dentro da construção por dois tubos de chumbo. A largura do edifício não a podemos precisar, visto a parte sul estar completamente destruída, variando a altura dos muros até um metro, nos sítios onde foram menos inutilizados pelos sucessivos amanhos da propriedade; a máxima largura que podemos verificar mede cêrca de 28 metros.

Pela sua extensão julgo tratar-se de uma «*Villa*», casa de campo, de patrício rico, isto é, uma residência aristocrática, pois não creio que qualquer plebeu tivesse podido dar-se ao luxo de possuir uma casa tão grande e com tantos mosáicos.

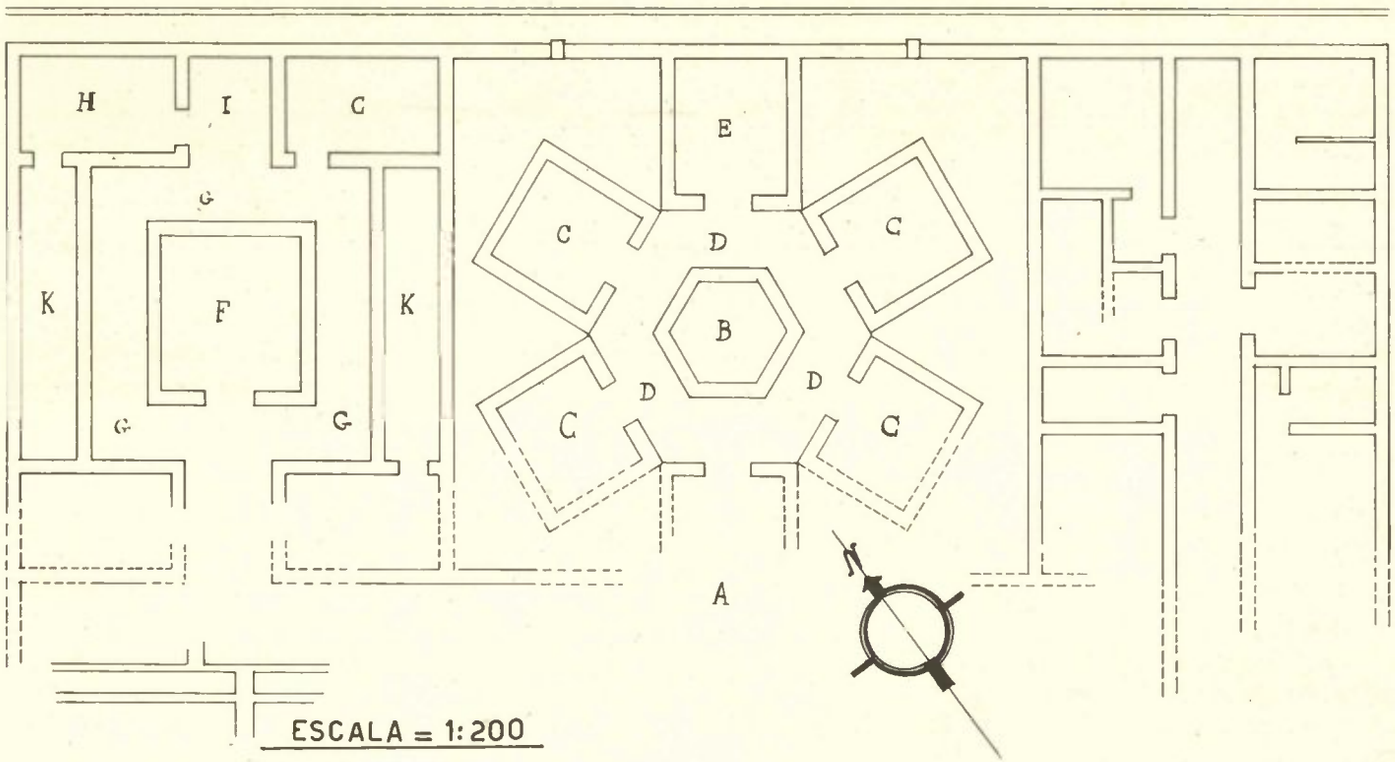
Temos que pedir um pouco de auxílio à nossa imaginação para não fazer simplesmente uma descrição sêca da planta; acompanhe-mo-la com a presunção do destino ou utilização de cada um dos compartimentos, segundo o que nos sugerem as divisões encontradas.

Como suponho que a entrada «*Prothyrum*» (*A*) era pelo corpo central e do lado sul, comecemos por aí a visita ao edifício.

Se esta parte não estivesse totalmente destruída poderiam certamente encontrar-se vestígios do célebre e conhecido dístico das casas ricas romanas: «Cave canem» (cuidado com o cão), cujo desenho em mosaico acompanhava o gracioso aviso.

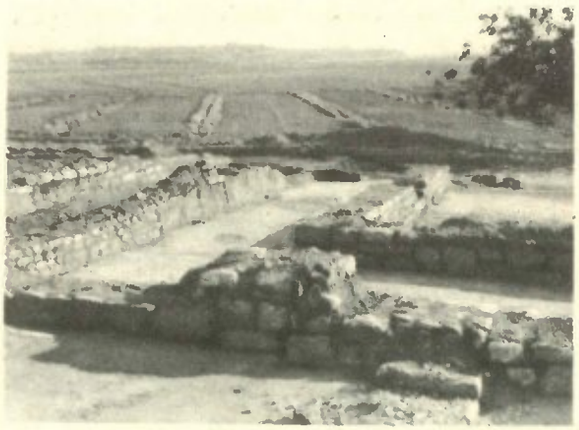
Este corpo, que possìvelmente seria o androceu (a parte de habitação destinada aos homens) é formado por seis compartimentos em disposição exagonal, tendo ao centro um tanque «*impluvium*» (*B*)

ABICADA — PLANTA DAS RUINAS ROMANAS



também exagonal, separado dos «*cubicula*» (*C*) (quartos) por um «*atrium*» (*D*) ou corredor com 2,10 metros de largura; o tanque mede 2,20 por lado e em cada ângulo teria uma coluna, feita de tejolos triangulares, como verifiquei pelos vestígios encontrados. Dos seis compartimentos o de norte seria provàvelmente o «*triclinium*» (*E*), pois era o maior. Todos êles têem porta para o átrio, sem vestígio de qualquer outra saída. Os restantes seriam os «*cubicula*», algum dêles possìvelmente o «*tablinum*». Tôdas estas divisões, incluindo o tanque e o átrio, tinham o pavimento coberto por mosáicos policromos, mas só dois estão intactos; dos restantes há vestígios, apenas.

A poente desta construção central há uma outra em forma rectangular: ao



centro o «*peristylum*» (*F*), pátio cercado de colunas, em volta do qual um «*ambulacrum*» (*G*) ou corredor que o envolve dos quatro lados, comunicando tanto para o norte como para o sul por amplas aberturas, com os outros compartimentos; e todos seriam afinal os aposentos das mulheres o «*gynaeceum*» (*H*) com o «*oecus*» (*I*) ou sala de recepção, junto dos quartos particulares da «matrona». A nascente e poente do corredor as «*alae*» (K) onde está o larário, com os deuses protectores da família e da casa, e conjuntamente relíquias e recordações de antepassados.

Nalguns dêstes quartos não faltavam os «frescos» nas paredes, dos quais vagas amostras estão guardadas no Museu de Lagos. Pena é que

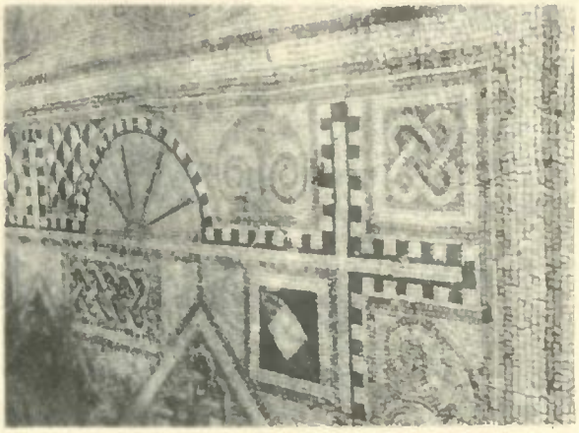
sejam fragmentos tão pequenos que não possa chegar-se a perceber qual o desenho que continham; das suas côres bastante desmaiadas ainda se conhecem o vermelho, o amarelo e côr de tejolo.

As suas decorações feitas a capricho, como era costume entre os romanos, deveriam formar um conjunto primoroso, de paredes ricamente pintadas.

Todos estes compartimentos são também revestidos de lindos mosaicos, sendo o do pátio central o mais bonito e variado.

A diversidade do seu desenho e çolorido, tornam quási impossível a sua descrição; forma como que um tapête que por completo cobre o chão, numa área de cêrca de trinta metros quadrados, tem em volta uma cercadura de entrelaçados e diversas figuras geométricas, cordões, flores estilizadas, etc.; no centro estrêlas estilizadas e cordões entrelaçados, emoldurados por rectângulos multiculores. Os outros mosáicos não são menos interessantes: predominam as figuras geométricas com rendilhado mais ou menos fino. Há porém um a que devo fazer referência especial; não porque o seu conjunto seja mais interessante, mas porque nêle se acha repetido, três ou quatro vezes, um símbolo que se diz de origem oriental e representante do coração de Budha, mas que já se encontra em monumentos proto e pre-históricos e em muitos ornatos da época romana: a cruz suástica. Aqui não é a suástica pròpriamente dita, mas sim a sua forma de hastes voltadas para a esquerda a que se dá o nome de «*sauvastica*». São também assim as do mosaico de Bôca do Rio, encontrado por Estácio da Veiga e que hoje está no Museu Regional de Lagos. Neste mesmo pavimento se podiam ver alguns ornatos com fragmentos vítreos azues, vermelhos e verdes, que uns visitantes se entretiveram a arrancar... para recordação! Foi curioso o comentário do guarda quando m'o contou: «... e eram senhores de gravata»!

Finalmente o corpo do edifício a nascente seria a parte destinada aos escravos, celeiros, cozinha e mais dependências, com dez ou doze divisões bem definidas.



Só em uma delas encontrei vestígios de mosáico e uma só também tinha o chão completo de tejolo.

Deveria portanto o edifício na sua totalidade ter mais de trinta compartimentos, o que representa certa opulência.

Pela policromia rica dêstes mosaicos lembra-nos que a construção seja do séc. III ou IV da nossa Era. Os poucos objectos encontrados nada nos dizem, mas as moedas legíveis são de várias épocas, desde o Séc. I A. C. representado por um grande bronze de *Antónia Augusta*, mulher de Drusus, falecido em 39 A. C., até ao Séc. IV de que há vários médios bronzes, sendo os Séc. II e III representados por moedas de prata de *Antoninus Pius* (138-161) e *Júlia Mamaea* (mãe de Alexandre Severo, falecida em 235).

Estes objectos, moedas, vestígios de estuque pintado, fragmentos de mosaico, que, por estarem isolados e em princípio de destruïção, foram extraídos, estão no Museu Regional de Lagos, onde pensamos também expôr uma pequena maquette da Estação da Abicada. Ainda a cêrca de vinte metros a sudoeste destapei as ruínas de uma adega, lagar ou simplesmente tanques de salga, com os seus tinos revestidos de «*opus signinum*», o tal cimento que Estácio da Veiga, muito justamente, julga pre-romano. Esta construção infelizmente foi há pouco destruída na sua totalidade pelos donos da propriedade da Abicada. Compunha-se de um edifício formado por vários tanques de dimensões variadas que parecia comunicarem com outros tanques maiores colocados a nascente e sul; pelo lado norte corria a tôda a extensão um aqueducto de alvenaria que se prolongava para poente até junto da nora recentemente aberta, mas com vestígios de seqüência. Tanto êste edifício como a casa eram construídos com essa fortíssima argamassa, como hoje se não faz, pois julgo que se perdeu a fórmula da sua composição.

Fiquei deveras surpreendido de não ter encontrado o «*tepidárium*», nem tão pouco a sala de banhos frios com a sua respectiva piscina; nem a sua falta é justificada pela admirável situação do prédio na confluência das duas ribeiras e muito

próximo do mar. Ficaria na parte arrazada? Enigma até agora indecifrado.

A ausência de vestígios de cerâmica fina, vidros e outros objectos miudos, muito vulgares nestas explorações é explicável pela utilização posterior desta casa, o que foi fácil verificar pelos restos de argamassa e construções completamente diferentes do «*opus incertum*» romano. Para essa utilização fizeram novas divisões e por certo extraíram prèviamente os entulhos romanos.

Na comunicação que fiz superiormente em 1938 do que tinha pôsto à vista na Abicada, disse eu que entre os objectos encontrados existia um bocado de chumbo cuja serventia não tinha conseguido decifrar, não tendo visto ainda descrição de outro semelhante em autor nacional ou estrangeiro. Por isso o apresento como possível novidade arqueológica, podendo, porém, afirmar já, com absoluta certeza, o fim a que tal objecto se destinava.

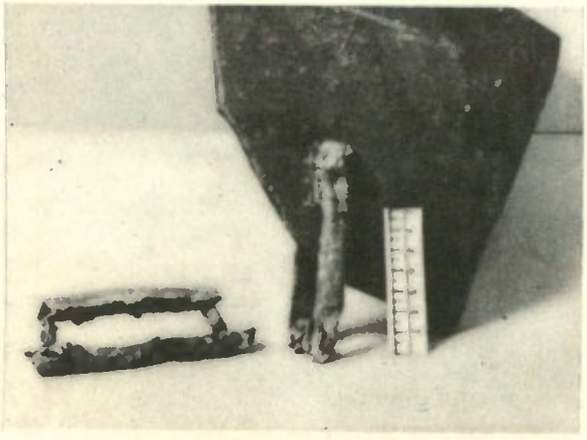
Trata-se de uma peça de chumbo formada de duas hastes compridas de secção semi-circular, unidas por dois curtos espigos cilíndricos; têem as faces internas planas, notando-se que as faces curvas exteriores teriam sido moldadas com uma fôrma, do que resultou ficarem lisas, ao passo que nas faces planas interiores se verifica certa aspereza, proveniente de o chumbo ter solidificado sôbre uma superfície mal pulida.

Mede de comprimento 12 centímetros; cada uma das hastes moldadas tem de largura na face plana 1 centímetro e de grossura meio; os espigos teem de diâmetro três milímetros e sete de comprimento, sendo êste o afastamento constante das duas peças moldadas, cujas faces são paralelas.

Logo de princípio deu-nos a impressão de que o chumbo teria sido aplicado como enfeite de qualquer objecto para ser visto de ambas as faces, objecto êste que não poderia ter sido de vidro ou madeira porque sendo indubitàvelmente aplicado o chumbo derretido, o vidro estalaria com tão alta temperatura e a madeira queimar-se-ia. Veiu-nos logo à idéia que seria aplicado a barro, mas longe de imaginarmos a sua utilidade, o que por muito tempo nos intrigou. Só quási no fim das excavações um novo achado nos elucidou por completo: era afinal *Um Gato* para ligar louça quebrada. Mas tão grande e tão diferente dos actuais que se não encontrassemos êste segundo exemplar ainda ligado a um pedaço de louça, talvez não fôsse possível afirmar o seu destino. As peças a engatar ligar-se-iam com inteiro ajustamento dos bordos quebrados; a igual distância de cada lado da quebradura far-se-ia um orifício que atravessava o barro e não como hoje que os orifícios se fazem apenas com a profundidade suficiente para prender a ponta recurvada do gato. Deitar-se-ia chumbo derretido nos orifícios, tendo de cada lado a fôrma onde seria comprimido o chumbo.

Deve ter sido êste o processo mais primitivo de concertar louça, mas é indubitável que assim era usado pelos romanos, pois são indubitàvelmente romanos os fragmentos de louça encontrados, não só por si, como por todo o ambiente em que foram achados e por todos os outros objectos que os acompanhavam.

Por enquanto nada mais é possível acrescentar a não ser que no *monte*, construção de recente data, no muro próximo da nora e nesta, muito fácil é encontrar as pedras que formavam outrora paredes daquele soberbo edifício, que gerações posteriores demoliram ou com o seu desleixo consentiram que o tempo destruísse, privando-nos de podermos fazer *in loco* um estudo perfeito do *modus vivendi* dos habitadores remotos daquelas vetustas ruínas.



Os chãos de mosáico acham-se por agora tapados de terra, sem o que seriam destruídos pelas chuvas, visto que não foram consolidados.

Ver-se-á tudo ainda destapado e de modo a resistir ao tempo, podendo ser admirado por nacionais e estrangeiros para glória do nosso Algarve? Não o creio; quando isso fôr resolvido não valerá a pena. Dentro de pouco, das ruínas romanas da Abicada restarão estas palavras e estas fotografias a recordar-lhes a existência.

Pelo menos, foi esta a impressão que colhi da última visita que lá fiz há mezes.

Lagos, Junho de 1941.

NOTAS SÔBRE AS *Amendoeiras*

I

Oriunda da Ásia, segundo alguns botânicos ou do norte da África, segundo outros, a amendoeira encontra-se dispersa por todo o País.

Introduzida em Portugal pelos romanos ou, o que parece mais exacto, pelos árabes, em breve a sua cultura se difundiu; mas porque o meio em certas zonas lhe foi adverso, apenas em duas regiões assume hoje importância económica considerável.

Uma destas regiões abrange, aproximadamente, a parte central da actual Província de Trás-os-Montes e Alto Douro; a outra, mais importante, ocupa tôda a faixa sul da Província do Algarve entre Vila Real de Santo António e a extrema leste do concelho de Vila do Bispo. Ao norte esta faixa tem por limites, em quási tôda a sua extensão, os terrenos xistosos do carbónico e apenas numa pequena parte os granitos de Monchique.

Esta é, sem dúvida, a região do nosso País onde a cultura da amendoeira atingiu um grau mais elevado e isto não só pelo quantitativo das produções como também pela superior qualidade dos frutos.

Segundo Pinheiro Chagas, já no século XVI a cultura da amendoeira assumia no Algarve notável importância, sendo então as amêndoas exportadas para a feitoria portuguesa da Antuérpia. No século XVII a exportação interessava já a Flandres e a Inglaterra.

De então para cá a cultura tomou, no Algarve, incremento considerável, constituindo hoje a produção agrícola mais importante da Província, depois da do trigo.

Não há elementos que nos permitam conhecer com absoluto rigor as produções anuais, mas estas podem calcular-se com alguma aproximação a partir das quantidades exportadas.

Para êsse cálculo, avalia-se em 23 % o rendimento médio da amêndoa em miôlo e atribui-se ao consumo da Província uma quantidade de cêrca de 100 mil quilogramas.

De harmonia com estes elementos, a produção média anual de amêndoa no Algarve foi, no qüinqüénio 1934-38, de 6.800.000 kgs. aos quais se pode atribuir um valor um pouco superior a 15.300 contos.

Êste número é inferior ao que vulgarmente se indica por valor da produção média anual. Deve, porém, aproximar-se muito da realidade visto que tôda a exportação, tanto para o mercado externo como para o mercado interno, se encontra hoje devidamente regulamentada, conhecendo-se, por conseqüência, com exactidão o seu quantitativo.

No mesmo qüinqüénio o Algarve produziu 116.970.313 kgs. de trigo o que corresponde a uma média anual de 23.394.062 kgs. Atribuindo ao quilograma de trigo o preço médio de 1$47,55 resulta para a produção dêste cereal um valor de cêrca de 34.500.000$00.

Deve, porém, frizar-se que há entre as duas culturas uma notável diferença entre os respectivos rendimentos líquidos. Assim, enquanto a primeira consome 50 a 60 % em despesas de cultura, a segunda não ultrapassa 20 %.

O terceiro lugar na escala das produções agrícolas algarvias é ocupado pelo figo.

No qüinqüénio referido, a produção média anual dêste fruto sêco foi de 7.940.000 kgs. a que corresponde um valor de 8.524 contos, ou seja um pouco mais de metade do valor da amêndoa.

São estas as três principais culturas da Província às quais se seguem, com valores aproximados entre si, as dos primores (ervilhas e favas, em verde, e tomate), da batata, da oliveira e da alfarrobeira.

Como a alfarroba constitui com a amêndoa e o figo o grupo dos frutos secos que são objecto da principal exportação agrícola da Província, apresentamos, a título de curiosidade, a quantidade e valor atingidos pela produção no mesmo qüinqüénio.

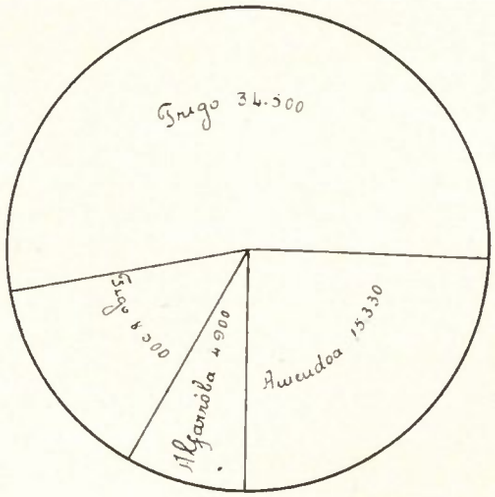
Assim, calculando em 5.000 toneladas a quantidade média de alfarroba consumida por ano no Algarve e sabendo-se que a exportação média anual foi, no período indicado, de 10.428.400 kgs., teremos para valor médio da produção de alfarroba a quantia de 4.900 contos.

Dos números apresentados resulta a considerável importância que a cultura da amendoeira tem na economia agrícola da Província, devendo agora acrescentar-se que, além do seu valor intrínseco, ela constitui dentro dos produtos do solo Provincial o mais valioso elemento de exportação.

Enquanto o trigo produzido é insuficiente para o consumo da população algarvia, a amêndoa satisfaz totalmente as suas necessidades, abastece metade do mercado metropolitano e das Ilhas Adjacentes e drena anualmente, do estrangeiro para a Província quási quinze mil contos.

Em verdade êste número é ainda considerà-

GRÁFICO COMPARATIVO DOS VALORES MÉDIOS DAS PRODUÇÕES DE TRIGO, AMÊNDOA, FIGO E ALFARROBA NO ALGARVE. MÉDIA ANUAL DO QÜINQÜÉNIO: 1934-1938 EM MILHARES DE ESCUDOS.



a grande maioria dos quais é constituída por algarvios.

*

Vejamos agora pormenorizadamente o destino da amêndoa e reportemo-nos ao período atrás indicado.

Dissemos já que ficam, anualmente, no Algarve cêrca de 100 mil quilogramas de amêndoa em casca, o que corresponde aproximadamente a 23 mil quilogramas de miôlo.

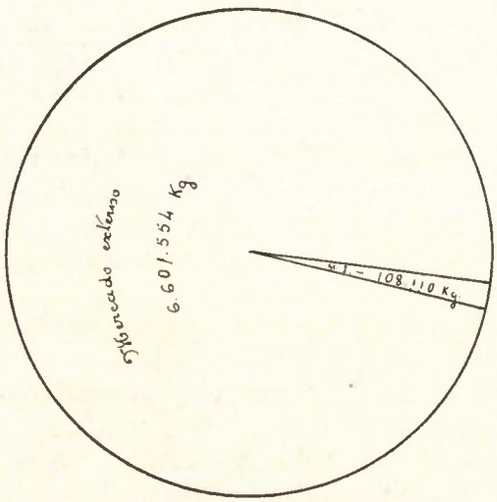
Pelo gráfico seguinte verifica-se que a exportação para o mercado externo é cêrca de 60 vezes superior à correspondente ao mercado interno.

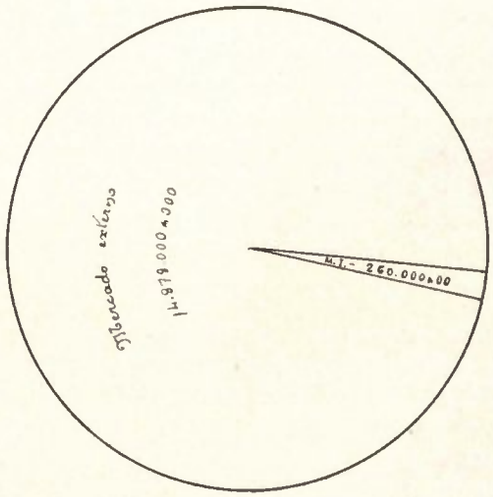
Os números que uitlizamos neste trabalho foram obtidos na Delegação da Junta Nacional das Frutas e nos relatórios do Grémio de Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas do Algarve.

A evolução da exportação no referido qüinqüénio de 1934-38 apresenta-se segundo os gráficos correspondentes aos mercados externos e interno.

O declínio notado nos anos de 1936 e de 1937 é a conseqüência das escassas colheitas obtidas nesses anos e não de qualquer dificuldade surgida na colocação do produto. No ano de 38,

VALORES ANUAIS MÉDIOS, EM KGS. E ESCUDOS, DAS EXPORTAÇÕES PARA OS MERCADOS EXTERNO E INTERNO. QÜINQÜÉNIO 1934-1938

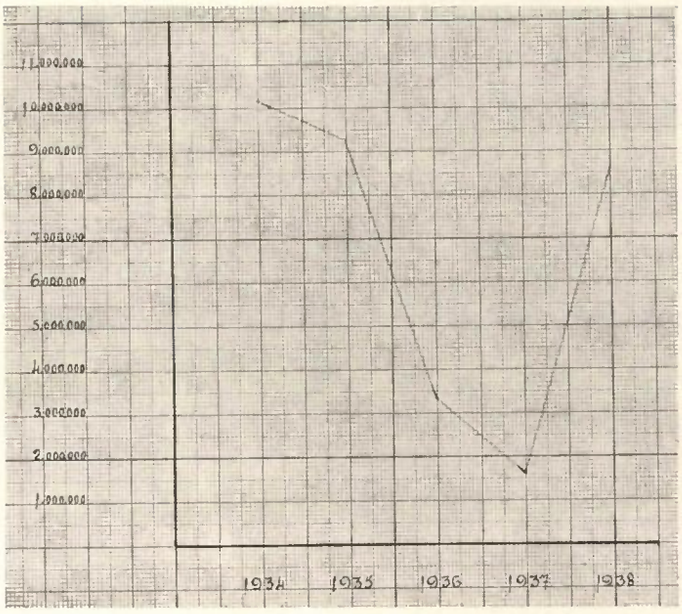




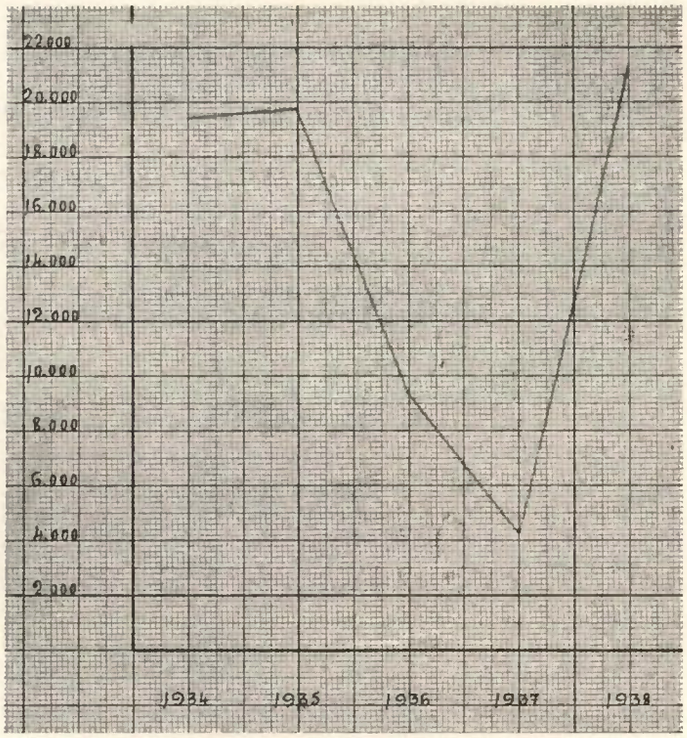
velmente superior pois que, tendo servido de base para o cálculo o preço do produtor, se não entrou em linha de conta com o lucro dos exportadores, de produção já regular, a exportação voltou a subir.

Cabe aqui frizar que nunca a amêndoa encon-

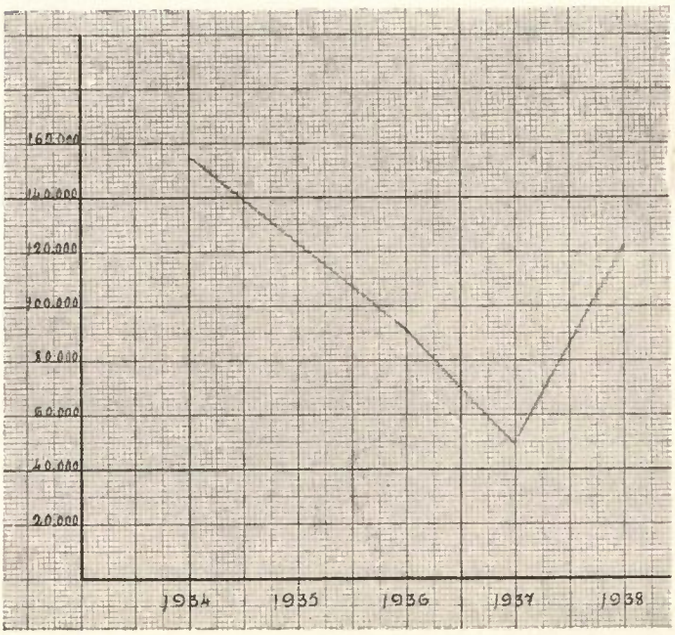
EXPORTAÇÃO PARA O MERCADO EXTERNO
(Em quilogramas)



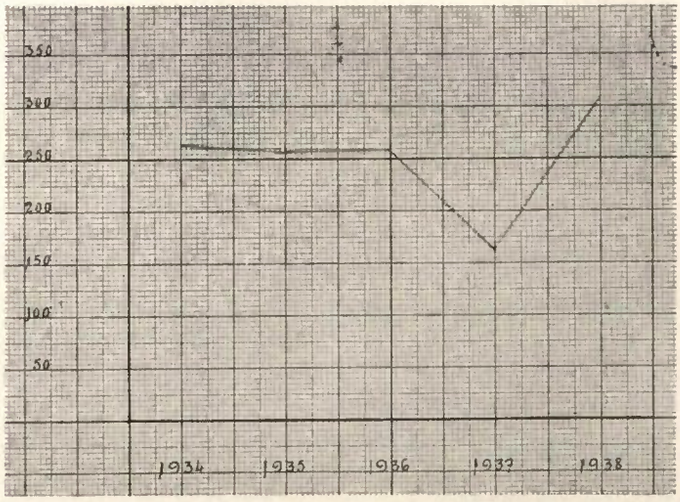
VALOR DE EXPORTAÇÃO PARA O MERCADO EXTERNO
(Em milhares de escudos)



EXPORTAÇÃO PARA O MERCADO INTERNO
(Em quilogramas)



VALOR DE EXPORTAÇÃO PARA O MERCADO INTERNO
(Em milhares de escudos)



trou dificuldades de colocação, mesmo nos anos de produção excepcional.

Os principais países interessados no comércio da amêndoa algarvia são a Inglaterra, a Bélgica, a Holanda e a França.

No entanto, a exportação para o Brasil, Alemanha e Polónia assume ainda importância considerável.

Os mais importantes mercados para a amêndoa em casca são a França, a Bélgica e o Brasil; a Inglaterra é o maior cliente de miolo, seguindo-se-lhe a Bélgica e a Holanda.

Qualquer dêstes mercados tem uma capacidade de consumo muito superior às quantidades importadas de Portugal. Os seus principais países fornecedores são a Itália e a Espanha.

QUANTIDADE DE AMÊNDOA EXPORTADA E SEU DESTINO

Média do qüinqüénio 1934/1938

Países	Casca corrente Kgs.	Miolo corrente Kgs.	Miolo escolhido Kgs.	Miolo extra Kgs.	Miolo amargo Kgs.
Inglaterra	34.817	907.317	33.760,5	300	2.240
Bélgica	98.154	239.784	3.680	—	1.756
Holanda	19.409	127.492	1.152	—	360
França	142.776	8.900	300	—	117
Alemanha	450	37.240	—	—	774,7
Polónia	1.150	18.400	5.205	196	—
Brasil	35.283	8.128	4.179	60	—
Moçambique	4.778	15	125	—	—
Angola	1.603	30	—	—	—
Finlândia	490	600	200	—	—
Dantzig	—	5.027	98	333	—
Espanha	735	—	—	—	—
Itália	1.519	500	—	—	—
Grécia	—	600	—	1.225	—
Colónias Inglesas	30	5	—	—	—
Marrocos	10	—	—	255	—
Noruega	471	1.100	100	—	—
Suécia	—	160	—	—	—
Outros países	765	3.080	465,1	—	90
Outras Colónias Portuguesas	60	—	—	—	—
Ilhas Adjacentes	106	523	708	—	—
Colónias Francesas	125	—	—	—	—

Um outro interêsse tem ainda para a Província esta árvore a todos os títulos admirável. Referimo-nos à beleza da sua floração, motivo que muito justamente atrai ao Algarve algumas centenas de visitantes.

Para darmos uma idéia da importância que êste aspecto apresenta, diremos que a C. P. organizou, no sexénio de 1934-39, 20 combóios especiais, que transportaram um total de 6.256 passageiros.

No mesmo período, a referida Companhia vendeu 1.473 bilhetes especiais para a visita às amendoeiras em flôr e organizou 23 excursões que interessaram 706 passageiros.

Deve, porém, notar-se que os serviços de camionagem transportaram, na mesma época, um número muito elevado de visitantes e que as estradas do Algarve foram então percorridas por algumas centenas de automóveis particulares estranhos à Província.

É inegável que a Natureza dotou o Algarve com atractivos excepcionais, invocados já por muitos escritores, mas nunca demasiadamente encarecidos. Desde a amenidade do seu clima à beleza sui-generis das suas praias, do encanto da sua arborização ao recorte caprichoso de grande parte da costa, tudo constitui motivo de deleite para o visitante.

Mas é a floração da amendoeira o motivo que atrai maior número de turistas e isto talvez porque a esta árvore andem ligadas, desde remotos tempos, as mais variadas lendas.

Ao invocar algumas delas socorremo-nos do *Esbôço monográfico da amendoeira — Notícia histórica* — da autoria dos engenheiros agrónomos Gonçalves de Sousa e prof. M. de Sousa da Câmara.

Contam êstes autores que Phyllis, pela prolongada permanência em Creta de seu noivo querido, Demophonte, apossou-se de estranhos zelos e arrojou consigo às águas, junto ao monte Pangeu, onde perdendo a vida logo se transformou em amendoeira, por comiseração dos deuses. A árvore só brotou fôlhas quando o príncipe voltou à Trácia para chorar a infelicidade da perda que sofrera. Êste amante inconsolável que regressa aos lares da sua querida Phyllis, metamorfoseada em amendoeira, a-fim-de lhe prantear a morte, simboliza a primavera.

A amendoeira foi também julgada como emblema do sacerdócio, em virtude de Moisés haver decidido entregar o ofício divino a Aarão e seus descendentes, por causa da vara da amendoeira que êste lhe confiara florescer e frutificar no espaço de 24 horas, ao contrário do sucedido com os ramos das outras tríbus de Israel.

A esta planta também foram atribuídas as mais diversas virtudes. Segundo nos descrevem os autores cidados, Jacob utilizou os ramos de amendoeira, descascados em parte, para que, à sua vista, as ovelhas de Labão concebessem crias malhadas, a quais, segundo o contrato estabelecido com o sogro lhe pertenciam.

Contam-nos ainda os mesmos autores que Dioscorides julgava-a afrodisíaco precioso e recomendava aos devotos de Baco o emprêgo de 5 a 6 amêndoas amargas como meio rápido de dissipar a embriaguez. O filho do imperador Tibério também conhecia semelhante qualidade e, por isso, fiado em tal, lançava o repto aos mais intrépidos bebedores do seu tempo.

Os gregos supunham que da sementeira de amêndoas em cuja casca tivessem insculpido algum vocábulo, nasciam amendoeiras dando frutos com a mesma palavra gravada no caroço.

Diz-se também, na citada *Notícia histórica*, ser habitual entre os persas alimentar os convalescentes com água de arroz e emulsão de amêndoas; que os checos, habitantes eslavos da Boémia, Morávia e Silésia, costumavam oferecer amêndoas aos nubentes, no acto do himeneu; em Cosenza, na Itália, a amêndoa era considerada precioso talismã de amor e na Grécia os recém-casados distribuem nozes e amêndoas aos assistentes.

Passando aos nossos dias, todos se recordam certamente do espectáculo de extraordinária beleza que, tomando por argumento a lenda das amendoeiras do Algarve, realizaram os artistas Francis e Ruth nos bailados do «Verde-Gaio».

*

* *

Apesar do incremento que esta cultura tem tido em Itália e, sobretudo, em Espanha, tudo nos indica que, em condições normais, o mercado mundial está ainda longe de atingir a saturação.

Pelo que respeita ao transporte do produto para os principais mercados consumidores, a nossa posição geográfica favorece-nos um tanto em relação aos restantes produtores.

A ecologia das principais zonas de produção dos referidos países não difere muito da nossa; a mão de obra necessária à cultura é idêntica tanto no que respeita ao quantitativo como ao seu preço de custo e as restantes exigências culturais apresentam entre si grande semelhança.

Desta forma tudo nos indica ser de aconselhar o aumento de produção o qual se pode conseguir pela extensificação, pela intensificação da cultura ou preferìvelmente utilizando ambos os meios.

Quem conheça o Algarve sabe existir sensível diferença entre duas das suas zonas: a serrana e a do litoral.

De Vila Real de Santo António até ao Cabo de S. Vicente estende-se uma estreita faixa de

Triásico que num ou noutro ponto toma maior largura e que serve de separação entre as referidas zonas. A partir de leste, esta faixa, que nalguns pontos não atinge um quilómetro de largura, passa um pouco a sul de Castro Marim, uns três quilómetros a norte de Tavira e segue, mais ou menos em linha recta, até S. Braz. Daí curva um pouco para norte, passando por Querença e Salir em direcção a Messines, de onde, alargando-se, desce para Silves. Segue junto à ribeira de Arade até quási à sua confluência com a de Odelouca, de onde inflecte para norte, passando junto da Senhora do Verde e descendo, quási em linha recta, até Bensafrim, depois a Budens e Figueira, onde se aproxima do mar.

Entre esta faixa e a costa sul fica compreendida a zona que denominamos do litoral e quási tôda ela se encontra coberta de amendoeiras. Há aqui uma nítida predominância do Jurássico e do Cretácico, diferentemente do que sucede com a zona ao norte dessa faixa, a qual, com excepção do afloramento granítico de Monchique e de umas pequenas manchas do Pliocénico e do Miocénico, é constituída por terrenos xistosos do Carbónico.

Poucas amendoeiras aqui encontramos, se exceptuarmos algumas plantações junto de Alcoutim, de produção bastante precária.

Ao contrário do que sucede com a zona do litoral, plana ou muito pouco acidentada, e onde a temperatura raras vezes desce a zero, na outra zona o terreno é bastante acidentado, as baixas temperaturas observadas e as geadas freqüentes tornam muito contingente a frutificação da grande maioria das «castas» de amendoeira da Província.

Esta dificuldade pode, porém, ser resolvida desde que se utilizem castas muito resistentes ou de floração bastante mais tardia e se escolham para as amendoeiras as exposições convenientes.

Poderão assim aproveitar-se alguns milhares de hectares de terrenos onde a cultura arvense não é nem pode ser lucrativa; obstar-se-á, dentro de certos limites, ao empobrecimento contínuo dessas terras pela erosão e contribuir-se-á valiosamente para a elevação do nível de vida de uma população rural bastante pobre. Isto para citar apenas algumas das principais vantagens.

A fotografia seguinte mostra-nos uma região do sul de Espanha de características bastante afins às da nossa zona serrana.

Muitas centenas de hectares de terreno extremamente pobre e com declives acentuadíssimos estão aproveitadas pela cultura da amendoeira, que encontrei a mais de 600 metros de altitude.

E nos três anos que me foi dado visitar estes amendoais, sempre os vi com uma frutificação mais do que regular!

Parece, pois, que temos grandes possibilidades de extensificar, vantajosamente, a cultura.

É do nosso conhecimento que o Ministério da Economia, por intermédio da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, deseja auxiliar tanto quanto possível esta extensificação, mas pensa fazê-lo dentro de bases seguras e prèviamente estudadas.

Antes de se lançar numa campanha de fomento que, mal cuidada, poderia ser causa de insucesso e até de graves prejuízos, está procurando obter o somatório de conhecimentos necessários ao fim a que se propõe.

Sabe-se já que, embora utilizando o mesmo porta-enxêrto, uma determinada casta se comporta diferentemente, pelo que respeita à produtividade, quando cultivada nos diversos tipos de solo. Assim, algumas castas atingem o máximo da sua produtividade quando cultivadas em terrenos ligeiros, onde

Serras do sul de Espanha arborisadas com a amendoeira

a areia predomina; outras, pelo contrário, atingem-no em terrenos calcáreos, baixando consideràvelmente a sua produção quando levadas para solos da natureza primeiramente indicada.

Não se sabe ainda até que ponto a reacção do solo pode influenciar a produtividade de cada casta, nem se conhece com exactidão o grau de resistência de cada uma às baixas temperaturas.

Sabe-se, porém, que essa resistência é variável e não depende sòmente da época de floração de cada casta.

Para a solução do problema da extensificação da cultura na zona serrana poder-se-ia recorrer à Thrematologia, pedindo-lhe a criação de novas variedades. Mas tratando-se de uma cultura arbórea, esta solução seria extremamente morosa e assim não se coadunaria com a urgência que o caso requere.

Parece-nos por isso mais vantajoso proceder ao estudo e selecção do material já existente.

A Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, por intermédio do Pôsto Agrário de Tavira, importou de Espanha algumas castas. Das observações registadas, aliadas ao conhecimento do meio onde viviam, parece-nos poder desde já concluir-se que, pelo menos uma delas, se adaptará à ecologia da nossa zona serrana.

Mas depois de encontradas a casta ou castas que obedeçam a êste requesito, outro problema surgirá: o da sui-improdutividade na amendoeira.

Diz-se que uma espécie ou variedade é sui-improdutiva quando não é susceptível de se fecundar com o pólen da mesma flor, de outra flor da mesma árvore ou de outra árvore da mesma variedade.

Segundo Milo N. Wood, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, nenhuma casta de amendoeira produz frutos em quantidades apreciáveis por auto-polinização.

Nos trabalhos iniciados êste ano no Pôsto Agrário de Tavira, pelo engenheiro agrónomo Prof. C. Marques de Almeida, e em colaboração com Junta Nacional das Frutas, verificou-se que tôdas as castas estudadas são sui-impordutivas. Êste primeiro trabalho recaíu sôbre as castas: José Dias, Fofana, Desmayo, Molar da Fuzeta, Duro da Estrada, Duro Amarelo, Côco Grado, José Sales, Lourencinha e Ferragudo.

Diz-se que duas ou mais castas são inter-produtivas quando se fecundam mùtuamente, originando frutos com sementes viáveis.

A primeira condição indispensável para que êste facto se verifique é, evidentemente, que as duas variedades floresçam sensìvelmente na mesma época.

Mas esta condição, embora indispensável, não é suficiente, pois outros factores intervêem muitas vêzes a impedir a fecundação.

O estudo da inter-produtividade na amendoeira é um factor de fundamental importância para a constituïção racional dos amendoais e vem explicar muitas vezes a causa da improdutividade de certas castas quando levadas de uma para outra região.

Para complicar ainda mais o problema da consociação das castas, verifica-se muitas vêzes que, de entre duas ou três de perfeita compatibilidade, apenas uma produz frutos com boas condições comerciais.

Daqui se conclui que, para realizar uma criteriosa extensificação da cultura, se torna necessário proceder prèviamente a uma série de estudos preparatórios, de forma a rodearmo-nos dos elementos indispensáveis ao bom êxito dêsse desideratum.

Claro está que uma vez concluídos êstes estudos se terá de encarar outro assunto de fundamental importância. Quero referir-me às medidas de fomento, sem as quais êste objectivo não poderá ser atingido.

*

* *

Mas sem recorrermos à extensificação da cultura muito se pode fazer no sentido de aumentar a produção.

Dispersas por tôda a zona litoral, existem seguramente mais de 500 castas, das quais apenas a décima parte terá valor apreciável.

Se formos eliminando gradualmente as variedades menos produtivas e as de menor rendimento em miolo, substituindo-as por outras de alta produtividade e rendimento, teremos dado um passo importantíssimo no sentido da intensificação.

Examinemos o quadro seguinte e comparemos o rendimento de duas dessas castas.

Casta ou variedade	Rendimento médio em miolo
Bonita de S. Bráz	32,1
Lourencinha	29,1
Galamba	20,9
Amarelo Miúdo	18,0

Supunhamos igual a sua produção média em casca. Teremos então que enquanto a casta «Bonita de S. Braz» produziu 100 quilogramas de miolo, a casta «Amarelo Miudo» apenas produziu 56,1 quilogramas.

Conclui-se imediatamente que ao factor produtividade se tem de associar sempre o factor rendimento.

Mas não basta entrar em linha de conta apenas com êstes dois factores, pois muitas castas há que, reünindo-os, não são, no entanto, aconselháveis. As qualidades comerciais da amêndoa produzida devem ser objecto da maior atenção, a fim de evitar a desvalorização do nosso produto em relação ao de outros países onde o assunto está sendo devidamente cuidado.

O maior ou menor grau de doçura do miolo, que nos é dado pela menor ou maior percentagem de ácido cianídrico existente, deve constituir elemento fundamental na escolha das castas e isto porque a nossa amêndoa se destina em grande parte a mercados que a utilizam para a constituïção de pastas ou massas.

A êstes mercados não interessa muito a coloração do tegumento, a maior ou menor percentagem de miolos geminados e a forma ou tipo do miolo. No entanto estas três características são de grande importância quando se queira concorrer ao abastemento de mercados onde o produto se destine a ser consumido sem sofrer qualquer transformação ou de outros mais exigentes e que por isso também pagam a cotações mais elevadas.

Parte relativamente importante da exportação espanhola dêste fruto é constituída por amêndoas do tipo comercial «Jordana», o mais apreciado e o mais caro de todos os tipos, mas que nós, pràticamente, não possuímos ainda.

É constituído por miolos de amêndoa de formato alongado em que o máximo comprimento é igual ou superior ao dôbro da maior largura.

Algumas castas que produzem grande percentagem de miolos geminados dão bom rendimento em miolo. Não haverá grande inconveniente em mantê-las quando o seu grau de doçura seja bastante elevado. Estão, porém, condenados a obter baixas cotações, visto que tal característica implica sempre a deformação de grande percentagem de miolos e, conseqüentemente, a sua inclusão num dos tipos «miolo corrente» e «miolo geminado», que são dos de menor valor.

Outra característica importante a atender na escolha das variedades é a que respeita às dimensões do miolo, pois a classificação dêste nos dois tipos comerciais basilares assenta nessas dimensões.

Já definimos o tipo «Jordana». O outro tipo adoptado no comércio é o designado por «Valência», constituído por miolos de amêndoa de formato arredondado ou oblongo em que o maior comprimento é inferior ao dôbro da maior largura.

Êste tipo sub-divide-se nas qualidades: extra, corrente especial, corrente, geminado e partido.

A qualidade extra engloba as designações comerciais «coroas», de duas a sete conforme o número de miolos contidos por onça (28,7 grs.). Ao passo que o «Extra — 2 coroas» comporta 34/40 miolos, o «Extra — 7 coroas» comporta apenas 15/16.

Como o seu valor aumenta na razão directa do número de coroas, é fácil de deduzir a importância que o factor dimensão do miolo pode assumir.

Apresentamos em seguida um quadro com algumas das características das castas mais cultivadas no Algarve, observadas nas colheitas de 1939 e 1940.

Os números indicados para as dimensões, rendimento, percentagem de miolos geminados e falidos são a média resultante das observações feitas em 100 frutos de cada casta e em cada um dos referidos anos.

Para não induzirmos em êrro qualquer agricultor que, seduzido pelo elevado rendimento de algumas castas incluídas no quadro anterior, resolva escolhê-las, devemos relembrar o que dissemos acêrca da inter-produtividade na amendoeira.

Para que essas castas produzam satisfatòriamente é indispensável a presença de outras que com elas sejam compatíveis e, na impossibilidade de indicar desde já as consociações aconselháveis, frizamos a zona onde a observação foi feita.

Citamos, para exemplo, o seguinte caso: a casta «Molar da Fuzeta» encontra na «Duro da Estrada» uma óptima polinizadora, mas o pólen da «Côco Grado» não é capaz de a fecundar. Levar a «Molar da Fuzeta» para uma região onde abunde a casta «Duro da Estrada» é ter de antemão, pelo que respeita a êste aspecto, a certeza do sucesso; cultivá-la em locais onde predomine a «Côco Grado» é condená-la à esterilidade.

*

* *

De uma forma geral não se dispensam à amendoeira os cuidados culturais que esta espécie, embora de grande rusticidade no Algarve, muito agradeceria.

Dedicando um pouco mais de atenção à fertilização do solo e à forma como são feitas as culturas arvenses intercalares; estabelecendo com critério a rotação destas culturas e dispensando directamente à árvore alguns cuidados, também se conseguirá um apreciável aumento de produção, pois a amendoeira retribui generosamente tôdas as gentilezas que com ela queiram ter.

O País tem imperiosa necessidade — mais acentuada agora — de produzir o indispensável ao sustento da sua população. Por isso, e por que do facto adviria talvez um resultado anti-económico, não é de aconselhar o abandono das culturas arvenses intercalares. Mas é êrro grave fazer sucessivamente culturas esgotantes, como a dos cereais praganosos e êrro ainda mais grave o fazê-lo sem forneceer ao solo copiosa fertilização.

Sob os amendoais, às culturas esgotantes, como a do trigo, cevada ou aveia, deve seguir-se sempre uma cultura melhoradora, por exemplo: a de leguminosas para forragens. Tal prática, além de beneficiar directamente o estado geral do arvoredo, benificiá-lo-á também indirectamente porque, permitindo o aumento do armentio, acresce as disponibilidades de matéria orgânica de que os solos algarvios tanto necessitam.

Para evitar a concorrência às fracas disponibilidades de água que o solo possui normalmente a partir de Maio ou Junho, convém, no caso da cul-

N.º	Variedade ou casta	Tipo	Zona de observação	Amêndoa		Miolo		Miolos germinados %	Miolos falidos %	Coloração de tegumento	Sabôr	Rendimento %
				Comprimento mm.	Largura mm.	Comprimento mm.	Largura mm.					
1	Gamito	Côco	Albufeira	49,5	23,3	22,0	15,4	0,5	2	Castanho	Doce	46,9
2	Bico de Passarinho	»	Albufeira	28,3	21,1	21,5	13,6	18	3,5	Castanho claro	Muito doce	46,3
3	Côco Grado	»	V. R. de Santo António	34,3	24,6	24,0	15,9	1	0	Castanho escuro	» »	51,0
4	Côco Miúdo	»	Tavira	34,3	24,5	23,7	16,1	1	0,5	Castanho	» »	48,8
5	Côco Grado de Albufeira	»	Albufeira	33,2	24,6	24,3	16,9	2	3	Castanho escuro	Doce	52,5
6	Molar da Fuzeta	»	Tavira	32,0	22,5	23,0	14,4	4	1,5	» »	Muito doce	47,7
7	Molar de Albufeira	»	Albufeira	24,5	19,4	18,8	12,0	0	2,5	» »	Pouco doce	49,5
8	Molar Sales	Molar	»	32,1	20,0	22,1	12,2	0,5	1	Castanho claro	» »	41,9
9	Bico de Papagaio	»	Loulé	41,6	23,1	30,2	13,5	1,5	5,5	» »	Doce	42,6
10	Longueirôa	»	Lagôa	39,7	18,6	30,9	10,4	0	3	» »	Pouco doce	44,0
11	Bonita	Duro	Portimão	30,1	22,6	21,8	13,3	0	0	Castanho muito claro	Doce	22,1
12	Covento	»	»	30,7	22,3	22,0	13,8	0	2	Castanho claro	Amarujento	21,5
13	Ferragudo	»	Lagôa	25,9	21,4	19,2	13,8	0	7	Castanho canela	Doce	23,1
14	Zorrinha	»	»	30,9	19,6	20,1	12,5	15	0	Castanho escuro	Ligeiramente amaruj.	24,6
15	Lourencinha	»	»	28,1	21,9	22,0	13,9	5	0,3	Castanho canela	Doce	29,1
16	Galamba	»	Loulé	29,9	25,2	21,4	14,9	2,5	0	Castanho	»	20,9
17	Bojuda	»	Albufeira	27,9	23,5	20,8	13,6	10,5	0,5	Castanho claro	»	24,4
18	Fofana	»	»	31,0	22,9	23,0	14,0	90	0	Castanho	»	24,7
19	Unha de Vaca	»	»	31,7	22,3	22,2	13,0	0	0	Castanho canela	»	24,8
20	Italiana	»	Faro	29,6	17,6	22,0	11,0	1,5	8,5	Castanho claro	Lig.te amarujento	25,7
21	Duro da Estrada	»	Tavira	31,6	25,6	22,0	14,9	31	1	Castanho	Doce	20,9
22	Duro Amarelo	»	»	29,0	19,5	22,1	12,1	30	3	Castanho canela	»	29,1
23	Amarclo Grado	»	S. Brás	29,3	24,2	20,0	14,0	44	0	Castanho	»	21,1
24	Amarelo Miúdo	»	» »	28,5	21,9	20,0	12,5	6,5	5,5	Castanho claro	Lig.te amarujento	17,9
25	Lage	»	Loulé	31,9	25,6	23,0	16,1	0	1,5	Castanho escuro	Muito doce	23,7
26	Gama	»	S. Brás	32,5	24,7	23,0	14,7	48	2,5	Castanho	» »	26,4
27	Bonita de S. Brás	»	» »	30,9	18,4	23,4	12,1	2	4,5	Castanho claro	Doce	32,1
28	José Dias	»	Loulé	30,1	24,9	21,1	15,0	24	0,5	Castanho	»	23,2
29	Manuel Bento	»	Olhão	23,3	19,7	18,1	12,9	24	0	Castanho escuro	»	32,5
30	Chata	»	Lagoa	38,8	25,0	26,4	15,1	0	0	Castanho escuro	»	20,4
31	Boa Casta	»	»	34,4	23,8	25,6	15,5	20	4	Castanho escuro	»	30,2
32	Patarata	»	Albufeira	33,6	25,0	23,4	15,8	2,5	1	Castanho claro	»	23,0
33	Charnequeira	»	Lagoa	29,4	22,9	21,1	13,8	0	4	Castanho claro	Lig.te amarujento	24,0
34	Lobita	»	»	25,5	18,5	19,6	11,9	26	0	Castanho	Muito doce	35,9
35	Lizinha	»	»	33,6	18,3	25,0	13,2	0	1,5	Castanho claro	Doce	25,8
36	Aleluia	»	Albufeira	28,6	21,2	21,5	13,6	1	1,5	Castanho	»	25,1
37	Ferragudeira	»	Lagôa	25,7	23,0	26,4	15,0	1	0,5	Castanho	Muito doce	29,9

tura do trigo, utilizar sempre variedades de ciclo vegetativo curto.

Pela mesma razão deve banir-se a cultura do milho dos terrenos arborizados com amendoeiras e a cultura do grão só é admissível quando se lhe dispensem sachas constantes.

No caso das culturas de cereais praganosos, o arvoredo lucrará sempre se a cultura daquêles fôr feita em linhas, de forma a permitir a utilização de sachadores que, mobilizando o solo, mantêem nêle a umidade indispensável à boa vegetação das árvores.

*

* *

Na agricultura — pelo menos na agricultura portuguesa — o estímulo constitui a base de todo o progresso.

A engrenagem comercial dos frutos secos, já melhorada mas ainda deficiente, não é de molde a estimular os produtores.

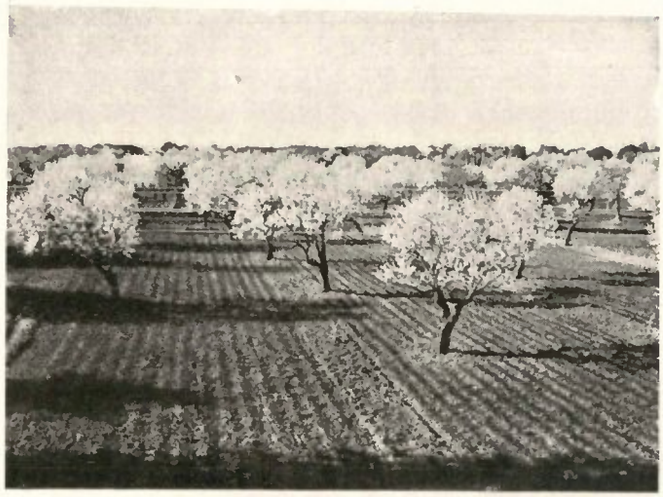
Pagam-se pelo mesmo preço amêndoas de rendimentos muito diferentes; atribuem-se as mesmas cotações às amêndoas amarujentas e às muito doces, às de grande percentagem de miolos geminados e áquelas onde essa percentagem é nula.

Daqui o formar-se uma série de ciclos viciosos cuja rotura se impõe para benefício geral.

Um exemplo típico e já clássico: — existe na região de Barlavento uma casta denominada «Convento», de grande produtividade, mas de miolo com sabor desagradável, por ser amarujento, e legalmente classificado como amargo.

O exportador, quando se lhe exige o cumprimento da lei, que lhe não permite a exportação com mistura de amargo, queixa-se do produtor por não separar esta casta, mas continua pagando os lotes em que ela entra pelo mesmo preço de outros que a não contêem.

Por sua vez o produtor, como aufere as mesmas cotações, mantém, e até aumenta, o número destas árvores, dado que elas apresentam uma produtividade superior às outras que cultiva.



Culturas sachadas sob um amendoal

Não é da nossa intenção, nem isso está na índole dêste trabalho, o alongarmo-nos sôbre o assunto, mas não queremos concluir sem afirmar que qualquer estudo de fomento desta cultura não pode deixar de atender às relações entre a produção e o comércio.

Tal procedimento só se justificaria por se tratar da amendoeira que, na antiga Roma, simbolizava a imprudência.

OBRA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE PÚBLICA

da Província do Algarve

POR

JOÃO MONIZ NOGUEIRA

MÉDICO

Ao iniciarmos êste estudo projecto orienta-nos o princípio de contribuirmos para a iniciação do vasto problema de assistência, cuja necessidade se faz sentir entre nós, e que é assunto que neste momento preocupa e ocupa os nossos poderes públicos.

Queremos antes definir com precisão o espírito da sua realização, a orgânica e seu funcionamento geral, lançando como corolário um prefácio económico que sirva de ponto de partida para um orçamento parcelar ou geral. Não ignoramos a existência de certas instituïções entre nós criados cujas bases foram superiormente delineadas para caberem dentro do esquema geral de Assistência Nacional. É portanto dentro dêste esquema de assistência dirigida que nos enfileiramos. Em contra, partida julgamos firmemente que a descentralização do poder, constituirá a base de realização destas obras pelo País fora, como meio mais eficaz de pôr em prática tão eloqüente manifestação de solidariedade humana, aliando a dupla vantagem do melhor conhecimento do problema local e do directo interêsse e carinho regionais.

Não ignoramos também o montante de encargos que tal obra acarreta, mas cremos que a boa vontade e o exemplo frutificarão com facilidade, sempre que essa vontade se mostre viril e o exemplo produtivo.

Como tal, julgamos, contraproducente iniciar uma obra com parcimónia demasiada ou pelo contrário com vastidão exagerada.

A primeira hipótese é a nosso ver perniciosa por que a sua tacanhez não faz sobressair os resultados benéficos duma campanha higiénico-social, que só tem os seus valores significativos para além do número e duma área determinados; a segunda hipótese, pelo seu exagerado custo, pode levar-nos a uma limitação de acção que fará falhar a proficiência da iniciativa.

Colocamo-nos portanto no têrmo médio, em vista de colhêr elementos ilucidativos para o complemento da obra a realizar em tôda a Província, e que terá a sua realização proporcionada às possibilidades económicas e às necessidades locais.

Para tanto, julgamos boa doutrina defender a criação duma ou mais instituïções modelos de âmbitos proporcionados, que sirva de ponto de partida, e através da qual possamos tirar os dados gerais que nos ilucidem da melhor maneira de resolver o problema local de assistência em prol da saúde pública.

Êste organismo central se bem que seja regido pelas normas gerais de assistência, teria a incumbência de adaptar às características culturais, psicológicas, morais e sociais, o modus-faciendi que seria achado pela experiência local, e espalhado e aperfeiçoado nos futuros organismos.

Porque êstes organismos exigem esta maleabilidade para o seu bom acolhimento e óptimo de eficiência, porque êles caminham no sentido progressivo nascido do exemplo e da experimentação, da investigação científica e pedagógica, é indispensável que êles adoptem uma orgânica apta a receber todos êstes novos métodos e modificações.

Isto só pode ser conseguido com certa autonomia dirigida e dentro do mínimo de amplitude que será aqui calculado.

A sua orgânica social será assente no princípio de confôrto e vitalidade a dar à célula social-família sôbre o duplo aspecto de educação higiénica e prática profilática, enquanto tècnicamente se organizaria de molde a conhecer a combater sôbre o aspecto higiénico-profilático os males que afectam a saúde pública, a partir da crítica dos elementos que nos levam ao conhecimento do índice de higiene.

Impõe-se enveredarmos por caminho que se oponha à assistência social individual, tal como é feita sob o aspecto terapêutico, e fazer incidir a acção sôbre o elemento nuclear da família, estendendo assim o benefício à célula primordial da nossa organização social.

Para tanto impõe-se o conhecimento das suas condições de vida, cujo inquérito estaria a cargo duma secção especial de visitação, para ser apreciado tècnicamente.

Dos elementos colhidos através dêste inquérito se inferirá das necessidades, métodos e quantitativo de assistência.

Esta técnica nada tem de pessoal, e colhemo-la da orientação que Sua Excelência o Senhor Director Geral de Saúde deixa claramente transparecer da sua obra, técnica delineada pela experiência internacional e que bem se adapta às nossas directrizes de Política Nacional.

Sôbre o aspecto de técnica profilática orienta-nos o princípio equacional — índice de sanidade — avaliado pelo inquérito das moléstias infecto-contagiosas dominantes, que tenham valor apreciativo sob o aspecto contagioso.

Entre estas algumas existem entre nós que só por si nos dão um valor aproximado dêsse índice, e conhecida a sua predominância, conhecemos implìcitamente a orientação a dar à campanha de profilaxia e de higiene sociais.

Dêstes últimos períodos se deduz a necessidade da existência neste organismo modêlo dum sistema burocrático que nos forneça o — quantum — de premissas indispensáveis à rápida e fácil inferição sob os diversos aspectos da saúde da população assistida.

Esta burocracia muitíssimo dispendiosa, é bom que se insista, é a nosso ver o elemento primordial sem o qual todo o esfôrço fica condenado a atorpelos de acção, dando ao organismo uma existência de acaso, e roubando-lhe a sua principal característica de coordenador de esforços, de super-visor sanitário, onde reside o seu mérito principal.

Como corolário surge a inevitável exigência na competência do pessoal que torne eficiente o respectivo sistema de burocracia.

Sem êste quesito foge-nos a certeza na fidelidade das premissas e sua aquisição regular, como elementos que definem a disciplina que o sistema requere.

Ora o pessoal competente, activo e cumpridor não é moral pedir um esfôrço regular gratuito, e também não é moral pagá-lo deficientemente.

Nós pensamos que esta remuneração tenha que ser equitativa com a responsabilidade e o esfôrço que lhe exigimos, e de acôrdo com o nível de vida local.

Além dêste factor qualidade outro não menos importante existe, que é a quantidade de pessoal técnico.

Pela mesma razão de ordem a comulação nestes serviços torna-se perniciosa, sendo necessário reünir a competência ao número minímo indispensável para o seu bom funcionamento.

São estas exigências que tornam dispendioso o sistema.

Como atrás dissemos, a finalidade dêste organismo modêlo é criar o motivo de estudo do vasto problema local que só pode ser bem orientado pela experimentação.

Fugir da visão global ou adaptação forçada a um esquema rígido e preconcebido, cuja aceitação duvidosa nos poria ante a espectativa duma luta de

violências, cujos resultados poderiam ser funestos.

O grande problema a resolver, e o principal, é a educação sanitária das populações, e o seu êxito depende sobretudo dum aturado trabalho de inquérito e preparação, de experiência contínua, de cuja crítica possamos colhêr os dados gerais duma organização mais vasta.

Até aqui êste problema tem sido encarado entre nós sob o aspecto de socorro à necessidade real exibida pela facção miserável da nossa população; temo-nos portanto oposto à miséria ostentada por meio da caridade, que muito ilustram os seus bondosos organizadores.

Todavia julgamos ser tempo de encarar o problema complemento da defesa da saúde colectiva, por uma assistência orientada no sentido de educar as gentes nas boas práticas higiénicas, lançando as bases preparatórias duma larga actividade profilática que contribua para a diminuïção da miséria física, moral e mental, para podermos afirmar conscientemente que fazermos uma luta Nacional de assistência.

Remediar o male é uma parcela cuja insignificância se deduz da natural fomentação que isso representa, pela falta de diminuïção dêsse mal; encobre-se com o nosso gesto a sua exteriorisação.

Sem querermos deminuir esta grandiosa e sublime manifestação de solidariedade humana, e já que os seus praticantes são feliz mente tantos e tão bem intencionados, nós lutamos pelo outro processo que interessa à economia vital da Nação; — a busca das causas dêsse mal e o seu combate sem tréguas —.

À bondade cristã manifestada pelas eloqüentes práticas da caridade, queremos oferecer campo limpo de impurezas nascidas da ignorância.

A nossa acção terá que ser pertinaz, de estudo constante, de aplicação experimental, em grande parte de investigação pedagógica e cuja maior parte deve incidir sôbre a infância e a maternidade, com tôdos os satélites que coadjuvem a obtenção de resultados óptimos, podendo ser vista na sua média amplitude de benefícios à distância de uma geração.

Organizar as gerações que nascem em bases equilibradas e defendê-las do pernicioso contacto da geração adulta actual; teremos numa palavra, que semear na actual desordem, proteger o germe sadio até à sua maturação, evitando-lhe o contágio do péssimo ambiente do momento que passa.

Lançadas as bases gerais de acção, no resumo que atrás fizemos, vamos cuidar da observação do aspecto local que o problema terá que tomar.

DOS ASPECTOS LOCAIS:

Com a crítica dêstes aspectos começará a fisionomia arquitectural do nosso organismo a tomar a sua feição pessoal.

Pela sua feição educativa êste organismo terá que trabalhar indiferentemente o ambiente geral, de maneira a dirigi-lo no sentido ideal de formação sanitária sob o aspecto higiénico-profilático.

Afigura-se-nos trabalhosa esta feição orientadora, tanto quanto ela irá incidir duma maneira geral, sob uma população rude, desabituada pela falta de semelhantes carinhos ao contacto reconfortante dum lenitivo que não tem a sua expressão na esmola ou no donativo.

O nível cultural médio da nossa população, devemos confessá-lo, não está preparado para uma fácil aceitação dêste processo de assistência colectiva, e a experiência será ainda sob êste aspecto a mestra sabedora e única, que nos ilucidará sôbre o melhor caminho a seguir.

Todavia, não é difícil prever que um trabalho aturado de visitação, numa persistente acção educativa, aliada à exibição dos resultados, possa vir a interessar o nosso povo numa obra semelhante.

Êste trabalho tem muito de carinho e de conforto que não podem passar desapercebidos ao mais avesso, nem deixar de sensibilizar o mais rude.

O aspecto cultural, terá a nosso ver, que ser encarado, sob êste prisma de benevolência.

Se na verdade a cultura insuficiente faz cometer erros graves, aquêles outros que por vínculo psicológico são apanágio das populações locais, mostram-se mais obstrucionistas e difíceis de trato.

O hábito do óbulo sem controle, fêz-nos cair numa rotina especial de profissionalismo na caridade por parte dos que recebem, sendo êste mal, que não é função de cultura, avolumado pela perniciosa e estranha tranqüilidade real, e absoluta, que trouxe aos benfeitores, quer espectaculosos, quer áqueles que se subtraem à exibição, e que

vêem alijada a sua responsabilidade através do gesto simples duma esmola.

A questão posta fora dêstes limites encontra como obstáculo principal a indiferença.

Quando num resultado já raro se consegue um gesto benevolente de espectativa, o germe malicioso da desconfiança encarrega-se de ruir o alicerce da acção.

Indeferença e desconfiança são portanto os dois factores psicológicos mais importantes a atender, mais importunos, e em vista dêles tôda a inicia tiva terá de cair dentro dum número mínimo significante de acção.

Esta lei de organização, que tem a sua razão de existência no carácter experimental com que é óbvio dotar êstes organismos, satisfaz às exigências dêstes males psicológicos.

Se por um lado os encargos económicos nos obrigam a limitar o número de assistidos, é contra producente iniciar uma acção restrita que desça áquem dum volume que não permita deduções estatísticas e matéria de demonstração prática de eficiência.

Se não quisermos atender a êstes factores, melhor será não iniciar uma obra que irá alimentar aquêles males dependentes do factor psicológico local.

Dentro dêste resumo de capítulo, e como meio de obter os melhores resultados sob o ponto de vista, talvez mais educativo e de persuação, ousamos secundar o apêlo já feito entre nós, que diz respeito ao aperfeiçoamento do factor coadjuvante pedagógico.

Por um lado a cultura deficiente, por outros, os obstinados defeitos psicológicos que apontámos, dão como resultante a ignorância dêstes problemas de que resulta a falta de iniciativa em os encarar.

Ora, torna-se necessário demonstrar que o problema é sempre actual, e subseqüentemente é sempre oportuno tratar dêle.

A oportunidade de realização, é outro aspecto diferente, e embora se não verifique em dado momento não significa que se despreze o seu estudo.

A pedagogia se na sua feição experimental tem largo acento no esquema geral do nosso organismo de assistência, não o tem menos sob o aspecto aplicado à demonstração da sua urgente necessidade, como o terá na sua educação e métodos de aplicação.

Esta ciência poder-se-ia ocupar dêste aspecto do problema através de demonstrações feitas nos nossos organismos corporativos (Casas do Povo, Casas de Pescadores, etc.) quer por palestras, quer pelo método de demonstração visual, por meio de filmes seleccionados, etc..

Entre nós muito se beneficiaria destas práticas.

DOS FACTORES MORAL E SOCIAL

Supomos que entre nós êstes aspectos não defiram dos de qualquer outra região.

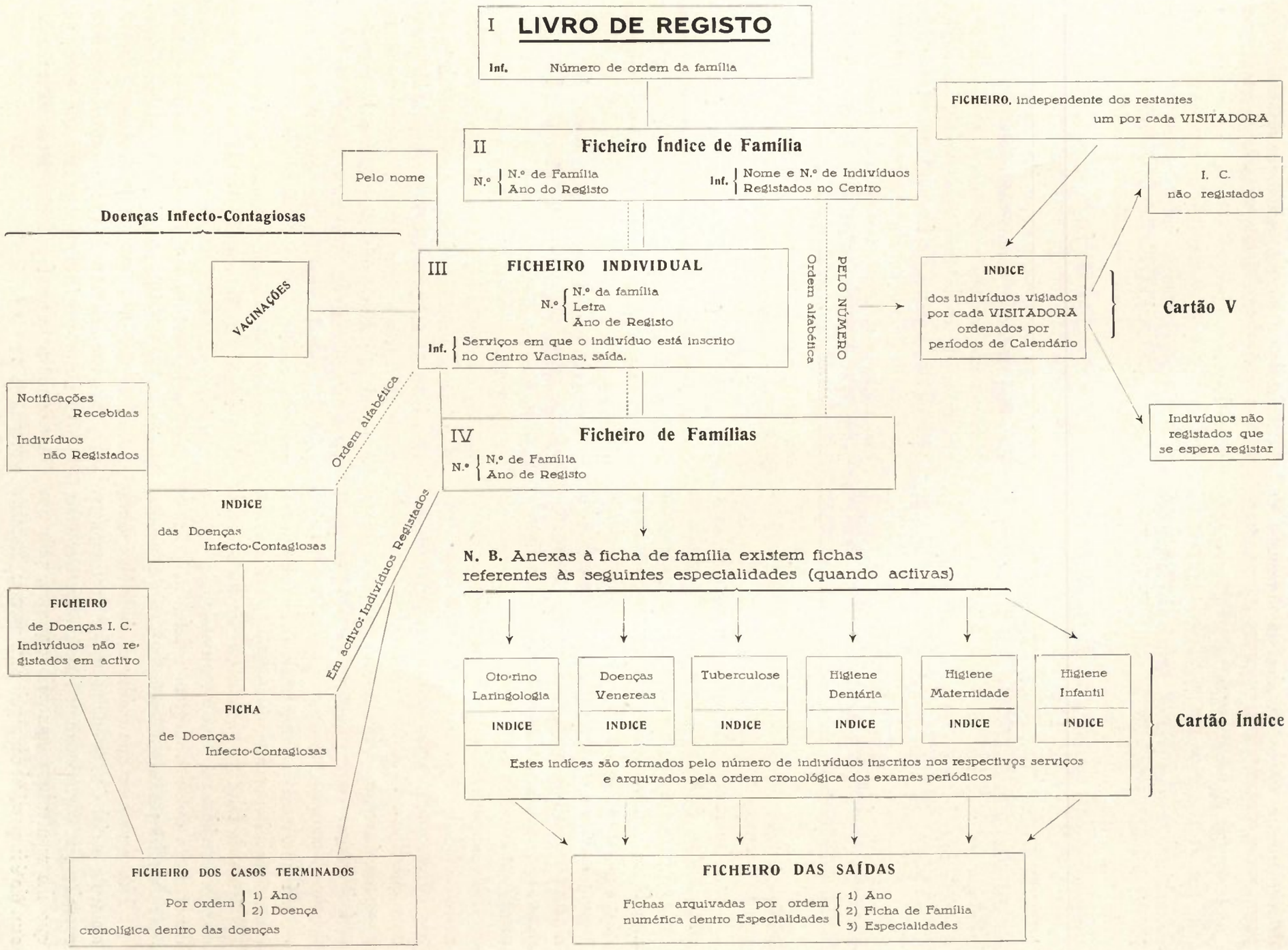
O interêsse que sobressai duma organização dêste género, não diz respeito apenas aos que por fôrça do destino formam a multidão imensa dos necessitados; ela representa um vasto problema de agitação colectiva, uma série de movimentos ordenados, cuja resultante deixou de ter o significado simplista duma esmola, para representar o sentido para que devem tender todos os esforços feitos em nome dum Povo que busca a sua harmonia social.

Êste sistema dinâmico exigido pela aceleração do ritmo que nos trouxe o moderno conceito de assis tência, ultrapassou as fronteiras do dever, só pela solidariedade que devemos uns aos outros, e foi mais longe, ao campo das necessidades, duma raça que procura estabilizar as suas virtudes.

Sabemos que êste vasto e momentoso problema preocupa na hora actual os nossos dirigentes, que reconheceram a necessidade, para que a obra perdure, de descer à observação dos esgueios da vida da relação, aquêles que mais influenciam o carácter do Povo, que mais contribuem para a sua deformação pela incidência contínua e prolongada no vício, pelo hábito inveterado do defeito.

No adulto, o conjunto de qualidades físicas e tendências morais que nos definem em sociedade, é a resultante dessas mil componentes que trazemos da infância, sujeitas à influência do meio que nos ignora até ao momento em que somos chamados a dispensar-lhe a nossa cota parte de esfôrço que garanta a sua manutenção.

Êste verdadeiro abandono em que deixamos viver a criança dá-nos o desarmonioso conjunto duma sociedade de adultos apáticos e descontentes, exigentes sem satisfazer exigências, idealistas sem poder de realização, indivíduos que no domínio


I LIVRO DE REGISTO
Inf. Número de ordem da família
FICHEIRO, independente dos restantes um por cada VISITADORA
II Ficheiro Índice de Família
N.º N.º de Família Ano do Registo
Inf. Nome e N.º de Indivíduos Registados no Centro
Pelo nome
I. C. não registados
Doenças Infecto-Contagiosas
VACINAÇÕES
III FICHEIRO INDIVIDUAL
N.º N.º da família Letra Ano de Registo
Inf. Serviços em que o indivíduo está inscrito no Centro Vacinas, saída.
Ordem alfabética
PELO NÚMERO
INDICE dos indivíduos vigiados por cada VISITADORA ordenados por períodos de Calendário
Cartão V
Notificações Recebidas
Indivíduos não Registados
Ordem alfabética
IV Ficheiro de Famílias
N.º N.º de Família Ano de Registo
Indivíduos não registados que se espera registar
INDICE das Doenças Infecto-Contagiosas
Em activo: Indivíduos Registados
N. B. Anexas à ficha de família existem fichas referentes às seguintes especialidades (quando activas)
FICHEIRO de Doenças I. C. Indivíduos não registados em activo
FICHA de Doenças Infecto-Contagiosas
Oto-rino Laringologia
INDICE
Doenças Venereas
INDICE
Tuberculose
INDICE
Higiene Dentária
INDICE
Higiene Maternidade
INDICE
Higiene Infantil
INDICE
Cartão Índice
Estes índices são formados pelo número de indivíduos inscritos nos respectivos serviços e arquivados pela ordem cronológica dos exames periódicos
FICHEIRO DOS CASOS TERMINADOS
Por ordem 1) Ano 2) Doença
cronolígica dentro das doenças
FICHEIRO DAS SAÍDAS
Fichas arquivadas por ordem numérica dentro Especialidades 1) Ano 2) Ficha de Família 3) Especialidades

do pensamento vivem na absurda apreensão de produzir sem trabalho e de conquistar sem esfôrço.

O sentimento de gratidão não pode medrar num indivíduo que sentiu as constantes hostilidades do ambiente em que cresceu, nem o abandono que indelèvelmente se gravou no seu sub-consciente pode trazer-lhe o sentimento coesivo de solidariedade, que dê uma estrutura de equilíbrio e de calma à sociedade que forma.

Êste desprêzo tem que fatalmente reflectir-se no indivíduo pela indiferença que êle sente pelo meio em que vive, e a que está ligado apenas pela condição forçada da sua própria existência.

O estado de crise moral, se o entendermos como o resultado de duas situações que se entrechocam, é o efeito das hostilidades do meio para com o indivíduo.

Meio e indivíduo estão em crise, em oposição portanto; compatibilizá-los torna-se tarefa árdua mas não impossível.

Para interessar o indivíduo pelo meio social em que vive, é necessário que êste se organize de molde a poder prestar-lhe a assistência que garanta a proficiência do seu esfôrço de ámanhã, cultivando no sentido intangível de beneficiar a comunidade a que pertence, e em vez de hostilizá-lo ou deixá-lo na mais desoladora indiferença, deve cirar-lhe maneira de se vitalizar o que valorizará o seu rendimento como célula social.

Não ignoramos todos, a necessidade que a nossa sociedade tem dêsses organismos que orientem e instruam, que não tenham uma acção parcelar, e que olhem o indivíduo como célula dum órgão a que não é arrancado, instituïções que sáiam do seu edifício próprio e se passeiem prescutadoramente debelando causas mais, do que combatendo efeitos.

Afigura-se-nos o aspecto de deficiência moral como o mais importante, como sendo o reflexo mais eloqüente da falta de higienização do meio social, onde o indivíduo não teve a tonificá-lo os processos depuradores que nos alegram a infância, criando-nos energias para a adolescência e para a velhice.

Nós pensamos que cuidar do indivíduo como elemento social é criar-lhe os meios de conquistar energias que o robusteçam, fornecer-lhe elementos que lhe mantenham equilíbrio orgânico, pois que sem êle é impossível conseguir uma natureza humana normalizada, e só um adulto assim equilibrado poderá garantir-nos a continuação harmónica da nossa Raça.

DO ASPECTO ECONÓMICO:

Não nos propomos fazer um orçamento exacto e nem sequer aproximado, mas apenas um apanhado de números já ensaiados e que nos dêem uma idéia das despesas que comportam êstes organismos. Referimo-nos apenas à assistência sem entrarmos em linha de conta com conservação, instalação, pessoal, etc., e ali mesmo fazemo-lo superficialmente e a título de ilucidação. Há na atribuïção de despesa que vamos ver, certos valores insignificantes atribuídos ao expoente *unidade de assistência* e poderá parecer extranho que tal se verifique na prática, e em contra partida outros que poderia parecer exagerados em relação aos primeiros.

Os factores que presidem a esta dissonância, bem como ao afastamento que se verifica com o dados de outras instituïções congéneres, resulta de razões de ordem particular e geral.

Dentre estas avultam as condições de vida das populações.

A acção geral divide-se em dois grandes ramos de actividade directa: — educação, e subsistência em utensílios e alimentos.

A primeira derivação tem um custo individual que varia na razão inversa do número de assistidos, isto é, como ela é significada pela despesa burocrática, bastante extensível, a despesa individual será tanto menor, sob êste aspecto, quanto maior fôr a população; a segunda derivação pelo contrário varia na razão directa do número assistido, e a despesa individual aumenta portanto proporcionalmente a êste.

Dentro do número mínimo significante estas duas fôrças devem equilibrar-se, e assim teremos o máximo de assistidos que torne insignificante a despesa burocrática e que seja compatível com o máximo disponível de auxílio em alimentos e utensílios.

Para isto existe um cálculo orçamental mínimo.

O factor particular faz prever que entre nós êste equilíbrio se não faça dentro desta média mínima orçamental.

Na realidade êstes valores são verdadeiros para uma média de condição social de indivíduos pobres; ora entre nós a predominância das classes miseráveis, faz pender muito o prato da balança da subsistência, elevando o índice individual do custo de assistência.

Também não podemos procurar o equilíbrio diminuindo a área ou a população assistida, por que caímos fora do número mínimo significante e a acção torna-se improfícua.

O organismo que nos forneceu os dados para uma avaliação de despesas individuais aproximadas foi, o C. S. L. de cujo relatório inferimos os números para nós ultra-esquemáticos que à frente apontamos.

Da análise das despesas de manutenção daquêle organismo observamos que a despesa referente a higiene infantil poderá ser descrita sob três rubricas principais:

Despesa de consulta, que abrange todos os inscritos; despesa com distribuïção de cálcio, óleo de fígado de bacalhau que abrange também todos os indivíduos; e por último despesas de auxílio em alimentos (leite em pó, babeurre, farinhas etc.) que abrange ali 10 % dos assistidos.

Lembrando-nos do prefácio económico que atrás fizemos vemos que 90 % dos indivíduos beneficiam daquele ramo de actividade directa, o educativo, cujo índice individual varia na razão inversa do número de assistidos, e só 10 % do ramo de subsistência.

Resulta desta hipótese um índice individual de custo de 2$00 mensais.

Êste número se bem que seja apresentado em hipótese é deduzido toadvia duma experiência já feita, e deve merecer-nos o crédito bastante para que tomemos como próximo da verdade.

A sua insignificância mostra bem quanto útil se torna uma organização mais vasta que aquelas a que estamos habituados e em que a assistência é feita apenas sob o aspecto subsistência.

Bem entendido que uma organização daquele género procedendo ao aproveitamento máximo de recursos naturais, não permite desperdícios nem viciações.

Nós não podemos infelizmente enfileirarnos nesta sedutora hipótese, e os diminutos 10 % de necessitados absolutos terão que elevar-se por muito; pensamos mesmo que invertendo as percentagens hipóteses, no meio de grande predominância da classe miserável, não será de mais pensarmos que 10 % serão os assistidos exclusivos pelo ramo educativo e que 90 % necessitam de subsistência.

É evidente que dentro dêstes, muitos recursos naturais se poderão aproveitar, beneficiando esta grande percentagem com métodos especiais como alimentação mista e complementar, e até pelo critério de alimentação acoplada por meio de amas recrutadas entre a população assistida.

Nós cremos que esta última modalidade influenciará, dada as condições de miséria de grande parte de famílias, a capitação individual final, fazendo uma assistência indirecta através das amas. Ainda poderíamos contar aqui com a solidariedade e auxílio de certos organismos de beneficência que seria para desejar ver interessados como coadjuvantes desta obra.

Bem entendido êste índice de 2$00 prevê uma área global bastante grande equivalente à população de Lisboa.

Das crianças com subsistência total em alimentos os gastos que representam 10 % da população infantil assistida, tem uma capitação individual à volta de 200$00 previstos ao ano ou seja uma despesa mensal de 17$00 aproximadamente.

Nesta verba está incluída, julgamos, a assistência em tôdas as idades incluindo grande número de refeições de farinhas que saiem mais baratas que a alimentação por leite em pó dos primeiros meses. Dada a grande percentagem de assistidos neo-natais e dentro dos primeiros meses da nossa população, esta cifra tenderá a agravar-se.

Partindo nós da hipótese de que a organização permitirá o aproveitamento de certos recursos naturais pela acção educativa, não julgamos fora de propósito avaliar êsse agravo em 50 % de aumento ou seja um índice mensal à volta de 30$00. Isto no que diz respeito aos necessitados absolutos. Esta cifra será diminuída na acção global para acharmos o índice de acção total, pela assistência dos 10 % que necessitam exclusivamente de uma acção educativa e orientadora.

Estes números sempre ultra-esquemáticos têem apenas o fim de orientar um provável orçamento, não podendo nós afirmar até que ponto êles corresponderão à realidade dos factos.

De resto, a característica experimental dêstes organismos, não exigem uma previsão exactíssima e êstes números terão a sua fixidez relativa com a experiência.

A acção de assistência às mães podemos encará-la sob dois aspectos: ou se faz apenas a higiene da materniadde ou estendemos a nossa acção à assistência pre-natal em vista de livrar o produto concebido de certas taras hereditárias, dentre as quais a sífilis ocupa o primeiro lugar.

Na primeira hipótese a capitação andará à volta de 17$00, na segunda hipótese veremos esta capitação individual agravar-se em mais 60$00 aproximadamente o que dará uma capitação total que orça os 80$00.

Não prevemos qualquer alteração dêstes números, porquanto êles dependendo do custo dos medicamentos terão uma fixidez maior que a que vimos na secção de higiene infantil.

Desde que as condições económicas o permitissem, esta assistência pre-natal anti-sifilítica poderia ficar a cargo duma nova secção de doenças venereológicas, sabendo nós já que pelo elevado índice individual de custo, seria uma secção bastante dispendiosa, tanto mais quanto é certo que a acção não se poderia limitar a esta classe de tratamentos e teria que estender-se a outras doenças correntes de grande contagiosidade.

Em contra partida prevemos que grandes seriam os resultados de uma campanha educativa de profilaxia individual neste campo.

Dissemos atrás que para tornar a nossa acção significativa é necessário estendê-la a um número mínimo que vamos calcular.

CÁLCULO DO DESVIO PADRÃO

Sabendo que na nossa população o índice de mortalidade infantil abaixo de um ano é de 133 por mil habitantes, ser-nos-á fácil avaliar as dimensões da população total que nos dê plena significância.

Êste cálculo é-nos dado pela fórmula

$$\tau_1 = \sqrt{p \times q \times n}$$

Teremos neste caso, p= (a probabilidade do acontecimento A) $= \frac{133}{1000} = 0{,}133$ e q (a probabilidade do acontecimento contrário)= $1 - 0{,}133 = 0{,}867$.

$$\text{Donde } \tau_1 = \sqrt{1000 \times 0{,}133 \times 0{,}867} = 10{,}8.$$

Se a nossa acção conseguir, o que não é difícil, uma redução de 20 %, nós atingiríamos uma *diferença* de 26,6 visto a mortalidade descer neste caso para 106,4.

Assim, teríamos do mesmo modo os novos valores de:

$$p = \frac{106{,}4}{1000} = 0{,}1064 \text{ e}$$

$$q = 1 - 0{,}1064 = 0{,}8936.$$

$$\tau_2 = \sqrt{1000 \times 0{,}1064 \times 0{,}8936} = 9{,}75$$

O desvio padrão da diferença ser-nos-á dado pelo cálculo:

$$\tau^2 = \tau_1^2 \times \tau_2^2$$

$$\tau = \sqrt{\tau_1 \times \tau_2} = \sqrt{10{,}8 \times 9{,}75} = 14{,}5$$

como a redução foi de 26,6 teremos $\frac{\text{dif.}}{\tau\text{dif.}} = \frac{26{,}6}{14{,}5} = 1{,}8$ êste valor afastado de 8/10 da unidade, mostra-nos que estamos no limite da significância estatística.

Estava indicado tomar o dôbro da população para nos acharmos fracamente num campo de óptimas deduções, e estendendo êste programa de ensaio a 5 anos, ser-nos-ia necessário uma população anual infantil de 400 recém-nascidos, isto é, a nossa acção deveria estender-se a uma população de área que, desse origem a 400 nascimentos por ano.

Como a natalidade entre nós é na média dos 10 últimos anos, e por mil habitantes, cêrca de 24,3 teríamos:

$$\frac{1.000}{X} = \frac{24{,}3}{400}$$

X = 17.000 que seria a população que nos daria a significância estatística de certeza.

Pelo cálculo que atrás fizemos vimos que com metade desta população, estavamos no limite desta significância por um asfatamento da unidade avaliado por 0,8, portanto uma acção estendida entre 9.000

a 17.000 habitantes corresponderia às exigências dum organismo com carácter experimental.

Todavia nós possuímos dados práticos para podermos supor que o rendimento da nossa acção ultrapassaria os modestos 20 % de redução na mortalidade infantil da área assistida, por que em acções semelhantes se tem conseguido no nosso País cifras que passam de 60 % de redução.

A hipótese que aventámos para o cálculo do desvio padrão foi já, de caso pensado, posta de molde a deixar-nos larga margem de correcção para as inevitáveis deficiências que a obra possa ter de início, e sobretudo para efeitos de antecipação na colheita de resultados significantes.

DA ACÇÃO IMEDIATA

Esta acção será baseada em dois princípios fundamentais:

1.º — Actuação em matéria que permita uma fácil e rápida apreciação dos resultados.

2.º — Que essa matéria suscite interêsse por parte das populações.

Para satisfazer as exigências do primeiro princípio, nós julgamos conveniente adoptar no nosso meio o sistema da *zona controle*.

Consiste êste sistema em limitar a acção a metade ou dois terços duma área determinada deixando a outra metade ou um têrço para contraste, desde que essa metade ou os dois terços caiam dentro do número significante.

Quando a base económica não é grande êste método permite uma actuação mais imediata para o fim experimental, maior e mais fácil do que o método da acção total. Êste, além de maior dispêndio não se presta tanto à demonstração pela falta de simultaneidade na eclosão dos acontecimentos.

O maior inconveniente da zona controle, está na dificuldade de limitar a mortalidade dessa zona pela dificiência do nosso anuário demográfico que não regista nos casos de morte hospitalar a respectiva freguesia de residência.

Entre nós o reduzido movimento infantil do único hospital que possuímos facilita-nos esta tarefa, o mesmo acontecendo a todos os centros populacionais do Algarve que possuem, os que possuem, um só hospital.

Dizemos apenas movimento infantil por que êle serviu para o nosso cálculo de zona mínima, por representar o maior número de casos a assistir e ser também o que nos pareça para a acção imediata o que maior interêsse possa suscitar da parte das populações.

Sôbre êste aspecto, e do que concluímos da leitura de experiências feitas, algumas entre nós, esta acção é surpreendente nos indivíduos de menos de 12 meses e de mais de 1 mês, sendo diminuta a acção de higiene infantil nos casos de neo-natais.

Êste último aspecto poderá ser encarado entre nós sob um prisma diferente do da assistência domiciliária e vigilância por brigadas de visitação, o que nos trará mais benefícios económicos e talvez melhores resultados práticos.

Não ousamos propor uma acção imediata total sob o ponto de vista higiénico e profilático, já pelo seu grande dispêndio e mais razões que atrás apontámos, mas sobretudo, atendendo ao segundo princípio que enunciámos no início dêste parágrafo, por que isto implicaria pôr em prática certas medidas que iriam contundir com a rotina da nossa população.

Para que seja bem aceite, a nossa obra terá que ir lenta e gradualmente, consoante o crédito e o carinho que vá merecendo por parte dos assistidos.

Não podemos pretender impôr certas normas, a pessoas que viveram sempre alheadas dêstes problemas e que pela sua natural negligência os chegam a julgar improfícuos e mesmo maléficos.

A acção mais fàcilmente aceite e de melhor resultados é a assistência infantil, completada com a assistência pre-natal.

Esta se bem que difícil e ingrata, pelo que vimos relatado, poderá já começar a ser ensaiada entre nós numa escala mesmo reduzida.

Não conhecemos bem as causas da pouca eficiência da campanha de higiene nestes casos, mas pensamos que aquela percentagem dada pelos débeis, das dificiências que resultam da pouca higiene do parto e falta de cuidados nas primeiras horas com os recém-nascidos, poderia entre nós, onde predomina a classe miserável, conseguir-se alguns resultados aliando a assistência higiénica uma certa assistência em utensílios para higienização do parto, e alimentos à mãe, o que nos facilitaria a tarefa de tomar conta do recém-nascido

logo após o seu nascimento, e melhor orientar a assistência neo-natal.

Esta assistência infantil teria como complemento, a fim de seguir as crianças que colassem o primeiro e segundo ano, uma secção de assistência às doenças infecto-contagiosas que se estenderia também à população total da área.

Exceptuamos destas doenças a varíola que desnecessita de controle e deveria ser extensiva mesmo à zona controle e arrabaldes.

Duma maneira geral far-se-ia nas outras as provas gerais de contagiosidade (convalescentes), de receptividade (indivíduos sãos) com vacinações subseqüentes, sobretudo anti-diftérica e anti-tífica e, como dissemos, em larga escala a anti-variólica.

Dominando a nossa acção estaria a assistência infantil.

Enquanto o organismo tomasse forma com estas três modalidades de assistência, estudar-se-ia a maneira de introduzir-lhe novas secções.

Esta extensão é antes de tudo função de factor económico, todavia julgamos como programa mínimo o que acabámos de enunciar; assistência infantil, assistência à maternidade e assistência às doenças infecto-contagiosas.

A amplitude dentro destas três modalidades, sendo ainda função do mesmo factor, obedecerá às necessidades de assistência e dependerá da orientação adoptada quanto às especialidades a introduzir de início e às secções que se criarem de futuro e cuja iniciativa dependerá de factores de ordem local.

É um facto que o assunto tem interessado nêle várias pessoas, e que também os nossos diferentes organismos administrativos anda cada um de per si empenhado em obras de assistência.

Todavia o panorama local neste campo tem-se conservado entre nós imutável, e julgamos uma causa importante da sua fixidez a dispersão de esforços e mais a multidão de critérios que se tem atropelado.

Primeiramente há que distinguir entre os organismos de beneficência e a assistência pròpriamente dita encarada sôbre aquêle aspecto social e científico a que atrás fazemos referência.

O organizador de hoje, necessita de mais qualquer cousa além do entusiasmo, da boa vontade e dos recursos económicos. Para acionar o mecanismo moderno de assistência precisa dominar a técnica científica nas suas linhas gerais, e criteriosamente estipular princípios e normas que resumam qualquer cousa mais do que o vago e impreciso anseio de fazer bem.

Estas normas, ditadas como lei, necessitam antes de tudo ser operantes, e esta praticabilidade do princípio deve ser revelada através da sua eficiência dada pela experiência sôbre matéria suficiente.

De nada serve a legislação profusa, se os obreiros na ânsia desvairada de realizar não escolherem uma ordem a que sugeitem as suas iniciativas, e se por um lado é necessário encarar o problema local não é menos certo que depois de olhá-lo, é preciso não querer resolver de uma vez um problema cuja vastidão, exige só por si uma cadência muito especial.

Duma multidão de ortanismos sem dependência e dum sem fim de comissões isoladas, resulta a obstrução e o atropêlo, por que a finalidade sendo a mesma, os processos pelos seus princípios diferentes tornam-se contundentes dispersando esforços que resultam pouco frutificantes.

Por outro lado o organismo moderno de assistência não pode ser iniciado segundo a norma clássica das comissões de beneficência com estatutos próprios que lhe limitem a acção a determinados processos ou especialidades; pelo contrário, o conceito actual não permite organismo espartilhado ou sujeito a peias dum estatuto; o seu dinamismo exige liberdade de movimentos e uma ampla autonomia que lhe permita a realização dum programa cuja vastidão é impossível determinar.

Assistir no novo conceito não é sinónimo de dar; não se dá assistência a quem pede, mas faz-se assistência aos casos que a requerem no sentido de realizar, tanto quanto possível, em definitivo e afastando a hipótese da repetição do mal com espírito construtivo.

O aspecto que aqui encarámos de assistência higiénica-profilática, deve em nosso entender dominar o vasto campo de assistência social e concumitantemente ser o escolhido para início duma obra geral de assistência.

A razão máxima reside na sua própria definição de organismo de previdência, como guarda da saúde das populações, de que resulta uma diminuïção futura na acção complementar de assistência terapêutica ou na doença.

O seu elevado significado e os resultados amplamente benéficos que dela se colhem, a espensas dum esfôrço económico proporcionalmente reduzido, impõem-na como organização de vasto alcance social, que ajuda as populações a conquistarem por si uma plena compreensão dos seus deveres em sociedade, dando-lhe através dum exíguo esfôrço de educação um nível de vida verdadeiramente humano.

Não é difícil compreender que o grande potencial de assistência se perde na improficuïdade da dádiva ou do lenitivo, quando êste se não faz fixar na compreensão do beneficiado, como norma assimilada através dum trabalho aturado de educação.

Êste factor educativo permite o aproveitamento de recursos naturais dos assistidos, o que significa economia avantajada que aumenta progressivamente com intensidade e amplitude da acção de assistência.

Não queiramos ver nesta iniciativa o divórcio absoluto das restantes práticas de assistência e de mais iniciativas que entre nós se tem feito, mas antes pelo contrário, nós queremos opinar bem claramente que o substrato moral e doutrinário destas, quadrando-se bem na nossa política Nacional, torna-as ìmplicitamente o coadjuvante indispensável à nossa idéia, que as viria assim ordenadas numa acção complementar que lhe traria largos benefícios.

O que é indispensável entre nós é que se criem organismos centrais de assistência que se dediquem ao estudo do problema em tôda a Província, organizando os esforços e disciplinando a acção de maneira a dar-lhe uma feição de homogeneïdade, e partindo dêstes organismos modelos espalhar pela Província, Centros de saúde e assistência social em bases científicas modernas e já devidamente ensaiadas entre nós.

Êstes organismos centrais seriam os percursores duma larga acção de assistência Provincial cujo programa teria a sua realização prática proporcionada às necessidades reais e às disponibilidades económicas.

Na distribuïção dêstes Centros modelos ter-se-ia em consideração as duas modalidades de assistência; a assistência rural e assistência urbana.

Esta diferença corresponderia a duas modalidades de organismos que se completariam na sua acção. A assistência urbana, passando-se num meio de maior densidade populacional, tem a vantagem de requerer uma menor área e ser mais fácil o funcionamento permanente de certas especialidades, dada a facilidade de fixar-se nelas clínicos devidamente especializados que poderiam trabalhar em regime «part-time» ou «full-time» e uma vez êste sistema estabilizado êstes mesmos clínicos poderiam fazer uma assistência periódica regular aos centros modelos rurais. Quanto a êstes nós pensamos que a sua acção poderia com benefícios gerais ser exercida através dos organismos cooperativos, já existentes, as Casas do Povo, evitando-se a criação de novas entidades de assistência.

De resto ficaria assim aumentado o poder de fomentador da economia familiar que êstes organismos já têem pela sua acção de assistência terapêutica.

Nós insistimos que é preferível fazer pouco mas bom do que muito e que não preste.

Desta forma querer resolver êste magno problema duma acentada é dar provas de que se não faz dêle a mais pequena idéia, e seríamos os primeiros a tentar uma coisa por todos julgada até agora absurda.

Geografia Lingüística do Algarve

Em 1929, publiquei *O Livro de Alportel*. A uma das suas grandes divisões, dei o título de *A Vida Mental* que dividi em duas partes: *dialectologia* e *folklore*. Na dialectologia, tratei das três partes consagradas da gramática — fonética, morfologia, sintaxe — e organizei um vocabulário com cêrca de 4.000 termos do falar do povo de Alportel.

Na nota que precede o *vocabulário*, disse eu que essas quatro mil palavras se distribuíam por três grupos: 1 — palavras não registadas nos Dicionários ou publicações da especialidade; 2 — palavras já registadas mas que tinham no Alportel, diferença mais ou menos profunda na pronúncia, ainda não registada; 3 — palavras já registadas com a pronúncia ali observada, diferente da do português normal.

Mencionei ainda na citada nota, dois outros grupos: o das palavras idênticas às do português normal ou culto e o das palavras desconhecidas do povo de Alportel, em regra as eruditas, semi-eruditas e as importadas de outras línguas. Acrescentava por fim: «Além disso, pensamos voltar a ocuparmo-nos desta matéria, bem como apreciarmos várias matérias do nosso livro», pág. 212.

Por causas que não vêem agora para aqui, ocupei-me, a partir de 1929, de outros trabalhos que publiquei até 1934. Depois dêste ano, voltei aos estudos sôbre o Algarve e escrevei até 1939, uma *Toponímia Algarvia*, volume de umas 500 páginas, que está em via de publicação. E, vai já em dois anos, pensei em escrever a *Geografia Lingüística do Algarve*.

*

A *Geografia Lingüística* é uma ciência ainda em formação e é um ramo da filologia que promete vicejar com pujança. A sua base é o *Atlas Linguistique de la France* de Gilliéron et Edmont, publicado no 1.º quartel dêste século (Paris, H. Champion, 1902-1910).

Após esta obra, tem surgido nalguns países, uma literatura já abundante, quer sôbre factos dispersos (a maioria dos trabalhos), quer sôbre a generalidade da ciência. Leite de Vasconcelos cita alguma desta bibliografia, na nota 2 da pág. 5 do seu livro *Lições de Filologia Portuguesa*, 2.ª ediç. (melhorada), Lx.ª 1926.

O Exm.º Sr. Albert Dauzat publicou em Paris, Livraria Flamarion, s. d. (1922, *fide*). Leite de Vasconcelos, *loc. cit.*) a sua *Géographie Linguistique*. É um pequeno livro em que o ilustre professor da Escola de Altos Estudos de Paris, depois de escrever a breve história da Geografia Lingüística, lhe determina expressamente o método e lhe delimita o âmbito. É exaustiva a bibliografia citada no seu livro e, dada a categoria do A., podemos dizer que está ali, a última palavra sôbre o assunto.

A *Géographie Linguistique* de Dauzat tem três partes. Trata o A. na primeira, das *origens, fim e doutrina*, ocupando-se no 1.º capítulo do Atlas Lingüístico, de Gilliéron e seus discípulos; no 2.º, do fim e caracteres gerais da nova ciência; no 3.º, das tendências e princípios dela. A segunda parte tem por objecto, os *fenómenos internos da língua*, falando-se no cap. 1.º, da regressão, das semelhanças homonímicas e da aglutinação; no 2.º, da patologia e terapêutica das palavras; no 3.º, dos fenómenos gramaticais e no 4.º, das palavras e sentidos. Na terceira parte, ocupa-se, o ilustre autor, dos *fenómenos externos da linguagem*, falando no cap. 1.º, da variedade dos falares e suas causas; no 2.º, das viagens das palavras; no 3.º, dos centros de irradiação e influência.

*

Para escrever a dialectologia do Alportel, gastei alguns anos e li e ponderei o que até então tinha sido publicado sôbre dialectos algarvios.

Não era muito.

Dois escritores especializados se tinham ocupado da matéria: Leite Vasconcelos, primeiro, num opúsculo publicado em 1886, na Póvoa de Varzim; depois, em 1896, no vol. IV da *Revista Lusitana* e o falecido prof. José Joaquim Nunes, no vol. VII da citada revista, em 1902. No opúsculo de 1886, além de outros assuntos, trata Leite de Vasconcelos, da linguagem popular de Lagoa e no citado trabalho de 1896, trata de linguagem popular das Cabanas da Conceição (Tavira).

Tanto neste último trabalho, como no estudo de J. J. Nunes, há cinco partes: *fonética, morfologia, sintaxe, textos populares* e *vocabulário*.

Tratei, como já disse, em *O Livro de Alportel*, das mesmas partes e não apresentei dois ou três textos populares em páginas mui escassas; coligi em dezenas de páginas, um extenso folclore, talvez o mais rico, no género, apresentado até hoje.

Compararei agora, para o meu novo trabalho, o vocábulário dêstes estudos. Dos 84 termos do das Cabanas da Conceição, raro será o que se não encontre na fala popular alportelense. O vocabulário de J. J. Nunes é muito mais rico, pois tem cêrca de 1.000 termos. O meu, como já disse, tem cêrca de 4.000 e é ainda, decerto, o mais completo dos vocabulários populares até hoje publicados. O cotejo

dos dois últimos — um do coração do sotavento algarvio (Alportel), outro do coração do barlavento (Lagos e arredores) — oferece o máximo interêsse, pois nos apresenta os seguintes factos impressionantes: *a*) cêrca de metade das 1.000 palavras barlaventinas têem, em Alportel, a mesma significação e pronúncia; *b*) quási 200 têem significação e pronúncia pouco diferentes das respectivas palavras sotaventinas; *c*) desviam-se, às vezes consideràvelmente, da pronúncia ou significação que têem no Sotavento, um pouco mais de 100; *d*) finalmente, umas 200 das ditas 1.000 inventariadas em Lagos e proximidades, são desconhecidas do povo alportalense.

Suponhamos que a messe do prof. ilustre — afirmava êle próprio que a seara era inesgotável — atingia o volume da que eu colhi e que generalizávamos às duas grandes partes do Algarve, o estudo referido a cada uma delas. Mantidas as proporções, teríamos para a fala popular algarvia: *a*) palavras comuns ao Barlavento e Sotavento — 2.000; *b*) palavras pouco diferenciadas na pronúncia e significação no Barlavento e Sotavento — perto de 800; *c*) palavras com desvio considerável na pronúncia ou significação nas duas partes — cêrca de 500; *d*) palavras barlaventinas desconhecidas no Sotavento — perto de 800.... e igual número de palavras sotaventinas desconhecidas no Barlavento.

A tais números — que naturalmente devem ser considerados muito por alto — deverão ser feitas três correcções. Uma é a *da inflação* — se a colheita se fizer, não no Alportel ou Lagos e arredores, mas em todos os recantos do Sotavento e Barlavento e fôr exaustiva, as palavras dos grupos *d*) e *c*) aumentarão em proporção bem maior que a dos grupos *b*) e *a*) que traduzem mais o que é comum e do uso da língua e das coisas. Chamaremos à outra, a *da rarefacção* — como as palavras que primeiro se registam, são as que mais impressionam, por mais se desviarem do português normal ou culto, o número delas irá, naturalmente, decrescendo à medida que a colheita fôr abrangendo casos de diferença pouco sensível. A última correcção a fazer, é a *da particularização* — muitos vocábulos vivem confinados num sítio ou lugarejo, numa freguesia, num concelho, numa região e não são, por isso, de todo o Barlavento ou de todo o Sotavento.

Temos ouvido todos, a gente que se julga culta e que às vezes o é, a frase estereotipada: no Algarve, diz-se, faz-se, ... etc. Ora isto, na fala, é, muitas vêzes, pelo menos, uma inépcia. Se pode ser: no Algarve, diz-se ..., mais vêzes será: em tal parte do Algarve, diz-se ... Se saírmos da fala para outros aspectos, a inépcia é, por vezes, maior.

Perdõem o parêntese e voltemos aos nossos números, para tirarmos uma conclusão, absolutamente provisória, pois nos baseámos em suposições: a fala popular do Algarve compor-se-á de uns 5 a 6.000 termos dialectais, sendo cêrca de 1.000 desconhecidos do português normal ou culto e 4 a 5.000 dêste português mas que têem ali, pronúncia, significação ou ambas as coisas diferentes dêle. Não se pense por isto, que a fala popular algarvia é coisa muito diferente do português normal. Percorri um dicionário de ponta a ponta e apontei perto de 5.000 palavras — a grande maioria de uso contínuo — pronunciadas ali, exactamente como as diz a gente culta e com a mesma significação que esta lhes dá.

Li, não sei já onde, que o vocabulário de um homem do povo, não ia além de 500 palavras. Creio que a afirmação veio da França e foi patrocinada por nossos filólogos de tômo. Por mais subtil que seja a significação que se dê a «palavras», reduzir as 10 ou 11000 do pecúlio popular a 500... já é muita ignorância do que é o povo e sua língua!...

*

Baseado no que li sôbre Geografia Lingüística e nos factos que expus, organizei o seguinte plano que será o índice provisório do meu livro:

I PARTE — *LINGUAGEM PATRIO-FISIOLÓGICA*

Cap. I — *Mudanças.* Êste capítulo tem dez secções: assimilação, dissimilação, permutas, metátese, nasalação, desnasalação, vocalização, consonantização, sonorização, palatalização.

Cap. II — *Acrescentos.* Êste capítulo tem quatro secções: aglutinação; próstese, epêntese e paragoge; alargamento; suarabácti ou anaptixe.

Cap. III — *Supressões.* Tem quatro secções: deglutinação; aférese, síncope e apócope; queda ou elisão; redução e crase.

II PARTE — *LINGUAGEM PSICOLÓGICA*

Cap. I — *Morfologia, Sintaxe.*

Cap. II — *Atracção Homonímica.* Tem duas secções: analogia; trocadilho.

Cap. III — *Colisão Homonímica.* Tem duas secções: equilíbrio; resistência e polissémia.

Cap. IV — *Criação* (palavras e sentidos). Tem cinco secções: alcunhas, sobrenomes, hipocorísticos; palavras explicativas; associação de idéias (famílias formais e semânticas); derivação sinonímica; palavras velhas para usos novos.

Cap. V — *Emplastros ou Remédios.* Tem três secções: recurso à língua culta; refôrço

(próstese, epêntese, paragoge); alongar ou abrir vogal átona.

III PARTE — *LINGUAGEM SOCIAL*

Cap. I — *Regresso.*
Cap. II — *Adopção de Palavras de Fora.*
Cap. III — *Novas Formas das Coisas.*
Cap. IV — *Coisas Novas.*
Cap. V — *Relação Flutuante ou Imprecisão entre a Palavra e a Coisa.*

IV PARTE — *VOCABULÁRIO*

I — *O português normal no Algarve.*
II — *A fala dialectal algarvia.*
III — *O falar do barlavento.*
IV — *O falar do sotavento.*
V — *A fala privativa de pequenas áreas.*

*

Comparemos agora — no que é comparável — a ossatura do meu livro com a proposta por Dauzat, para a *Geografia Lingüística*. Duas diferenças saltam logo aos olhos:

1 — O meu livro terá uma parte inteira que trata da Fonética e ainda um capítulo especial para a Morfologia e Sintaxe. No livro de Dauzat, há, apenas, na 2.ª parte, o capítulo terceiro, intitulado *Fenómenos Gramaticais.*

2 — Outra parte do meu livro é dedicada aos Vocabulários. No livro de Dauzat, nem se fala em tal.

*

Como se vê, pretendo fazer um estudo completo da fala algarvia. Tratarei pois, do que se tem chamado *Dialectologia* e encetarei entre nós, o que, mais restritamente, se tem chamado *Geografia Lingüística.*

Objectar-me-ão que o Algarve é pequena área para êste último estudo e que êle só tomará todo o seu relêvo, se fôr aplicado ao país inteiro e melhor ainda às ilhas e colónias; dir-me-ão que eu, por mim só, não terei fôrças para o trabalho que projecto.

É verdade tudo isso ... mas também não é menos verdade que, se esperarmos pelo óptimo, nada se fará como até aqui e que neste campo, é preciso, para dignidade da nossa cultura, fazer já alguma coisa. Limitarmo-nos ao nome de uma ciência, já muito cultivada lá fora .... é triste.

Terá o meu estudo, naturalmente, bastantes deficiências. Um professor liceal em Lisboa, que vive só dos seus vencimentos, não poderá ter, como é necessário para a observação das coisas e colheita de termos e frases, longos contactos com a gente popular dos vários recantos do Algarve. Eis o remédio: continuarei como até agora, a passar ali as férias; continuarei como até aqui, a lidar com a gente do povo; levarei mais tempo, importunarei amigos.....

Apesar de tudo, tenho para mim que não deve ser despiciendo o proveito social que poderá surgir de um estudo completo da fala da gente de uma província. *O Livro de Alportel* é hoje considerado como modêlo, na sua espécie. Não posso esperar isto para êste; se êle fôr apenas um incentivo, já honrará a minha província.

É de esperar, por outro lado, que êste artigo suscite ensinamentos da crítica esclarecida e construtiva. Os que começam são credores, senão já de indulgência, disso pelo menos.

*

Como se pode já concluír do que tenho dito, o estudo de uma fala local limitava-se, outrora, à *Dialectologia*. Esta, com as suas cinco partes, é filha genuína do neogramaticismo germânico. Foram os filólogos de além-Reno quem entronizou o cánon das leis fonéticas — tão sagradas e dogmáticas que as excepções, para êles, eram simplesmente aparentes e explicáveis por analogia. O edifício assim construído com tão rigoroso método baseado na etimologia pura, é, certamente, indestrutível..... mas é hirto e acanhado. A realidade das coisas é bem mais complexa e ultrapassa em muito, a correspondência das palavras com os étimos, a mecânica fisiológica ou a simples analogia.

Como se vê pelo nosso *Índice*, a *Geografia Lingüística*, trata de variadíssimos aspectos da linguagem de que a velha dialectologia nem suspeitava. Êstes aspectos são pois um complemento da Dialectologia, uma renovação ou alargamento do velho edifício que tem agora a amplitude necessária para caber tôda a exuberância da vida lingüística. As palavras, as formas, não são sêres mortos ou abstractos, títeres arrumados em vários compartimentos cuidadosamente etiquetados. São seres vivos como os indivíduos, com vida como êles, por vêzes agitada e vária.

A Geografia Lingüística fêz sair a Dialectologia do olimpismo rígido que a informava, dando ao estudo dos factos lingüísticos, o aspecto de uma realidade social mais ampla, muito mais humana; transformou tais estudos numa das facetas a considerar para o progresso e bem-estar da colectividade.

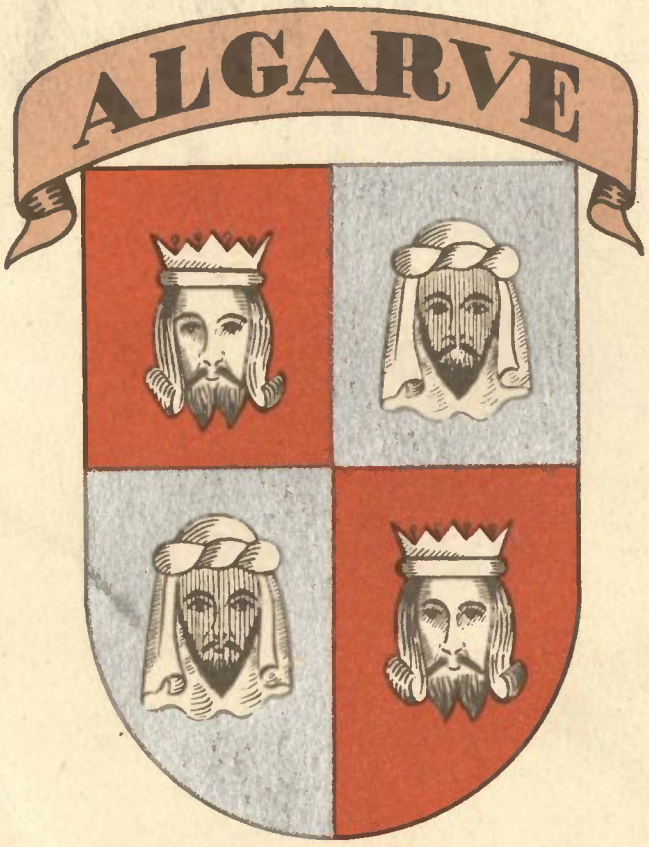
*

Ficarei por aqui, porque hei de ainda tratar dêste ponto e falar de outros assuntos, na *Introdução* a escrever para o meu livro.

ESTANCO LOURO.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

1942
COMPOSIÇÃO, IMPRESSÃO,
GRAVURA E OFFSET
DE
BERTRAND (IRMÃOS) LTD.
T. DA CONDESSA DO RIO, 27
LISBOA



FARO

1940